2ª RENIÃO ORDINÁRIA / 2020

PAUTA

- **Abertura**
- **Apresentação: Projetos Estruturantes da SEMPE**
  Antônia Tallarida – Subsecretária de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato do Ministério da Economia
- **Apresentação: Antecipação de Recebíveis**
  Renato Fenili – Secretário Adjunto de Gestão do Ministério da Economia
- **Palavra dos Coordenadores dos Comitês Temáticos do Fórum Permanente**
- **Abertura da Palavra aos Participantes**
- **Disposições Finais**

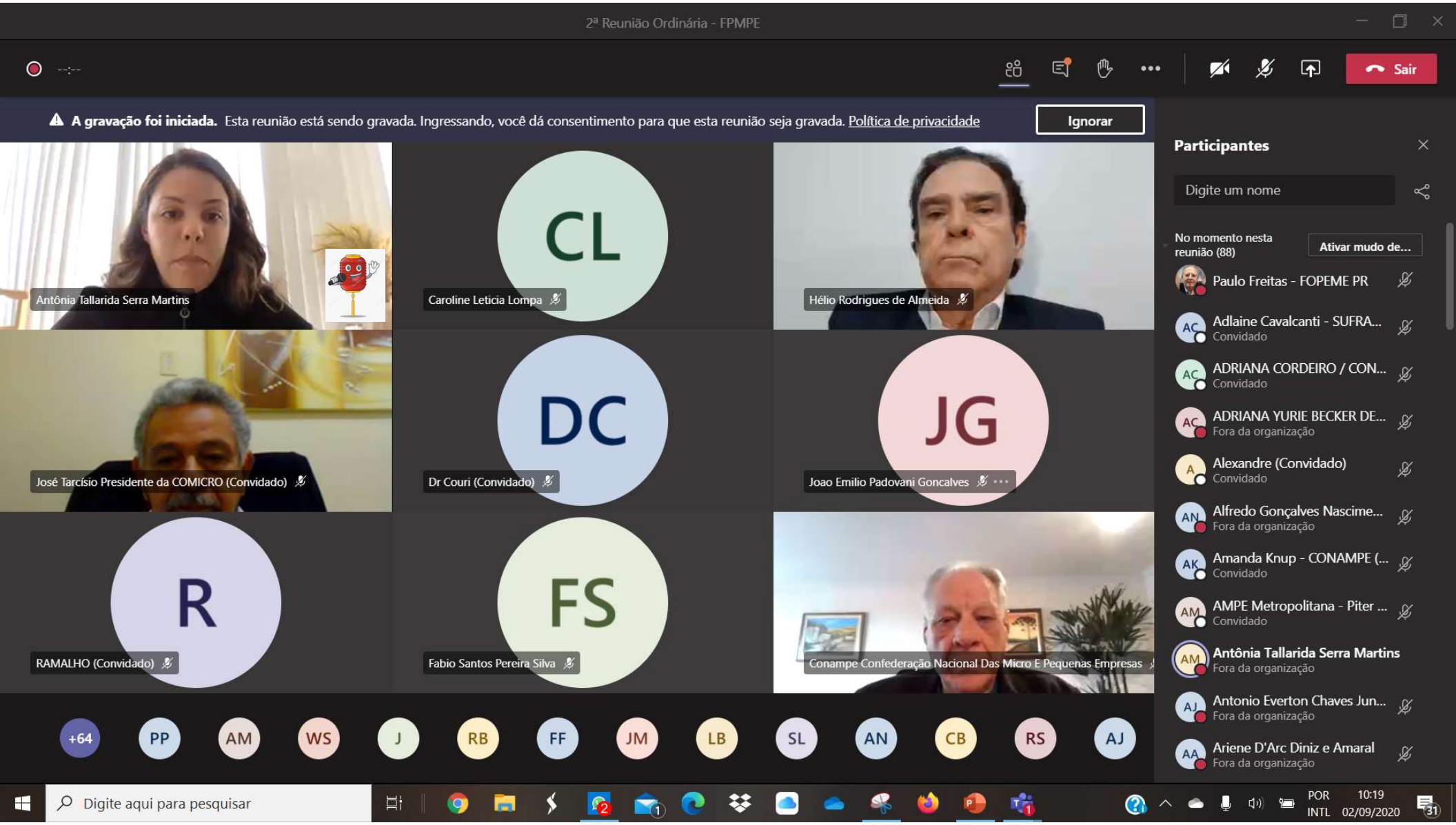
GUSTAVO ENE
Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação

ANTÔNIA TALLARIDA
Subsecretária de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

www.economia.gov.br


2ª Reunião Ordinária - FPMPE
--:--
Sair
A gravação foi iniciada. Esta reunião está sendo gravada. Ingressando, você dá consentimento para que esta reunião seja gravada. Política de privacidade
Ignorar
Antônia Tallarida Serra Martins
Caroline Leticia Lompa
Hélio Rodrigues de Almeida
José Tarcísio Presidente da COMICRO (Convidado)
Dr Couri (Convidado)
Joao Emilio Padovani Goncalves
RAMALHO (Convidado)
Fabio Santos Pereira Silva
Conampe Confederação Nacional Das Micro E Pequenas Empresas
+64
PP
AM
WS
J
RB
FF
JM
LB
SL
AN
CB
RS
AJ
Participantes
Digite um nome
No momento nesta reunião (88)
Ativar mudo de...
Paulo Freitas - FOPEME PR
Adlaine Cavalcanti - SUFRA... Convidado
ADRIANA CORDEIRO / CON... Convidado
ADRIANA YURIE BECKER DE... Fora da organização
Alexandre (Convidado) Convidado
Alfredo Gonçalves Nascime... Fora da organização
Amanda Knup - CONAMPE (... Convidado
AMPE Metropolitana - Piter ... Convidado
Antônia Tallarida Serra Martins Fora da organização
Antonio Everton Chaves Jun... Fora da organização
Ariene D'Arc Diniz e Amaral Fora da organização
Digite aqui para pesquisar
POR INTL
10:19 02/09/2020

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2020

FÓRUM PERMANENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Eliminar barreiras

1 FORMALIZAÇÃO 100%

2 ACESSO A CRÉDITO

3 CAPACIDADES EMPRESARIAIS

4 EXPORTAÇÃO

Criar oportunidades

Projetos Prioritários // SEMPE

Sistema de Defesa do Empreendedor

- Distribuição de empresas ativas nas faixas de faturamento do Simples Nacional (%)



Eliminar barreiras

1 FORMALIZAÇÃO 100%

2 ACESSO A CRÉDITO

3 CAPACIDADES EMPRESARIAIS

4 EXPORTAÇÃO

Criar oportunidades

Projetos Prioritários // SEMPE

Sistema de Defesa do Empreendedor





Projetos Prioritários // SEMPE

Marco Legal do Reemprendedorismo

Projeto de Lei Complementar 33/2020:

1. Institui a Recuperação Extrajudicial ✔
2. Institui a Liquidação Especial (falência) ✔
3. Permite o “fresh start" revogando o art. 191 da Lei no 5.172 ✔

Próximos passos:

1. Debate do texto substitutivo dentro do ME (conclusão prevista 20/09)
2. Pautar no Senado



Projetos Prioritários // SEMPE
Melhorias MEI

Ações realizadas:

1. Implementação da seção CRÉDITO NO PORTAL DO EMPREENDEDOR ✔
2. Solução digital de acesso a produtos e serviços financeiros- CREDMEI e CREDMPE ✔
3. Aprovação da resolução CGSIM 59 que dispensa o MEI de alvará e licença de funcionamento. ✔

Ações em andamento:

1. Ampliação das ocupações permitidas para o MEI;
2. Desenvolvimento da funcionalidade Buscador de Credito no CREDMEI e CREDMPE
3. Integração portal do empreendedor com o Sistema de Cadastramento de Fornecedores do governo federal para simplificar o acesso do MEI ao mercado de compras públicas

Economia sob demanda – aplicativos entregadores – como MEI pode resolver esse dilema

Eliminar barreiras

1 FORMALIZAÇÃO 100%

2 ACESSO A CRÉDITO

3 CAPACIDADES EMPRESARIAIS

4 EXPORTAÇÃO

Criar oportunidades

Projetos Prioritários // SEMPE

Sistema Nacional de Garantias

INSTRUMENTO: DECRETO + REGULAMENTAÇÃO BACEN

IMPEDIMENTOS PARA APROVAÇÃO DO CRÉDITO	PEQUENAS
Excesso de exigências quanto a documentação	66%
Falta de garantias ou exigências de garantia muito elevadas	47%
Problemas apontados na documentação da empresa	41%
Falta relacionamento com o banco, há exigências de reciprocidade	36%
Linha de crédito fechada ou não fornecida pelo banco operador	34%
Problemas financeiros da empresa	31%
Custos de garantias muito elevados	27%
Redução no limite disponível para financiamento	25%

Fonte: Pesquisa Decomtec/FIESP - Ideia Inteligência. Elaboração: Decomtec/FIESP. Nota: resposta múltipla.

Eliminar barreiras

1 FORMALIZAÇÃO 100%

2 ACESSO A CRÉDITO

3 CAPACIDADES EMPRESARIAIS

4 EXPORTAÇÃO

Criar oportunidades

Projetos Prioritários // SEMPE

Sistema Nacional de Garantias

INSTRUMENTO: DECRETO + REGULAMENTAÇÃO BACEN

PRONAMPE: R$ 18 Bilhões em crédito concedido para MPE's em 1 mês!

Pronampe/FGO

18.060.203.666,59

Valor contratado



Eliminar barreiras

1 FORMALIZAÇÃO 100%

2 ACESSO A CRÉDITO

3 CAPACIDADES EMPRESARIAIS

4 EXPORTAÇÃO

Criar oportunidades

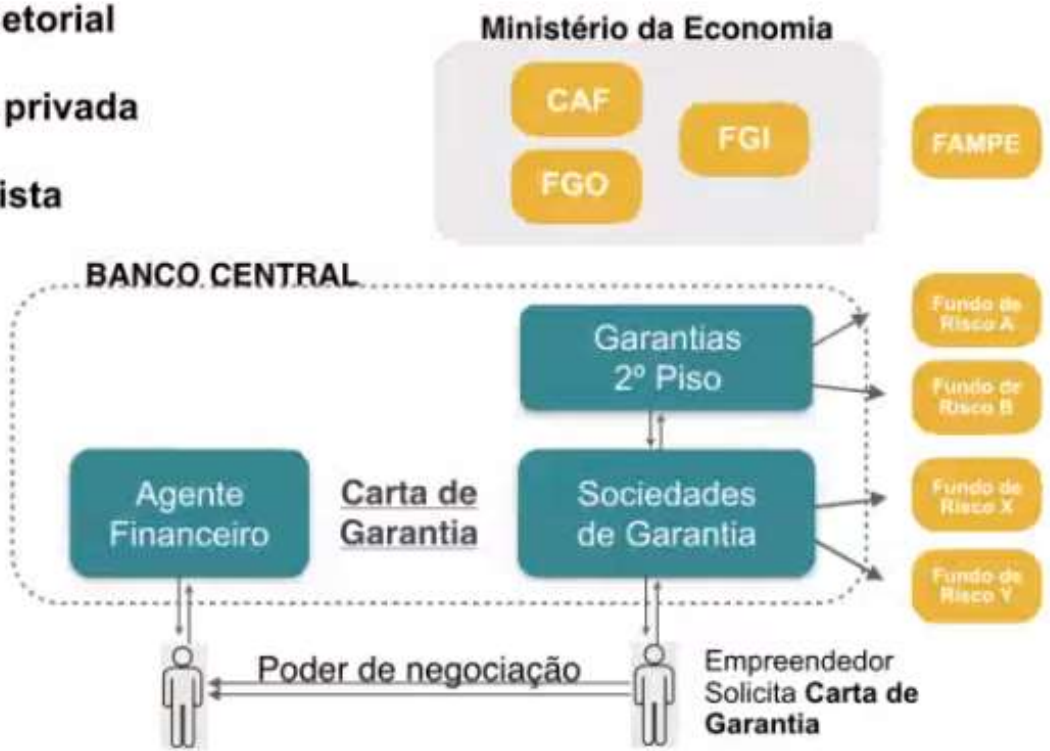
Projetos Prioritários // SEMPE

Sistema Nacional de Garantias

INSTRUMENTO: DECRETO + REGULAMENTAÇÃO BACEN

Premissas:

1. **atuação multisetorial**
2. **administração privada**
3. **caráter mutualista**

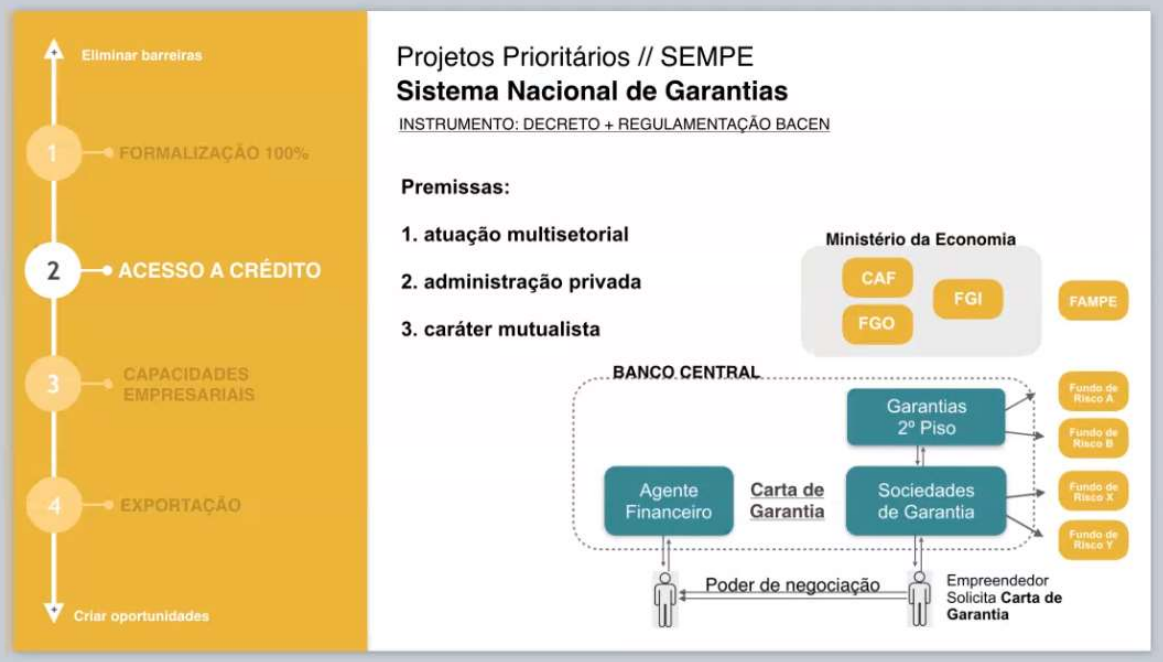


⚠ **A gravação foi iniciada.** Esta reunião está sendo gravada. Ingressando, você dá consentimento para que esta reunião seja gravada. Política de privacidade

Ignorar

Apresentação Brasil 4.0 MPE — Editado

Visualizar | Zoom | Adicionar Slide | Reproduzir | Keynote Live | Tabela | Gráfico | Texto | Forma | Mídia | Comentário | Colaborar | Formatar | Animar | Documento



Antônia Tallarida Serra Martins

+91 | DC | JG | Conampe Confederação Nacior | HA Hélio Rodrigues de Almeida | R RAMALHO (Convidado) | FS Fabio Santos Pereira Silva | Antônia Tallarida Serra | CL Caroline Leticia Lompa

Eliminar barreiras

1 FORMALIZAÇÃO 100%

2 ACESSO A CRÉDITO

3 CAPACIDADES EMPRESARIAIS

4 EXPORTAÇÃO

Criar oportunidades

Projetos Prioritários // SEMPE

Sistema Nacional de Garantias

INSTRUMENTO: DECRETO + REGULAMENTAÇÃO BACEN

Principais entregas do SNGC:

1. Reconhecimento SGS e SGC pelo Banco Central ✔
2. Acordo com Confederação Andina de Fomento ✔
3. Decreto que institui o Sistema Nacional de Garantias
4. Regulamentação das Sociedades Co-Garantidoras

Eliminar barreiras

1 FORMALIZAÇÃO 100%

2 ACESSO A CRÉDITO

3 CAPACIDADES EMPRESARIAIS

4 EXPORTAÇÃO

Criar oportunidades

Projetos Prioritários // SEMPE
CERTSimples

Receita Federal e Ministério da Economia, juntos, para facilitar o acesso a crédito!

Próximo Passo:

- Retomar o projeto de desenvolvimento da solução conjunta com SERPRO, RFB e Febraban



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Receita Federal

Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Pronampe

A Receita Federal informa que foi aberto o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) que destina a essas pessoas jurídicas, optantes pelo Simples Nacional, linha de crédito criada para possibilitar o desenvolvimento e o fortalecimento desses empreendedores, frente ao cenário econômico causado pela pandemia da Covid-19.

O Pronampe se soma a uma série de outras medidas já formuladas pelo Governo Federal para auxiliar cidadãos e empresas no enfrentamento dos impactos econômicos e sociais do atual momento.

O programa prevê que a criação de linha de crédito para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com mais de um ano de abertura, será de até 30% da receita bruta anual do exercício 2019, declarada no Programa Gerador de Documentos de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D).

Nas bases da Receita Federal consta declarada a receita bruta anual de 2019 no valor de R$ NNN.NNN.NNN,NN, conforme tabela abaixo:

Eliminar barreiras

1 FORMALIZAÇÃO 100%

2 ACESSO A CRÉDITO

3 **CAPACIDADES EMPRESARIAIS**

4 EXPORTAÇÃO

Criar oportunidades

Projetos Prioritários // INOVAÇÃO
PLATAFORMA BRASIL MAIS

Resultados · Notícias · Cases de sucesso · Conteúdo online · Guia de boas práticas · Autodiagnóstico · Inscrição

MOBILIZAÇÃO CAPACITAÇÃO	OTIMIZAÇÃO	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	ECONOMIA 4.0
2 milhões	200 mil empresas	50 mil empresas	6 mil empresas
CAPACITAÇÃO	MELHORES PRÁTICAS GERENCIAIS	MUDANÇA DE MODELO DE NEGOCIO	MODELO DE NEGÓCIO DISRUPTIVO

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE



Projetos Prioritários // SEMPE

FRENTES DE TRABALHO NO ÂMBITO DA EXPORTAÇÃO

1. Acesso ao Drawback para empresas optantes do Simples Nacional

2. Prosperity Fund: financiamento de sistemas de inteligência artifical para qualificação das MPE para exportação.

3. Marketplaces como acesso das MPE aos mercados internacionais

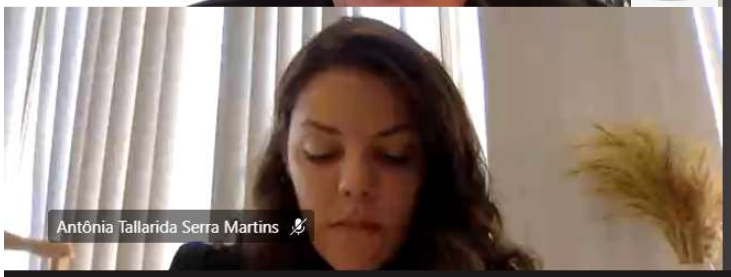
⚠ **A gravação foi iniciada.** Esta reunião está sendo gravada. Ingressando, você dá consentimento para que esta reunião seja gravada. Polítíca de privacidad

Ativar Câmera (Ctrl+Shift+O)

Ignorar







JM

Joao Adolfo de Farias Machado

CL

Caroline Leticia Lompa

HA

Hélio Rodrigues de Almeida

R

RAMALHO (Convidado)

AN

Alfredo Gonçalves Nascimento

FS

Fabio Santos Pereira Silva

+73 MB PV LG JL AM WS J RB FF LB SL CB RS AJ JC DC JG

2ª Reunião Ordinária - FPMPE

--:--

Sair

Ativar Câmera (Ctrl+Shift+O)

A gravação foi iniciada. Esta reunião está sendo gravada. Ingressando, você dá consentimento para que esta reunião seja gravada. Política de privacidad

Ignorar

LR

Leonardo Meira Reis

JM

Joao Adolfo de Farias Machado

CL

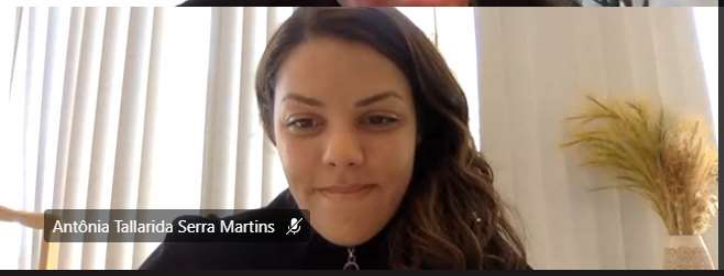
Caroline Leticia Lompa





R

RAMALHO (Convidado)



AN

Alfredo Gonçalves Nascimento

FS

Fabio Santos Pereira Silva

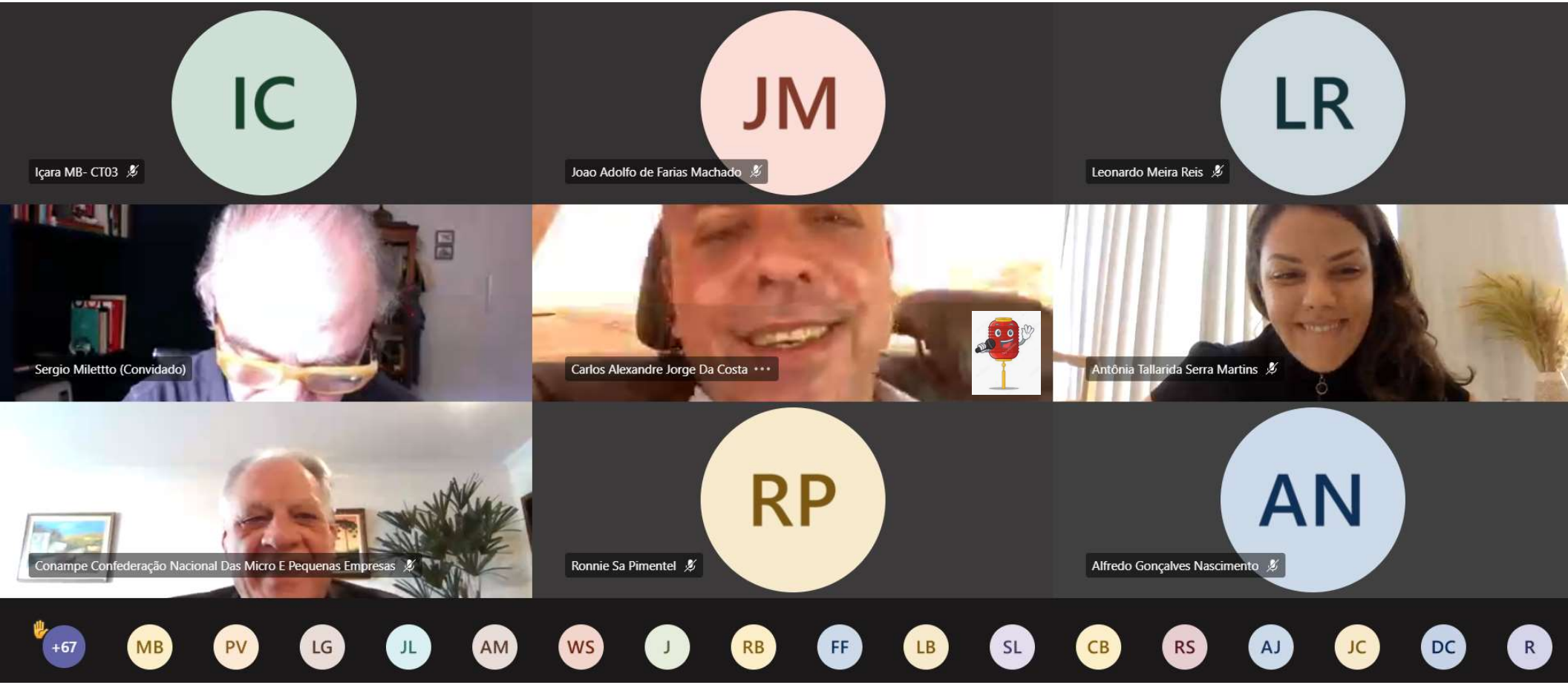
2ª Reunião Ordinária - FPMPE
Parabéns Ercilio

Responder

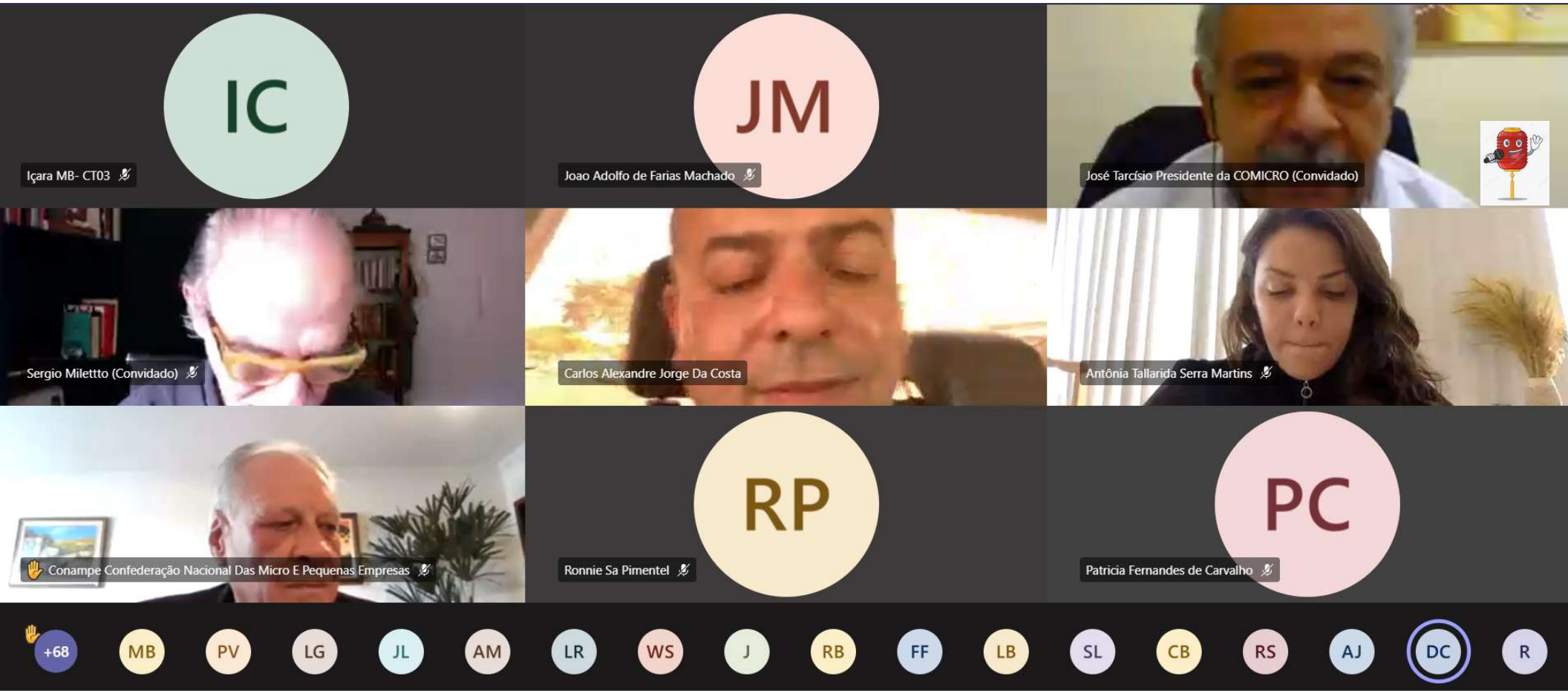
+69 MB PV LG JL AM WS J RB FF LB SL CB RS

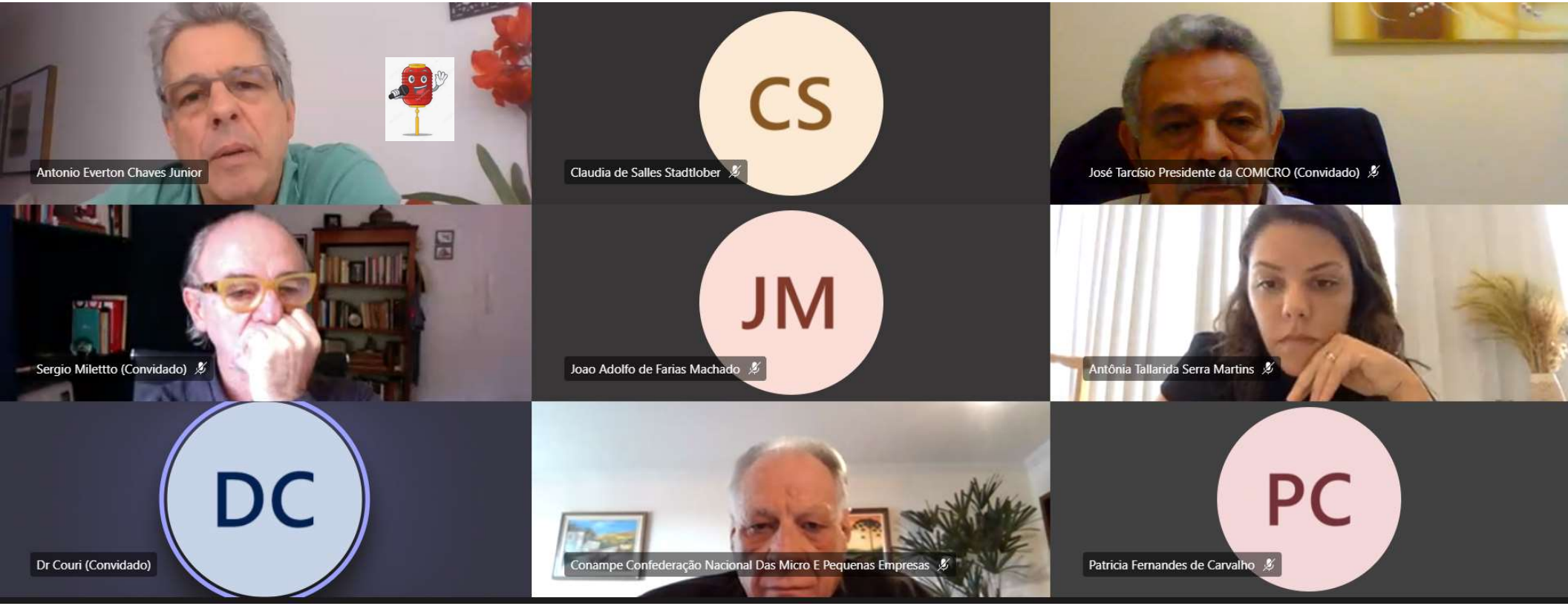
Digite aqui para pesquisar

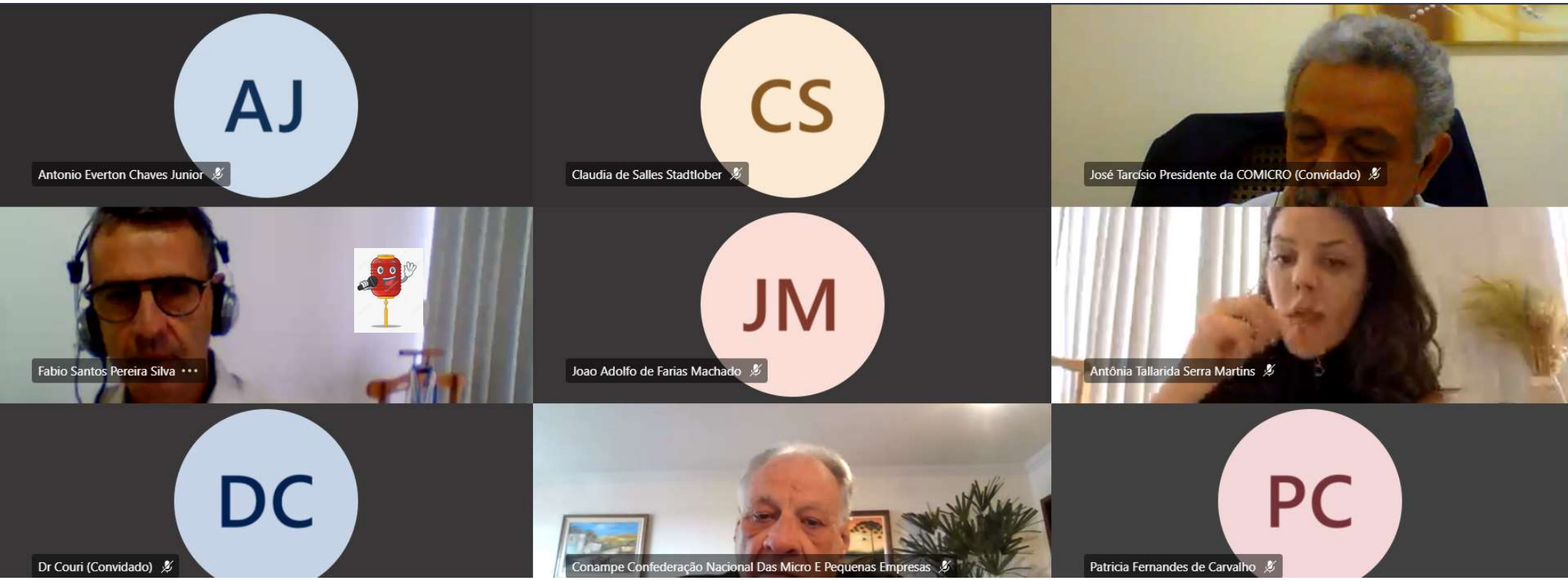
POR INTL 10:59 02/09/2020

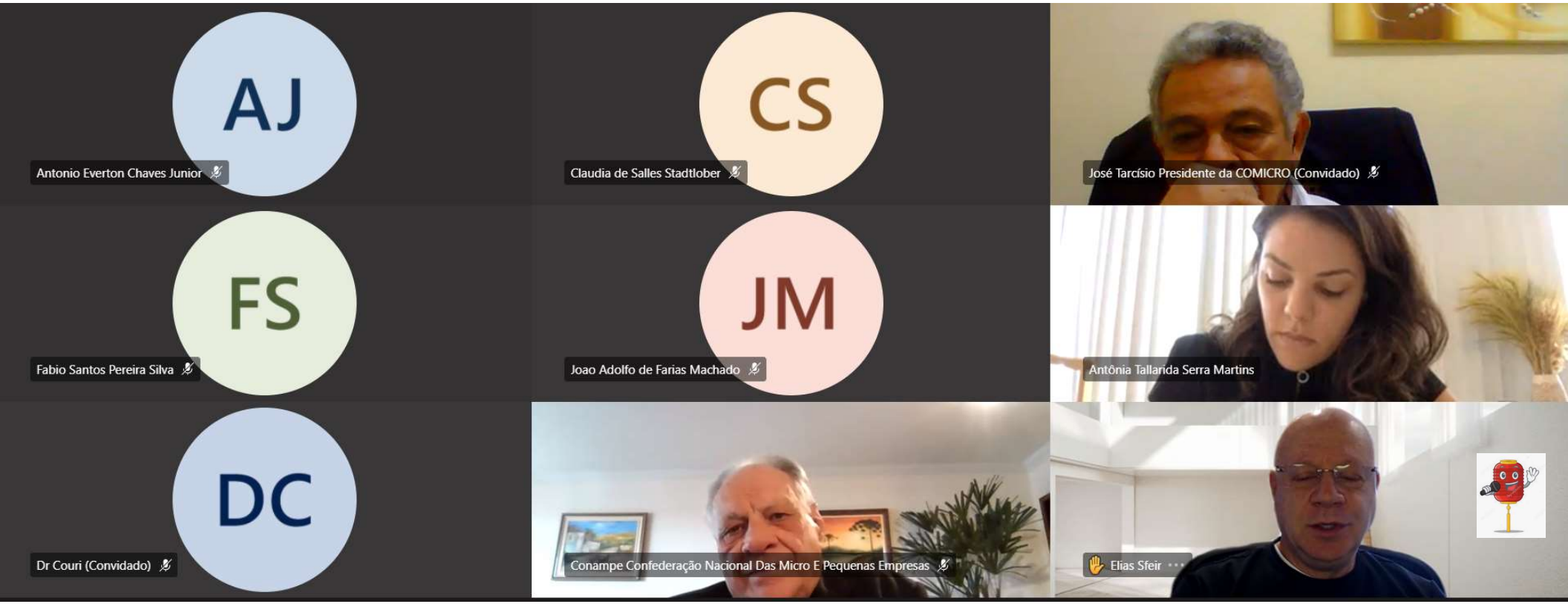

IC
Içara MB- CT03
JM
Joao Adolfo de Farias Machado
LR
Leonardo Meira Reis
Sergio Milettto (Convidado)
Carlos Alexandre Jorge Da Costa
Antônia Tallarida Serra Martins
Conampe Confederação Nacional Das Micro E Pequenas Empresas
RP
Ronnie Sa Pimentel
AN
Alfredo Gonçalves Nascimento
+67
MB
PV
LG
JL
AM
WS
J
RB
FF
LB
SL
CB
RS
AJ
JC
DC
R


IC
Içara MB- CT03
JM
Joao Adolfo de Farias Machado
LR
Leonardo Meira Reis
Sergio Milettto (Convidado)
Carlos Alexandre Jorge Da Costa
Antônia Tallarida Serra Martins
Conampe Confederação Nacional Das Micro E Pequenas Empresas
RP
Ronnie Sa Pimentel
PC
Patricia Fernandes de Carvalho
+71
LG
JL
AM
WS
J
RB
FF
LB
SL
CB
RS
AJ
JC
DC
R

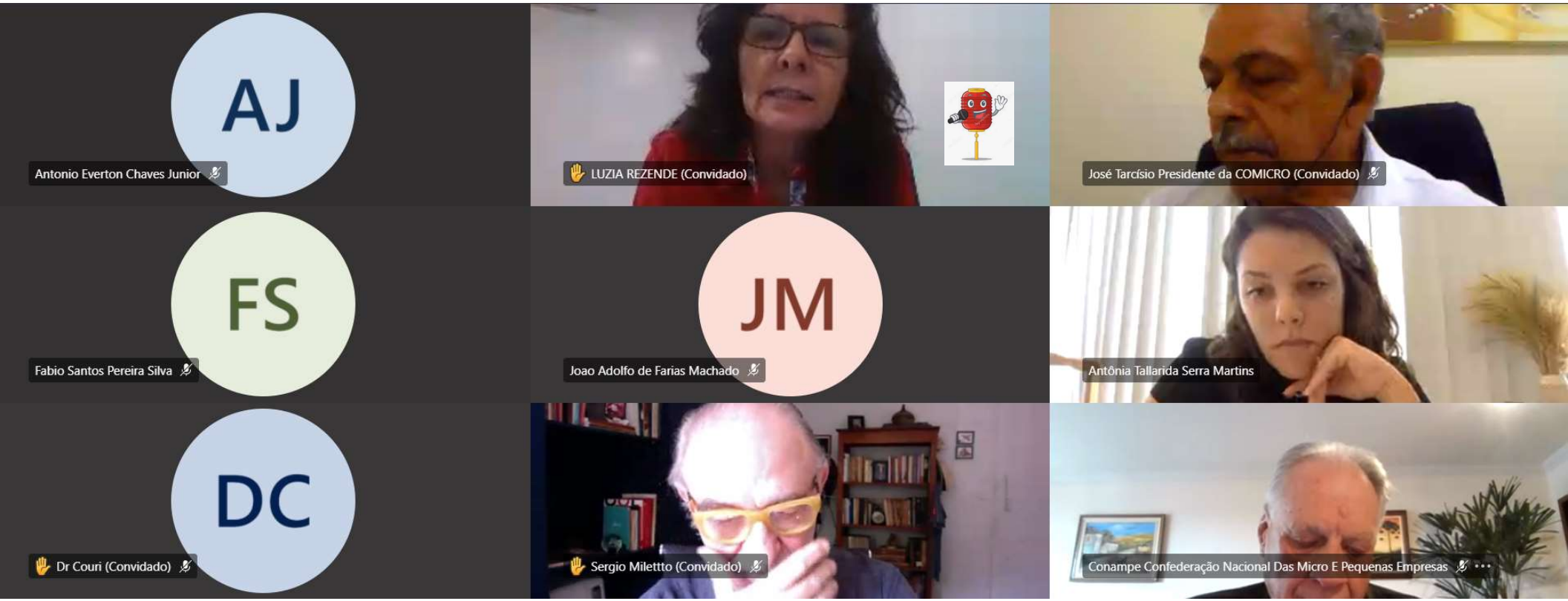

IC
Içara MB- CT03
JM
Joao Adolfo de Farias Machado
José Tarcísio Presidente da COMICRO (Convidado)
Sergio Milettto (Convidado)
Carlos Alexandre Jorge Da Costa
Antônia Tallarida Serra Martins
Conampe Confederação Nacional Das Micro E Pequenas Empresas
RP
Ronnie Sa Pimentel
PC
Patricia Fernandes de Carvalho
+68
MB
PV
LG
JL
AM
LR
WS
J
RB
FF
LB
SL
CB
RS
AJ
DC
R

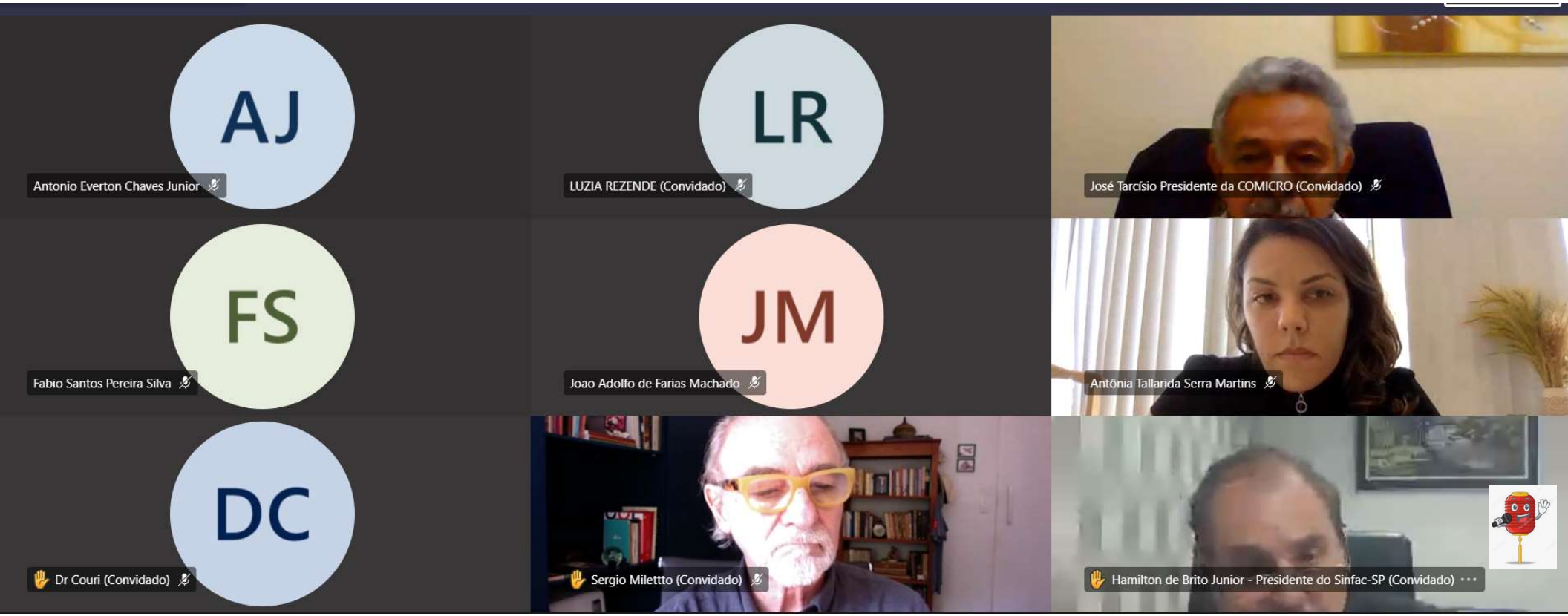

Antonio Everton Chaves Junior
CS
Claudia de Salles Stadtlober
José Tarcísio Presidente da COMICRO (Convidado)
Sergio Milettto (Convidado)
JM
Joao Adolfo de Farias Machado
Antônia Tallarida Serra Martins
DC
Dr Couri (Convidado)
Conampe Confederação Nacional Das Micro E Pequenas Empresas
PC
Patricia Fernandes de Carvalho


AJ
Antonio Everton Chaves Junior
CS
Claudia de Salles Stadtlober
José Tarcísio Presidente da COMICRO (Convidado)
Fabio Santos Pereira Silva
JM
Joao Adolfo de Farias Machado
Antônia Tallarida Serra Martins
DC
Dr Couri (Convidado)
Conampe Confederação Nacional Das Micro E Pequenas Empresas
PC
Patricia Fernandes de Carvalho


AJ
Antonio Everton Chaves Junior
CS
Claudia de Salles Stadtlober
José Tarcísio Presidente da COMICRO (Convidado)
FS
Fabio Santos Pereira Silva
JM
Joao Adolfo de Farias Machado
Antônia Tallarida Serra Martins
DC
Dr Couri (Convidado)
Conampe Confederação Nacional Das Micro E Pequenas Empresas
Elias Sfeir

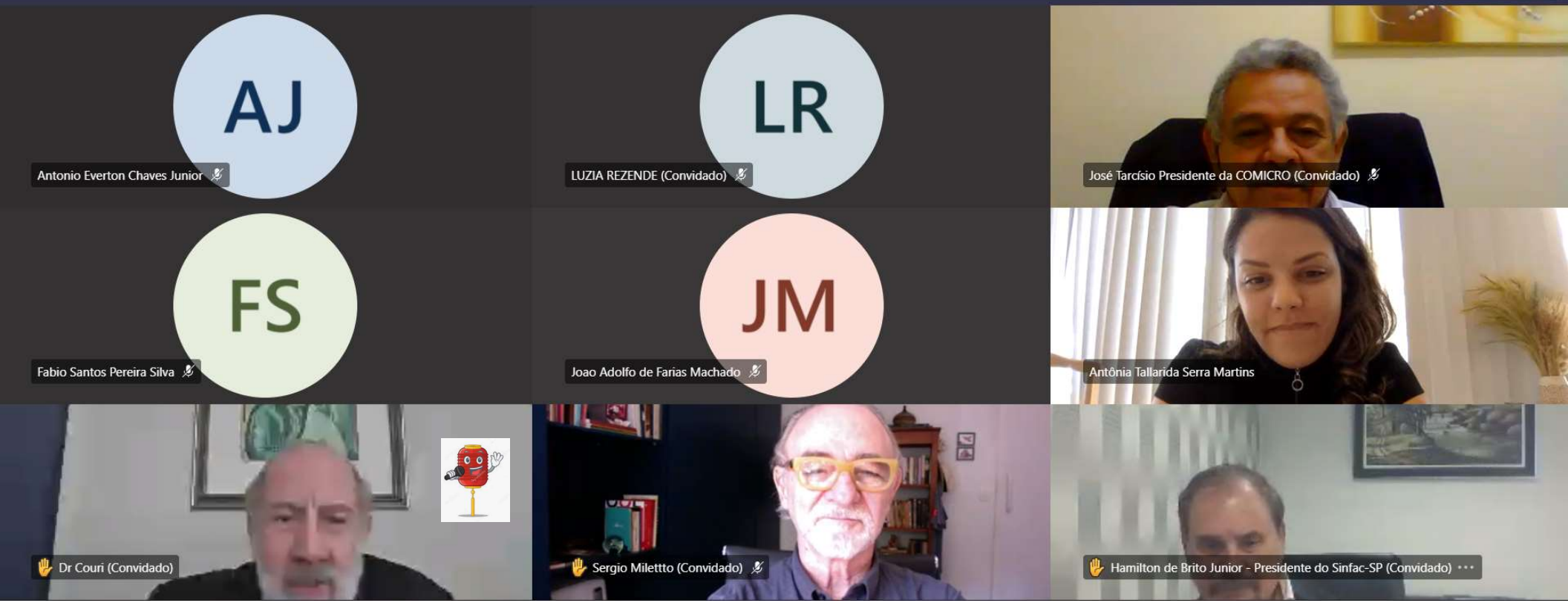

AJ
Antonio Everton Chaves Junior
CS
Claudia de Salles Stadtlober
José Tarcísio Presidente da COMICRO (Convidado)
FS
Fabio Santos Pereira Silva
JM
Joao Adolfo de Farias Machado
Antônia Tallarida Serra Martins
DC
Dr Couri (Convidado)
Sergio Milettto (Convidado)
ES
Elias Sfeir
+54
MB
PV
LG
JL
AM
LR
WS
J
RB
FF
LB
SL
RP
CB
RS
CE
R


AJ
Antonio Everton Chaves Junior
LUZIA REZENDE (Convidado)
José Tarcísio Presidente da COMICRO (Convidado)
FS
Fabio Santos Pereira Silva
JM
Joao Adolfo de Farias Machado
Antônia Tallarida Serra Martins
DC
Dr Couri (Convidado)
Sergio Milettto (Convidado)
Conampe Confederação Nacional Das Micro E Pequenas Empresas


AJ
Antonio Everton Chaves Junior
LR
LUZIA REZENDE (Convidado)
José Tarcísio Presidente da COMICRO (Convidado)
FS
Fabio Santos Pereira Silva
JM
Joao Adolfo de Farias Machado
Antônia Tallarida Serra Martins
DC
Dr Couri (Convidado)
Sergio Milettto (Convidado)
Hamilton de Brito Junior - Presidente do Sinfac-SP (Convidado)

⚠ **A gravação foi iniciada.** Esta reunião está sendo gravada. Ingressando, você dá consentimento para que esta reunião seja gravada. Política de privacidade

Ignorar



RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS 2020

Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade

Ministério da Economia

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO

- **A Secretaria Especial de Produtividade Emprego e Competitividade 04**
- **Entregas Para a Sociedade 10**
  - *Entregas Medidas Legais e Infralegais 12*
  - *Demais Entregas 22*
  - *Demais Entregas Vinculadas 44*
  - *Demais Entregas Task Forces 47*
- **Atividade 1 - Programas Estratégicos SEPEC 52**
  - *Redução do Custo Brasil 53*
  - *Concorrência Para Prosperidade 55*
  - *A Grande Desregulamentação 61*
  - *Programa Regionais e Setoriais 63*
  - *Emprega Mais 65*
  - *Investimento em Infraestrutura 68*
  - *Brasil 4.0 ..... 73*
  - *Prospera MPEs 76*
- **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas 78**
  - *Modernização do Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial 79*
  - *Fortalecimento do Modelo da Zona Franca de Manaus 80*
  - *Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços 81*
- **Atividade 3 – Task Forces – Covid-19 ..... 82**

Nota: dados até 31/12/2020

ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO

- **Acompanhamento dos Programas Estratégicos SEPEC**
  - *Redução do Custo Brasil* *87*
  - *Concorrência para Prosperidade* *98*
  - *A Grande Desregulamentação* *142*
  - *Programa Regionais e Setoriais* *156*
  - *Emprega Mais* *170*
  - *Investimento em Infraestrutura* *184*
  - *Brasil 4.0* *225*
  - *Prospera MPEs* *242*
- **Relatório de Acompanhamento Programas Estratégicos Vinculadas 256**
  - *Modernização do Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial* *257*
  - *Fortalecimento do Modelo da Zona Franca de Manaus* *267*
  - *Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços* *274*
- **Relatório de Acompanhamento Task Forces – Covid-19 ..... 296**
- **Anexo 1 - Reformulação Organizacional 309**
- **Anexo 2 - Gestão das Contribuições do Setor Produtivo 312**

Nota[1]: dados até 31/12/2020

Nota[2]: As informações contidas neste relatório servem também como subsídio para a elaboração do Relatório Integrado de Gestão do Ministério da Economia.

CAPÍTULO 1

A SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

Estrutura Organizacional
Secretaria Especial de Produtividade Emprego e Competitividade

A SEPEC



Carlos Da Costa
Secretário Especial de Produtividade Emprego e Competitividade

- **Missão:** *Viabilizar o aumento da produtividade e emprego, por meio da livre iniciativa, do mercado concorrencial, do capital humano e da modernização das empresas brasileiras*

A SEPEC é um órgão do **Ministério da Economia** responsável pela gestão integrada dos temas e políticas que devem resultar no aumento da produtividade e da competitividade do nosso país. Nesse sentido, algumas competências anteriormente vinculadas aos extintos Ministérios da Fazenda; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Trabalho e Emprego, bem como Indústria, Comércio Exterior e Serviços foram concentradas na SEPEC, que passou a contar com as seguintes áreas:



Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI)

A **SDI** responde pelo planejamento da infraestrutura nacional e subnacional, além do monitoramento do portfólio de projetos de desenvolvimento da infraestrutura e de aspectos relacionados à regulação e aos mercados afetos a temas de infraestrutura.

Pedro Capeluppi
Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura Substituto



Secretaria da Advocacia da Concorrência (SEAE)

A **SEAE** responde pelo debate acerca da proteção e estímulo à concorrência em todas as atividades, sobretudo no que tange aos aspectos legais e regulatórios, assim como pela articulação das estruturas de mercado, com vistas ao estímulo à concorrência e, consequentemente, à competitividade.

Geanluca Lorenzon
Secretário da Advocacia da Concorrência e Competitividade



Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação (SDIC)

A **SDIC** responsável pelas políticas de desenvolvimento da indústria, comércio e serviços, além da coordenação dos debates sobre inovação nesses segmentos, bem como a articulação das ações voltadas para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

Gustavo Leipnitz Ene
Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação



Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)

A **SPPE** responsável pela articulação das políticas de estímulo ao desenvolvimento do capital humano para atendimento da demanda do mercado e ao desenvolvimento e gestão de mecanismos que incrementem a empregabilidade e o próprio nível de emprego.

Fernando Holanda
Secretário de Políticas Públicas para o Emprego

Estrutura Organizacional
Secretaria Especial de Produtividade Emprego e Competitividade

A SEPEC

As **Vinculadas** do Ministério da Economia sob supervisão da SEPEC são entidades autônomas administrativa e financeiramente que fazem parte do ciclo de gestão para alcance dos resultados relativos a temas e políticas afetas à SEPEC, a saber



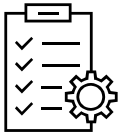
SUFRAMA

A SUFRAMA é Autarquia responsável pela gestão da Zona Franca de Manaus, modelo de integração econômica adotado para a região Norte do país, que busca garantir a soberania nacional, a preservação da floresta em pé e o desenvolvimento social.



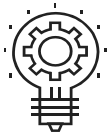
INPI

O INPI é órgão central do sistema brasileiro de propriedade industrial responsável pela execução da política nacional de propriedade intelectual do Estado, principalmente, por meio do registro e concessão de marcas, patentes, desenho industrial, transferência de tecnologia, indicação geográfica, programa de computador e topografia de circuito integrado.



INMETRO

O INMETRO é órgão do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial responsável por executar as políticas nacionais de metrologia, qualidade e tecnologia, com o objetivo de fortalecer as empresas nacionais, aumentando sua produtividade e competitividade, por meio da adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços.



ABDI*

A ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) incentiva a adoção e difusão de tecnologias para a transformação digital do setor produtivo. A Agência tem a missão de ser indutora da cultura de digitalização da economia e cumpre papel significativo no processo de formulação e execução de programas e projetos voltados para a transformação digital do setor produtivo brasileiro.

* Entidade de cooperação governamental supervisionada pela SEPEC.

Reformulação Organizacional
Secretaria Especial de Produtividade Emprego e Competitividade

A SEPEC

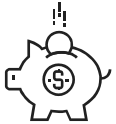
Informações sobre a origem da SEPEC

- O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços foram agregados as Secretarias de Desenvolvimento e Competitividade Industrial; de Comércio e Serviços; de Inovação e Novos Negócios; além da Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação; da Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica; e da Secretaria Especial de Micro e Pequenas Empresas*.
- O Ministério da Fazenda foi incorporado a Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência.
- O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, passou a integrar a Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura e o Departamento de Assuntos Microeconômicos e Regulatórios.
- O Ministério do Trabalho à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego**.

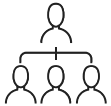
Decorrências objetivas da racionalização de estrutura



- Com a junção das estruturas anteriormente mencionadas, foi possível reduzir em aproximadamente 20% o quantitativo de cargos em comissão que atendiam as referidas áreas.



- O orçamento também foi racionalizado, sendo que para o ano de 2020 se prevê a utilização de aproximadamente 90,1% dos recursos que estavam orçados para o ano.***



- A Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC) surgiu no contexto de racionalização da máquina pública, e uniu áreas antes dispersas por 4 Ministérios distintos. Estruturando assim, a SDI, a SEAE, SDIC e SPPE.

* Com exceção do Departamento de Registro Empresarial e Integração; e da Junta Comercial do Distrito Federal que estão vinculadas à SEDGG.
** Com exceção do Departamento de Gestão de Benefícios (seguro desemprego e FAT) que hoje integram a SEPRT.
*** Valores demonstrados levando em consideração o total de recurso empenhado e o % de empenho da dotação atual.
Nota: O racional da reformulação organizacional encontram-se no **Anexo 1**



- A Sepec tem conduzido a sua atuação com o foco em três eixos estratégicos, voltados para: o **Ambiente de Negócios** de modo a reduzir o Custo Brasil em R$ 1 trilhão, aumentar a produtividade de Micro e Pequenas Empresas em 30%, e levar o Brasil ao Top 50 do *Doing Business* até 2022; o **Futuro Digital e Produtivo**, que visa aumentar a maturidade digital do setor produtivo em 20%, posicionar o país em Top 3 no Ecossistemas de *Startups* Mundial e qualificar 10 milhões de pessoas em Tecnologia da Informação (TI); o **Choque de Investimento Privado** que busca somar mais R$ 107 bilhões ao ano em investimento privados em infraestrutura e atingir a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no *ranking* do PMR em dois anos. Os 8 programas estratégicos da SEPEC, apresentados nos próximos capítulos estão distribuídos nesses 3 eixos

Levar o Brasil ao top 50 do Doing Business até 2022

Reduzir o Custo Brasil em R$ 1 Trilhão

+ 30% na produtividade de MPEs

Brasil Top 3 no ecossistema de Startups Mundial

Aumentar a Maturidade Digital do Setor Produtivo em 20 %

10 milhões de pessoas qualificadas em T.I

Atingir a média da OCDE no Ranking do PMR em 2 anos

+ R$ 107 Bilhões a.a. em Investimentos Privados em Infraestrutura

8 PROGRAMAS DIVIDOS EM 3 EIXOS

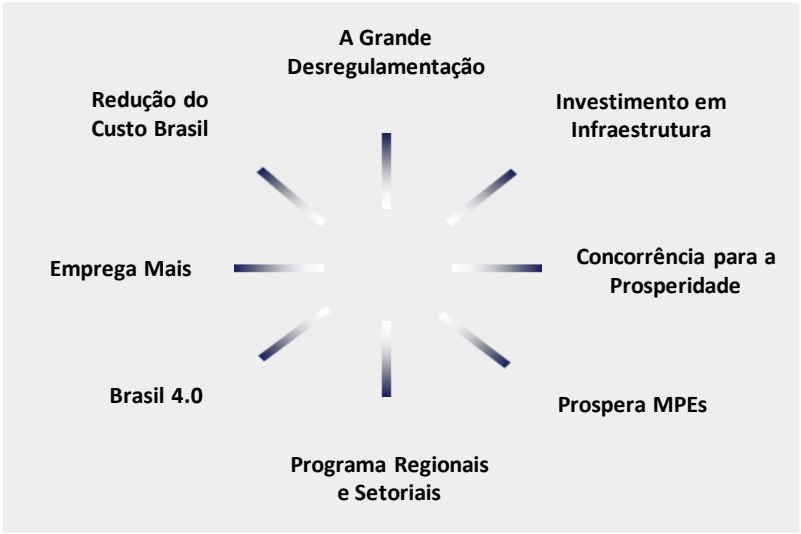
Ambiente de Negócios

Futuro Digital & Produtivo

Choque de Investimento Privado

- A Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC/ME) possui três grandes eixos de atuação estratégicos: (i) Ambiente de Negócios (ii) Futuro Produtivo e Digital, e (iil) Choque de Investimento Privado, que são compostos por 8 Programas Estratégicos (**Atividade 1**). Além disso, a SEPEC é responsável pelo acompanhamento dos programas estratégicos de suas vinculadas **(Atividade 2**). E para enfrentar os impactos econômicos da pandemia do Coronavírus, foram elaboradas 12 forças-tarefa estratégicas denominadas: *Task Forces Covid-19* **(Atividade 3)** .

Atividade 1 – Programas Estratégicos da SEPEC



Atividade 2 – Programas Estratégicos - Vinculadas

2.1 Modernização do Sistema Brasileiro de PI	2.2. Fortalecimento Modelo Zona Franca de Manaus	2.3 Melhoria da qualidade de produtos e serviços

Atividade 3 - Task Forces - Covid-19

3.1 Gestão das Contribuições do Setor Produtivo	3.5 Solução de Inovação de Startups	3.9 Planos Setoriais Críticos
3.2 Vamos Vencer	3.6 Garantia de Crédito ao Setor Produtivo	3.10 Mapeamento das Cadeias Produtivas
3.3 Oferta de Produtos Críticos	3.7 Elaboração e Articulação dos Instrumentos Legais	3.11 Ações Coordenadas para a Retomada com Zelo a Saúde
3.4 Portal de Qualificação	3.8 Barômetro Setorial	3.12 Plano de Recuperação Econômica

CAPÍTULO 2

ENTREGAS PARA A SOCIEDADE

Totalização de Entregas Para a Sociedade
Programas Estratégicos da SEPEC (Atividade 1)

Desde janeiro de 2019, a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade já realizou 118 entregas, entre medias legais e infralegais, como também, a conclusão de iniciativas que possuem impacto direto no aumento da competitividade no setor produtivo brasileiro. Os próximos subcapítulos objetivam detalhar cada uma dessas entregas, viabilizadas por meio dos 8 programas estratégicos da SEPEC.

	Legais e Infralegais	Demais Entregas	Total de Entregas
Redução do Custo Brasil	1	1	2
Concorrência para a Prosperidade	20	19	39
A Grande Desregulamentação	3	4	7
Programas Regionais e Setoriais	2	6	8
Emprega Mais	2	13	15
Investimento em Infraestrutura	5	10	15
Brasil 4.0	0	25	25
Prospera MPEs	0	7	7
Total	**33**	**85**	**118**

Apesar de estarem em tramitação no Congresso Nacional, as seguintes entregas legais, que não foram desenvolvidas integralmente pela SEPEC não foram contempladas como concluídas nesse documento: PL do Gás; PL Regieme de Partilha; PL Praticagem; PL Aquisição de Terras por Estrangeiros e PLS Conteúdo Local. Outras entregas legais, desenvolvidas pela SEPEC, enviadas ao Congresso Nacional estão detalhadas no subcapítulo Demais Entregas.

ENTREGAS DE MEDIDAS LEGAIS E INFRALEGAIS

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS SEPEC



Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	**Redução do Custo Brasil**	Lançamento do PMCC (Portaria SEPEC/ME Nº 12.302 de 28/11/19).	• Dispõe sobre a criação do Programa de Melhoria Contínua da Competitividade e cria o Comitê Deliberativo de Melhoria Contínua da Competitividade e dá outras providências.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Resolução CGSIM do Licenciamento Urbanístico Integrado publicada no DOU	• Estabelece o conceito de baixo risco para os licenciamentos de obras e habite-se, contemplando sistema nacional integrado entre CBMs e prefeituras; automatização dos licenciamentos de Baixo Risco B; digitalização dos procedimentos.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Resolução CNPE da abertura do refino – CNPE N°09/2019.	• Estabelece diretrizes para os desinvestimentos que venham a ser realizados por empresas que ocupem posição dominante no segmento de refino nacional.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Resolução que revoga subsídio de GLP - CNPE 17/2019.	• Revoga subsídio no mercado de GLP que ocasionava barreiras à entrada em vários segmentos da atividade.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE sobre Grupo de Trabalho de análise do Diesel Verde e do Processo H-BIO nº 13/2020	• Institui Grupo de Trabalho para avaliar a inserção de Diesel Verde e do ProcessoH-BIO na Política Energética Nacional.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE sobre concorrência no downstream - CNPE 12/2019.	• Publicada Resolução CNPE 12/2019, de 04/06/19, com diretrizes de incentivo à concorrência no setor de combustíveis.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE importação de insumo de biodiesel – Nº 9/2020.	• Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que autoriza o uso de matéria prima importada para a produção de biodiesel acatando proposta da SEAE de autorização em caráter permanente.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE sobre modelo de comercialização do biodiesel.	• Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabelece as diretrizes para a comercialização de biodiesel em todo território nacional, e dá outras providências

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Decreto de Monitoramento do Novo Mercado de Gás - Decreto Nº 9.934/2019.	• Institui comitê interministerial, no qual a SEAE participa, para monitorar a implementação das ações necessárias à abertura do mercado de gás natural e propor ao CNPE eventuais medidas complementares. É intitulado de Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN).
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Instrução Normativa sobre admissão temporária de FSRU – RFB N° 1989/2020.	• Instrução normativa publicada acatando proposta da SEPEC que visava conferir segurança jurídica para a inclusão de embarcações (FSRU), utilizadas na movimentação de GNL, no regime aduaneiro especial de admissão temporária de bens importados utilizados na indústria de petróleo e gás natural.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Portaria para Alfandegamento de FSRU - RFB 473/2020.	• Publicada Portaria RFB 473/2020 que implementa ajustes pretendidos no alfandegamento de FSRU (floating storage regasification unit) utilizado por terminais GNL.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE do novo mercado de gás natural - CNPE 16/2019.	• Estabelece diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural, nas condições possibilitadas pelo modelo regulatório vigente no país.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC

Eixo	Programa	Medida	Descrição
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Decreto que institui BidSim – Decreto N° 10.320/2020.	• Publicação do decreto que institui o Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e o seu Comitê Interministerial Executivo.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CNPE sobre prorrogação de contratos de E&P - 06/2020.	• Resolução publicada com aproveitamento parcial da NT da SEAE. A proposta da SEAE foi de tornar explicitada necessidade de justificar prorrogação com demonstração dos benefícios para União comparativamente ao leilão.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	PL de Reestruturação do FUST - PL 172/2020.	• Enviada para sanção presidencial em 26/11/2020. PL de Reestruturação do Fundo de Universalização de Telecomunicações dispõe sobre a destinação dos recursos, a administração, a finalidade e os objetivos do (Fust). Também prevê a administração do Fundo por um Conselho Gestor.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	PL IoT (Internet das Coisas) - PL 6.549/2019	• Enviada para sanção presidencial em 17/12/2020. Projeto de lei tem o objetivo de incentivar a chamada Internet das Coisas, reduzindo a zero as taxas de fiscalização de instalação e as taxas de fiscalização de funcionamento dos sistemas de comunicação máquina a máquina.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC

Eixo	Programa	Medida	Descrição
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Marco de Telecom - Lei Nº 13.879, de 3 de outubro de 2019.	• Publicada em 03/10/2019. Possibilita alteração do regime de concessões para autorizações, viabilizando investimentos privados no setor.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	MP Vsat - Medida Provisória 1.018/2020 publicada	• Medida de racionalização dos encargos setoriais existentes sobre a internet via satélite, que atualmente inviabilizam sua disseminação.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Decreto Cadastro Positivo - Decreto Nº 9.936/2019	• Sistematiza a avaliação e de concessão de scores de crédito a consumidores considerando seus padrões históricos de adimplência e o conjunto de seu relacionamento financeiro (empréstimos, cartões de credito, contas de serviços públicos, crediários, etc).
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Decreto de não renovação do acordo com o Chile - Decreto Nº 10.121/2019.	• Torna pública a decisão, pela República Federativa do Brasil, de não renovar a vigência do Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile sobre Transportes Marítimos, firmado em 25 de abril de 1974.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Resolução CPPI de Diretrizes Concorrenciais para o TRIP - CCPPI Nº 71/2019.	• Publicada resolução que opina favoravelmente à qualificação da política federal de estímulo ao transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	IN da Desoneração Regulatória – N° 111/2020.	• Estabelece os quesitos de referência para análises referentes a melhoria regulatória relacionada à diminuição dos custos de negócios.
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	Decreto de AIR - Decreto Nº 10.411/2020.	• Regulamenta a Análise de Impacto Regulatória, prevista na Lei das Agências - Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 e na Lei de Liberdade Econômica - Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	IN do FIARC- N°97/2020.	• Publicada instrução normativa que Estabelece o programa Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial e dá outras providências.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Portaria de agilização dos processos de ex-tarifário - Portaria Nº 309/2019.	• Estabelece regras procedimentais mais ágeis para análise de pedidos de redução temporária e excepcional da alíquota do Imposto de Importação para bens de capital - BK e bens de informática e telecomunicações - BIT sem produção nacional equivalente, por meio de regime de Ex-tarifário.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Rota 2030 - Portaria Interministerial P&D - Portaria Nº 3.852.	• Estabelece os termos, as condições, a forma de prestação de informações para elegibilidade e cômputo e o processo de análise dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento de que trata o Decreto nº 9.557 de 2018.
Futuro Produtivo Digital	Emprega Mais	Decreto da Estratégia - Decreto 10.110/2019.	• Publicado decreto que institui a Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego e o Conselho de Desenvolvimento do Capital Humano para a Produtividade e o Emprego.
Futuro Produtivo Digital	Emprega Mais	Estruturação do Fundo a Fundo: Resolução regulamentando o monitoramento e o Relatório de Gestão - Resolução CODEFAT n. 888 em 02 de dezembro de 2020	• Resolução para tratar do relatório de gestão do Sine e do acompanhamento e monitoramento da execução das ações e serviços do Sine,

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Investimento em Infraestrutura	Marco Legal Saneamento Básico - LEI Nº 14.026, de 15 de julho de 2020	• Publicada em 15/07/2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Atribui à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para editar normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.
Choque de Investimento Privado	Investimento em Infraestrutura	Decreto do CISB, Comitê Interministerial de Saneamento Básico - Decreto nº 10.430/2020	• Regulamenta o art. 53-A da Lei nº 11.445, de 2007, com a finalidade de assegurar a implementação da política federal de saneamento básico de que trata a referida lei, e de articular a atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal através do (CISB) quanto à alocação de recursos financeiros em ações de saneamento básico.
Choque de Investimento Privado	Investimento em Infraestrutura	Decreto do apoio técnico-financeiro – Publicação do decreto nº 10.588/2020	• Decreto que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União à adaptação dos serviços públicos de saneamento básico, e sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade - Medidas Legais e Infralegais

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Medida**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Decreto para a ampliação da infraestrutura de telecomunicações - Decreto Nº 10.480/2020.	• Decreto que regulamenta a "Lei das Antenas". Dispõe sobre medidas para estimular o desenvolvimento da infra. de redes de telecomunicações e regulamenta a Lei nº 13.116/2015.
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Planejamento Integrado de Longo Prazo - Publicação Decreto Nº 10.526/2020	• Publicado o Decreto Nº 10.526, de 20 de outubro de 2020, que institui o Comitê Interministerial de Planejamento da Infraestrutura e o Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura no âmbito do Governo federal.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

DEMAIS ENTREGAS

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS SEPEC



Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	**Redução do Custo Brasil**	Abertura do canal único de propostas para a sociedade.	• Ferramenta de análise e priorização das demandas do setor produtivo. Estabelecimento de canal transparente de comunicação com a sociedade civil.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Envio da minuta do **PL Engenheiros** ao Congresso Nacional.	• Retirada de barreiras concorrenciais à atuação de empresas e profissionais estrangeiros de engenharia, por meio da remoção de reservas de mercado e simplificação do processo de registro.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Minuta de **PL de Terras Indígenas** enviada ao Congresso Nacional.	• Enviado ao Congresso o projeto de lei estabelece condições para realização de pesquisa e lavra de recursos minerais, bem como aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Pró Terra - Nota Informativa sobre Portaria Inmetro 179/10	• levantamento de diversas possibilidades de aprimoramentos da regulação com potencial de reduzir custos de produção no Brasil. Uma delas é a respeito da certificação de equipamentos elétricos para uso em ambientes explosivos, como os que ocorrem em minas e outros ambientes de produção.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC

Eixo	Programa	Ação	Descrição
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Saúde - MIPs - Liberação da Regulação de Preços.	• Liberação gradual de medicamentos isentos de prescrição médica, medicamentos fitoterápicos, produtos tradicionais fitoterápicos e anestésicos locais injetáveis de uso odontológico da regulação para estabelecimento de preços e do ajuste anual estabelecidos pela CMED.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Combustíveis - Compromissos de desinvestimento da Petrobras em refino.	• O CADE e a Petrobras celebraram o Termo de Compromisso de Cessação por meio do qual a estatal se compromete a vender oito refinarias de petróleo, incluindo os ativos relacionados a transporte de combustível.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado do Gás - Compromissos da Petrobras de desinvestimentos e acesso de terceiros.	• O CADE e a Petrobras celebraram Termo de Compromisso de Cessação, em 08 de julho de 2019, decorrente de investigações na autarquia sobre supostas condutas anticompetitivas da Petrobras no mercado de gás natural no Brasil.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado do Gás - Decisão da Diretoria da ANP sobre especificação do gás.	• A ANP aprovou a revisão de registro constante da Ata da 1012ª Reunião de Diretoria, realizada em 12/03/2020, relativa ao encaminhamento da revisão da Resolução ANP nº 16, de 2008, que trata da especificação de gás natural, nacional e importado, comercializado no país.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Novo Mercado do Gás - Deliberação Mercado Livre SP.	• Publicação de Norma pela ARSESP que regulamenta mercado livre da comercialização de gás natural no Estado de SP, inclusive, condições de contratação do consumidor livre acatando sugestões da SEPEC que visam a redução do custo do gás.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Novo Mercado do Gás - Deliberação de Mercado Livre RJ.	• Publicada Deliberação AGENERSA 4142, de 2020, do mercado livre do Estado RJ.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	**Nota Técnica PL do Risco Hidrológico** (sem Brasduto) - Lei 14.052/2020.	• Publicada Lei sobre risco hidrológico com veto subsidiado pela SEPEC. Concluiu-se que o artigo implicava em risco potencial de causar distorções nas decisões de investimentos.
Choque de Investimento Privado	**Concorrência para Prosperidade**	Novo Mercado do Gás - Revisão da cobrança de ICMS no transporte de gás natural.	• Revisão da cobrança de ICMS no fornecimento de gás realizado no sistema integrado (malha de transporte), SINIEF 17/2019. Permitir a entrada de concorrentes da Petrobras nesse serviço.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado do Gás - Indicadores de monitoramento da política de abertura.	• SEAE participa oficialmente de Comitê Interministerial de Monitoramento da Política de Abertura do Gás Natural (CMGN). A pedido do comitê, a Secretaria tem construído base de dados de indicadores para monitorar essa política.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Novo Mercado do Gás - Nota técnica sobre CP ARSESP 10/2020 (Mercado Livre).	• Publicação de Nota Técnica referente à Consulta Pública nº10/2020 da ARSESP que apresenta proposta de regulamentação para o mercado livre de gás natural desse estado.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Crédito - Pagamentos de tributos federais por meio de DARF (Fintechs).	• Por iniciativa da SEAE junto a RFB, esta reviu o regulamento, publicando a Portaria ME n. 13, de 13/01/2020, que inseriu as fintechs na rede de arrecadação de receitas federais.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Crédito - Queda de tarifas da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).	• Instituições reclamaram junto à SEAE do alto custo operacional da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) e da falta de transparência na divulgação das metodologias de cálculo do custo. A Seae efetuou gestões e reuniões com a CIP, tendo havido redução de tarifas.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Crédito - Sancionado o Cadastro Positivo.	• O cadastro positivo, sistemática de avaliação e de concessão de scores de credito a consumidores considerando seus padrões históricos de adimplência e o conjunto de seu relacionamento financeiro.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Logística - PL BR do Mar Enviado ao Congresso Nacional	• Enviado ao Congresso o PL BR do Mar que visa estimular o uso da cabotagem, aumentar a frota nacional e equilibrar a matriz de transportes brasileira.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Logística - Estudo com WB p/ revisão das regras de alocação de slots (Res. ANAC 338/14)	• Concluído o estudo com o Banco Mundial e articulação em torno da adequação da Resolução ANAC nº 338, de 22/07/2014, às condições do mercado brasileiro.
Choque de Investimento Privado	Concorrência para Prosperidade	Pró Mercado de Capitais - Internalização de Ordens Negociais.	• Envio de parecer sobre alteração na Instrução CVM n. 461, de 23/10/2007, para permitir que corretoras efetuem a internalização da execução de ordens de compra/venda de ativos - o match/casamento entre ordens de compra e venda, fora do ambiente de bolsa de valores (B3).

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	Observatório de Desregulamentação - Curso Licenciamento 4.0.	• Oferta de curso direcionado para agentes públicos e cidadãos em geral que atuam ou tenham interesse na temática de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica.
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	Melhoria Regulatória - Calculadora de Onerosidade Regulatória.	• Lançamento da ferramenta de cálculo de custos regulatório decorrente de normas, para empresas, indivíduos e administração pública. Seu escopo abrange custos diretos e administrativos, sem incorporar os custos indiretos.
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	Melhoria Regulatória - Protocolo de Boas Práticas – Brasil x EUA.	• Assinado o Protocolo de Boas Práticas Regulatórias entre Brasil e EUA. Promove boas práticas regulatórias para a administração pública, compatibiliza o nosso arcabouço normativo e aproxima os países, reduzindo barreiras não-tarifárias ao comércio e facilitando futuros acordos.
Ambiente de Negócios	A Grande Desregulamentação	Melhoria Regulatória - Site Único (gov.br/reg).	• Colocado no ar site único e gratuito dedicado às regulações. https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/reg

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Programa Eficiência Máxima - Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica.	• Colocada no ar a Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica (PNME) para disseminar e promover mobilidade elétrica no Brasil.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Programa Eficiência Máxima - Prazo para análise de ex-tarifário.	• Redução do prazo de análise de ex-tarifário de 90 para 69 dias.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Programa Eficiência Máxima - Processos de PPB.	• Resolução de 66 Processos Produtivos Básicos no combate ao backlog.
Ambiente de Negócios	Programa Regionais e Setoriais	Estratégia rota 2030 – 01. Aaumento global dos índices de eficiência energética, desempenho estrutural e etiquetagem veicular no País.	• Definição dos parâmetros, processos, manuais e modelos para acompanhamento do atingimento das metas.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	**Programa Regionais e Setoriais**	Estratégia rota 2030 - 01 Promover o aumento global dos índices de eficiência energética, desempenho estrutural e etiquetagem veicular no País.	• Definição dos parâmetros, processos e manuais para verificação, acompanhamento e sanção relativas ao cumprimento das metas.
Ambiente de Negócios	**Programa Regionais e Setoriais**	Estratégia rota 2030 - 05 Implantar, acompanhar e expandir a atuação dos Programas e Projetos Prioritários.	• Definição dos parâmetros, processos, manuais e modelos para seleção de programas e projetos prioritários.
Futuro Produtivo Digital	**Emprega Mais**	Emprega Mais Qualificação - ACT Sebrae para vouchers.	• Firmado acordo de cooperação com o SEBRAE para oferta de cursos alinhados à demanda e no aumento da empregabilidade e da produtividade, abrangendo sistema de vouchers empresariais.
Futuro Produtivo Digital	**Emprega Mais**	Emprega Mais Qualificação - ACT Senai para vouchers.	• Firmado acordo de cooperação com o SENAI para oferta de cursos alinhados à demanda e no aumento da empregabilidade e da produtividade, abrangendo sistema de vouchers empresariais.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Produtivo Digital	Emprega Mais	Emprega Mais Qualificação - Edital do primeiro contrato de impacto social (CIS) publicado.	• Contrato de Impacto Social para qualificação de jovens para qualificação e empregabilidade.
Futuro Produtivo Digital	Emprega Mais	Emprega Mais Qualificação - Elaboração da Estratégia Nacional de Qualificação.	• Aprimora o alinhamento entre a oferta e a demanda de qualificação profissional e promove a oferta de cursos orientados à demanda, aumentando a empregabilidade dos trabalhadores para os desafios do futuro do trabalho.
Futuro Produtivo Digital	Emprega Mais	Emprega Mais Qualificação - Normatização do Fundo a Fundo com previsão de uso do SuperTec.	• Resolução do CODEFAT para regulamentação das transferências de recursos do FAT para os fundos locais de trabalho para a execução de cursos de qualificação profissional por estados e municípios.
Futuro Produtivo Digital	Emprega Mais	Emprega Mais Qualificação - Parceria para Educação Profissional ME/MEC.	• Oferta de qualificação profissional para empresas treinarem trabalhadores para novas vagas de emprego, por meio de parceria entre o Ministério da Economia e o Ministério da Educação.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas
Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Produtivo Digital	**Emprega Mais**	Emprega Mais Qualificação - Portal de Qualificação no Todos por Todos.	• Portal de qualificação profissional, focada na promoção da oferta de cursos alinhados à demanda e no aumento da empregabilidade e da produtividade, utilizando metodologias e ferramentas de captação de demanda por qualificação e intermediação de cursos.
Futuro Produtivo Digital	**Emprega Mais**	Emprega Mais Aprendiz - Aprendizagem Profissional 4.0.	• Projeto desenvolvido com o SENAI para elaboração de modalidade inovadora de aprendizagem profissional, por EaD, para formação direcionada para tecnologias habilitadoras da indústria 4.0.
Futuro Produtivo Digital	**Emprega Mais**	Sistema Informatizado Mais Aprendiz.	• Aumenta a efetividade da Aprendizagem Profissional, em termos de cumprimento da cota, melhoria da formação técnico-profissional e empregabilidade dos jovens aprendizes, no contexto dos novos desafios do mundo do trabalho.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Produtivo Digital	Emprega Mais	Emprega Mais SINE - Transformação Digital do SINE: MAPA DE INDICADORES.	• Ferramenta de apresentação dos índices de desempenho da Rede Sine. https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-indicadores-do-sine
Futuro Produtivo Digital	Emprega Mais	Emprega Mais SINE - Transformação Digital do SINE: MAPA DO EMPREGO.	• Ferramenta de apresentação de dados de emprego regionalizados e das vagas disponíveis no Sine de maneira intuitiva para os trabalhadores (Mapa do Emprego).
Futuro Produtivo Digital	Emprega Mais	Aperfeiçoamento das regras do microcrédito (Res. CMN 4713 2019).	• Amplia o acesso aos serviços financeiros, com orientação e treinamento, para trabalhadores autônomos e microempreendedores em todo o país, com fundamento no modelo de sucesso do BNB, atualizado, adaptado e ampliado.
Futuro Produtivo Digital	Emprega Mais	Microfinanças - Aperfeiçoamento do processo de cadastro de entidades no PNMPO.	• Aperfeiçoa a habilitação e o cadastro das instituições operadoras de que trata o caput do art. 3º da Lei n.º 13.636, de 20 de março de 2018, no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e dá outras providências.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas
Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Aproxima - Acordo Cooperação com município piloto.	• Celebração de acordo de cooperação com município para implantação do projeto piloto do Aproxima.
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Edição da Medida Provisória (MP Construção Civil + Aproxima).	• Alternativamente, inserção do texto referente ao Aproxima, que permite a destinação dos terrenos da União ao Programa, na MP 996/2020 da Casa Verde e Amarela.
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Energia para o Crescimento - Votação do PLS 232 pela CI do Senado.	• Tramitando no Senado o PLS que dispõe sobre o modelo comercial do setor elétrico, a portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica.
Choque de Investimento Privado	**Investimento em Infraestrutura**	Redução taxas IOT e VSAT.	• O objetivo é zerar as taxas de Fistel, CFRP e Condecine sobre IOT com o objetivo de massificar o uso da internet das coisas, base para a indústria 4.0 e igualar as taxas de VSAT aos de chips de celular para promover a massificação da banda larga em áreas remotas e isoladas

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC

Eixo	Programa	Ação	Descrição
Choque de Investimento Privado	Investimento em Infraestrutura	Ferrovias Produtivas - Consenso entre ME, MINFRA e SAG/Casa Civil.	• Consenso quanto ao texto do projeto de lei que destrava investimentos em infraestrutura ferroviária. Em especial, aos voltados para gargalos de acesso, novos ramais e extensões e ferrovias abandonadas.
Choque de Investimento Privado	Investimento em Infraestrutura	Choque de Investimento Privado em Infraestrutura - Proposta de alteração da Lei de Concessões entregue à CD.	• Aprimora o marco legal para a realização de parcerias de investimentos com o setor privado, com ênfase em regras que aumentem a segurança jurídica dos contratos, garantam a livre concorrência e o desenvolvimento do mercado de capitais.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Brasil Mais - Lançamento do Programa Reformulado.	• Programa focado no aumento da produtividade das empresas brasileiras de todos setores da economia oferece conteúdo online, capacitação, apoio técnico e consultoria a empresas para o aprimoramento de competências.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Programa Brasil Mais, Nova Governança - Decreto nº 9.892/2019.	• Altera o Decreto nº 9.547, de 30 de outubro de 2018, para instituir o Comitê de Orientação Estratégica do Programa Brasil Mais Produtivo.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Brasil Mais - Reformulação da Plataforma Web e inserção de novos conteúdos.	• Inserção de questionário ao público-alvo do programa para captar impactos e demandas derivadas da crise relacionada à pandemia.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Brasil Mais - Retomada dos atendimentos por SEBRAE e SENAI no âmbito do projeto Brasil Mais	• Cerca de 9,4 mil atendimentos do Brasil Mais iniciados no mês de novembro. Os participantes recebem capacitação, apoio técnico e consultorias para melhoria das competências gerenciais e digitais que resultem em aprimoramento de processos, redução de custos e aumento da produtividade.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Marco legal das Startups – PLP enviado, pela Casa Civil, ao Congresso Nacional	• Anteprojeto de Lei que visa melhorar o ambiente de negócios, facilitar o investimento nessas empresas, atrair talentos e alavancar o ecossistema de empreendedorismo inovador no Brasil.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	1º InovAtiva Experience de 2019 do 1º InovAtiva Conecta.	• O evento ocorreu na Escola de Negócios do Sebrae, em São Paulo, e contou com a presença de mais de 400 participantes, sendo 108 startups, 181 empreendedores e cerca de 170 investidores e mentores. Executadas mais de 60 atividades, entre mentorias, treinamentos de pitchs e palestras.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Ciclo de aceleração 2019.2 e de negócios de Impacto.	• InovAtiva Aceleração, com os dois ciclos de aceleração: mentoria e conexão de startups com investidores.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Evento InovAtiva Experience - Julho/2020.	• Realizado o encerramento do evento InovAtiva Experience, evento que concluiu o ciclo de aceleração do 1° semestre de 2020. Pela 1ª vez na história do programa, o evento foi realizado totalmente online e houve ainda o recorde de startups aceleradas e de mentores/investidores presentes.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Evento InovAtiva Experience - dezembro/2020.	• Evento de conexão com stakeholders do mercado em que se apresentam para uma banca de investidores, grandes empresas e aceleradoras. Restruturação do maior programa de aceleração de startups da América Latina, InovAtiva Brasil.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	InovAtiva 2021-2024 - Termo de Colaboração Assinado.	• Assinatura de celebração da parceria por parte da Organização da Sociedade Civil (OSC) para estruturação do maior programa de aceleração de startups da América Latina, InovAtiva Brasil.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC

Eixo	Programa	Ação	Descrição
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	InovAtiva Brasil - Ciclo 2020.1.	• Voltado para startups de todo o Brasil, conta com dois ciclos de aceleração ao ano e oferece capacitação, conexão e mentoria. Em cada edição, são selecionados até 160 negócios inovadores de todos os segmentos de atuação, que estejam em estágios de operação ou tração, de acordo com critérios de participação.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	InovAtiva Brasil - Ciclo 2020.2.	• Primeiro ciclo de aceleração para seleção das Startup e Divulgação e Inscrições.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	InovAtiva Conecta: Covid-19.	• Realizado Webinar com Atores Governamentais com instrumentos para apoiar startups com soluções focadas na Covid-19.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	InovAtiva SocioAmbiental - Ciclo 2020.	• Um desdobramento do InovAtiva Brasil, conta com todos os conteúdos deste, assim como conteúdos voltados para a aceleração de negócios inovadores que possuam o potencial de gerar lucro e, ao mesmo tempo, resolver um problema social ou ambiental.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Elab. Marco Referencial - Digitalização da Economia Brasileira.	• Elaboração de um plano de Transformação Digital para aumento de produtividade das empresas brasileiras.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Formalização da Câmara Brasileira da Indústria 4.0.	• Promove modernização da economia mediante um programa de transformação digital e coordena a política de Industria 4.0 no Brasil.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Inauguração do C4IR.	• Centro Afiliado para 4ª Revolução Industrial no Brasil atuará com marcos regulatórios e políticas públicas que acelerem a implementação, no território nacional e no mundo, de políticas de dados, Internet das Coisas, cidades inteligentes, robótica, Inteligência artificial e blockchain.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Programa prioritário de Indústria 4.0 e Modernização Industrial.	• Propicia uma maior adoção de tecnologias digitais e de Indústria 4.0, principalmente nas pequenas e médias empresas.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Adesão ao Protocolo de Madri.	• Adesão ao Protocolo de Madri que busca desburocratizar o registro internacional de marcas.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Adesão ao Tratado de Budapeste.	• Adesão ao Tratado de Budapeste para o depósito internacional de microrganismos relacionados a patentes.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Ampliados os acordos com o PPH (Patent Prosecution Highway).	• Auxilia os depositantes em seus esforços para obter direitos patentários com maior segurança jurídica e de modo mais eficiente em diversos países.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Diagnóstico geral do sistema de Propriedade Intelectual do Brasil.	• Diagnóstico geral do sistema de Propriedade Intelectual do Brasil para definição de futuras ações no projeto PI Classe Mundial.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Plano de Combate ao Backlog de pedidos de patentes.	• O Plano de Combate ao Backlog de Patentes é uma estratégia que pretende diminuir em 80% o estoque de pedidos pendentes de exame – o chamado backlog – até 2021.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Divulgação da Proposta final da Estratégia de Propriedade Intelectual	• São propostas mais de 210 ações para transformar o sistema de Propriedade Intelectual brasileiro para incentivar a criatividade e os investimentos em inovação.
Futuro Produtivo Digital	Brasil 4.0	Recriação do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI).	• O GIPI foi recriado em julho de 2019, para propor ações e coordenar a atuação do governo federal no tema propriedade intelectual.
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Aprovação do Marco Legal do Reempreendedorismo PLP 33/2020 no Senado.	• Aprovação no Senado Federal do Marco Legal do Reempreendedorismo, que estabelece a renegociação especial extrajudicial, a renegociação especial judicial e a liquidação especial sumária, bem como altera a falência das microempresas e empresas de pequeno porte.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas

Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Pautar o Marco Legal do Reempreendedorismo PLP 33/2020 no Senado.	• Institui o Marco Legal do Reempreendedorismo, que estabelece a renegociação especial extrajudicial, a renegociação especial judicial e a liquidação especial sumária, bem como altera a falência das microempresas e empresas de pequeno porte.
Futuro Digital e Produtivo	Prospera MPEs	Novas Funcionalidades no Portal do Empreendedor - Desenvolvimento do Emprestômetro.	• Contabiliza, em tempo real, os empréstimos realizados por meio de programas públicos de acesso a crédito. A ferramenta foi desenvolvida e é operacionalizada pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC) do Ministério da Economia, com apoio do Sebrae.
Ambiente de Negócios	Prospera MPEs	Assinatura de Convênio de Cooperação CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina).	• Assinatura de Convênio de Cooperação com o Banco de Desenvolvimento da América Latina para financiamento de consultoria para desenvolvimento do sistema de garantias e das outras ações de crédito.
Futuro Digital e Produtivo	Prospera MPEs	Desenvolvimento de buscador de crédito com cotação de meio de pagamento dentro do Portal do Empreendedor.	• Proporciona ao cidadão uma funcionalidade no canal digital crédito (www.portaldoempreendedor.gov.br) que possibilita receber das instituições financeiras os custos e condições do serviço Meio de Pagamento.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

Entregas Para a Sociedade – Demais Entregas
Relatório de Acompanhamento SEPEC/ME 2020

A SEPEC			
Eixo	**Programa**	**Ação**	**Descrição**
Futuro Digital e Produtivo	**Prospera MPEs**	Acesso às Novas funcionalidades no Portal do Empreendedor para Micro e Pequenas Empresas.	• Serviço que busca facilitar o acesso do Microempreendedor Individual e da Micro e Pequena Empresa à diversas soluções financeiras no Portal do Empreendedor que ajudam sua empresa a crescer.
Futuro Digital e Produtivo	**Prospera MPEs**	Nas novas funcionalidades no Portal do Empreendedor foi possibilitado o retorno da solicitação de produtos e serviços financeiros pela da entidade credenciada para o empreendedor dentro da solução.	• Canal para criar solicitações de produtos e serviços financeiros. Estas solicitações são encaminhadas para as instituições escolhidas, juntamente com documentação pessoal e empresarial. Este processo facilita o trâmite da solicitação e garante que empreendedor possa ter acesso a diversas soluções de maneira totalmente eletrônica.

Obs.: fases intermediárias de uma mesma entrega não estão detalhadas nesse relatório.

DEMAIS ENTREGAS

VINCULADAS



Resultados para a Sociedade. Entidades Vinculadas
Relatório de Acompanhamento

A SEPEC

Eixo	Órgão Responsável	Resultados para a Sociedade
Fortalecimento do modelo da Zona Franca de Manaus	Superintendência da Zona Franca de Manaus	• 146 aprovações de projetos industriais e de serviços pelo Conselho de Administração da SUFRAMA em 2020; • De acordo com os pareceres dos projetos industriais e de serviços analisados, na Zona Franca de Manaus houveram 14.811 mil empregos gerados; • Total de US$ 1,6 bilhão Investimentos privados na Zona Franca de Manaus; • Projeção de faturamento para ZFM de US$ 9,6 bilhões em até 3 anos.
Fortalecimento do modelo da Zona Franca de Manaus	Superintendência da Zona Franca de Manaus	• Revisão e simplificação de marcos legais: maior agilidade na análise de projetos industriais e de serviços e na disposição e a utilização dos lotes disponibilizados pela SUFRAMA a empresas; • Resolução 204 foi colocada em revisão pelo CAS na 295ª Reunião
Fortalecimento do modelo da Zona Franca de Manaus	Superintendência da Zona Franca de Manaus	• Captação de novos investimentos nas áreas de livre comércio da SUFRAMA (Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá): 4,4 milhões para implantação de indústrias de etanol de milho

Resultados para a Sociedade. Entidades Vinculadas
Relatório de Acompanhamento

A SEPEC

Eixo	Órgão Responsável	Resultados para a Sociedade
Modernização do Sistema Brasileiro de PI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial	• Plano de Combate ao Backlog implantado: mais de 70 mil processos de patentes decididos em 16 meses (Publicação das Resoluções INPI/PR n° 240 e nº 241/2019 e das Normas de Execução SEI n° 1 e nº 7/2019/DIRPA/PR) - redução de 50% do backlog
Modernização do Sistema Brasileiro de PI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial	• Operacionalização do Protocolo de Madri: liberado sistema para via internacional única para depósito de marcas a baixo custo em mais de 120 países (Decreto nº 10.033/2019)
Modernização do Sistema Brasileiro de PI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial	• Plano PI Digital: 100% dos serviços do Instituto acessíveis ao cidadão por meio digital.
Parcerias Estratégicas	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	• Agilização de procedimentos de anuência de importação para operadores certificados de baixo risco (Portaria Conjunta INMETRO-RFB – Adesão ao Programa Operador Econômico Autorizado Integrado).

DEMAIS ENTREGAS

12 TASK FORCES - COVID19



Resultados para a Sociedade – 12 Task Forces –Covid-19

Relatório de Acompanhamento SEPEC, ME 2020

A SEPEC	
Eixo	**Resultados para a Sociedade**
Task Forces - Covid-19	• O **PEAC FGI** proporcionou mais de 136 mil contratos resultando em um valor total contratado de mais de R$ 92 bi; • O **PRONAMPE** proporcionou mais de 516 mil contratos e um total de R$ 37,5 bi; • O **Fundo de Apoio a Micro e Pequena Empresa (FAMPE)** proporcionou mais de 32 mil contratações de linhas de crédito, resultando em um valor total contratado de mais de R$ 2,3 bi; • O **PEAC Maquininhas** proporcionou mais de 114 mil contratos e um total de R$ 3,1 bi. • Resultado em um total de mais de R$ 134 bi em mais de 798 mil contratos.
Task Forces - Covid-19	• O Portal Vamos Vencer* facilitou o entendimento do setor produtivo a respeito das centenas de ações apresentadas pelo Governo Federal, segmentando as ações por Setor e Perfil do empreendedor.
Task Forces - Covid-19	• Com a Gestão das 3.005 Contribuições do Setor Produtivo, 1.479 foram implementadas totalmente ou parcialmente em diversas categorias como: fôlego ao fluxo de caixa, manutenção da oferta de bens e serviços, desburocratizações, crédito, setoriais, trabalhistas e preservação do consumo responsável.
Task Forces - Covid-19	• Lançamento do Portal de Qualificações** com mais de 700 cursos gratuitos e mais de 1,4 milhões de acessos únicos desde 3 abril de 2020. Os cursos oferecidos são frutos de parcerias com por renomadas escolas de negócios e de qualificação profissional. Entre elas: Microsoft, Conquer, Senai, Senat, Sebrae, Edu Livre, English Live (EF), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Bradesco, Google, e várias outras.

*Site: (https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/covid-19)

**Site: (https://www.gov.br/pt-br/todosportodos/cursos-ead)

Resultados para a Sociedade – 12 Task Forces –Covid-19

Relatório de Acompanhamento SEPEC, ME 2020

A SEPEC	
Eixo	**Resultados para a Sociedade**
Task Forces - Covid-19	• **Remarque Não Cancele** (MPV n 948), voltada ao setor de turismo e hotelaria, que permite ao consumidor que altere suas reservas, compras e viagens agendadas antes da pandemia, de maneira a não causar grande déficit de caixa a empresas de todo o país.
Task Forces - Covid-19	• **Demodays Online do InovAtiva Conecta** resultou em 66 startups participantes e 56% das startups que responderam a avaliação de impacto foram contactadas por potenciais investidores e clientes após as apresentações online. Com relação a visibilidade do programa, houveram cerca de 3.400 acessos aos vídeos dos demodays. • **Site InovAtiva Coronavírus,** o programa de aceleração de startups InovAtiva Brasil reuniu em seu site informações sobre iniciativas de apoio à startups no combate à COVID-19 e foi acessado mais de 7.200 vezes.
Task Forces - Covid-19	• **Soluções de Inovações de Startups** resultou em parcerias com Startups para a produção mensal dos seguintes testes: (i) PCR (1.770.000 testes);(ii) Elisa (1.498.000 testes); (iii) Rápido (7.600.000 testes)
Task Forces - Covid-19	• **Stand-Still** dos empréstimos do setor de saneamento básico com recursos do FGTS (R$ 700 milhões).
Task Forces - Covid-19	• **MP 952**, garante o diferimento de encargos para o setor de Telecom (R$4 bilhões).

Resultados para a Sociedade – 12 Task Forces –Covid-19

Relatório de Acompanhamento SEPEC, ME 2020

A SEPEC	
Eixo	**Resultados para a Sociedade**
Task Forces - Covid-19	• **MP 950**, garante a isenção de tarifa de energia elétrica à população de baixa renda (R$900 milhões).
Task Forces - Covid-19	• **Decretos 10.350 e 10.377**, regulamenta a operação financeira de garantia ao fluxo de caixa do setor elétrico (R$16 bilhões), bem como oferece aos grandes consumidores de energia a oportunidade de parcelar os valores referentes à sua demanda contratada (contratos “take or pay”).
Task Forces - Covid-19	• **(i) Álcool Gel 70% e (ii) Álcool 70%:** (i) Desenvolvimento junto a iniciativa privada para inovação e desenvolvimento de novo espessante (insumo gel) e inclusão de novos produtores (setores de bebidas, cosméticos, tintas, higiene e limpeza, etc). Produção mais do que triplicada. Possibilidade de Brasil se tornar exportador do produto. (ii) Articulação com as entidades produtoras e flexibilização das normas da ANVISA para aumento do número de empresas produtoras.
Task Forces - Covid-19	• **Máscaras e Aventais hospitalares**. - Articulação com setor têxtil, montadoras de veículos e empresas de celulose para aproveitamento da capacidade instalada ociosa para produção. Crescimento em 15 vezes da oferta pré-crise.

Resultados para a Sociedade – 12 Task Forces –Covid-19

Relatório de Acompanhamento SEPEC, ME 2020

A SEPEC

Eixo	Resultados para a Sociedade
Task Forces - Covid-19	• **Portaria nº 102, de 20 de março de 2020:** Através da simplificação de procedimentos para certificação de produtos estratégicos é suspenso pelo prazo de 12 meses a compulsoriedade da certificação de EPIs e de luvas, mantidos os requisitos de segurança dos produtos.
Task Forces - Covid-19	• **Portaria nº 149, de 7 de abril de 2020:** Criação da modalidade de trâmite prioritário, em caráter emergencial, para os processos de patente relacionados com o tratamento de doenças provocadas pelo Covid-19.
Task Forces - Covid-19	• **Portaria º 320, de 24 de abril de 2020:** Abre a possibilidade para que as empresas beneficiadas pela Lei de Informática da Zona Franca de Manaus (ZFM) aportem, até o dia 31 de dezembro deste ano, recursos das obrigações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em projetos que gerem produtos, serviços ou processos – incorporando características inovadoras regionais – que auxiliem no combate ao novo coronavírus (Covid-19) nos estados da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia) e Amapá.
Task Forces - Covid-19	• **Ventiladores Pulmonares:** Coordenação de consórcios de empresas industriais e planejamento da produção de mais de 16.200 ventiladores pulmonares, doados ou adquiridos por meio de Contratos com o SUS e cerca de 3.500 reparados através de parcerias com a iniciativa privada.

CAPÍTULO 3

ATIVIDADE 1

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS SEPEC

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | Atividade 2 | Atividade 3

1. Redução do Custo Brasil

Detalhamento

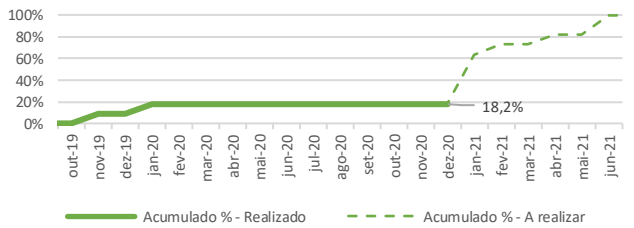
- **Justificativa do Programa:** toda a complexidade dos aspectos legais e burocráticos do país aumentam o chamado custo Brasil. Esse cenário dificulta a sobrevivência e inibe a abertura de novas empresas. Percebeu-se, também, a necessidade de se estabelecer um canal de comunicação efetivo e transparente entre o setor produtivo e o Governo Federal para que as contribuições possam ser aproveitadas na elaboração de projetos.
- **Evidência:** custo brasil apurado em R$ 1,5 trilhões[1]; Posição do Brasil no ranking Doing Business = 124° de 190 países em 2019
- **Objetivos do Programa:** diminuir custo Brasil e promover a melhoria do ambiente de negócios.
- **Indicador Estratégico:** posição no ranking Doing Business e Custo Brasil
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios

- **Projetos:**
  - Programa de Melhoria Contínua da Competitividade
  - Pró-Segurança Jurídica
  - Ambiente de Negócios

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022
- **Meta Estratégica:**
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão

Avanço das Entregas



[1]Boston Consulting Group, 2019.

Redução do Custo Brasil
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Programa da melhoria contínua da competitividade (PMCC 2.0)	• Objetiva reduzir o custo Brasil ao aumentar nível de agilidade e transparência do governo, criar canal de comunicação com o setor privado e acompanhamento da sociedade das medidas submetidas e em andamento, fazendo com que as políticas públicas adotadas possam ser mais efetivas e de fato proporcionarem uma melhoria do ambiente de negócios.	• Abertura de Canal único de proposta para sociedade; • Lançamento PMCC - Portaria SEPEC/ME nº 12.302/2019; • Sistema de priorização implementado;	• Construção de ferramenta CRM para sociedade com mapeamento e status dos pleitos Real Time; • Publicação de Decreto regulamentando o PMCC 2.0; • Relatório de ações e mensuração do impacto na redução do custo Brasil de proposições do setor produtivo;
Pró Segurança Jurídica	• Promove melhoria no ambiente de negócios no Brasil ao dar mais previsibilidade às decisões judiciais e conter a crise numérica da Justiça.	• Avaliar, definir, propor e acompanhar as estratégias dos GTAs. • Definição de próximos passos/plano de ação.	• PL de Segurança Jurídica.
Ambiente de Negócios	• Traça estratégia e implementa instrumentos legais para: estar no top 50 no ranking Doing Business até 2022 e atingir a média da OCDE no Product Market Regulation até 2022 (resultados demonstrados em 2023).	• Elaboração do Plano de Ação; • Elaboração da Minuta de Medida Provisória do Ambiente de Negócios.	• Relatório com Estratégia do caminho para o Top 50 • Medida Provisória do Ambiente de Negócios • Medida Provisória do Sistema Brasileiro de Recuperação de Ativos

Legado: Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão; + 30% de produtividade das MPEs; Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022.
Metas Estratégicas: Posição no ranking Doing Business - Classificação Geral – Banco Mundial: da 124ª para a 50ª posição (2022);

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência para a Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2. Concorrência para a Prosperidade

Detalhamento

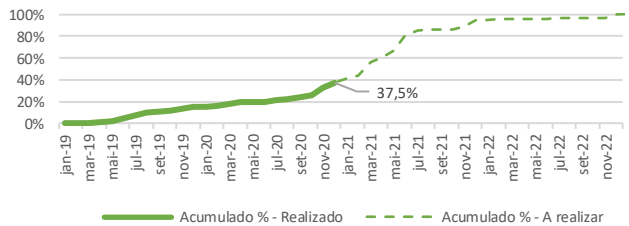
- **Justificativa do Programa:** o país encontra-se em baixas posições nos rankings de competitividade, as evidências mostram a necessidade de melhorias no ambiente de negócios e incentivo à concorrência.
- **Evidência:** posição do Brasil no ranking Doing Business = 124° de 190 países; Posição do Brasil no Pilar 7 Product Market do GCI = 124° de 190 países (Publicação de 2019).
- **Objetivos do Programa:** desburocratizar, desverticalizar, e contribuir para a evolução positiva da competição e funcionamento dos mercados.
- **Indicador Estratégico:** posição no ranking Doing Business e no Pilar 7 do Global Competitiveness Index.
- **Eixo Estratégico:** Choque de Investimento Privado

- **Projetos:**
  - Pró Liberdade Profissional
  - Pró Terra
  - Novo Mercado de Gás
  - Pró Construção Civil
  - Pró Saúde
  - Pró Combustíveis
  - Novo Upstream – E&P
  - Pró Conecta
  - Pró Crédito
  - Pró Logística
  - Pró Mercado de Capitais
  - Reg OCDE
  - Pró Comex
  - Pró Turismo

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura
  - Atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos
- **Meta Estratégica:**
  - Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do Global Competitiveness Index até 2022

Avanço das Entregas



Concorrência Para a Prosperidade
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para a Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Pró-Construção Civil	• Estabelece medidas de desoneração, desregulação e liberalização do setor de construção civil além da automatização dos licenciamentos de Baixo Risco B e digitalização dos procedimentos.	• Elaboração do Plano de Ação	• MP da Construção Civil publicada no DOU; • Resolução CGSIM do Licenciamento Urbanístico Integrado publicada no DOU.
Pró-Liberdade profissional	• Promove a retirada de barreiras concorrenciais para atuação profissional.	• PL Engenheiros enviado ao Congresso Nacional.	• Aprovação do PL dos Engenheiros no CN; • Portaria Regulamentação Revalidação de Diplomas; • Portaria para atração de estrangeiros qualificados; • Envio do PL de Liberdade Profissional Arq, Cont, Corret e Adv ao Congresso.
Pró-Terra	• Visa incentivar o investimento privado de empresas nacionais e estrangeiras por meio de conjunto de iniciativas para eliminar barreiras regulatórias e reduzir custos de transação que comprometem a utilização econômica eficiente da terra.	• Minuta de PL de Terras Indígenas enviada à Casa Civil; • Minuta de PL de Terras indígenas em tramitação no Congresso Nacional; • PL de aquisição de terras por estrangeiros enviado ao Congresso; • PL de aquisição de terras por estrangeiros aprovado pelo Senado Federal em 15/12/2020.	• Aprovação do PL de aquisição de terras por estrangeiros no Congresso; • Aprovação do PL de Modernização das Concessões Florestais no Congresso; • Publicação MP do Setor Nuclear; • Aprovação PL de Desapropriação; • Aprovação PL de Faixa de Fronteira; • Publicação Decreto Faixa de Fronteira

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: Posição no ranking Doing Business - Classificação Geral – Banco Mundial: da 124ª para a 50ª posição (2022); Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Concorrência Para a Prosperidade
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para a Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Novo Mercado de Gás	• Estímula à concorrência e desburocratização do mercado de gás natural e combustíveis (derivados de petróleo e renováveis).	• Edição de resoluções da ANP e CNPE para integração do setor industrial com o setor de gás natural e promoção da concorrência nas indústrias de gás natural e combustíveis; • Edição de outros atos infralegais e legais para promoção da concorrência; • Aprovação do substitutivo ao PL 6407/2013.	• Privatização da Gaspetro; • Arrendamento de terminal GNL- BA; • Regulação da comercialização e carregamento de gás natural; • Chamada Pública do Gasbol; • Resolução sobre códigos comuns de acesso ao sistema de transporte.
Pró-Saúde	• Aperfeiçoamentos regulatórios para a promoção da concorrência no setor de saúde.	• Elaboração do Plano de Ação; • MIPs - Liberação da Regulação de Preços.	• Revisão da Resolução CMED n° 02/2004: (i) Precificação de inovação incremental; e (ii) Precificação de biossimilares; • Revisão do marco da saúde suplementar: (i) restabelecer os mecanismos de regulação financeira para as operadoras de planos de saúde; (ii) Revisar controle de preços de planos individuais; • Revisão de normas que criam barreiras às health-techs; • Publicação da MP da saúde.

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: Posição no ranking Doing Business - Classificação Geral – Banco Mundial: da 124ª para a 50ª posição (2022); Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Concorrência Para a Prosperidade
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para a Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Pró-Combustíveis	• Iniciativas de revisão regulatória para incentivar a concorrência e a redução de custos de transação.	• Compromissos de desinvestimento da Petrobras em refino; • Resolução que revoga subsídio de GLP; • Resolução CNPE sobre concorrência no downstream; • Resolução CNPE da abertura do refino; • Resolução CNPE importação de insumo de biodiesel.	• Resolução ANP sobre venda direta de etanol; • Resolução CNPE sobre abastecimento do mercado GLP; sobre modelo de comercialização do biodiesel; sobre monitoramento e coordenação do mercado de combustíveis; sobre Grupo de Trabalho de análise do Diesel Verde e do Processo H-BIO.
Novo Upstream - Segmento de E&P	• Engloba aperfeiçoamentos regulatórios para a promoção da concorrência nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.	• Resolução CNPE sobre prorrogação de contratos de E&P; • Decreto 10.320/2020: institui BidSim	• PL do regime de partilha (PL 3178/19); • PLs de conteúdo local.
Pró-Conecta	• Traz medidas que visam eliminar barreiras regulatórias que comprometem o setor de telecomunicações, facilitar o investimento de capital estrangeiro no país, incentivar investimento privado de companhias nacionais, reduzir custos de transação dos setores público e privado, diminuir insegurança jurídica no setor e viabilizar novos modelos de negócios.	Aprovados no Congresso Nacional: • PLC 79 - Novo Marco de Telecom; • PL de Reestruturação do FUST; • PL IoT - PL 6.549/2019; • Enviado ao Congresso Nacional MP Vsat; • Enviado ao Congresso Nacional PL dos serviços de comunicação audiovisual sob demanda (VoD) enviado ao Congresso.	• MP Vsat; • Análise concorrencial no modelo de desestatização da Telebrás; • NT sobre aspectos concorrênciais da segurança Cibernética no 5G; • Leilão 5G; • Decreto de desburocratização do investimento estrangeiro em Telecom; • PL p/ modular princípios de neutralidade da rede ao novos serviços do 5G; • PL dos serviços de comunicação audiovisual sob demanda (VoD); • Portaria SBAC/INMETRO - repetição de ensaios e investimentos desnecessários.

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: Posição no ranking Doing Business - Classificação Geral – Banco Mundial: da 124ª para a 50ª posição (2022); Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para a Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Pró-Crédito	• Remoção e aprimoramentos regulatórios no setor para maior dinamização no mercado de crédito por meio de redução de taxas e maior acesso	• Sancionado o Cadastro Positivo; • Queda de tarifas da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); • Pagamentos de tributos federais por meio de DARF (Fintechs); • Decreto nº 9.936 (Regulamenta Cadastro Positivo).	• PL Mutualismo no setor de seguros; • Primeira Onda do Open Banking.
Pró-Logística	• Desenvolvimento da logística no Brasil por meio de aprimoramentos regulatórios que aumentem a concorrência, com maior oferta de serviços e melhoria do ambiente de negócios.	• Nota Técnica sobre PL 3819-2020 sobre Triip; • Revisão das regras de slots em Congonhas (Decisão ANAC 109/2019); • Resolução CPPI de Diretrizes Concorrenciais para o Triip; • PL BR do Mar enviada ao Congresso;	• MP da cabotagem; • PL BR do Mar aprovada no Congresso; • PL da Praticagem (PL 4.392/2020); • PL 3819, de 2020, sobre Triip; • PL das Ferrovias Privadas (PLS 261/2018); • PL de Revisão do AFRMM.
Pró-Mercado de Capitais	• Remoção e aprimoramentos regulatórios no setor para maior dinamização no mercado de capitais por meio de redução de taxas e maior acesso.	• Internalização de Ordens Negociais.	• PL Proteção dos investidores minoritários.
Reg- OCDE	• Melhores práticas regulatórias com foco em promoção da competitividade.	• Diagnóstico das dimensões para entendimento dos gaps e priorização dos trabalhos; • Mapeamento dos principais stakeholders; • Definição de prioridades, ordem e plano de trabalho; • Fase 1 - 6 dimensões do PMR - ciclo de trabalho concluído	• Análise das dimensões dos subcomponentes do indicador PMR, da OCDE; • Estratégia de melhoria regulatória: PMR OCDE; • PL Lobbying.

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: Posição no ranking Doing Business - Classificação Geral – Banco Mundial: da 124ª para a 50ª posição (2022); Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Concorrência Para a Prosperidade
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para a Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Pró-Comex	• O Pró-Comex trabalha para que o comércio exterior seja uma via efetiva de concorrência no mercado local, promovendo uma maior contestabilidade do mercado por parte das importações.	• Elaboração do Plano de Ação;	• OCDE - Peer Review • Decreto de Medidas Compensatórias; • ADTs Emirados Árabes, Suíça e Cingapura; • ADT com Reino Unido;
Pró-Turismo	• Implementação de medidas legais que garantam segurança jurídica à investidores no setor para resultar em relevante atração de investimentos na infraestrutura hoteleira, turística e logística, com impactos na economia e na geração de emprego e renda.	• Elaboração do Plano de Ação;	• PL Delegação de competência sobre Resorts Integrados • PL Áreas Especiais de Interesse Turístico

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: Posição no ranking Doing Business - Classificação Geral – Banco Mundial: da 124ª para a 50ª posição (2022); Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3. A Grande Desregulamentação

Detalhamento

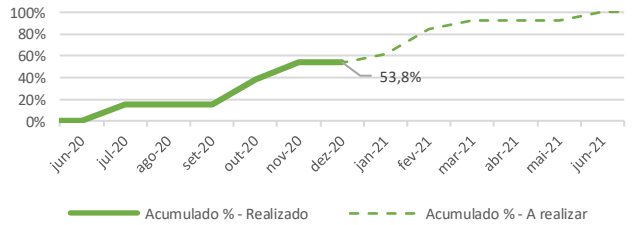
- **Justificativa do Programa:** a alta carga regulatória inibe a alocação eficiente de recursos e constitui barreira não-tarifária ao comércio internacional de serviços, com impactos na produtividade e na competitividade. A baixa posição do país nos rankings citados é reflexo de um arcabouço regulatório que prejudica o ambiente concorrencial e a liberdade econômica.
- **Evidência:** estima-se que o custo no Brasil para atuar em ambiente jurídico-regulatório tem uma diferença entre 160 a 200 bilhões de reais ao ano em relação à média dos países da OCDE.
- **Objetivos do Programa:** melhorar o ambiente de negócios, a competitividade e a participação do Brasil no comércio internacional.
- **Indicador Estratégico:** ranking Doing Business do Banco Mundial; GCI Pilar 07 (Product market)
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios

- **Projetos:**
  - Lei da Liberdade Profissional
  - Observatório de Desregulamentação
  - Melhoria Regulatória
  - FIARC - Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022
- **Meta Estratégica:**
  - Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do Global Competitiveness Index até 2022
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022

Avanço das Entregas



Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Lei de Liberdade Profissional	• Medidas de retirada de barreiras concorrenciais por meio da desregulamentação do mercado de trabalho profissional.	• Elaboração do Plano de Ação.	• Enviar PL de Liberdade Profissional ao Congresso.
Observatório de Desregulamentação	• Implantação do observatório Nacional de Desregulamentação, seguindo as práticas definidas no Manual de Melhoria Regulatória, contendo as aspirações regulatórias do país, o framework de desregulamentação e o compêndio das boas práticas de desregulamentação.	• IN da Desoneração Regulatória; • Curso de Licenciamento 4.0.	• Decreto do Observatório; • Implantação do Observatório;
FIARC - Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial	• Aprimora o conjunto de normas infralegais que disciplinam questões de natureza regulatória e concorrencial no Brasil. O programa buscará identificar e avaliar, nesse conjunto de normas, aquelas que possam potencialmente causar distorção ou que possuam caráter anticompetitivo.	• Conclusão da Consulta Pública 01/2020; • Publicação da IN do FIARC.	• Início das avaliações no âmbito do FIARC.
Melhoria Regulatória	• Medidas transversais que ajudam a melhorar o ambiente regulatório do Brasil, com impactos positivos na competitividade e no ambiente de negócio do país.	• Decreto de AIR; • Protocolo de Boas Praticas Regulatórias BR/EUA; • Fórum de Reguladores Federais; • Site Único (gov.br/reg); • Calculadora de Onerosidade Regulatória.	• Resolução Conmetro Padrões Internacionais; • Automatização do Site Único (gov.br/reg); • Agenda Regulatória para Leis; • Guia para Decreto AIR (10.411/2020).

Legado: Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão; + 30% de produtividade das MPEs; Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022.
Metas Estratégicas: Posição no ranking Doing Business - Classificação Geral – Banco Mundial: da 124ª para a 50ª posição (2022); Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programas Regionais e Setoriais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

4. Programas Regionais e Setoriais

Detalhamento

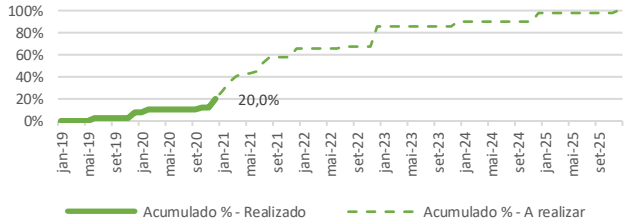
- **Justificativa do Programa:** Tendo em vista as baixas posições do país nos rankings mundiais e os diferentes cenários do país de extensões continentais, justificam-se os projetos de melhorias setoriais e regionais.
- **Evidência:** posição do Brasil no ranking Doing Business = 124° de 190 países; Posição do Brasil no Pilar 7 Product Market do GCI = 124° de 190 países (Publicação de 2019).
- **Objetivos do Programa:** executar projetos que contribuam para tornar o país mais eficiente, competitivo e produtivo por meio de propostas regionais e setoriais específicas.
- **Indicador Estratégico:** ranking Doing Business do Banco Mundial; GCI Pilar 07 (Product market).
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios

- **Projetos:**
  - Programa Produz Nordeste
  - Programa Eficiência Máxima
  - Nova Amazônia Verde
  - Estratégia Rota 2030 Mobilidade e Logística

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022
- **Meta Estratégica:**
  - Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do Global Competitiveness Index até 2022
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022

Avanço das Entregas



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Regionais e Setoriais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Programa Produz Nordeste	• Melhorar o ambiente de negócio da região para gerar investimentos e empregos.	• Estudo preliminar IPEA; • Apoio BNB para crédito.	• Lançar a Agenda Produz Nordeste; • Implementar a Agenda Produz Nordeste.
Programa Eficiência Máxima	• Visa modernizar o processo de concessão de PPB e Ex-tarifário; • Concluir a regulamentação do Programa Rota 2030 e revisão de todos os programas.	• Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica; • Portaria de agilização dos processos de ex-tarifário; • Redução do prazo para análise de ex-tarifário de 90 para 69 dias; • Resolução de 66 processos de PPB no combate ao backlog; • Rota 2030 - Portaria Interministerial P&D.	• Ex-tarifário – Publicar Portaria ME; • Ex-tarifário – Reduzir prazo de análise p/ 45 dias; • PADIS – publicação de protarias; • PPB – Publicar alterações ao Decreto nº 10.356/2020; • PPB – publicação de portarias; • PPB – Zerar backlog de processos
Nova Amazônia Verde	• Viabilizar uma nova economia sustentável para a região, para gerar renda e emprego, garantindo a preservação da natureza.	• Priorização da Agenda de Amazônia e de Bioeconomia; • Definir potenciais setores econômicos prioritários e gargalos; • Medidas legais para viabilizar setores.	• Nova Amazônia Verde Resultados Alcançados.
Estratégia Rota 2030 Mobilidade e Logística	• O projeto visa aumentar da competitividade da indústria automotiva nacional; Fomentar o desenvolvimento tecnológico, especialmente em eficiência energética e desempenho estrutural e tecnologias assistivas à direção.	• Elaboração do Plano de Ação. • Promover o aumento global dos índices de eficiência energética, desempenho estrutural e etiquetagem veicular no País:	• Promover a redução dos prazos na compensação ou ressarcimento/ restituição dos créditos tributários contra a União para as empresas

Legado: Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão; + 30% de produtividade das MPEs; Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022.
Metas Estratégicas: Posição no ranking Doing Business - Classificação Geral – Banco Mundial: da 124ª para a 50ª posição (2022); Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do GCI até 2022.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5. Emprega Mais

Detalhamento

- **Justificativa do Programa:** o país vem enfrentando sério problema de regressão na produtividade desde a década de 1990, perdendo competitividade frente a outros países emergentes, sendo a falta de qualificação profissional um dos principais fatores apontados para o agravamento desse quadro.
- **Evidência:** desde 1980 o Brasil apresenta aumento de produtividade do trabalho inferior a 0,5% a.a.; O SINE responde atualmente por 3,70% das colocações registradas no mercado formal de trabalho.
- **Objetivos do Programa:** visa a qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros, a melhoria da intermediação para recolocação de mão de obra no mercado de trabalho, o aumento da efetividade da aprendizagem profissional dos jovens por meio de da implantação de plataformas digitais de aprendizagem e transformação digital do SiNE.
- **Indicador Estratégico:** participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal.
- **Eixo Estratégico:** Futuro Produtivo e Digital

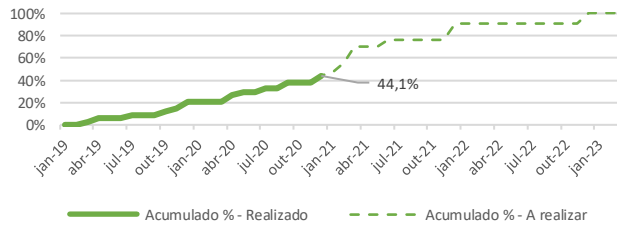
- **Projetos:**
  - Emprega Mais Qualificação
  - Emprega Mais SINE
  - Emprega Mais Aprendiz
  - Emprega Mais Microfinanças

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + 20% de maturidade digital do setor produtivo
  - Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial
  - Qualificar 10 mi de pessoas em TI.

- **Meta Estratégica:**
  - alcançar 16% de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal.

Avanço das Entregas



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Emprega + Qualificação	• Visa aprimorar o alinhamento entre a oferta e a demanda de qualificação profissional e promover a oferta de cursos orientados à demanda, aumentando a empregabilidade dos trabalhadores para os desafios do futuro do trabalho.	• ACT Sebrae e Senai para vouchers • Decreto da Estratégia Publicado (Decreto 1010/19); • Edital do primeiro contrato de impacto social (CIS) publicado; • Elaboração da Estratégia Nacional de Qualificação; • Normatização do Fundo a Fundo com previsão de uso do SuperTec; • Parceria para Educação Profissional ME/MEC; • Portal de Qualificação no Todos por Todos.	• Escola do Trabalhador 4.0; • Mapa da Qualificação; • Oferta de Vouchers Empresariais pelo SENAI.
Emprega + Aprendiz	• Alterações no arcabouço normativo legal e infralegal da Aprendizagem Profissional e institucionalização do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional. A iniciativa também abrange a intermediação da inserção de jovens talentos em contratos de aprendizagem na indústria 4.0 e a melhoria dos instrumentos de gestão e monitoramento da aprendizagem.	• Aprendizagem Profissional 4.0; • Sistema Informatizado Mais Aprendiz.	• Nova Portaria da Aprendizagem Profissional; • Novo Decreto da Aprendizagem Profissional. • Nova Lei da Aprendizagem Profissional.

Legado: + 20% de maturidade digital do setor produtivo; Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial; Qualificar 10 mi de pessoas em TI.
Metas Estratégicas: alcançar 16% de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Emprega + SiNE	• Plataforma de intermediação de mão de obra, com API para troca de dados com empresas Hrtechs e com entes federados parceiros e novas funções de perfilização e matching (machine learning).	• Estruturação do Fundo a Fundo: Resolução regulamentando o monitoramento e o Relatório de Gestão; • Transformação Digital do SINE: MAPA DO EMPREGO; • Transformação Digital do SINE: MAPA DE INDICADORES.	• Estruturação do Fundo a Fundo: Portaria de Regulamentação do monitoramento e Relatório de Gestão; • Integração SINE e Qualificação: Catálogo Integrado de Serviços; • Integração SINE e Qualificação: Atualização Automatizada de Currículos; • Transformação Digital do SINE: Novo processo de intermediação, Novo portal de vagas do Sine, Plataforma de Inovação Aberta.
Emprega + Microfinanças	• Ampliação do acesso aos serviços financeiros para trabalhadores autônomos e microempreendedores.	• Aperfeiçoamento das regras do microcrédito (Res. CMN 4713 2019); • Aperfeiçoamento do processo de cadastro de entidades no PNMPO	• Regulamentação das alterações promovidas no PNMPO; • Integração Sine/Microfinanças - Regulamentação do Bloco de Serviços; • Integração Siine/Microfinanças - Fomento a Geração de Emprego e Renda no Fundo a Fundo Sine; • Integração Sine/Microfinanças-Treinamento; • Regulamentação das alterações promovidas no PNMPO pela Lei 13.999/2020 (Revisão da Portaria n. 1.190/2018).

Legado: + 20% de maturidade digital do setor produtivo; Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial; Qualificar 10 mi de pessoas em TI.
Metas Estratégicas: alcançar 16% de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6. Investimento em Infraestrutura

Detalhamento

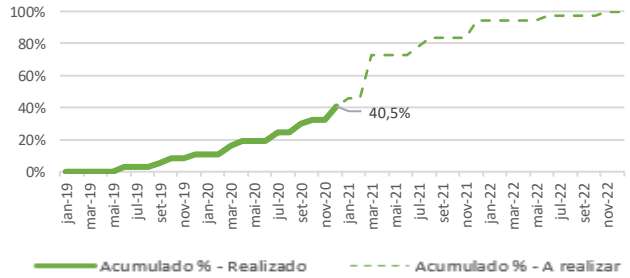
- **Justificativa do Programa:** além de ter uma infraestrutura precária, escassa e cara, o Brasil investe menos em infraestrutura que os países desenvolvidos.
- **Evidência:** o Brasil chegou a investir 6,3% do PIB em infraestrutura na década de 1970 contra 1,77% em 2017-18. Possui um estoque de infraestrutura de cerca de 36% do PIB, enquanto países desenvolvidos possuem, em média, mais que o dobro desse percentual. Em 2019, ocupamos a 78ª posição no ranking de Competitividade Global no pilar de infraestrutura.
- **Objetivos do Programa:** viabilizar investimentos nas áreas de habitação, ferrovias, telecomunicações, energia e saneamento a partir da liberalização do setor e atração do amplo e irrestrito investimento privado. O processo de elaboração do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura, no âmbito do Governo Federal.
- **Indicador Estratégico:** % do PIB em investimentos em Infraestrutura; GCI Pilar 2 (Infrastructure);
- **Eixo Estratégico:** Choque de Investimento Privado

- **Projetos**:
  - Aproxima
  - Novo Marco do Saneamento Básico
  - Energia para o Crescimento
  - Digitaliza Brasil
  - Ferrovias Produtivas
  - Planejamento Integrado de Longo Prazo
  - Choque Investimento Privado em Infraestrutura
  - Esteira de Projetos
  - Observatório da Infraestrutura
  - Programa de Capacitação
  - Metodologia de Avaliação
  - Resíduos Sólidos
  - Planejamento Subnacional de Longo Prazo

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura
  - Atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos
- **Meta Estratégica:**
  - Atingir 2,2% do PIB a.a em investimentos em infraestrutura
  - Alcançar a 76° posição no Pilar 2 do GCI até 2022

Avanço das Entregas



Investimento em Infraestrutura
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Aproxima	• Ampliação da oferta de moradias nos grandes centros urbanos para famílias com renda bruta de 2 a 5 Salários Mínimos, a partir do aproveitamento de imóveis da União subutilizados inseridos em áreas urbanas consolidadas (com infraestrutura, serviços urbanos e oferta de trabalho).	• Acordo Cooperação com município piloto; • Alteração da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo do Projeto Piloto; • Edição da Medida Legal que viabiliza a utilização dos terrenos da União.	• Lançamento do Edital no Município Piloto; • Regramento do Programa Aproxima (Portaria / Decreto); • Lançamento de editais nas 27 capitais.
Novo Marco do Saneamento Básico	• Liberalização do setor e atração do amplo e irrestrito investimento privado para viabilizar a universalização do saneamento básico no Brasil até 2033.	• Decreto do CISB; • Marco Legal do Saneamento Básico, Publicação da Lei n° 14.026 em 15/07/2020; • Leilão de CASAL; • Leilão da SANESUL.	• Privatização das primeiras CESBEs; • Leilão da CEDAE; • Decreto de capacidade econômico-financeira; • Decreto do apoio técnico-financeiro; • Decreto Regulamentador da nova Lei nº 11.445/07; • Decreto que regulamenta a Regionalização (Blocos de Referência).
Energia para o Crescimento	• Maior transparência do setor. Eliminação das arbitragens regulatórias do setor elétrico, que protegem segmentos específicos sem transparência e encarecem a tarifa de energia elétrica	• Aprovação do relatório PLS 232 pela CI do Senado; • Votação do PLS 232 pela CI do Senado. • Contribuições à CP/MME sobre o GSF Estrutural; Cálculo dos subsídios ocultos da microgeração distribuída.	• Votação do PLS 232 pela Câmara.
Digitaliza Brasil	• Viabilização e expansão da rede de telecomunicações para massificação da banda larga e adoção do 5G.	• Aprovada/Editada a Lei N 13.879; • Decreto para a ampliação da infraestrutura de telecomunicações.; • Redução taxas IOT e VSAT; • Finalização da CP para Edital 5G.	• Compartilhamento de Infraestrutura; • Edital 5G; • Racionalização da tributação sobre Telecomunicações

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: GCI – Infraestrutura (Pilar 02): da 78ª para a 76ª posição (2022); % do PIB em investimentos em Infraestrutura: de 1,77% para 2,2% do PIB Nacional (2022).

Investimento em Infraestrutura
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Ferrovias Produtivas	• Maior liberdade de iniciativa e de investimento privado, liberdade de preços, constituição de ferrovias privadas não reversíveis, etc. Destravamento de investimentos em infraestrutura ferroviária. Em especial, aos voltados para gargalos de acesso, novos ramais e extensões e ferrovias abandonadas.	• Projeto de Lei de consenso entre ME, MINFRA e SAG/Casa Civil; • Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional pronto para pauta na comissão do Senado Federal.	• Projeto de Lei aprovado no Congresso Nacional; • Projeto de Lei sancionado e promulgado (PLS 261/18).
Planejamento Integrado de Longo Prazo	• Padroniza e harmoniza o planejamento setorial de infraestrutura com racionalidade econômica e transparência propiciando a disseminação de informação qualificada pelo uso da metodologia ACB o que aumenta o potencial de seleção de melhores projetos	• Publicação de ato normativo (decreto) criando o PILPI.	• Divulgação do 1º plano integrado de infraestrutura • Projeções de variáveis econômicas necessárias aos planos setoriais
Choque do investimento privado em infraestrutura	• Aprimoramento do marco legal para a realização de parcerias de investimentos com o setor privado, com ênfase em regras que aumentem a segurança jurídica dos contratos, garantam a livre concorrência e o desenvolvimento do mercado de capitais, de forma a incentivar a aquisição de ativos de infraestrutura por investidores financeiros estrangeiros.	• Proposta de alteração da Lei de Concessões entregue à Câmara dos Deputados.	• Votação do projeto pela Câmara dos Deputados • Lei de Concessões Votação do projeto pelo Senado Federal.

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: GCI – Infraestrutura (Pilar 02): da 78ª para a 76ª posição (2022); % do PIB em investimentos em Infraestrutura: de 1,77% para 2,2% do PIB Nacional (2022).

Investimento em Infraestrutura
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Esteira de Projetos	• Aprimoramento dos instrumentos de elaboração de estudos e estruturação de projetos de infraestrutura utilizados pela União para incorporar incentivo econômico e participação de gestor especializados externos para utilização de recursos Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos (FEP) para modelagem de projetos de infraestrutura, em âmbito da Lei 3.529 de 2017;	• Elaboração do Plano de Ação.	• Alteração do Estatuto do FEP-CAIXA; • Aporte de recursos adicionais pelo OGU no FEP; • Publicação de edital para contratação de gestor privado para estruturação de carteira de projetos. • Elaboração de proposta para contratação de gestor privado pelo FEP-CAIXA.
Observatório da Infraestrutura	• Desenvolvimento de Hub de informações sobre a infraestrutura, trazendo de forma didática e objetiva as informações relevantes para o planejamento da infraestrutura nacional.	• Elaboração do Plano de Ação. • Observatório Beta;	• Manuais e vídeos de uso da plataforma; • Vídeo institucional de apresentação do observatório; • Lançamento do Observatório.
Programa de Capacitação	• Apresentar o diagnóstico da infraestrutura brasileira e difundir melhores práticas na avaliação de projetos de infraestrutura com base na metodologia *Five Case Model (5CM)* em parceria com o Tesouro Britânico.	• Realização 1ª turma 5CM; • Realização 2ª turma 5CM; • Realização 3ª turma 5CM.	• Implementação do curso básico via ENAP; • Implementação do curso intermediário via ENAP; • Treinamento ACB - MDR Recursos Hídricos; • Treinamento ACB - MME/EPE Geração de Energia.

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: GCI – Infraestrutura (Pilar 02): da 78ª para a 76ª posição (2022); % do PIB em investimentos em Infraestrutura: de 1,77% para 2,2% do PIB Nacional (2022).

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Metodologias de Avaliação	• Elaboração de guias metodológicos sobre avaliação de projetos de investimento em infraestrutura é composta por Guias gerais, Manuais setoriais e estudos de caso relacionados a análise socioeconômica de custo-benefício e ao arcabouço teórico do Five Case Model.	• Publicação Guia Geral de ACB • Publicação da Taxa Social de Desconto	• Publicação do Catálogo de Parâmetros • Manual Setorial ACB Recursos Hídricos versão CP • Manual Setorial ACB Energia versão CP • Estudo de Caso ACB Recursos Hídricos • Estudo de Caso ACB Energia; • Publicação Manual Setorial ACB Transportes
Resíduos Sólidos	• Estudos que apresentarão soluções ótimas, do ponto de vista de eficiência econômica e modelagem financeira, para a prestação de serviços de manejo de resíduos sólidos. Adicionalmente, resultará em um guia para estruturação de projetos de concessão seguindo a melhor prática internacional (5-Case Model).	• Elaboração do Plano de Ação.	• Guia 5 Case Model para Projetos de Resíduos Sólidos.
Planejamento Subnacional de Longo Prazo	• O Planejamento de Longo Prazo (PLP) é fundamental para obter maior eficiência e efetividade dos investimentos públicos e privados, considerando a cada vez maior escassez dos recursos disponíveis. Estabelece os eixos estratégicos que indicarão os projetos prioritários e os investimentos necessários para o alcance dos objetivos de desenvolvimento, vinculados a uma visão de futuro construída a partir das expectativas da sociedade.	• Elaboração do Plano de Ação.	• Divulgação do Guia Metodológico para Planejamento a Longo Prazo; • Relatório com principais resultados das iniciativas do Programa LÍDER do SEBRAE.

Legado: + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura; atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos.
Metas Estratégicas: GCI – Infraestrutura (Pilar 02): da 78ª para a 76ª posição (2022); % do PIB em investimentos em Infraestrutura: de 1,77% para 2,2% do PIB Nacional (2022).

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7. Brasil 4.0

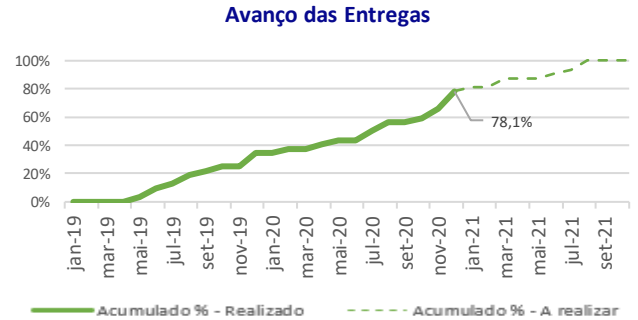
Detalhamento

- **Justificativa do Programa:** há consenso na comunidade empresarial brasileira de que a inovação no país está abaixo de sua capacidade, o que limita o seu potencial de aumento da produtividade e competitividade.
- **Evidência:** posição no Ranking Global de Competividade Digital = 57° de 63 países no ano de 2019; posição do Brasil no ranking Doing Business = 124° de 190 países;
- **Objetivos do Programa:** modernizar a economia, aumentar a produtividade e competitividade das micro, pequenas e médias empresas, aperfeiçoar e facilitar o ambiente normativo para alavancar o ecossistema de startups e, alcançar um sistema de propriedade intelectual mais efetivo.
- **Indicador Estratégico:** posição no ranking Doing Business - Classificação Geral
- **Eixo Estratégico:** Futuro Produtivo e Digital

- **Projetos:**
  - Brasil Mais
  - Marco Legal das Startups
  - Inovativa 15K
  - Economia 4.0
  - PI Classe Mundial

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + 20% de maturidade digital do setor produtivo
  - Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial
  - Qualificar 10 mi de pessoas em TI
- **Meta Estratégica:**
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Brasil Mais	• Programa focado no aumento da produtividade das empresas brasileiras de todos setores da economia. Oferece conteúdo online de capacitação, apoio técnico e consultoria a empresas para o aprimoramento de competências como Gestão do Desempenho, Gestão por indicadores, Operação e Vendas, Capital Humano, Gestão Financeira e Gestão da Produção, além de suporte para transformação digital e adoção de tecnologias da Economia 4.0.	• Lançamento do Programa Reformulado – Brasil Mais; • Nova Governança Decreto nº 9.892/2019; • Reformulação da Plataforma Web e inserção de novos conteúdos; • Retomada dos atendimentos por SEBRAE e SENAI (copy).	• Repactuação das metas SENAI para o pós-pandemia.
Marco Legal de Startups	• Anteprojeto de Lei que visa melhorar o ambiente de negócios, facilitar o investimento nessas empresas, atrair talentos e alavancar o ecossistema de empreendedorismo inovador no Brasil.	• PLP do Marco legal das Startups enviado, pela Casa Civil, ao Congresso Nacional em 19/10/2020; • PLP do Marco legal das Startups em tramitação no Congresso Nacional; • PLP do Marco legal das Startups aprovado pela Câmara dos Deputados em 15/12/2020.	• PLP do Marco legal das Startups aprovado pelo Congresso Nacional.
Economia 4.0	• Elaboração de um plano de Transformação Digital para aumento de produtividade das empresas brasileiras. Propiciar uma maior adoção de tecnologias digitais e de Indústria 4.0, principalmente nas pequenas e médias empresas.	• Elab. Marco Referencial - Digitalização da Economia Brasileira; • Programa prioritário de Indústria 4.0 e Modernização Industrial; • Formalização da Câmara Brasileira da Indústria 4.0; • Inauguração do o C4IR; • Elaboração Site da Câmara 4.0.	• Estratégia Nacional da Indústria 4.0; • Proposta de Regulamentação 5G uso privado; • Plano de Transformação Digital para aumento da produtividade.

Legado: + 20% de maturidade digital do setor produtivo; Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial; Qualificar 10 mi de pessoas em TI.
Metas Estratégicas: Posição no ranking Doing Business - Classificação Geral – Banco Mundial: da posição 124° (2019) para 50° em 2022.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
InovAtiva 15K	• Visa aumentar o número de startup aceleradas e apoiadas no Brasil. Reposicionar a política pública para se tornar um dos maiores programa de aceleração do mundo, realizando 15 mil atendimentos a startups até 2022.	• 1º InovAtiva Experience de 2019 do 1º InovAtiva Conecta; • Ciclo de aceleração 2019.2 e de negócios de Impacto; • Evento InovAtiva Experience - Julho/2020; • InovAtiva 2021-2024 - Termo de Colaboração Assinado; • InovAtiva Brasil - Ciclo 2020.1; • InovAtiva Conecta: Covid-19. • Evento InovAtiva Experience Concluído - Dezembro/2020 • InovAtiva Brasil - Ciclo 2020.2 • InovAtiva SocioAmbiental - Ciclo 2020	• Ciclo Inovativa 15k finalizado; • Elaboração próximo plano de ação.
PI Classe Mudial	• Se propõe a elevar o sistema de propriedade intelectual brasileiro a patamar de classe mundial, fornecendo serviços mais eficientes e atrativos aos usuários, estimulando depósitos de patentes, marcas e desenhos industriais.	• Adesão ao Protocolo de Madri; • Ampliados os acordos PPHs; • Diagnóstico geral do sistema de PI do Brasil; • Lançamento do Plano de Combate ao Backlog; • GIPI Recriado; • Adesão ao Tratado de Budapeste.	• Estudo sobre Proteção de Dados de Teste de produtos farmacêuticos (execução); • Publicação do Novo Decreto do GIPI; • Publicação do Plano de Ação da Estratégia de PI.

Legado: + 20% de maturidade digital do setor produtivo; Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial; Qualificar 10 mi de pessoas em TI.
Metas Estratégicas: Posição no ranking Doing Business - Classificação Geral – Banco Mundial: da posição 124° (2019) para 50° em 2022.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8. Prospera MPEs

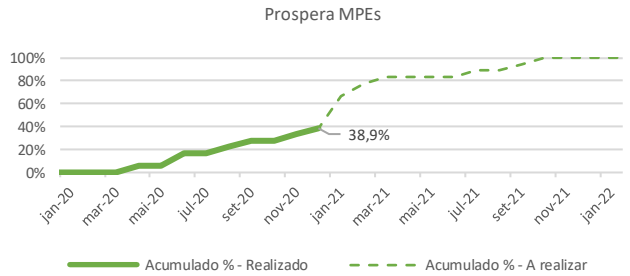
Detalhamento

- **Justificativa do Programa:** o ponto de partida para a construção do Programa é o diagnóstico de que do ponto de vista estrutural o problema de baixa produtividade da economia brasileira está fortemente relacionado à baixa produtividade observada nos pequenos negócios.
- **Evidência:** no Ranking Doing Business (2019), o Brasil se encontra em 77° em Resolução de Insolvência e 58° em Execução de Contratos na classificação entre 213 Economias. Razões de produtividade Microempresa/Grande empresa de cerca de 7 vezes entre brasil e países avançados.
- **Objetivos do Programa:** aumentar a produtividade das MPEs brasileiras por meio da promoção do tratamento diferenciado a ser dispensado às microempresas, da instituição de um Marco Legal do Reempreendedorismo, da democratização de acesso ao crédito e a correção de falhas no mercado de soluções de capacitação, associadas à existência de custos de transação, assimetrias de informação e mercado imperfeitos.
- **Indicador Estratégico:** posição no ranking Doing Business - Classificação Geral
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios e Futuro Produtivo e Digital

- **Projetos:**
  - Sistema de Defesa do Empreendedor
  - Marco Legal do Reempreendedorismo
  - Sistema Nacional de Garantias
  - Novas Funcionalidades no Portal do Empreendedor

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022
  - + 20% de maturidade digital do setor produtivo
- **Meta Estratégica:**
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022



Prospera MPEs
Atividade 1

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs → **Atividade 2** → **Atividade 3**

Projetos	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Sistema de Defesa do Empreendedor	• Capacitar e informar os interessados a respeito da LC nº123/2006 (estabelece normas nacionais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.	• Elaboração do Plano de Ação.	• Publicação do Decreto do Sistema de Defesa do Empreendedor; • Piloto da ferramenta.
Marco Legal do Reempreededorismo	• Facilitar a recuperação judicial, Extrajudicial e Falências para MPEs.	• Pautar projeto no Senado.	• Aprovar e regulamentar o projeto de lei no Congresso.
Sistema Nacional de Garantias	• Democratizar o acesso ao crédito de qualidade para alavancar a produtividade dos Microempreendedores Individuais, Micro e Pequenas Empresas.	• Cooperação CAF.	• Publicação do decreto SNGC; • Publicação da Portaria GT.
Novas funcionalidades no Portal do Empreendedor	• Ferramenta digital para desenvolvimento de Plano de Negócios e autoatendimento que permitirá ao MEI: Avaliar seu perfil empreendedor, capacidades técnicas e gerenciais; conhecer o grau de maturidade de seu negócio em termos tecnológicos, técnicos e gerenciais.	• Desenvolver buscador de crédito com cotação de meio de pagamento; • Possibilitar o acesso a solução para Micro e Pequenas Empresas; • Possibilitar o retorno da solicitação de produtos e serviços financeiros pela da entidade credenciada para o empreendedor dentro da solução; • Desenvolvimento do Emprestômetro.	• Desenvolver buscador de crédito com cotação de linhas de crédito de capital de giro e investimento

Legado: Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão; + 30% de produtividade das MPEs; Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022; + 20% de maturidade digital do setor produtivo.
Metas Estratégicas: Posição no ranking Doing Business - Classificação Geral – Banco Mundial: da posição 124° (2019) para 50° em 2022.

CAPÍTULO 4

ATIVIDADE 2

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS VINCULADAS

Programa Modernização do Sistema Brasileiro de PI

Atividade 2

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas: Modernização do Sistema Brasileiro de PI** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Combate ao Backlog de Patentes e Reestruturação do exame de Patentes	• Reduzir em 80% o número de pedidos de patentes depositados até 2016 com pedido de exame e pendente de decisão de exame técnico no prazo de dois anos (2019-2021)	• Implantação do Plano de Combate ao Backlog de Patentes: resoluções INPI/PR n 240 e 241/2019 e Normas de execução SEI n 1 e 7/2019/DIRPA/PR • Redução do backlog em 18,5% em 2019 • Expansão do acesso ao PPH para todas as áreas tecnológicas e aumento na capacidade de admissão de requerimentos, de 300 (2018) para 400 por ciclo • Redução do backlog em 50% em 16 meses	• Projeto piloto de terceirização da Busca de Patentes em 2021 • Revisão das diretrizes de exame de patentes em 2021 • 400 requerimentos de priorização de exames de pedidos de patente na modalidade PPH recebidos
Escritório de PI para o Século 21	• Transformação organizacional estratégica do INPI orientada pelas melhores práticas internacionais de PI, adaptadas ao contexto local (Conduzida com a consultoria Palladium, em parceria com Prosperity Fund/UK)	• Entregue o Preliminary Diagnostic Report para 5 eixos (Qualidade, Processos, Pricing, TI, RH) (outubro) • Entregue o Benchmark dos IPOs internacionais (dezembro)	• Relatório final de Diagnóstico da fase de inception (30/07) • Plano de implementação de melhorias para cada eixo (Qualidade, Processos, Pricing, TI, RH)
INPI Negócios	• Uma nova estratégia comercial e de atuação nos ecossistemas de inovação para impulsionar a captura de depósitos e o fomento à criação de ativos de PI	• Mapeamento dos clusters de inovação em saúde no Brasil – 15 projetos, R$ 7,2 milhões. • Aumento de 24,3% no volume de depósitos de PI por unidades Embrapii • Lançamento do Programa de telementoria em PI; • IP Market Place Brasil – "vitrine de PI" (piloto patentes) • Inserção nos programas Wipo Match e Wipo Green	• 2 novos centros de PI, Negócios & Inovação: Salvador (SENAI – CIMATEC), Fortaleza (IFCE) • ACTs estruturantes com foco na expansão do uso do sistema por residentes (SEBRAE, APEX, FINEP, ABIMAQ) • Rodadas de negócios com unidades Embrapii

Programa Fortalecimento do modelo da Zona Franca de Manaus

Atividade 2

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas: Fortalecimento do Modelo da ZFM** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Atração de novos investimentos e postos de trabalho	• Manutenção da periodicidade das reuniões do Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS), lócus estratégico para qualificação de investimentos na região	• Retomada das reuniões do CAS em junho de 2019 com a presença do PR (Decreto nº 9.912/2019); • Decreto nº 9.867/19 e da Portaria Interministerial nº 32/19 (agilização na aprovação de PPBs); • Simplificação de marcos legais; maior segurança jurídica; regulamentação do investimento em P,D&I; • 146 projetos industriais e de serviços aprovados, com a geração de 14.811 empregos e investimentos totais de US$ 1,6 bilhão.	• Implantação de reuniões itinerantes nos Estados da Amazônia Ocidental e Amapá; • Modernização de diretrizes para atração de projetos industriais, agropecuários e de serviços com geração de maior quantidade de postos de trabalho na região; e • Discussão sobre a modernização do modelo da ZFM (manutenção da vantagem comparativa ao longo do tempo)
Novo Centro de Biotecnologia da Amazônia	• Atribuição de nova personalidade jurídica e novo modelo de atuação para o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)	• Definição conjunta de diretrizes SUFRAMA-SEPEC para reestruturação do CBA; • Parcerias para desenvolvimento do ecossistema de bioeconomia da região da Amazônia • Definição conjunta SUFRAMA-SEPEC de modelo jurídico-institucional viável para autonomia na condução das atividades do CBA	• Criação legal do Novo CBA

Requer trabalho em conjunto com Congresso Nacional

Programa de Melhoria da qualidade de produtos e serviços

Atividade 2

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas: Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços** → **Atividade 3**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Modernização do modelo de governança e gestão do Inmetro	• Elaboração do Planejamento Estratégico do Inmetro; • Elaboração de proposta da Modernização do Modelo Regulatório do Inmetro; e • Reestruturação do CONMETRO.	• Definição da Missão; • Pré diagnostico do modelo regulatório.	• Redefinição do Macroprocessos do Inmetro visando a atender melhor a sociedade; e • Readequação do Conmetro.
Soluções de infraestrutura da qualidade que adicionem confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços	• Revisão da carteira de regulamentos do Inmetro visando atender Lei de Liberdade Econômica e reduzir a carga administrativa (desburocratização); e • Apoio do Inmetro junto ao setor produtivo e sociedade após COVID – 19.	• Readequação de regulamentos visando reduzir a carga administrativa (ação Portaria nº 508, de 10 de dezembro de 2019 revogando os 15 Programas de Avaliação da Conformidade)	• Regulamentos para revogação visando atender Lei de liberdade econômica e reduzir a carga administrativa (desburocratização); • Elaboração de Metodologia de Classificação de Risco para Atividades Econômicas; e • Construção de um plano de ações para apoiar por meio de serviços de infraestrutura da qualidade o setor produtivo e sociedade após COVID–19.



CAPÍTULO 5

ATIVIDADE 3

TASK FORCES, COVID-19

SECRETARIA ESPECIAL DE
PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Task Forces - COVID-19
Atividade 3

Atividade 1 → **Atividade 2** → **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Gestão das Contribuições do Setor Produtivo	• Sistematização das contribuições do setor produtivo e ações do Governo Federal.	• Mais de 3.000 contribuições do setor produtivo, apresentadas por aproximadamente 700 entidades; • 1.479 ações do Governo Federal implementadas.	• Construção de ferramenta CRM (Customer Relationship Management) para sociedade com mapeamento e status dos pleitos Real Time.
Vamos Vencer	• Facilitar o entendimento do Setor Produtivo Brasileiro sobre as ações apresentadas pelo Governo Federal no que tange os impactos da COVID-19 na Economia.	• *Desenvolvimento de um portal online com atualização diária e detalhamento de cada uma das ações.	• Sem novas entregas. As informações no site serão mantidas à disposição da população, órgãos de controle, governos e demais interessados.
Oferta de Produtos Críticos	• Maximizar a produção, distribuição, de produtos essenciais para minimizar os impactos da COVID-19.	• Viabilização e maximização da produção local de Ventiladores Pulmonares, EPIs, Álcool Gel, e Testes Rápidos.	• Acompanhamento da iniciativa entregue.
Portal de Qualificações	• Plataforma online que objetiva direcionar os trabalhadores que estão em casa, por conta dos impactos do Covid-19, para cursos de qualificação profissional, gratuitos e on-line.	• **Disponibilização de mais de 700 cursos gratuitos, online nas mais diversas áreas de Conhecimento.	• Desenvolvimento de Plataforma de Educação a Distância gratuita que terá conteúdo próprio e funcionará como hub de cursos gratuitos de outros parceiros.

*Site: (https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/covid-19)

**Site: (https://www.gov.br/pt-br/todosportodos/cursos-ead)

Task Forces - COVID-19
Atividade 3

Atividade 1 → Atividade 2 → **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Solução de Inovações Startups	• Identificação de Startups que possam oferecer soluções para o enfrentamento dos Impactos da Covid-19 e conectá-las com os ministérios finalísticos.	• Apresentadas as soluções de 66 startups para os desafios da Covid-19; • *Concluído site que reúne informações sobre iniciativas de apoio a startups no combate à COVID-19. • Parcerias com Startups para a produção de testes de detecção da Covid-19.	• Sem novas entregas. As informações no site serão mantidas à disposição da população.
Garantia de Crédito ao Setor Produtivo	• Aumento da Concessão de garantias (Ex: PEAC FGI, FAMPE, outros); • Aumento das Linhas de Crédito para o Setor Produtivo.	• Publicação da Lei 13.999/2020, que institui o PRONAMPE; • Publicação da Lei 14.042/2020, que instituiu o PEAC/FGI e o PEAC/Maquininhas;	• Acompanhamento da iniciativa entregue.
Elaboração e Articulação de Instrumentos Legais	• Apoio no desenvolvimento das estruturas legais necessárias para a viabilização dos produtos, MP, Decretos, Minutas de Leis.	• Medidas Provisórias, Decretos e portarias que versam sobre temas setoriais produtivos. Além da elaboração de Acordos de Parcerias.	• Acompanhamento das atividades e apoio na elaboração de peças jurídicas, principalmente voltadas para a estratégia de retomada economia.
Barômetro Setorial	• Monitoramento Semanal por meio de pesquisa e outras fontes de informações sobre os impactos do Covid-19 nos Setores Produtivos; • Identificar a dinâmica setorial em outros países e projetar para o Brasil.	• Desenvolvimento de uma Plataforma de monitoramento Setorial; • Compartilhamento de Informações da Plataforma com o BNDES.	• ACT Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC); • Automatização das fontes de dados; • Aprimoramento da Plataforma Digital • Ampliação da Base de Dados; • Desenvolvimento de novos indicadores.

*www.inovativabrasil.com.br

Task Forces - COVID-19
Atividade 3

Atividade 1 → **Atividade 2** → **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

Principais Entregas	Descrição	Etapas Vencidas	Próximas Entregas
Planos Setoriais Críticos	• Utilizando o Barômetro, desenhar e articular ações para aqueles setores que se encontram e situação mais crítica.	• MP 936 (MP Trabalhista) • MP946 (MP FGTS) • MP 948 (MP Turismo)	• Iniciativa encerrada. As atividades serão tratadas em projetos estratégicos específicos.
Mapeamento das Cadeias Produtivas	• Monitoramento diário da situação do ambiente industrial; Micro monitoramento das Cadeias Locais, visando identificar problemas que possam estar afetando o setor.	• Diálogo constante com associações, governos locais, empresas, órgãos de controle, visando soluções para minimizar os impactos negativos locais.	• Monitoramento constante e ampliar o diálogo com os atores específicos, visando identificar eventuais problemas nas cadeias de produção e abastecimento.
Ações Coordenadas para a Retomada com Zelo a Saúde	• Monitoramento frente as associações e Federações representativas do Setor Produtivo Brasileiro, o desenvolvimento de protocolos e políticas empresariais para a retomada das atividades com o Zelo a saúde.	• Mapeamento de protocolos disponibilizados pelo Setor Produtivo Brasileiro; • Desenvolvimento de um Banco de Dados de Protocolos e Guias.	• Iniciativa finalizada no âmbito da SEPEC.
Plano de Recuperação Econômica	• Desenho do plano Estratégico de ambiente de negócios de atração de investimentos.	• Elaboração Inicial do Plano de Recuperação Econômica.	• Desenvolvimento de inciativas de recuperação incorporadas na atividade 1.

ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS 2020

Secretaria Especial de Produtividade
Emprego e Competitividade

Ministério da Economia

VOLUME 2



SECRETARIA ESPECIAL DE
PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ATIVIDADE 1

REDUÇÃO DO CUSTO BRASIL



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | **Atividade 2** | **Atividade 3**

1. Redução do Custo Brasil

Detalhamento

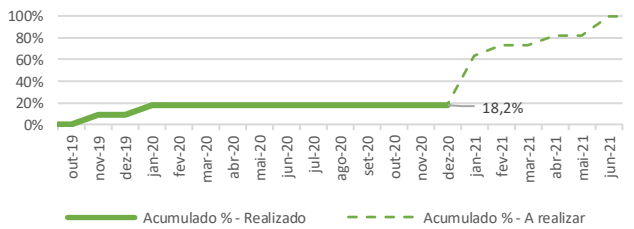
- **Justificativa do Programa:** toda a complexidade dos aspectos legais e burocráticos do país aumentam o chamado custo Brasil. Esse cenário dificulta a sobrevivência e inibe a abertura de novas empresas. Percebeu-se, também, a necessidade de se estabelecer um canal de comunicação efetivo e transparente entre o setor produtivo e o governo federal para que as contribuições possam ser aproveitadas na elaboração de projetos.
- **Evidência:** custo brasil apurado em R$ 1,5 trilhões; Posição do Brasil no ranking Doing Business = 124° de 190 países em 2019
- **Objetivos do Programa:** diminuir custo Brasil e promover a melhoria do ambiente de negócios.
- **Indicador Estratégico:** posição no ranking Doing Business e custo Brasil
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios

- **Projetos:**
  - Programa de Melhoria Contínua da Competitividade
  - Pró-Segurança Jurídica
  - Ambiente de Negócios

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022
- **Meta Estratégica:**
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão

Avanço das Entregas



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | Atividade 2 | Atividade 3

1.1 Detalhamento: Programa Melhoria Contínua Para Competitividade

Detalhamento

- O Brasil tem um ambiente de negócio não competitivo (está em 124º do ranking do *Doing Business* e 71º do *Global Competitiveness index*). O Custo Brasil foi estimado em R$1,5 trilhão, valor que representa 22% do PIB nacional. Com base em uma matriz de priorização, a SEPEC irá trabalhar para que haja uma redução expressiva do custo Brasil. Todas essas ações são importantes para aumentar o nível de transparência do governo, criar novas bases para um contato mais objetivo com o setor privado e o acompanhamento da sociedade das medidas submetidas e em andamento, fazendo com que as políticas públicas adotadas pela SEPEC possam ser mais efetivas e de fato proporcionarem uma melhoria do ambiente de negócios.

Evidências

Decomposição do Custo Brasil



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | **Atividade 2** | **Atividade 3**

1.1.1 Detalhamento: Programa Melhoria Contínua Para Competitividade

Justificativa	► Estimado que o Custo brasil seja de 1,5 trilhões de reais (22% do PIB). ► Site GOV.BR atual (2019) – sem possibilidade de mensurar os impactos das solicitações do setor produtivo sobre o índice de competitividade mensurado pela OCDE.
Objetivo	► Reduzir o Custo Brasil em R$ 1 trilhão ao executar metodologia de análise, modelo operacional e capacitação de pessoal para a avaliação das proposições de políticas públicas e soluções para a melhoria do ambiente de negócios recebidos pela SEPEC.
Responsável	► Jorge Lima
Resultados Esperados	► Redução do Custo Brasil em R$ 1 trilhão. Aumento do nível de agilidade e transparência do governo, além de criar novas bases para um contato mais objetivo com o setor privado e o acompanhamento da sociedade das medidas submetidas e em andamento, fazendo com que as políticas públicas adotadas possam ser mais efetivas e de fato proporcionarem uma melhoria do ambiente de negócios na economia brasileira.
Principais Entregas	► Abertura do canal único de propostas para a sociedade; ► Lançamento do PMCC (Portaria SEPEC/ME nº 12.302 de 28/11/19); ► Publicação de Decreto Presidencial; ► Construção de ferramenta CRM para sociedade com mapeamento e status dos pleitos Real Time.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | **Atividade 2** | **Atividade 3**

1.1.2 Detalhamento: Programa Melhoria Continua Para Competitividade

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Abertura do canal único de propostas para a sociedade	✓																							
• Análise das propostas por meio da metodologia de priorização*				✓																				
• Material de encerramento e início de um novo ciclo com setor produtivo*							✓																	
• Acordo de Cooperação Técnica SEPEC-MBC assinado*								✓																
• Criação do Escritório de Projetos*									✓															
• Parceria estratégica com consultoria para construção de uma plataforma CRM*											✓													
• Construção de ferramenta CRM para sociedade com mapeamento e status dos pleitos Real Time																								
• Publicação de Decreto Presidencial																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | Atividade 2 | Atividade 3

1.2 Detalhamento: Pró Segurança Jurídica

Detalhamento

- Trata-se de Projeto de Lei que, ao reformar estruturalmente o atual Código de Processo Civil e outras leis, busca uma melhora do ambiente de negócios no Brasil ao dar mais previsibilidade às decisões judiciais e conter a crise numérica da Justiça. O PL está separado em três grandes eixos: 1) extra judicialização; 2) contenção do poder de justiça; 3) aumento da efetividade da justiça.

Evidências

- Taxa geral de congestionamento, ou seja, o percentual dos processos que ficam represados sem solução, comparativamente ao total tramitado em um ano. A taxa total de 2018 foi de 71,2%.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | Atividade 2 | Atividade 3

1.2.1 Detalhamento: Pró Segurança Jurídica

Justificativa	► A economia moderna exige um ambiente de negócios fluido e desburocratizado. o percentual dos processos que ficam represados sem solução, comparativamente ao total tramitado em um ano foi em 2018 de 71,2%.
Objetivo	► Conter a crise numérica da Justiça
Responsável	► Felipe Ferro
Resultados Esperados	► Melhora do ambiente de negócios no Brasil ao dar mais previsibilidade às decisões judiciais e conter a crise numérica da Justiça.
Principais Entregas	► PL de Segurança Jurídica

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil → **Atividade 2** → **Atividade 3**

1.2.2 Detalhamento: Pró Segurança Jurídica

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• PL de Segurança Jurídica																								

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | Atividade 2 | Atividade 3

1.3 Detalhamento: Ambiente de Negócios

Detalhamento

- Engloba a emissão de relatório que irá traçar a estratégia para que o país atinja o Top 50 do Doing Business e a média da OCDE PMR além da elaboração de MP que aborde estruturalmente as principais dimensões da realização de negócios no país e da MP com elementos não-processuais para a criação Sistema Brasileiro de Recuperação de Ativos (SBIRA), com o objetivo de conferir mais efetividade ao processo de execução, sobretudo em relação à localização de bens do devedor.

Evidências



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | **Atividade 2** | **Atividade 3**

1.3.1 Detalhamento: Ambiente de Negócios

Justificativa	► A economia moderna exige um ambiente de negócios fluido, desburocratizado, que permita a exploração rápida das oportunidades e a ágil adaptabilidade dos negócios a um ambiente cada vez mais competitivo e em constante mudança. E, na contramão, o Brasil ocupa atualmente a 124ª posição em ranking internacional de ambiente de negócios (Doing Business/Banco Mundial).
Objetivo	► Melhorar a posição do país nos rankings mundiais que medem a qualidade do ambiente de negócios.
Responsável	► Michael Dantas
Resultados Esperados	► Alcance do Top 50 no ranking Doing Business até 2022 (resultados demonstrados em 2023). ► Alcance da média da OCDE no ranking Product Market Regulation até 2022.
Principais Entregas	► Caminho para o Top 50 ► Medida Provisória do Ambiente de Negócios ► Medida Provisória do Sistema Brasileiro de Recuperação de Ativos

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Redução do Custo Brasil | **Atividade 2** | **Atividade 3**

1.3.2 Detalhamento: Ambiente de Negócios

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• MPAN: MP de Abertura de Empresas																								
• MPAN: MP de Comércio Exterior																								
• MPAN: MP de Minoritários																								
• MP do Ambiente de Negócios – MP Unificada																								
• MPAN: MP do SIRA / Execução de Contratos																								
• Caminho para o Top 50																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

ATIVIDADE 1

CONCORRÊNCIA PARA PROSPERIDADE



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência para a Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2. Concorrência para a Prosperidade

Detalhamento

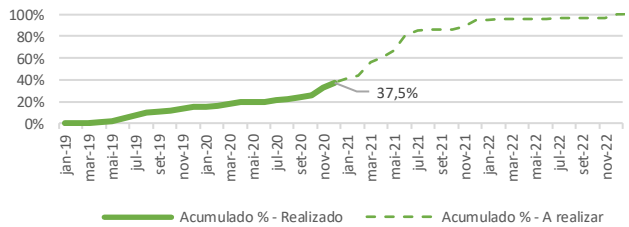
- **Justificativa do Programa:** o país encontra-se em baixas posições nos rankings de competitividade, as evidências mostram a necessidade de melhorias no ambiente de negócios e incentivo à concorrência.
- **Evidência:** posição do Brasil no ranking Doing Business = 124° de 190 países; Posição do Brasil no Pilar 7 Product Market do GCI = 124° de 190 países (Publicação de 2019).
- **Objetivos do Programa:** desburocratizar, desverticalizar, e contribuir para a evolução positiva da competição e funcionamento dos mercados.
- **Indicador Estratégico:** posição no ranking Doing Business e no Pilar 7 do Global Competitiveness Index.
- **Eixo Estratégico:** Choque de Investimento Privado

- **Projetos:**
  - Pró Liberdade Profissional
  - Pró Terra
  - Novo Mercado de Gás
  - Pró Construção Civil
  - Pró Saúde
  - Pró Combustíveis
  - Novo Upstream – E&P
  - Pró Conecta
  - Pró Crédito
  - Pró Logística
  - Pró Mercado de Capitais
  - Reg OCDE
  - Pró Comex
  - Pró Turismo

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura
  - Atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos
- **Meta Estratégica:**
  - Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do Global Competitiveness Index até 2022

Avanço das Entregas



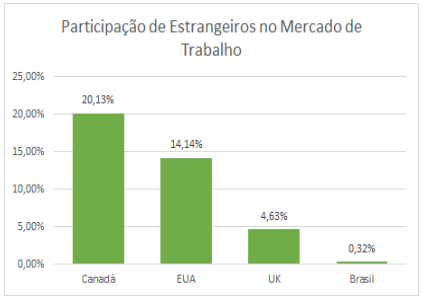
Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

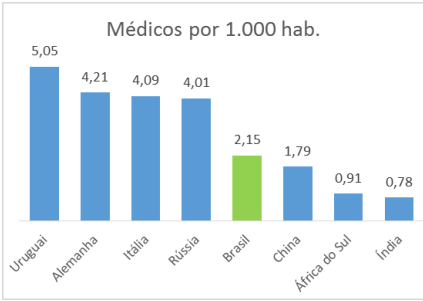
2.1 Detalhamento: Pró Liberdade Profissional

Detalhamento

- Trata-se da retirada de barreiras concorrenciais para livre atuação profissional. A medida também visa facilitar a vinda de profissionais estrangeiros qualificados para o país, de forma a suprir déficits de mão obra em setores específicos, contribuindo para o crescimento econômico e a geração de empregos para brasileiros. Espera-se com essas medidas a redução dos preços e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, bem como atendimento à demanda por mão-de-obra não suprida pelo mercado nacional.

Evidências





Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.1.1 Detalhamento: Pró Liberdade Profissional

Justificativa	▸ O Brasil passa por um cenário onde o déficit de mão de obra qualificada tem se revelado como um dos maiores gargalos para o desenvolvimento e o aumento da produtividade nacional. De acordo com estudo divulgado pela Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), o mercado de TI pode apresentar déficit de 290 mil profissionais em 2024 e, segundo a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), metade das indústrias reclama que falta mão de obra qualificada no Brasil.
Objetivo	▸ Reduzir preços e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, bem como atendimento à demanda por mão-de-obra não suprida pelo mercado nacional.
Responsável	▸ Adriano Paranaíba
Resultados Esperados	▸ Redução dos preços e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Atendimento à demanda por mão-de-obra não suprida pelo mercado nacional.
Principais Entregas	▸ Medida Provisória de simplificação da revalidação de diplomas ▸ Portaria Regulamentação Revalidação de Diplomas publicada ▸ Portaria para atração de estrangeiros qualificados assinada por ME/MJSP/MRE ▸ PL de Liberdade Profissional Arq, Cont, Corret e Adv ▸ PL Engenheiros (PL nº 1024/2020)

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.1.2 Detalhamento: Pró Liberdade Profissional

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• PL Engenheiros Enviada para Congresso Nacional			✓																					
• MP de simplificação da revalidação de diplomas																								
• Portaria Regulamentação Revalidação de Diplomas publicada																								
• Portaria para atração de estrangeiros qualificados assinada por ME/MJSP/MRE																								
• PL de Liberdade Profissional Arq, Cont, Corret e Adv																								
• PL Engenheiros (PL nº 1024/2020) - Aprovação no Congresso Nacional																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos SEPEC :Concorrência para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.2 Detalhamento: Pró Terra

Detalhamento

- O Projeto visa aumentar a oferta de um fator produtivo importante para diversas atividades econômicas do país e incentivar o investimento privado de empresas nacionais e estrangeiras por meio de conjunto de iniciativas para eliminar barreiras regulatórias e reduzir custos de transação que comprometem a utilização econômica eficiente da terra.

Evidências

- Existem 436 terras indígenas efetivamente regularizadas, com área de 1.057.146,70 km², aproximadamente 12,4% do território brasileiro. Estudos indicam potenciais na região de bauxita-alumínio, estanho-tântalo, ouro-cobre, urânio e diamante. Ademais, as novas oportunidades de exploração hidrelétrica no país tendem a estar próximas ou se encontrar nas referidas localidades.
- A publicação de Parecer da AGU, em 2010, inviabilizou a aquisição de imóveis rurais por empresas brasileiras controladas por estrangeiros. Isso prejudica o investimento privado em: i) indústrias, como a de papel e celulose, a mineração e o agronegócio; ii) infraestruturas diversas, como a geração de energia elétrica a partir de usinas solares, entre outros.
- As restrições à exploração da mineração em faixa de fronteira se mostram excessivas e ultrapassadas, sobretudo na indústria de mineração, em que 70% das empresas são de origem estrangeira.
- Desapropriações são morosas e constituem entraves à realização de investimentos relacionados à utilidade pública.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.2.1 Detalhamento: Pró Terra

Justificativa	► A motivação são as restrições e vedações à exploração econômica do solo e subsolo em regiões do território nacional. Essas restrições tendem a comprometer de modo significativo a elevação da produtividade da economia brasileira e, por conseguinte, o crescimento econômico sustentável. Isso porque várias indústrias do país são intensivas na utilização da terra e há indicativos de que apresentam vantagens comparativas, ou seja, são potencialmente mais competitivas do que as mesmas atividades localizadas em outros países.
Objetivo	► Aumentar a oferta de um fator produtivo importante para diversas atividades econômicas do país e incentivar o investimento privado de empresas nacionais e estrangeiras por meio de conjunto de iniciativas para eliminar barreiras regulatórias e reduzir custos de transação que comprometem a utilização econômica eficiente da terra.
Responsável	► Alexandre Messa
Resultados Esperados	► Eliminação de barreiras regulatórias e redução dos custos de transação que comprometem a utilização econômica eficiente da terra.
Principais Entregas	► Nota Informativa sobre Portaria Inmetro 179/10 (equipamentos usados em mineração e outros ambientes explosivos) ► Minuta de PL de Faixa de Fronteira ► Minuta de PL de Terras Indígenas

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.2.2 Detalhamento: Pró Terra

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Minuta de PL de Terras Indígenas enviada ao CN		✓																						
• Nota Informativa sobre Portaria Inmetro 179/10 (equipamentos usados em mineração e outros ambientes explosivos).													✓											
• Minuta de PL de Faixa de Fronteira enviada ao CN															✓									
• Decreto Faixa de Fronteira															✓									
• Resolução ANM sobre uso de título minerário como garantia															✓									
• PL do Desenvolvimento Verde da Amazônia encaminhada ao CN																		✓						
• Minuta de PL de Desapropriação enviada ao CN																			✓					
• Minuta de MP do Setor Nuclear publicada no DOU																			✓					
• PL de aquisição de terras por estrangeiros sancionada																								✓
• PL Terras indígenas – Aprovada no CN																								✓

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.3 Detalhamento: Novo Mercado do Gás

Detalhamento

- O projeto apresenta um conjunto de iniciativas, especialmente de desverticalização, para incentivar a concorrência na indústria de gás natural. Espera-se que, com as medidas de desverticalização, entre outras de incentivo ao investimento privado, ocorra aumento da concorrência, otimização de custos e outras mudanças na estrutura de oferta favoráveis ao bem-estar do consumidor.

Evidências

- Existência de monopolista ou principal investidor em praticamente todas as etapas da cadeia produtiva do gás natural.
- Preço do gás natural é um dos mais caros entre as principais referências do G-20.
- Normas infralegais na indústria de combustíveis amparam barreiras à entrada e limitam modelos de negócios com potencial de promover ganhos de eficiência na atividade.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.3.1 Detalhamento: Novo Mercado do Gás

Justificativa	▶ A motivação do Projeto é a existência de regras de regulação econômica que amparam barreiras à entrada e criam custos de transação nos setores de gás natural e combustíveis, o que inibe a concorrência e investimentos de agentes que poderiam aumentar o bem-estar do consumidor nesses mercados, conforme apontado por documentos diversos de governo – a exemplo da Nota Conjunta do Comitê de Promoção da Concorrência no Mercado de Gás Natural do Brasil e dos Estudos da Resolução CNPE nº 12/2019.
Objetivo	▶ Aumentar a concorrência, otimizar custos e outras mudanças na estrutura de oferta favoráveis ao bem-estar do consumidor.
Responsável	▶ Adriano Paranaíba
Resultados Esperados	▶ Incentivo ao investimento privado, ocorra aumento da concorrência, otimização de custos e outras mudanças na estrutura de oferta favoráveis ao bem-estar do consumidor.
Principais Entregas	▶ Decreto de Monitoramento do Novo Mercado de Gás ▶ Revisão da cobrança de ICMS no transporte de gás natural ▶ Portaria para Alfandegamento de FSRU (de terminais GNL) ▶ PL do gás - PL 6407/2013 (Sancionada) ▶ Regulação da comercialização e carregamento de gás natural - revisão regulatória concluída

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.3.2 Detalhamento: Novo Mercado do Gás

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Portaria para Alfandegamento de FSRU (de terminais GNL)			✓																					
• Lei 14.052/2020 (PL do Risco Hidrológico sem Brasduto - Nota Técnica)									✓															
• Nota técnica sobre CP ARSESP 10/2020 (Mercado Livre)										✓														
• Deliberação de Mercado Livre RJ										✓														
• Instrução Normativa sobre admissão temporária de FSRU											✓													
• Deliberação de Mercado Livre SP											✓													
• Chamada Pública do Gasbol - Prestação de serviços iniciada															📄									
• Resolução sobre autonomia do transportador de gás natural																📄								
• Resolução sobre cálculo das tarifas de transporte de gás natural																	📄							
• Resolução sobre repasse de receita entre transportadores de gás natural																								📄
• Resolução sobre interconexão de Gasodutos de Transporte																								📄

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.4 Detalhamento: Pró Construção civil

Detalhamento

- Compõem o projeto: 1) Medida Provisória que estabelece medidas de desoneração, desregulação e liberalização do setor de construção civil em cinco eixos: (i) ordenamento de obras e construções; (ii) modernização do urbanismo; (iii) revitalização das cidades; (iv) segurança jurídica; e (v) registro e transferência de imóveis; 2) Resolução CGSIM que estabelece o conceito de baixo risco para os licenciamentos de obras e habite-se, contemplando sistema nacional integrado entre CBMs e prefeituras; automatização dos licenciamentos de Baixo Risco B; digitalização dos procedimentos.

Evidências

- Existência de aumento de custo no preço dos imóveis devido à burocracia regulatória do país. Verificado pela CBIC que os imóveis custam em torno de 12% a mais por causa da burocracia. https://cbic.org.br/es_ES/imovel-custa-12-a-mais-por-culpa-da-burocracia.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.4.1 Detalhamento: Pró Construção Civil

Justificativa	► Existência de custo burocrático do ambiente regulatório e licenciatório que impactam o preço final de um imóvel. Segundo estudo elaborado pela CBIC, publicado em 2014. Os imóveis custam em torno de 12% a mais por causa da burocracia.
Objetivo	► Desburocratizar, simplificar e unificar as normas de construção civil; modernizar o urbanismo brasileiro; combater o abandono de imóveis; fomentar a reabilitação urbana; modificar as regras de impenhorabilidade para imóveis suntuosos; digitalizar procedimentos; automatizar licenciamentos de risco II (médio ou baixo risco ³B´).
Responsável	► Adriano Paranaíba
Resultados Esperados	► Ordenamento de obras e construções; ► Modernização do urbanismo; ► Revitalização das cidades;.
Principais Entregas	► MP da Construção Civil publicada no DOU ► Resolução CGSIM do Licenciamento Urbanístico Integrado publicada no DOU

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.4.2 Detalhamento: Pró Construção Civil

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Resolução CGSIM do Licenciamento Urbanístico Integrado publicada no DOU												✓												
• MP da Construção Civil publicada no DOU															📄									

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.5 Detalhamento: Pró Saúde

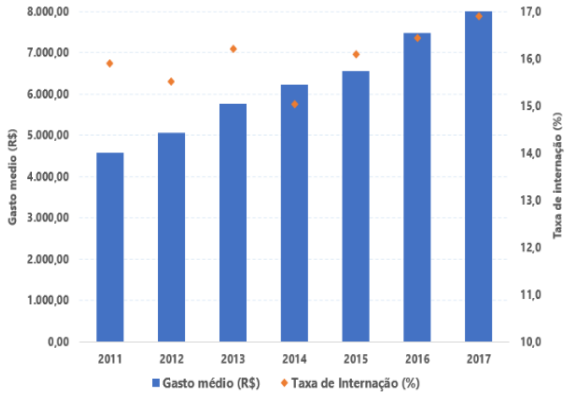
Detalhamento

- O Pró saúde pretende reduzir barreiras regulatórias e aumentar a concorrência e competitividade do setor de saúde. Isso será feito por meio da MP Saúde com medidas estruturantes para o setor de saúde e revisão da RDC CMED nº 02/2004, que estabelece os critérios para precificação de medicamentos no Brasil.

Evidências

Aumento dos gastos em Saúde

Utilização e gasto médio por internações entre 2011 e 2016



Fonte: IESS – Instituto de Estudos em Saúde Suplementar

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.5.1 Detalhamento: Pró Saúde

Justificativa	► O setor de saúde é pautado por diversas falhas de mercado que justificam a intervenção do Estado, porém, essa interposição pode incorrer em ineficiências decorrentes de falha regulatória, que ocorre quando uma ação adotada não é efetiva ou é inconsistente, criando problemas ou agravando aqueles já existentes. O Brasil possui um dos maiores mercados de medicamentos do mundo, no entanto, o marco regulatório de precificação de medicamentos é datado de 2004, e não acompanha a inovação tecnológica do setor.
Objetivo	► Reduzir barreiras regulatórias com escopo de aumentar a concorrência e competitividade do setor de saúde.
Responsável	► Alexandre Messa
Resultados Esperados	► Aumento da inovação, da concorrência e da previsibilidade aos investimentos no setor da saúde. Fortalecimento da sustentabilidade do setor da saúde suplementar. ► Remoção das barreiras à entrada para empresas inovadoras de tecnologia em saúde.
Principais Entregas	► MIPs - Liberação da Regulação de Preços ► MP da Saúde ► Revisão da Portaria INMETRO nº 54/2016 - proposta de atualização concluída ► Revisão da RDC ANVISA nº 81/2008 - RDC atualizada ► Revisão da Resolução CMED nº 01/2015 - apresentados resultados obtidos e elaborada nova minuta de resolução ► Revisão da Resolução CMED nº 02/2004 publicada no DOU ► Publicação de Resolução CMED de Sandbox em Inovação ► Revisão do Decreto nº 6.759/2009 - publicada a proposta de decreto

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade

Atividade 2

Atividade 3

2.5.2 Detalhamento: Pró saúde

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Revisão da Portaria INMETRO nº 54/2016 - proposta de atualização concluída																								
• MP da Saúde - Minuta enviada ao Congresso																								
• Revisão da Resolução CMED nº 01/2015 - apresentados resultados obtidos e elaborada nova minuta de resolução																								
• Revisão da RDC ANVISA nº 81/2008 - RDC atualizada																								
• Revisão do Decreto nº 6.759/2009 - publicada a proposta de decreto																								
• Revisão da Resolução CMED nº 02/2004 publicada no DOU																								
• Publicação de Resolução CMED de Sandbox em Inovação																								

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

2.6 Detalhamento: Pró Combustíveis

Detalhamento

- O projeto apresenta um conjunto de iniciativas de revisão regulatória para incentivar a concorrência e a redução de custos de transação, conferindo maior liberdade ao mercado para a seleção de acordos comerciais e societários mais eficientes: aperfeiçoamento da regulação do mercado de biodiesel, do mercado de infraestrutura de movimentação de combustíveis, e, da regulação do mercado de combustíveis de aviação. Trata-se de mudanças na estrutura de oferta favoráveis ao bem-estar do consumidor, com perspectiva de redução de custo não apenas para famílias, mas para várias atividades produtivas em que o combustível é insumo relevante.

Evidências

- No Brasil o mercado de petróleo e gás natural tem um atual agente dominante sem promoção da concorrência nessas atividades.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.6.1 Detalhamento: Pró Combustíveis

Justificativa	► Em relação ao setor de combustíveis, documentos indicam que a regulação econômica impõe vedações e restrições à verticalização entre as atividades de distribuição e revenda, à venda direta do produtor para o posto revendedor, à mistura de combustíveis derivados de petróleo e biocombustíveis, a operações associadas à importação e outro conjunto variado de transações comerciais e arranjos societários. As limitações estabelecidas pelas normas regulatórias do setor, além de criar custos de transação em situações diversas, pode impedir que o mercado revele arranjos comerciais e societários mais eficientes.
Objetivo	► Aumentar do bem-estar dos consumidores de combustíveis, bem como promoção de ganhos de eficiência nessa atividade e demais que utilizam o produto em seus processos produtivos.
Responsável	► Adriano Paranaíba
Resultados Esperados	► Maior liberdade de mercado ► Mais incentivos à concorrência ► Mudanças na estrutura de oferta favoráveis ao bem-estar do consumidor, com perspectiva de redução de custo não apenas para famílias, mas para várias atividades produtivas em que o combustível é insumo relevante.
Principais Entregas	► Resolução CNPE importação de insumo de biodiesel ► Resolução CNPE da abertura do refino publicada ► Resolução CNPE sobre concorrência no downstream publicada ► Resolução que revoga subsídio de GLP implementada ► Compromissos de desinvestimento da Petrobras em refino

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.6.2 Detalhamento: Pró Combustíveis

Cronograma de Etapas	2020											2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• [GOV] Resolução CNPE importação de insumo de biodiesel											✓													
• [GOV] Resolução CNPE sobre Grupo de Trabalho de análise do Diesel Verde e do Processo H-BIO												✓												
• [GOV] Resolução CNPE sobre modelo de comercialização do biodiesel												✓												
• [GOV] Resolução CNPE sobre monitoramento e coordenação do mercado de combustíveis																								
• [GOV] Resolução CNPE sobre abastecimento do mercado GLP																								
• [GOV] Resolução ANP sobre venda direta de etanol																								

Decisões de Terceiros | ✓ Entrega | Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.7 Detalhamento: Novo Upstream - Segmento E&P

Detalhamento

- O projeto engloba aperfeiçoamentos regulatórios para a promoção da concorrência nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Objetivo: melhorar a racionalidade econômica para a escolha dos modelos de concessão de petróleo e gás, incentivar o desenvolvimento do mercado onshore e conferir maior liberdade ao mercado quanto à aquisição de bens e serviços.

Evidências

- No Brasil a exploração e produção de petróleo e gás natural se dá por um atual agente dominante sem promoção da concorrência nessas atividades.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.7.1 Detalhamento: Segmento E&P

Justificativa	► Tendo em vista o monopólio existente, o projeto se justifica uma vez que objetiva promover a concorrência e liberdade ao mercado na aquisição de bens e serviços.
Objetivo	► Aperfeiçoar marcos regulatórios para a promoção da concorrência nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.
Responsável	► Adriano Paranaíba
Resultados Esperados	► Desenvolvimento do mercado onshore de petróleo e gás ► Maior liberdade ao mercado quanto à aquisição de bens e serviços e o aperfeiçoamento da racionalidade econômica para a escolha dos modelos de concessão de petróleo e gás
Principais Entregas	► Resolução CNPE sobre prorrogação de contratos de E&P ► Decreto 10.320/2020: institui BidSim ► Resolução ANP - serviço de refino (CP 16/2020) ► PL Regime de partilha (PL 3178/2019) ► PLs de conteúdo local

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.7.2 Detalhamento: Novo Upstream (Segmento E&P)

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Decreto 10.320/2020: institui BidSim				✓																				
• Resolução CNPE sobre prorrogação de contratos de E&P								✓																
• Resolução ANP - serviço de refino (CP 16/2020)																📄								
• PL Regime de partilha (PL 3178/2019)																								📄

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.8 Detalhamento: Pró Conecta

Detalhamento

- Projeto Pró-Conecta traz medidas que visam eliminar barreiras regulatórias que comprometem o setor de telecomunicações, facilitar o investimento de capital estrangeiro no país, incentivar investimento privado de companhias nacionais, reduzir custos de transação dos setores público e privado, diminuir insegurança jurídica no setor e viabilizar novos modelos de negócios.

Evidências

- 5G pode gerar um valor adicional total ao PIB de R$ 249 bilhões até 2035 e R$ 1,12 trilhões até 2050;
- Com a desoneração destes chips, a taxa de crescimento do emprego deste tipo de tecnologia deve crescer de 21% para aproximadamente 45%;
- Mais de 4000 pedidos de licenciamento de antenas parado nas administrações públicas locais, representa cerca de R$ 2 bilhões em investimento represado e menos conectividade e menor qualidade do serviço de telecomunicações;
- Razão de chips iot por hab/ brasil está em 0,12 enquanto países desenvolvidos detém 0,3 conexões por hab.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.8.1 Detalhamento: Pró Conecta

Justificativa	► O setor de telecomunicações representa cerca de 3,6% do PIB brasileiro, sustentando mais de 500 mil empregos diretamente. Nas condições tecnológicas atuais, o aumento da penetração da banda larga, de 1%, gera um aumento médio anual de 0,08% no PIB, podendo variar a depender da renda e da concentração urbana. Nessas circunstâncias, é possível estimar que cada 10 pontos percentuais de aumento da penetração de Internet possibilitaria um acréscimo R$670 bilhões, nos próximos 10 anos. Isso considerando apenas as tecnologias já em operação. O 5G tem a capacidade de potencializar ainda mais esses efeitos.
Objetivo	► Eliminar barreiras regulatórias que comprometem o setor de telecomunicações, facilitar o investimento de capital estrangeiro no país, incentivar investimento privado de companhias nacionais, reduzir custos de transação dos setores público e privado, diminuir insegurança jurídica no setor e viabilizar novos modelos de negócios..
Responsável	► Adriano P. e Andrey Vilas Boas
Resultados Esperados	► Aumento da penetração da banda larga. ► Impactos positivos na produtividade e competitividade.
Principais Entregas	► MP VSat ► PL dos serviços de comunicação audiovisual sob demanda (VoD) enviado ao Congresso ► Portaria SBAC/INMETRO - repetição de ensaios e investimentos desnecessários ► PLC 79 - Novo Marco de Telecom ► PL de Reestruturação do FUST ► PL IoT - PL 6.549/2019

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.8.2 Detalhamento: Pró Conecta

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• PL de Reestruturação do FUST											✓													
• PL IoT - PL 6.549/2019											✓													
• MP VSat												✓												
• PL dos serviços de comunicação audiovisual sob demanda (VoD) aprovado no CN																	📄							
• Segurança Cibernética no 5G																		📄						
• Leilão 5G																		📄						
• Decreto de desburocratização do investimento estrangeiro em Telecom																		📄						
• PL para modular os princípios de neutralidade da rede ao novos serviços do 5G enviado ao Congresso																		📄						
• PL de reestruturação do SeAC - TV por assinatura (Aprovada de forma definitiva no SF)																							📄	
• PEC do capital estrangeiro na radiodifusão																								📄

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade

Atividade 2

Atividade 3

2.9 Detalhamento: Pró Crédito

Detalhamento

- A remoção e aprimoramentos regulatórios no setor poderão resultar em uma maior dinamização no mercado de crédito por meio de redução de taxas e maior acesso, assim como em investimentos os agentes econômicos podem ter acesso aos mercados capitais culminando em uma nova fonte de financiamento para o setor produtivo. Nesse contexto serão identificadas as normas passíveis de aperfeiçoamento e efetuação de Advocacy juntos aos respectivos órgãos responsáveis.

Evidências

Dados do Relatório de Economia Bancária do Banco Central do Brasil, mostram que:

- 80,44% do estoque de crédito do país, em 2018, estavam na carteira dos cinco maiores bancos múltiplos (página 147, tabela 6.4);
- Dados do Indicador do Custo de Crédito (ICC) mostram que seu spread situava-se em 12,49 pontos percentuais em 2018, tendo se mantido basicamente estável desde 2016 (página 78, Tabela 3.1), a despeito da queda ocorrida na SELIC no período;
- Comparação internacional mostra que o spread no Brasil é o segundo maior do mundo, atrás apenas de Madagascar.

Fonte: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancari; https://blogdoibre.fgv.br/posts/parcimonia-com-o-mercado-de-credito)

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.9.1 Detalhamento: Pró Crédito

Justificativa	▶ O Brasil possui um mercado de crédito marcado pela concentração bancária e por um nível de spread que está entre os maiores do mundo, o que prejudica o acesso dos empreendedores a crédito e impacta negativamente o nível de investimento na economia e, por conseguinte, o desenvolvimento do país. Dados do Relatório de Economia Bancária do Banco Central do Brasil, mostram que 80,44% do estoque de crédito do país, em 2018, estavam na carteira dos cinco maiores bancos múltiplos (página 147, tabela 6.4); dados do Indicador do Custo de Crédito (mostram que seu spread situava se em 12,49 pontos percentuais em 2018, tendo se mantido basicamente estável desde 2016 (página 78, Tabela 3.1), a despeito da queda ocorrida na SELIC no período; comparação internacional mostra que o spread no Brasil é o segundo maior do mundo, atrás apenas de Madagascar.
Objetivo	▶ Elevar a concorrência no mercado bancário e diminuir o spread bancário.
Responsável	▶ Alexandre Messa
Resultados Esperados	▶ Remoção e aprimoramentos regulatórios no setor poderão resultar em uma maior dinamização no mercado de crédito por meio de redução de taxas e maior acesso, assim como em investimentos os agentes econômicos podem ter acesso aos mercados capitais culminando em uma nova fonte de financiamento para o setor produtivo.
Principais Entregas	▶ Decreto nº 9.936 (Regulamenta Cadastro Positivo) ▶ Pagamentos de tributos federais por meio de DARF (Fintechs) ▶ Queda de tarifas da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) ▶ Sancionado o Cadastro Positivo ▶ PL Mutualismo no setor de seguros ▶ Primeira Onda do Open Banking

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade

Atividade 2

Atividade 3

2.9.2 Detalhamento: Pró Crédito

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• PL Mutualismo no setor de seguros																								
• Primeira Onda do Open Banking																									

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

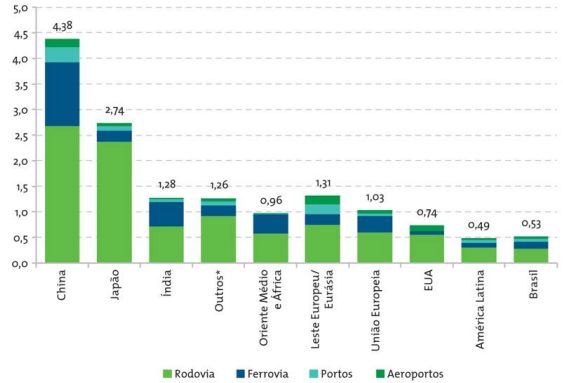
2.10 Detalhamento: Pró Logística

Detalhamento

- O projeto tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da logística no Brasil por meio de aprimoramentos regulatórios que aumentem a concorrência, com maior oferta de serviços e melhoria do ambiente de negócios. E assim promover abertura da cabotagem, melhoria do marco regulatório dos transportes terrestre, aéreo e marítimo. O Pró-Logística pretende atuar sobre essas restrições, de forma a induzir o setor em direção a um ambiente com mais concorrência e menos distorções.

Evidências

Investimento em logística, em % do PIB, 1993-2015



Fontes: Dobbs (2013); BNDES (2016); Pereira e Puga (2016); e Bielschowsky (2002).
* Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Islândia, Lichtenstein, Noruega, Nova Zelândia, Cingapura, Suíça e Taiwan (Taipei).
Nota: Dados de 1992 a 2011, exceto Brasil (1993 a 2015). Os investimentos brasileiros em logística, como proporção do PIB, mudaram muito pouco em relação ao período de 1993 a 2011 (rodovias: 0,27% do PIB; ferrovias: 0,14; portos: 0,06; e aeroportos: 0,04), o que sugere não haver problemas na comparação entre os dois períodos acima.

Fonte: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/panoramas-setoriais-2030

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.10.1 Detalhamento: Pró Logística

Justificativa	► O setor de logística no Brasil é marcado por fechamento à saudável concorrência estrangeira, o que reduz investimentos e incentiva a obsolescência e preços abusivos. Além disso, ele também é marcado por subsídios cruzados, tais como o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), por meio do qual todos os consumidores pagam um adicional ao frete para subsidiar a indústria naval. Como resultado, após décadas de regulação restritiva, temos uma oferta de serviços de logística pouco desenvolvida para atender as demandas da economia brasileira.
Objetivo	► Desenvolver a logística no Brasil por meio de aprimoramentos regulatórios que aumentem a concorrência, com maior oferta de serviços e melhoria do ambiente de negócios.
Responsável	► Alexandre Messa
Resultados Esperados	► Desenvolvimento da logística no Brasil por meio de aprimoramentos regulatórios que aumentem a concorrência, com maior oferta de serviços e melhoria do ambiente de negócios.
Principais Entregas	► Decreto de denúncias dos acordos marítimos com ARG e URU ► PL da Praticagem (PL 4.392/2020) ► PL das Ferrovias Privadas (PLS 261/2018) ► PL de Revisão do AFRMM ► PL BR do Mar ► Revisão das regras de slots em Congonhas (Decisão ANAC 109/2019) ► MP Voo Simples

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.10.2 Detalhamento: Pró Logística

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• PL BR do Mar Etapa Governo							✓																	
• Revisão das regras de slots em Congonhas (Decisão ANAC 109/2019)							✓																	
• Decreto de denúncias dos acordos marítimos com ARG e URU															✓									
• MP Voo Simples																	✓							
• PL da Praticagem (PL 4.392/2020)																		✓						
• PL BR do Mar aprovada no congresso																		✓						
• PL das Ferrovias Privadas (PLS 261/2018)																		✓						
• PL 3819, de 2020, sobre Triip aprovada no Congresso																		✓						
• PL de Revisão do AFRMM																								✓

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.11 Detalhamento: Pró Mercado de Capitais

Detalhamento

- O projeto Pró-Mercado de Capitais fará avaliação da carga regulatória, objetivando identificar elementos que limitem as condições concorrenciais ou, impliquem diminuição da competitividade do mercado brasileiro relativamente a mercados no exterior. Nesse contexto, a remoção e aprimoramentos regulatórios no setor poderão resultar em uma maior dinamização no mercado de capitais por meio de redução de taxas e maior acesso, assim como em investimentos os agentes econômicos podem ter acesso aos mercados capitais culminando em uma nova fonte de financiamento para o setor produtivo.

Evidências

- Atualmente cerca de apenas 3 milhões de investidores no mercado de ações;
- Volume negociado próximo a R$ 4 bilhões e grande potencial de aumento.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.11.1 Detalhamento: Pró Mercado de Capitais

Justificativa	► Brasil possui um mercado de crédito marcado pela concentração bancária e por um nível de spread que está entre os maiores do mundo, o que prejudica o acesso dos empreendedores a crédito e impacta negativamente o nível de investimento na economia e, por conseguinte, o desenvolvimento do país.
Objetivo	► Desenvolver o Mercado de Capitais brasileiro
Responsável	► Andrey Vilas Boas
Resultados Esperados	► Desenvolvimento do Mercado de Capitais brasileiro ► Aperfeiçoamento da carga regulatória, desburocratização, cumprimento de contratos, popularização do mercado de capitais e outros temas correlatos
Principais Entregas	► PL Proteção dos investidores minoritários ► Internalização de Ordens Negociais

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.11.2 Detalhamento: Pró Mercado de Capitais

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Internalização de Ordens Negociais									✓															
• PL Proteção dos investidores minoritários																👤								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 👤 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.12 Detalhamento: Reg OCDE

Detalhamento

- O objetivo do Reg-OCDE é que o Brasil siga as melhores práticas regulatórias com foco em promoção da competitividade. A meta é que o Brasil atinja a média da OCDE em 2022 (resultado demonstrado em 2023). Atualmente, o Brasil está em 45º. Para além da implementação de melhorias regulatórias, também pretendemos publicar um documento de traçando e tornando pública a estratégia do Brasil para adesão regulatória aos padrões da OCDE. O documento será público e terá ampla divulgação

Evidências

- Atualmente, o Brasil está em 45º lugar no ranking PMR OCDE dentre 46 países avaliados.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.12.1 Detalhamento: Reg OCDE

Justificativa	▸ O Brasil encontra-se em 45° lugar no ranking PMR OCDE dentre 46 países avaliados, portanto, necessita de diagnóstico e orientação para que as melhores práticas regulatórias com foco em promoção da competitividade sejam implantadas.
Objetivo	▸ Traçar estratégia do Brasil para adesão regulatória aos padrões da OCDE para que o país atinja a média da OCDE no ranking PMR (Product Market Regulation).
Responsável	▸ Michael Dantas
Resultados Esperados	▸ Diagnóstico realizado para melhores práticas regulatórias com foco em promoção da competitividade sejam implantadas. ▸ Que o Brasil atinja a média da OCDE em 2022. Atualmente, o Brasil está em 45º.
Principais Entregas	▸ Elaboração de relatório com análise de todas as dimensões avaliadas para construção do ranking e diagnóstico para priorização dos trabalhos a serem realizados no Brasil. ▸ Publicação de documento de traçando e tornando pública a estratégia do Brasil para adesão regulatória aos padrões da OCDE.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.12.2 Detalhamento: Reg OCDE

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Fase 1 - 6 dimensões do PMR - ciclo de trabalho concluído*												✓												
• PL Lobbying																								
• Fase 2 - 6 dimensões do PMR - ciclo de trabalho concluído*																								
• Estratégia de melhoria regulatória: PMR OCDE																								
• Fase 3 - 6 dimensões do PMR - ciclo de trabalho concluído*																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.13 Detalhamento: Pró Comex

Detalhamento

- O Pró-Comex trabalha para que o comércio exterior seja uma via efetiva de concorrência no mercado local, promovendo uma maior contestabilidade do mercado por parte das importações. Para tanto, busca-se i) advogar por uma reforma ampla do Imposto de Importação; ii) mapear e alterar normas e regulamentos associados ao comércio exterior que divirjam das boas práticas internacionais e iii) promover a celebração de acordos internacionais que facilitem a integração do país às cadeias globais de valor.

Evidências

- Nas dimensões relativas a barreiras tarifárias (tariff barriers) e a barreiras à facilitação do comércio (barriers to trade facilitation), do Product Market Regulation (PMR) da OCDE, o Brasil estava na última e antepenúltima posições, respectivamente, no ranking de 2018, com 46 países.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.13.1 Detalhamento: Pró Comex

Justificativa	▶ O Brasil é reconhecidamente um país pouco integrado ao resto do mundo, tendo reduzida participação nos fluxos globais de importação e exportação. De fato, nas dimensões relativas a barreiras tarifárias (tariff barriers) e a barreiras à facilitação do comércio (barriers to trade facilitation), do Product Market Regulation (PMR) da OCDE, o Brasil estava na última e antepenúltima posições, respectivamente, no ranking de 2018, com 46 países. Seja devido a elevadas barreiras tarifárias, seja devido à imposição de barreiras técnicas e regulatórias às importações, o fato é que a menor integração às cadeias globais de valor protege o mercado local da maior concorrência internacional e, assim, dificulta a alocação eficiente dos recursos produtivos, atrasa o ingresso de novas tecnologias no país, encarece insumos e produtos finais, compromete a competitividade da economia e, em suma, reduz o bem-estar da sociedade como um todo.
Objetivo	▶ Promover a concorrência por meio da redução de barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio internacional
Responsável	▶ Natasha Miranda
Resultados Esperados	▶ Maior participação do país nos fluxos globais de importação e exportação. Celebração de acordos internacionais que promovam a integração do país às cadeias globais de valor.
Principais Entregas	▶ Decreto de Medidas Compensatórias ▶ OCDE Peer review ▶ ADTs Emirados Árabes, Suíça, Cingapura ▶ ADT com Reino Unido ▶ Convenção de Cingapura

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → **Atividade 2** → **Atividade 3**

2.13.2 Detalhamento: Pró Comex

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Assinatura do Decreto medidas Compensatórias																								
• ADTs Emirados Árabes, Suíça e Cingapura																								
• ADT com Reino Unido																								
• OCDE Peer Review																								

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | Atividade 2 | Atividade 3

2.14 Detalhamento: Pró Turismo

Detalhamento

- O Pró-Turismo pretende como resultado relevante atração de investimentos na infraestrutura hoteleira, turística e logística, com impactos na economia e na geração de emprego e renda. E para isso prevê a implementação de medidas legais que garantam segurança jurídica à investidores no setor.

Evidências

- 0,0 % do PIB associado a cassinos e resorts integrados;
- Crescimento de apenas 0,5% no número de turistas estrangeiros no país, contra 8,4% na média da América do Sul, ou 10%, do vizinho Peru.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade | **Atividade 2** | **Atividade 3**

2.14.1 Detalhamento: Pró Turismo

Justificativa	► Apesar de seu imenso potencial turístico, os números do Brasil ainda são tímidos para o setor. O país recebe, anualmente, menos turistas que o Museu do Louvre, em 2018, houve um crescimento de apenas 0,5% no número de turistas estrangeiros no país, contra 8,4% na média da América do Sul, ou 10%, do vizinho Peru. Dentre as várias razões que confluem para resultar nesse quadro, pode-se destacar um ambiente regulatório defasado, que em muito limita o mercado turístico no país.
Objetivo	► Eliminar barreiras regulatórias a investimentos e ampliar a segurança jurídica para investimentos estrangeiros no setor do turismo.
Responsável	► Adriano Paranaíba
Resultados Esperados	► Atração de investimento para o setor de turismo.
Principais Entregas	► PL Delegação de competência sobre Resorts Integrados ► PL Áreas Especiais de Interesse Turístico

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Concorrência Para Prosperidade → Atividade 2 → Atividade 3

2.14.2 Detalhamento: Pró Turismo

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• PL Delegação de competência sobre Resorts Integrados																								
• PL Áreas Especiais de Interesse Turístico																								

Decisões de Terceiros Entrega Proposta de Entrega

ATIVIDADE 1

A GRANDE DESREGULAMENTAÇÃO



Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3. A Grande Desregulamentação

Detalhamento

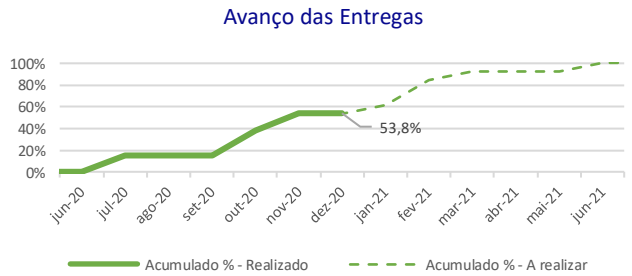
- **Justificativa do Programa:** a alta carga regulatória inibe a alocação eficiente de recursos e constitui barreira não-tarifária ao comércio internacional de serviços, com impactos na produtividade e na competitividade. A baixa posição do país nos rankings citados é reflexo de um arcabouço regulatório que prejudica o ambiente concorrencial e a liberdade econômica.
- **Evidência:** estima-se que o custo no Brasil para atuar em ambiente jurídico-regulatório tem uma diferença entre 160 a 200 bilhões de reais ao ano em relação à média dos países da OCDE.
- **Objetivos do Programa:** melhorar o ambiente de negócios, a competitividade e a participação do Brasil no comércio internacional.
- **Indicador Estratégico:** ranking Doing Business do Banco Mundial; GCI Pilar 07 (Product market)
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios

- **Projetos:**
  - Lei da Liberdade Profissional
  - Observatório de Desregulamentação
  - Melhoria Regulatória
  - FIARC - Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022

- **Meta Estratégica:**
  - Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do Global Competitiveness Index até 2022
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022



Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3.1 Detalhamento: Lei da Liberdade Profissional

Detalhamento

- O projeto contempla a elaboração e encaminhamento de minuta de PL da Liberdade Profissional ao Congresso com objetivo de retirar barreiras concorrenciais com revisão de regras injustificadas relacionadas à limitação da livre atuação. Assim deve ocorrer redução dos preços e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, bem como atendimento à demanda por mão-de-obra não suprida pelo mercado nacional.

Evidências

- Déficit de 1,8 milhão de pessoas para vagas mais especializadas – considerando-se tanto as vagas abertas quanto as que vão ser preenchidas por empregados sem a qualificação considerada ideal.
- Esse número deve crescer a uma taxa de 12,4% ao ano, até alcançar 5,7 milhões de postos com funcionários sem competência ideal ou vagos até 2030.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3.1.1 Detalhamento: Lei da Liberdade Profissional

Justificativa	► A liberdade econômica deve ser um dos alicerces do desenvolvimento nacional. A ação normativa de agentes reguladores deve ocorrer para robustecer o ambiente econômico, especialmente no que diz respeito ao ambiente concorrencial. Desse modo, normas que restrinjam a liberdade econômica e que prejudiquem a concorrência serão objeto de investigação e, se for necessário, de revogação. A alta carga regulatória inibe a alocação eficiente de recursos e constitui barreira não-tarifária ao comércio internacional de serviços, com impactos na produtividade e na competitividade.
Objetivo	► Retirar barreiras concorrenciais para atuação profissional, com revisão de regras injustificadas relacionadas à limitação da livre atuação.
Responsável	► Alexandre Messa
Resultados Esperados	► Encaminhamento de PL da Liberdade Profissional ao Congresso. Retirada de barreiras concorrenciais para atuação profissional, com revisão de regras injustificadas relacionadas à limitação da livre atuação. A medida também visa facilitar a vinda de profissionais estrangeiros qualificados para o país, de forma a suprir déficits de mão obra em setores específicos, contribuindo para o crescimento econômico e a geração de empregos para brasileiros.
Principais Entregas	► Lei de Liberdade Profissional

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação → **Atividade 2** → **Atividade 3**

3.1.2 Detalhamento: Lei da Liberdade Profissional

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Lei de Liberdade Profissional																								

Decisões de Terceiros Entrega  Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3.2 Detalhamento: Observatório da Desregulamentação

Detalhamento	Evidências
► Implantação do Observatório Nacional de Desregulamentação, seguindo as práticas definidas no Manual de Melhoria Regulatória, contendo as aspirações regulatórias do país, o framework de desregulamentação e o compêndio das boas práticas de desregulamentação.	► Custo Brasil consome das empresas um valor de aproximadamente R$ 1,5 trilhão, cifra que representa 22% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Desse valor total, somente o custo para atuar em ambiente jurídico-regulatório eficaz tem uma diferença entre 160 a 200 bilhões ao ano em relação à média dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | **Atividade 2** | **Atividade 3**

3.2.1 Detalhamento: Observatório da Desregulamentação

Justificativa	► A liberdade econômica deve ser um dos alicerces do desenvolvimento nacional. A ação normativa de agentes reguladores deve ocorrer para robustecer o ambiente econômico, especialmente no que diz respeito ao ambiente concorrencial. Desse modo, normas que restrinjam a liberdade econômica e que prejudiquem a concorrência serão objeto de investigação e, se for necessário, de revogação. A alta carga regulatória inibe a alocação eficiente de recursos e constitui barreira não-tarifária ao comércio internacional de serviços, com impactos na produtividade e na competitividade.
Objetivo	► Implantar observatório Nacional de Desregulamentação, seguindo as práticas definidas no Manual de Melhoria Regulatória, contendo as aspirações regulatórias do país, o framework de desregulamentação e o compêndio das boas práticas de desregulamentação.
Responsável	► Adriano Paranaíba
Resultados Esperados	► Elaboração de um Guia de Boas Práticas em Desregulamentação para auxiliar o País no plano de retomada da economia. O objetivo é criar uma ferramenta para identificar as oportunidades a serem exploradas e os ganhos que os brasileiros podem ter com um programa de desregulamentação.
Principais Entregas	► Curso Licenciamento 4.0 - Criada 1a turma ► Decreto do Observatório ► IN da Desoneração Regulatória

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação → **Atividade 2** → **Atividade 3**

3.2.2 Detalhamento: Observatório da Desregulamentação

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Curso Licenciamento 4.0 - Criada 1a turma							✓																	
• IN da Desoneração Regulatória											✓													
• Decreto do Observatório																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3.3 Detalhamento: Melhoria Regulatória

Detalhamento

- Medidas transversais que ajudam a melhorar o ambiente regulatório do Brasil, com impactos positivos na competitividade e no ambiente de negócio do país. O objetivo é aprimorar o processo regulatório, de modo a evitar o entulho regulatório e diminuir o custo Brasil relacionado ao alto volume de carga regulatória. Uma de suas principais entregas foi o Decreto Nº 10.411, de 30 de junho de 2020 que regulamenta a Análise de Impacto Regulatória.

Evidências

- Mais de 5,8 milhões de normas editadas desde a Constituição Federal.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | **Atividade 2** | **Atividade 3**

3.3.1 Detalhamento: Melhoria Regulatória

Justificativa	► A liberdade econômica deve ser um dos alicerces do desenvolvimento nacional. A ação normativa de agentes reguladores deve ocorrer para robustecer o ambiente econômico, especialmente no que diz respeito ao ambiente concorrencial. Desse modo, normas que restrinjam a liberdade econômica e que prejudiquem a concorrência serão objeto de investigação e, se for necessário, de revogação. A alta carga regulatória inibe a alocação eficiente de recursos e constitui barreira não-tarifária ao comércio internacional de serviços, com impactos na produtividade e na competitividade.
Objetivo	► Ajudar a melhorar o ambiente regulatório do Brasil, por meio de medidas transversais, com impactos positivos na competitividade e no ambiente de negócio do país.
Responsável	► Adriano Paranaíba
Resultados Esperados	► Aprimoramento do processo regulatório, de modo a evitar o entulho regulatório e diminuir o custo Brasil relacionado ao alto volume de carga regulatória.
Principais Entregas	► Guia para Decreto AIR (10.411/2020) ► Site Único (gov.br/reg) ► Protocolo de Boas Práticas - BrasilxEUA ► Agenda Regulatória para Leis ► Decreto de AIR ► Calculadora de Onerosidade Regulatória ► Automatização do Site Único (gov.br/reg) ► Resolução Conmetro Padrões Internacionais

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação → **Atividade 2** → **Atividade 3**

3.3.2 Detalhamento: Melhoria Regulatória

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Decreto de AIR							✓																	
• Site Único (gov.br/reg)										✓														
• Protocolo de Boas Práticas - BrasilxEUA										✓														
• Calculadora de Onerosidade Regulatória											✓													
• Guia para Decreto AIR (10.411/2020)																								
• Agenda Regulatória para Leis																								
• Automatização do Site Único (gov.br/reg)																								
• Resolução Conmetro Padrões Internacionais																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3.4 Detalhamento: FIARC - Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial

Detalhamento

- O programa FIARC consiste na implementação, de maneira objetiva e transparente, dos procedimentos e quesitos para atuação da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade – SEAE quanto às suas competências de proposição de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados.
- O FIARC tem como objetivo aprimorar o conjunto de normas infralegais que disciplinam questões de natureza regulatória e concorrencial no Brasil. Para tanto, o programa buscará identificar e avaliar, nesse conjunto de normas, aquelas que possam potencialmente causar distorção ou que possuam caráter anticompetitivo.

Evidências

- Existência de normas que potencialmente possam causar distorção do mercado ou que possuam caráter anticompetitivo.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação | Atividade 2 | Atividade 3

3.4.1 Detalhamento: FIARC - Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial

Justificativa	► A liberdade econômica deve ser um dos alicerces do desenvolvimento nacional. A ação normativa de agentes reguladores deve ocorrer para robustecer o ambiente econômico, especialmente no que diz respeito ao ambiente concorrencial. Desse modo, normas que restrinjam a liberdade econômica e que prejudiquem a concorrência serão objeto de investigação e, se for necessário, de revogação. A alta carga regulatória inibe a alocação eficiente de recursos e constitui barreira não-tarifária ao comércio internacional de serviços, com impactos na produtividade e na competitividade.
Objetivo	► Identificar e avaliar conjunto de normas, aquelas que possam potencialmente causar distorção ou que possuam caráter anticompetitivo.
Responsável	► Andrey Vilas Boas
Resultados Esperados	► Aprimoramento do conjunto de normas infralegais que disciplinam questões de natureza regulatória e concorrencial no Brasil. Identificação e avaliação nesse conjunto de normas, aquelas que possam potencialmente causar distorção ou que possuam caráter anticompetitivo.
Principais Entregas	► IN do FIARC

Atividade 1 – Programas Estratégicos: A Grande Desregulamentação → **Atividade 2** → **Atividade 3**

3.4.2 Detalhamento: FIARC - Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• IN do FIARC										✓														

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

ATIVIDADE 1

PROGRAMA REGIONAIS E SETORIAIS



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais | Atividade 2 | Atividade 3

4. Programa Regionais e Setoriais

Detalhamento

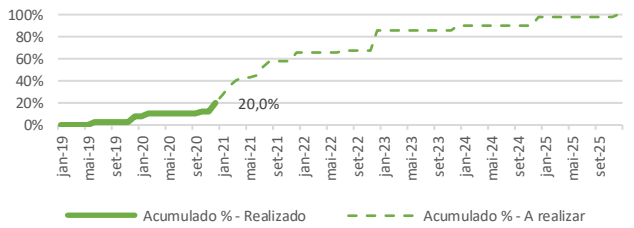
- **Justificativa do Programa:** Tendo em vista as baixas posições do país nos rankings mundiais e os diferentes cenários do país de extensões continentais, justificam-se os projetos de melhorias setoriais e regionais.
- **Evidência:** posição do Brasil no ranking Doing Business = 124° de 190 países; Posição do Brasil no Pilar 7 Product Market do GCI = 124° de 190 países (Publicação de 2019).
- **Objetivos do Programa:** executar projetos que contribuam para tornar o país mais eficiente, competitivo e produtivo por meio de propostas regionais e setoriais específicas.
- **Indicador Estratégico:** ranking Doing Business do Banco Mundial; GCI Pilar 07 (Product market).
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios

- **Projetos:**
  - Programa Produz Nordeste
  - Programa Eficiência Máxima
  - Nova Amazônia Verde
  - Estratégia Rota 2030 Mobilidade e Logística

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022
- **Meta Estratégica:**
  - Alcançar a posição 114° Pilar 7, Product Market, do Global Competitiveness Index até 2022
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022

Avanço das Entregas



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais | Atividade 2 | Atividade 3

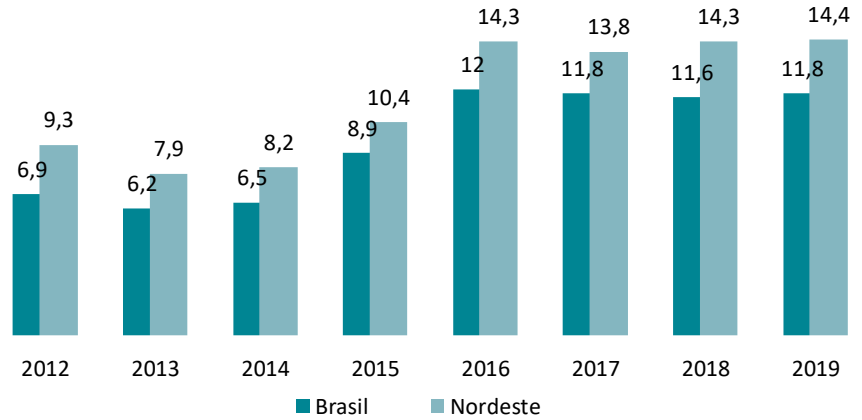
4.1 Detalhamento: Produz Nordeste

Detalhamento

- Esse projeto pretende aperfeiçoar e simplificar mecanismos regulatórios, fiscais, de financiamento e de investimentos dos setores produtivos da economia, no âmbito federal, em articulação com às esferas federativas na implementação de ações a fim de impulsionar as cadeias produtivas locais;

Evidências

Desemprego região NE vs. Brasil[1]



1. 4º trimestre de cada ano e 3º trimestre de 2019

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

4.1.1 Detalhamento: Produz Nordeste

Justificativa	► A região nordeste do país carece de ações que apresentem um diagnóstico capaz identificar os setores produtivos potenciais e de iniciativas que promovam a melhoria do ambiente de negócio, eficiência produtiva, redução de custos sistêmicos e aumento da competitividade, incentivando a participação das empresas nordestinas nas cadeias globais de valor, com ênfase no aperfeiçoamento e na simplificação de mecanismos regulatórios, fiscais, de financiamento e de investimentos.
Objetivo	► Estabelecer uma agenda que propõe medidas que visam à melhoria do ambiente de negócios na região, com ênfase no aperfeiçoamento e na simplificação de mecanismos regulatórios, fiscais, de financiamento e de investimentos.
Responsável	► Thaise Pereira Pessoa Dutra
Resultados Esperados	► Melhoria do ambiente de negócios na região nordeste, por meio da adoção de medidas voltadas para o crescimento da produtividade, competitividade e inovação dos setores produtivos locais.
Principais Entregas	► Lançamento da Agenda Produz Nordeste ► Implementar a Agenda Produz Nordeste ► Receber estudo preliminar IPEA para impulsionar cadeias produtivas locais

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

4.1.2 Detalhamento: Produz Nordeste

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Receber estudo preliminar IPEA para impulsionar cadeias produtivas locais*			✓																					
• Resultados da pesquisa sobre percepção dos representantes do setor produtivo local.*																	◐							
• Mobilização de governadores e outros atores*																		◐						
• Lançamento da Agenda Produz Nordeste																			◐					
• Implementar a Agenda Produz Nordeste																				◐				

Decisões de Terceiros ✓ Entrega ◐ Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais | Atividade 2 | Atividade 3

4.2 Detalhamento: Eficiência Máxima

Detalhamento

- O Projeto Eficiência Máxima deve modernizar e agilizar o processo de concessão do PPB e Ex-tarifário; Concluir a regulamentação do Programa Rota 2030 e revisão de todos os programas; Zerar o backlog de todos os processos setoriais e proceder com a revisão dos atuais programas promovendo a eficiência máxima e gerando impactos positivos na economia.

Evidências

- Backlog de 104 Processos Produtivos Básicos em 2019.
- 40 convênios SI, SEMPE e SIN no início de 2019.
- Não cumprimento do prazo legal de 120 dias para fixação e alteração das portarias de Processos Produtivos Básicos (Lei nº 8.248/1991, Art. 4º, § 2º).
- Tempo médio de 90 dias para análise dos pleitos de Ex-tarifário no início de 2019.
- O Programa Rota 2030 foi criado em dezembro de 2018 e ainda encontravam-se pendentes algumas regulamentações (Lei nº 13.755/2018 e Decreto nº 9.557/2018).

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

4.2.1 Detalhamento: Eficiência Máxima

Justificativa	► Necessidade de modernizar e agilizar diversos processos da SDIC. Existência de backlog de processos e não cumprimento dos prazos regulamentados.
Objetivo	► Modernizar o processo de concessão do PPB; ► Modernizar o processo de análise de pedido de Ex-tarifário; ► Concluir a regulamentação do Programa Rota 2030 e revisão de todos os programas.
Responsável	► Tólio Ribeiro
Resultados Esperados	► Zerar o backlog de todos os processos setoriais e proceder com a revisão dos atuais programas promovendo a eficiência máxima e gerando impactos positivos na economia.
Principais Entregas	► Ex-tarifário – Reduzir prazo de análise p/ 45 dias e reduzir equipe dedicada ► Portaria de agilização dos processos de ex-tarifário ► PADIS – Publicar decreto regulamentando a Lei nº 11.484/2007 ► PPB – Publicar alterações ao Decreto nº 10.356/2020 ► PPB – Zerar backlog de processos e reduzir equipe dedicada ► Implementação da Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica ► Rota 2030 – Publicação da Portaria Interministerial P&D

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais → **Atividade 2** → **Atividade 3**

4.2.2 Detalhamento: Eficiência Máxima

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica		✓																						
• Rota 2030 - Portaria Interministerial P&D										✓														
• PPB – Publicar alterações ao Decreto nº 10.356/2020													📄											
• PPB – Publicar portaria conjunta regulamentando a habilitação à Lei nº 8.248/1991 (LI)													📄											
• Ex-tarifário – Publicar Portaria ME atualizando as Portarias nº 309/2019 e 324/2019														📄										
• PADIS – Publicar decreto regulamentando a Lei nº 11.484/2007														📄										
• PPB – Publicar portaria conjunta regulamentando os ajustes de períodos cumulativos da Lei nº 8.248/1991 (LI)														📄										
• PPB – Publicar portaria conjunta regulamentando a aplicação de sanção pelo descumprimento à Lei nº 8.248/1991 (LI)														📄										
• PADIS – Publicar portaria conjunta regulamentando a aplicação de sanção pelo descumprimento à Lei nº 11.484/2007															📄									
• PADIS – Publicar portaria conjunta regulamentando os ajustes de períodos cumulativos															📄									
• PPB – Concluir os processos de PPB em um prazo médio de 120 dias																								📄

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais → Atividade 2 → Atividade 3

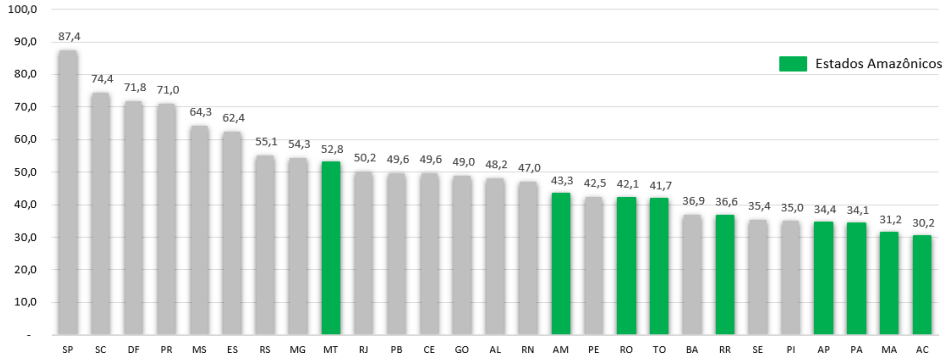
4.3 Detalhamento: Nova Amazônia Verde

Detalhamento

- O projeto Nova Amazônia Verde deve promover modelo econômico complementar para a Amazônia Legal através da melhoria do ambiente de negócios e do desenvolvimento sustentável com base em suas vantagens comparativas, por meio do incremento da bioeconomia e de atividades de baixo impacto ambiental, reduzindo a miséria e conservando a floresta.

Evidências

Ranking de Produtividade dos Estados (2019)



1. 4º trimestre de cada ano e 3º trimestre de 2019

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

4.3.1 Detalhamento: Nova Amazônia Verde

Justificativa	► A Amazônia Legal congrega 27 milhões de habitantes, representa 59% do território nacional e compreende nove estados da federação (PA, AM, AP, RO, RR, AC, TO, MT e MA). Dos 9 estados amazônicos, 8 se encontram na metade inferior do ranking de produtividade do país.
Objetivo	► Avaliar impactos econômicos e oportunidades do desenvolvimento sustentável para geração de emprego e renda ► Viabilizar e integrar cadeias produtivas ► Destravar e promover a alocação de recursos e de instrumentos financeiros adequados ► Apoiar o Conselho Nacional da Amazônia Legal
Responsável	► Gustavo Fontenele
Resultados Esperados	► Promoção de modelo econômico complementar para a Amazônia Legal através da melhoria do ambiente de negócios e do desenvolvimento sustentável com base em suas vantagens comparativas, por meio do incremento da bioeconomia e de atividades de baixo impacto ambiental, reduzindo a miséria e conservando a floresta.
Principais Entregas	► Assinatura do ACT ME e MMA ► Definição de Parceiros Estratégicos Iniciais ► Priorização da Agenda de Amazônia e de Bioeconomia ► Acompanhamento dos ciclos de resultados do Nova Amazônia Verde (NAV)

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

4.3.2 Detalhamento: Programa Nova Amazônia Verde

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Assinatura do ACT ME e MMA*			✓																					
• Início das Atividades do Conselho Nacional da Amazônia Legal*					✓																			
• Mobilizar Recursos Necessários*									✓															
• Mapear Projetos e Priorizar Ações*											✓													
• Elaborar Plano de Ação Detalhado*												✓												
• Estabelecimento de Indicadores para os Programas Prioritários do Comitê de Atividades de Pesquisa e • Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA)																📄								
• Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável a Amazônia Ocidental e Amapá (SEPEC/BID): Produto 6: Relatório do Plano.																			📄					
• Avaliação do Estado do Financiamento da Bioeconomia na Amazônia Legal (BIOFIN) - Produto 4: Panorama Mecanismos de Financiamento Prioritários para Bioeconomia																			📄					
• Contribuições do Setor Empresarial para o Plano de Bioeconomia da Amazônia, incluindo plano atração de investimentos e estratégia de financiamento (BIOFIN)																				📄				

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais → Atividade 2 → Atividade 3

4.4 Detalhamento: Estratégia Rota 2030 Mobilidade e Logística

Detalhamento

- O projeto visa aumentar da competitividade da indústria automotiva nacional; Fomentar o desenvolvimento tecnológico, especialmente em eficiência energética e desempenho estrutural e tecnologias assistivas à direção; Incentivar a manutenção de atividades de P&D no país, com a consequente manutenção de postos de trabalho de alta qualificação; Incentivar a manutenção e atração de investimentos produtivos ao país; Promover a redução do consumo de combustíveis fósseis, valorizando a matriz energética brasileira.

Evidências

- Baixa competitividade da indústria automotiva nacional, o que resulta em integração passiva nas cadeias globais de valor;
- A lacuna tecnológica, especialmente em eficiência energética, desempenho estrutural e tecnologias de segurança veicular, do produto nacional diante das novas tecnologias sendo implementadas nos grandes mercados dos países desenvolvidos;
- Risco de transferir atividades de P&D para outros centros, com a consequente perda de empregos altamente qualificados;
- Risco de perda de investimentos no país, com a não aprovação de novos projetos pela sede das empresas instaladas no país; A existência de capacidade ociosa no setor, que precisa ser direcionada ao mercado global; Risco de perda de conhecimento no desenvolvimento de tecnologias que utilizam biocombustíveis, com impactos nessa cadeia produtiva.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais | Atividade 2 | Atividade 3

4.4.1 Detalhamento: Estratégia Rota 2030 Mobilidade e Logística

Justificativa	▸ Mobilidade e Logística faz parte da estratégia desenvolvida pelo governo federal brasileiro para o desenvolvimento do setor automotivo no país. O projeto se justifica pela necessidade de se promover a competitividade da indústria automotiva nacional inclusive no que tange à eficiência energética, desempenho estrutural e tecnologias de segurança veicular, do produto nacional diante das novas tecnologias.
Objetivo	▸ Solucionar dificuldades enfrentadas pela indústria automotiva nacional ▸ Ampliar a competitividade da indústria automotiva nacional ▸ Modernizar o mercado automobilístico
Responsável	▸ Margarete Gandini
Resultados Esperados	▸ Aumento de investimentos em P&D, com reflexos diretos na melhoria da eficiência energética e segurança veicular, impactando na modernização e desenvolvimento do setor automotivo como um todo, ampliando a inserção global da indústria automotiva brasileira, por meio da exportação de veículos e autopeças.
Principais Entregas	▸ Implantação o Observatório Nacional da Indústria para a Mobilidade e Logística ▸ Implantação rotas estratégicas com abastecimento para novas tecnologias de motorização - Corredores Verdes ▸ Implantação, acompanhar e expandir a atuação dos Programas e Projetos Prioritários ▸ Promoção da redução dos custos de operação e comercialização dos produtos e serviços para a mobilidade e logística ▸ Promoção da redução dos prazos na compensação ou ressarcimento/restituição dos créditos tributários contra a União para as empresas ▸ Promoção da redução ou o ressarcimento de resíduos tributários nas exportações de bens do setor automotivo ▸ Promoção de ações voltadas a uma Política Nacional de Mobilidade Elétrica e Inteligente no Brasil ▸ Redução a idade média da frota de veículos pesados no Brasil (caminhões, ônibus e implementos rodoviários)

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Programa Regionais e Setoriais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

4.4.2 Detalhamento: Estratégia Rota 2030 Mobilidade e Logística

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Identificação dos gargalos do processo de habilitação, homologação, compensação e ressarcimento dos créditos tributários contra a União*						✓																		
• Análise e aprovação dos novos projetos de investimento para o período 2021-2025*							✓																	
• Elaboração de proposta para redução dos prazos na compensação ou ressarcimento/restituição dos créditos tributários contra a União para as empresas.*								✓																
• Promover o aumento global dos índices de eficiência energética, desempenho estrutural e etiquetagem veicular no País												✓												
• Definição dos processos, manuais e modelos para acompanhamento do atingimento das metas*												✓												
• Formalização e atualização dos acordos de parceria e contratos com MCTI e Softex. *															📄									
• Revisão e regulamentação dos regimes automotivos regionais.*															📄									
• Discussão, formulação e aprovação dos atos legais para implantação de programa de reciclagem veicular. *															📄									
• Promover a redução dos prazos na compensação ou ressarcimento/restituição dos créditos tributários contra a União para as empresas																		📄						
• Implantar, acompanhar e expandir a atuação dos Programas e Projetos Prioritários																								📄

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa ou etapa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

ATIVIDADE 1

EMPREGA MAIS



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5. Emprega Mais

Detalhamento

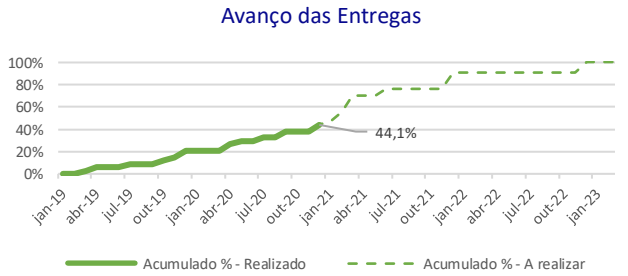
- **Justificativa do Programa:** o país vem enfrentando sério problema de regressão na produtividade desde a década de 1990, perdendo competitividade frente a outros países emergentes, sendo a falta de qualificação profissional um dos principais fatores apontados para o agravamento desse quadro.
- **Evidência:** desde 1980 o Brasil apresenta aumento de produtividade do trabalho inferior a 0,5% a.a.; O SINE responde atualmente por 3,70% das colocações registradas no mercado formal de trabalho.
- **Objetivos do Programa:** visa a qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros, a melhoria da intermediação para recolocação de mão de obra no mercado de trabalho, o aumento da efetividade da aprendizagem profissional dos jovens por meio de da implantação de plataformas digitais de aprendizagem e transformação digital do SiNE.
- **Indicador Estratégico:** participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal.
- **Eixo Estratégico:** Futuro Produtivo e Digital

- **Projetos:**
  - Emprega Mais Qualificação
  - Emprega Mais SINE
  - Emprega Mais Aprendiz
  - Emprega Mais Microfinanças

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + 20% de maturidade digital do setor produtivo
  - Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial
  - Qualificar 10 mi de pessoas em TI.

- **Meta Estratégica:**
  - alcançar 16% de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal.



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

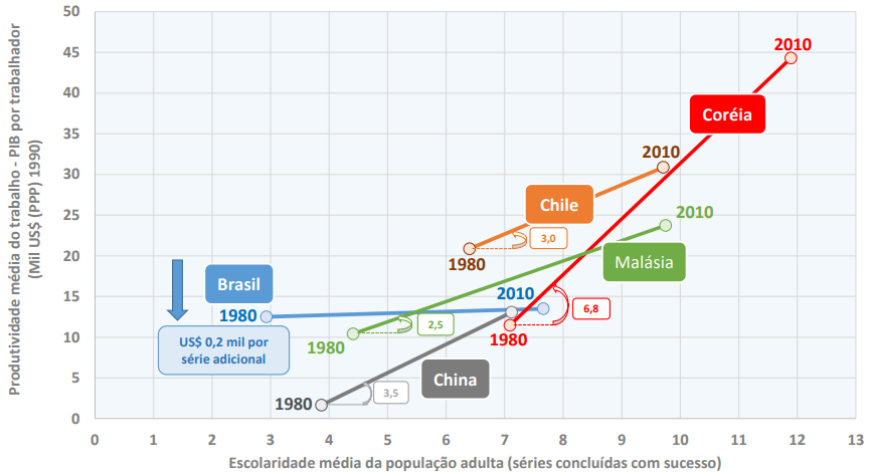
5.1 Detalhamento: Emprega + Qualificação

Detalhamento

- Política de qualificação profissional, focada no alinhamento entre a oferta de cursos e a demanda real do setor privado, na promoção da oferta de cursos alinhados à demanda e no aumento da empregabilidade e da produtividade, abrangendo sistema de vouchers empresariais, contratos por performance e outras metodologias e ferramentas de captação de demanda por qualificação e intermediação de cursos. O Emprega + Qualificação visa aprimorar o alinhamento entre a oferta e a demanda de qualificação profissional e promover a oferta de cursos orientados à demanda, aumentando a empregabilidade dos trabalhadores para os desafios do futuro do trabalho.

Evidências

Evolução da Escolaridade, População Adulta e Produtividade do Trabalho (1980-2010)



Nota: Para 74% dos investidores internacionais, **capital humano é o fator mais importante em um ambiente de negócios** e na decisão de onde investir e gerar empregos no mundo Econômico Mundial, 2018 - *The Future of Jobs Report)*

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5.1.1 Detalhamento: Emprega + Qualificação

Justificativa	► Segundo a OCDE (2016), diante das constantes mudanças da economia e do setor produtivo, uma das prioridades das políticas públicas deve ser o alinhamento, quantitativo e qualitativo, entre a qualificação profissional ofertada e as demandas do mercado de trabalho. As causas apontadas para esse desalinhamento são ausência ou incompletude das informações sobre as competências requeridas e as tendências do mercado, déficit de coordenação entre os estudantes / trabalhadores o que pode levar ao excesso de oferta de determinada qualificação, falta de oferta de qualificação, competências emergentes para as quais ainda não há formação, incapacidade de financiamento da aquisição das (novas) competências requeridas e regulações disfuncionais do mercado de trabalho.
Objetivo	► Aprimorar o alinhamento entre a oferta e a demanda de qualificação profissional e promover a oferta de cursos orientados à demanda, aumentando a empregabilidade dos trabalhadores para os desafios do futuro do trabalho.
Responsável	► Denis Freitas
Resultados Esperados	► Aumento da empregabilidade dos trabalhadores para os desafios do futuro por meio do alinhamento entre a oferta e a demanda de qualificação profissional e promoção da oferta de cursos orientados à demanda.
Principais Entregas	► Edital do primeiro contrato de impacto social (CIS) publicado ► Elaboração da Estratégia Nacional de Qualificação ► Normatização do Fundo a Fundo com previsão de uso do SuperTec ► Parceria para Educação Profissional ME/MEC ► Portal de Qualificação no Todos por Todos ► Escola do Trabalhador 4.0 ► Oferta de Vouchers Empresariais para qualificação profissional

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5.1.2 Detalhamento: Emprega + Qualificação

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Portal de Qualificação no Todos por Todos				✓																				
• Normatização do Fundo a Fundo com previsão de uso do SuperTec							✓																	
• Parceria para Educação Profissional ME/MEC									✓															
• Mapa da Qualificação															📄									
• Oferta de Vouchers Empresariais pelo SENAI															📄									
• Escola do Trabalhador 4.0																								📄

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | Atividade 2 | Atividade 3

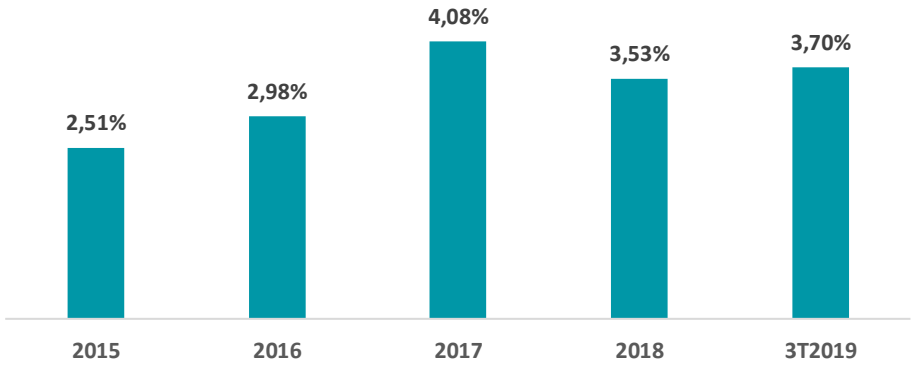
5.2 Detalhamento: Programa Emprega + SINE

Detalhamento

- Ampliação da participação do Sine no processo de intermediação de mão de obra. Implantação de plataforma de intermediação de mão de obra com API para troca de dados com empresas HRTechs e com entes federados parceiros. Uso de novas tecnologias (inteligência artificial e *machine learning*) para perfilização de trabalhadores e aprimoramento da ferramenta de *matching*.

Evidências

Participação das (re)colocações do Sine nas admissões do Caged



Fonte: Boletim de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, 3T2019

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5.2.1 Detalhamento: Programa Emprega + SINE

Justificativa	► Tradicionalmente, as ações e serviços eram ofertadas exclusivamente por entes públicos, mediante convênios plurianuais com dinâmica complexa de execução e acompanhamento, com o suporte de sistema informatizado defasado para fins de intermediação de mão de obra. Além disso, não havia integração efetiva com as políticas públicas de qualificação profissional e fomento à geração de emprego e renda. E, quando o emprego formal não for a melhor solução para o trabalhador, que ele possa encontrar oportunidade de empreender em um ambiente propício para o desenvolvimento de sua atividade, com acesso ao microcrédito e a pacotes mais amplo de serviços financeiros destinados a pequenos empreendedores.
Objetivo	► Implantar plataforma de intermediação de mão de obra com API para troca de dados com empresas HRTechs e com entes federados parceiros. Uso de novas tecnologias (inteligência artificial, machine learning...) para perfilização de trabalhadores e aprimoramento da ferramenta de matching.
Responsável	► Walter Emura
Resultados Esperados	► Ampliação da participação do Sine no processo de intermediação de mão de obra.
Principais Entregas	► Estruturação do Fundo a Fundo: Portaria e Resolução regulamentando o monitoramento e o Relatório de Gestão ► Integração SINE e Qualificação: Catálogo Integrado de Serviços ► Integração SINE e Qualificação: Atualização Automatizada de Currículos ► Parcerias com o Setor Privado: Etapa Governo ► Transformação Digital do SINE: MAPA DO EMPREGO ► Transformação Digital do SINE: Novo processo de intermediação ► Transformação Digital do SINE: MAPA DE INDICADORES ► Transformação Digital do SINE: Novo portal de vagas do Sine ► Transformação Digital do SINE: Plataforma de Inovação Aberta

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5.2.2 Detalhamento: Programa Emprega + SINE

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Estruturação do Fundo a Fundo: Resolução regulamentando o monitoramento e o Relatório de Gestão												✓												
• Transformação Digital do SINE: MAPA DE INDICADORES												✓												
• Transformação Digital do SINE: Novo processo de intermediação														👤										
• Transformação Digital do SINE: Novo portal de vagas do Sine														👤										
• Estruturação do Fundo a Fundo: Portaria de Regulamentação do monitoramento e Relatório de Gestão															👤									
• Integração SINE e Qualificação: Catálogo Integrado de Serviços																								👤
• Integração SINE e Qualificação: Atualização Automatizada de Currículos																								👤
• Parcerias com o Setor Privado: Etapa Governo																								👤
• Transformação Digital do SINE: Plataforma de Inovação Aberta																								👤

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 👤 Proposta de Entrega

5.3 Detalhamento: Emprega + Aprendiz

Detalhamento

- Alterações no arcabouço normativo legal e infralegal da Aprendizagem Profissional e institucionalização do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional. A iniciativa também abrange a intermediação da inserção de jovens talentos em contratos de aprendizagem na indústria 4.0 e a melhoria dos instrumentos de gestão e monitoramento da aprendizagem.

Evidências

Tabela 4: número de aprendizes em 2017 por ocupação

Ocupação (CBO):	Freq.	Prop.
Auxiliar de escritório	169.614	43,9%
Assistente administrativo	68.462	17,7%
Vendedor de comercio varejista	21.611	5,6%
Repositor de mercadorias	20.922	5,4%
Mecânico de manutenção de maquinas	11.736	3,0%
Alimentador de linha de produção	9.264	2,4%
Escriturário de banco	7.285	1,9%
Embalador, a mão	6.459	1,7%
Continuo	4.747	1,2%
Ajustador mecânico	3.448	0,9%
Outras	62.790	16,3%
Total	**386.338**	**100,0%**

Fonte: MTb/RAIS.

Tabela 10: Trajetória dos aprendizes desligados em 2016

	Freq.	% em relação aos desligados
Aprendizes desligados em 2016	297.425	
Admitidos em 2016 e 2017	122.400	41,2%
No mesma ocupação	18.537	15,1%
Na mesma família ocupacional	28.210	23,0%

Fonte: MTb, CAGED.

Tabela 6: evolução do cumprimento das cotas

Indicador	2015	2016	2017
Aprendizes	336.670	331.346	354.883
Cota mínima (5%)	1.018.092	968.710	971.021
Cumprimento	**33,07%**	**34,20%**	**36,55%**

Fonte: MTb/RAIS.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5.3.1 Detalhamento: Emprega + Aprendiz

Justificativa	► O programa de aprendizagem profissional estabelece cotas obrigatórias a serem cumpridas pelas empresas de médio e grande porte, que devem contratar e matricular, como aprendizes, jovens de 14 a 24 anos. Atualmente essa obrigatoriedade é entendida pela grande maioria das empresas como aumento de custos sem a contrapartida dos benefícios de uma aprendizagem técnica-profissional. Por sua vez, para boa parte da sociedade, o programa é visto como um auxílio para jovens em situação de vulnerabilidade social. Nesse cenário, os dados* mostram que apenas 36,6% da cota obrigatória são cumpridas, que mais de 60% dos contratos são registrados em ocupações administrativas (auxiliar de escritório, assistente administrativo, etc.) e que apenas 23% dos aprendizes são efetivados na mesma família ocupacional em até um ano após o término do contrato.
Objetivo	► Ressignificar o instituto da aprendizagem, desvelando o seu potencial para aumento de produtividade das empresas e para aquisição de uma profissão sólida pelo aprendiz. Para isso, iremos reformular as bases normativas criando incentivos para o cumprimento da cota, para o aumento da participação de cursos de mais profundidade técnica-profissional e para o aumento das taxas de efetivação dos aprendizes.
Responsável	► Denis Freitas
Resultados Esperados	► Aumento da empregabilidade dos jovens aprendizes no contexto dos novos desafios do mundo do trabalho por meio de efetiva Aprendizagem Profissional, em termos de cumprimento da cota e melhoria da formação técnico-profissional.
Principais Entregas	► Aprendizagem Profissional 4.0 ► Sistema Informatizado Mais Aprendiz ► Nova Portaria da Aprendizagem Profissional ► Novo Decreto da Aprendizagem Profissional ► Nova Lei da Aprendizagem Profissional

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5.3.2 Detalhamento: Emprega + Aprendiz

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Sistema Informatizado Mais Aprendiz					✓																			
• Aprendizagem Profissional 4.0									✓															
• Nova Portaria da Aprendizagem Profissional																								
• Novo Decreto da Aprendizagem Profissional																								
• Nova Lei da Aprendizagem Profissional																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

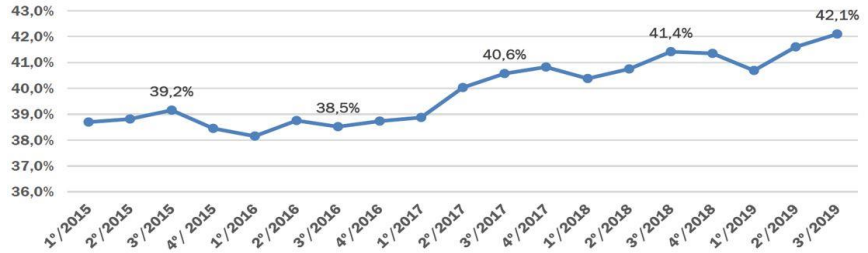
5.4 Detalhamento: Emprega + Microfinanças

Detalhamento

- Ampliação do acesso aos serviços financeiros, com orientação e treinamento, para trabalhadores autônomos e microempreendedores em todo o país, com fundamento no modelo de sucesso do BNB, atualizado, adaptado e ampliado. Pretende-se atingir 3 milhões de pequenos empreendedores atendidos no âmbito da política nacional de microfinanças.

Evidências

Evolução da taxa de informalidade, Brasil – 2015 a 2019



Fonte: IBGE/PNAD Continua

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5.4.1 Detalhamento: Emprega + Microfinanças

Justificativa	► Tradicionalmente, as ações e serviços eram ofertadas exclusivamente por entes públicos, mediante convênios plurianuais com dinâmica complexa de execução e acompanhamento, com o suporte de sistema informatizado defasado para fins de intermediação de mão de obra. Além disso, não havia integração efetiva com as políticas públicas de qualificação profissional e fomento à geração de emprego e renda. E, quando o emprego formal não for a melhor solução para o trabalhador, que ele possa encontrar oportunidade de empreender em um ambiente propício para o desenvolvimento de sua atividade, com acesso ao microcrédito e a pacotes mais amplo de serviços financeiros destinados a pequenos empreendedores.
Objetivo	► Atingir 3 milhões de pequenos empreendedores atendidos no âmbito da política nacional de microfinanças.
Responsável	► Walter Emura
Resultados Esperados	► Ampliação do acesso aos serviços financeiros, com orientação e treinamento, para trabalhadores autônomos e microempreendedores em todo o país, com fundamento no modelo de sucesso do BNB, atualizado, adaptado e ampliado.
Principais Entregas	► Aperfeiçoamento das regras do microcrédito (Res. CMN 4713 2019) ► Aperfeiçoamento do processo de cadastro de entidades no PNMPO ► Regulamentação das alterações promovidas no PNMPO pela Lei 13.999/2020 (Revisão da Portaria n. 1.190/2018) ► Regulamentação das alterações promovidas no PNMPO pela Lei 13.999/2020 (Revisão do Decreto n. 9.161/2018)

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Emprega Mais | **Atividade 2** | **Atividade 3**

5.4.2 Detalhamento: Emprega + Microfinanças

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Aperfeiçoamento do processo de cadastro de entidades no PNMPO				✓																				
• Integração Sine/Microfinanças - Regulamentação do Bloco de Serviços Integração Siine/Microfinanças - Fomento a Geração de Emprego e Renda no Fundo a Fundo Sine.*									✓															
• Integração Sine/Microfinanças – Treinamento*										✓														
• Regulamentação das alterações promovidas no PNMPO pela Lei 13.999/2020 (Revisão da Portaria n. 1.190/2018)																								
• Regulamentação das alterações promovidas no PNMPO pela Lei 13.999/2020 (Revisão do Decreto n. 9.161/2018)																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

ATIVIDADE 1

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6. Investimento em Infraestrutura

Detalhamento

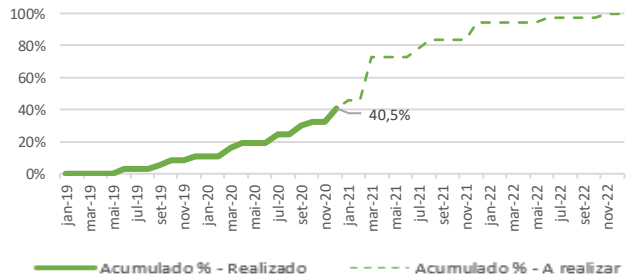
- **Justificativa do Programa:** além de ter uma infraestrutura precária, escassa e cara, o Brasil investe menos em infraestrutura que os países desenvolvidos.
- **Evidênciao:** Brasil chegou a investir 6,3% do PIB em infraestrutura na década de 1970 contra 1,77% em 2017-18. Possui um estoque de infraestrutura de cerca de 36% do PIB, enquanto países desenvolvidos possuem, em média, mais que o dobro desse percentual. Em 2019, ocupamos a 78ª posição no ranking de Competitividade Global no pilar de infraestrutura.
- **Objetivos do Programa:** viabilizar investimentos nas áreas de habitação, ferrovias, telecomunicações, energia e saneamento a partir da liberalização do setor e atração do amplo e irrestrito investimento privado. Regulamentar o processo de elaboração do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura Econômica, no âmbito do Governo Federal.
- **Indicador Estratégico:** % do PIB em investimentos em Infraestrutura; GCI Pilar 2 (Infrastructure);
- **Eixo Estratégico:** Choque de Investimento Privado

- **Projetos**:
  - Aproxima
  - Novo Marco do Saneamento Básico
  - Energia para o Crescimento
  - Digitaliza Brasil
  - Ferrovias Produtivas
  - Planejamento Integrado de Longo Prazo
  - Choque Investimento Privado em Infraestrutura
  - Esteira de Projetos
  - Observatório Infraestrutura
  - Programa de Capacitação
  - Metodologia de Avaliação
  - Resíduos Sólidos
  - Planejamento Subnacional de Longo Prazo

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + R$ 107 bi a.a em investimentos privados em infraestrutura
  - Atingir a média da OCDE no ranking PMR em 2 anos
- **Meta Estratégica:**
  - Atingir 2,2% do PIB a.a em investimentos em infraestrutura
  - Alcançar a 76° posição no Pilar 2 do GCI até 2022

Avanço das Entregas



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.1 Detalhamento: Aproxima

Detalhamento

- O projeto visa a produção de habitações de interesse social por agentes privados a partir da utilização de terrenos da União desocupados, localizados em áreas urbanas consolidadas. Oferta de moradias para várias faixas de renda no mesmo empreendimento em conjunto com outras atividades não-residenciais (uso misto), aproximando os cidadãos dos empregos. Construção e operação de maneira integrada. Setor privado como proponente de projetos inovadores (maximização do resultado à sociedade).

Evidências

- Segundo última pesquisa realizada, o déficit habitacional no Brasil alcançou 5,57 milhões de moradias nas áreas urbanas (FJP, dados PNAD/2015). Em 2008, o déficit era de 4,48 milhões de moradias.
- Até 2016, vários empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) Faixa 1 foram construídos em áreas afastadas dos centros urbanos, carentes de infraestrutura e serviços públicos e longe das áreas com a maior oferta de empregos, resultando em menor produtividade urbana.
- Os recursos destinados a subsídios do OGU para o Minha Casa Minha Vida (MCMV) chegaram a R$ 19,9 bilhões em 2015 e, desde então, reduziram ano a ano, com estimativa de apenas R$ 2,2 bilhões em 2020.
- Existem mais de 750 mil imóveis cadastrados na base da SPU, sendo muitos deles desocupados ou subutilizados e localizados em áreas urbanas consolidadas.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.1.1 Detalhamento: Aproxima

Justificativa	► A crescente escassez de recursos do OGU para subsidiar a moradia popular, o crescente déficit habitacional, a expansão periférica das cidades por população de baixa renda e a existência de ativos imobiliários desocupados ou subutilizados da União em áreas urbanas consolidadas justificam a implementação do projeto Aproxima.
Objetivo	► Ampliar a oferta de moradias acessíveis e bem localizadas para famílias com renda bruta familiar de 2 a 5 Salários Mínimos, a partir do aproveitamento de imóveis da União desocupadas ou subutilizados, em áreas urbanas consolidadas (+ infraestrutura, serviços urbanos e oferta de trabalho).
Responsável	► Fabio Ono e Paulo Ávila
Resultados Esperados	► Ampliação da oferta de moradias acessíveis e bem localizadas para famílias com renda bruta de 2 a 5 salários mínimos nos grandes centros urbanos, a partir do aproveitamento de imóveis da União desocupados ou subutilizados inseridos em áreas urbanas consolidadas com infraestrutura, serviços urbanos e oferta de trabalho.
Principais Entregas	► Publicação de Medida Provisória que possibilite a utilização dos terrenos da União; ► Regramento do Programa Aproxima (Portaria Interministerial); ► Contratação de consultoria para seleção de terrenos da União com perfil aderente ao programa; ► Publicação de edital de Chamamento Público para indicação de terrenos ao Programa Aproxima (SPU); ► Publicação de edital para implantação de projeto piloto em cidade com mais 500 mil habitantes; ► Publicação de editais nas 27 capitais; ► Publicação de mais de 150 editais para apresentação de projetos nas 100 maiores cidades.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.1.2 Detalhamento: Aproxima

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Acordo Cooperação com município piloto				✓																				
• Edição da Medida Provisória												✓												
• Regramento do Programa Aproxima (Portaria / Decreto)																								
• Lançamento do Edital no Município Piloto																								
• Alteração da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo do Projeto Piloto																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.2 Detalhamento: Novo Marco do Saneamento Básico

Detalhamento

- Viabiliza a universalização do saneamento básico no Brasil até 2033 a partir da liberalização do setor e atração de investimento privado.

Evidências

- Segundo o SNIS, menos de 50% da população tem esgoto coletado. Destes, somente cerca de 50% tem o esgoto tratado.
- Ainda segundo o SNIS, a quase totalidade das CESBEs aumentou a despesa com pessoal próprio acima da inflação de 2010 a 2017.
- Segundo estudo ABCON/KPMG, são necessários mais de R$ 700 bi pra universalizar o saneamento até 2033.
- Segundo estudo da Trata Brasil/FGV, o benefício econômico das externalidades geradas pela universalização do saneamento é de cerca de R$ 1,5 trilhão.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.2.1 Detalhamento: Novo Marco do Saneamento Básico

Justificativa	► Os baixos índices de saneamento básico do país, os altos valores necessários para investimento em infraestrutura e o benefício econômico das externalidades geradas pela universalização do saneamento são os motivadores para implementação desse projeto.
Objetivo	► Viabilizar a universalização do saneamento básico no Brasil até 2033 a partir da liberalização do setor e atração do amplo e irrestrito investimento privado.
Responsável	► Gabriel Fiuza e Cintia Araújo
Resultados Esperados	► Liberalização do setor e atração do amplo e irrestrito investimento privado para viabilizar a universalização do saneamento básico no Brasil até 2033. Segundo estudo da Trata Brasil/FGV, o benefício econômico das externalidades geradas pela universalização do saneamento é de cerca de R$ 1,5 trilhão.
Principais Entregas	► Aprovação do PL 3.261/19 pelo Congresso Nacional ► Aprovação do PL 4.162/19 Congresso Nacional ► Leilão CASAL, SANESUL, CEDAE; ► Decreto nº 10.430/2020 que regulamenta o art. 53-A da Lei nº 11.445, de 2007, com a finalidade de assegurar a implementação da política federal de saneamento básico ► Decreto de capacidade econômico-financeira ► Decreto do apoio técnico-financeiro ► Decreto Regulamentador da nova Lei nº 11.445/07 ► Decreto que regulamenta a Regionalização (Blocos de Referência)

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.2.2 Detalhamento: Novo Marco do Saneamento Básico

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Aprovado do PL 4.162/19 no plenário do Senado							✓																	
• Decreto do CISB									✓															
• Decreto do apoio técnico-financeiro												✓												
• Decreto de capacidade econômico-financeira																								
• Decreto Regulamentador da nova Lei nº 11.445/07																								
• Decreto que regulamenta a Regionalização (Blocos de Referência)																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

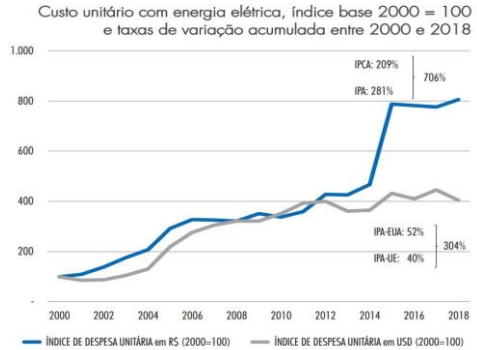
6.3 Detalhamento: Energia para o Crescimento

Detalhamento

- O projeto Energia para o Crescimento tem como objetivo eliminar as arbitragens regulatórias do setor elétrico, que protegem segmentos específicos sem transparência e encarecem a tarifa de energia elétrica. Apoia a aprovação do PLS 232, que endereça os quatro principais pilares de transformação do setor: (a) Sinal Locacional (valoração da potência onde é efetivamente necessária); (b) Tarifa binômia com justiça na alocação de custos (cada usuário paga quanto custa à rede); (c) Tarifa horária e/ou separação entre "lastro e energia" (precificação da segurança versus intermitência); e (d) Precificação dos atributos ambientais. Ainda, importante o "choque de realidade" nas garantias físicas brasileiras, por meio de um mecanismo que honre os contratos, mas permita a contratação de energia complementar.

Evidências

- Subsídios diretos (contabilizados na conta CDE) já somam mais de R$20 bilhões por ano
- Subsídios indiretos, ou "implícitos", não são transparentes, e na prática são mantidos pela obscuridade dos subsídios-cruzados, que não são calculados de maneira objetiva
- Somente a microgeração distribuída custará, entre 2020-35, R$56 bilhões àqueles que não possuem painéis em suas casas (pop. mais pobre).



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.3.1 Detalhamento: Energia para o Crescimento

Justificativa	► Subsídios indiretos, ou implícitos não são transparentes, e na prática são mantidos pela obscuridade dos subsídios-cruzados, que não são calculados de maneira objetiva. Somente os subsídios diretos (contabilizados na conta CDE) já somam mais de R$20 bilhões por ano. A magnitude dos subsídios implícitos existentes na tarifa em razão de uma precificação e estrutura tarifária ineficiente é desconhecida e estima-se que seja muito superior.
Objetivo	► Eliminar as arbitragens regulatórias do setor elétrico, que protegem segmentos específicos sem transparência e encarecem a tarifa de energia elétrica.
Responsável	► Gabriel Fiuza e Adriano Gerônimo
Resultados Esperados	► Maior transparência do setor. Eliminação das arbitragens regulatórias do setor elétrico, que protegem segmentos específicos sem transparência e encarecem a tarifa de energia elétrica. O projeto apoiará a modernização do setor com vistas à redução dos subsídios, racionalização dos preços e efetiva liberalização do mercado.
Principais Entregas	► NT nº 3/2019 / SRM / SDI / SEPEC-ME, calculando Pela 1ª vez os subsídios ocultos fazer Mecanismo de Compensação da Microgeração de energia solar ► Acompanhamento e apoio ao Novo Marco do Setor Elétrico ► Cálculo dos subsídios implícitos de intermitência no sistema ► Aprovação do PLS 232/2016 pelo Congresso Nacional

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → **Atividade 2** → **Atividade 3**

6.3.2 Detalhamento: Energia para o Crescimento

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Aprovação do relatório PLS 232 pela CI do Senado			✓																					
• Votação do PLS 232 pela CI do Senado			✓																					
• Votação do PLS 232 pela Câmara															📄									

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

6.4 Detalhamento: Digitaliza Brasil

Detalhamento

- Trata-se de programa que visa aumentar a conectividade do Brasil, apoiando a transformação digital do Brasil para a Economia 4.0. Dentre as medidas que compõem o programa estão a redução de custos e entraves para a implantação de redes de telecomunicações, parcialmente concretizada por meio da Edição do Decreto 10.480/2020, e com estudos em andamento para promoção e facilitação do compartilhamento de infraestrutura junto com o setor de telecomunicações, seja em postes, e as chamada infratechs, implantação de infraestruturas tradicionais que se beneficiam da instalação conjunta de telecomunicações para manutenção e operação dos seus serviços e beneficiando populações na expansão da cobertura de serviços de banda larga fixa e móvel. Especial destaque para as medidas de desoneração de internet das coisas (IOT) e VSAT, antenas que usam sinais de satélite para prover banda larga em áreas rurais e remotas.

Evidências

- 5G pode gerar um valor adicional total ao PIB de R$ 249 bilhões até 2035 e R$ 1,12 trilhões até 2050;
- Com a desoneração destes chips, a taxa de crescimento do emprego deste tipo de tecnologia deve crescer de 21% para aproximadamente 45%;
- Mais de 4.000 pedidos de licenciamento de antenas parado nas administrações públicas locais o que representa cerca de R$ 2 bilhões em investimento represado, menos conectividade e menor qualidade do serviço de telecomunicações;
- Razão de chips IOT por hab/ brasil está em 0,12 enquanto países desenvolvidos detém 0,3 conexões por hab.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.4.1 Detalhamento: Digitaliza Brasil

Justificativa	▸ O aumento da penetração da banda larga, de 1%, gera um aumento médio anual de 0,8% no PIB (UIT, 2012). O investimento estrangeiro direto no setor de telecomunicações caiu de USD 4,9 bilhões em 2014 para USD 404 milhões em 2018. O choque tecnológico promovido pela transformação do 5G demanda profunda adaptação da regulação e infraestrutura.
Objetivo	▸ Viabilizar a expansão da rede de telecomunicações para massificação da banda larga e adoção do 5G.
Responsável	▸ Gabriel Fiuza e Nathália Lobo
Resultados Esperados	▸ Viabilização e expansão da rede de telecomunicações para massificação da banda larga e adoção do 5G. IHS (2017) estima que o 5G impulsionará USD 12,3 trilhões em 2035. Para o Brasil, isso representaria cerca de USD 250 bi. Segundo a Cisco, no relatório para o Visual Network Index, o tráfego de dados móvel no Brasil crescerá 6 vezes entre 2017 e 2022, o que demanda mais investimentos em redes de telecom.
Principais Entregas	▸ Decreto para ampliação da infraestrutura de Telecomunicações – Regulamentação da Lei das Antenas (Apoio): regulamenta o compartilhamento de infraestrutura de interesse público com as telecomunicações com regras de escavação única e direito de passagem. Simplifica o licenciamento de antenas e dispensa o licenciamento de equipamentos de pequeno porte; ▸ PL 6549 reduzindo zerando taxas de IOT (pequenos dispositivos); ▸ Ante projeto de lei/MP para reduzir taxas sobre VSATs para massificação do uso da banda larga em regiões isoladas; ▸ Edital do 5G (Apoio);

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.4.2 Detalhamento: Digitaliza Brasil

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Assinatura do Decreto para a ampliação da infraestrutura de telecomunicações									✓															
• Redução taxas IOT e VSAT												✓												
• Edital 5G*																								
• Racionalização da tributação sobre Telecomunicações*																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

6.5 Detalhamento: Ferrovias Produtivas

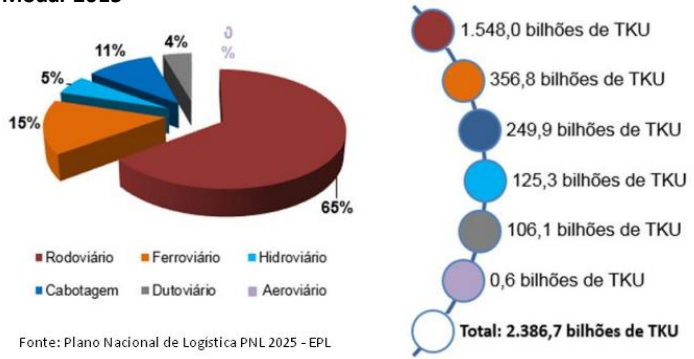
Detalhamento

- Com a aprovação do PLS 261/2018, pretende-se permitir a liberdade de iniciativa e de investimento privado, liberdade de preços e constituição de ferrovias privadas não reversíveis. Com tais medidas, pretende-se destravar investimentos em infraestrutura ferroviária. Em especial, aos voltados para gargalos de acesso, novos ramais e extensões e ferrovias abandonadas.

Evidências

- 30% da malha ferroviária brasileira está abandonada ou subutilizada.
- O modo ferroviário contribui com apenas 15% da matriz de transporte nacional, dos quais cerca de 13% são de minério.
- Custo logístico brasileiro 60% superior ao americano.

Distribuição Modal 2015



Fonte: Plano Nacional de Logística PNL 2025 - EPL

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.5.1 Detalhamento: Ferrovias Produtivas

Justificativa	► As principais ferrovias do Brasil são mantidas por concessionárias de serviço público, sob regras regulatórias restritivas, que definem, por exemplo, teto tarifário, obrigações de investimento pactuados com o Poder Público, dependência da iniciativa pública para a licitação de novos empreendimentos, reversibilidade dos bens ao final do contrato, etc. Tais regras desestimulam o investimento, criando barreiras de entrada, burocratizando, criando uma dependência do setor público, limitando o prazo de amortização aos prazos contratuais, gerando incertezas políticas e regulatórias. Verificou-se ainda que 30% da malha ferroviária brasileira está abandonada ou subutilizada e que o modo ferroviário contribui com apenas 15% da matriz de transporte nacional, dos quais cerca de 13% são de minério.
Objetivo	► Criar o regime de autorização de ferrovias privadas, porém sem proteção ou privilégios aos operadores incumbentes. Promover maior liberdade de iniciativa e investimentos privados. Buscar o aumento da concorrência e contribuir para diminuição do custo logístico brasileiro.
Responsável	► Gabriel Fiuza e Edson Silveira
Resultados Esperados	► Redução dos custos logísticos - a falta de ferrovias privadas no Brasil retira competitividade dos produtos nacionais (custo logístico brasileiro 60% superior ao americano). Maior liberdade de iniciativa e de investimento privado, liberdade de preços, constituição de ferrovias privadas não reversíveis, etc. Destravamento de investimentos em infraestrutura ferroviária. Em especial, aos voltados para gargalos de acesso, novos ramais e extensões e ferrovias abandonadas.
Principais Entregas	► Aprovação do PLS 261/2018 no Senado Federal e na câmara dos Deputados; ► Sanção da lei instituindo o regime de autorização de ferrovias privadas no Brasil

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.5.2 Detalhamento: Ferrovias Produtivas

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Projeto de Lei de consenso entre ME, MINFRA e SAG/Casa Civil							✓																	
• Projeto de Lei aprovado no Senado Federal															📄									
• Projeto de Lei aprovado na Câmara dos Deputados																			📄					
• Aprovação no CN do Projeto de Lei sancionado e promulgado (Lei 261/2018)																				📄				

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.6 Detalhamento: Planejamento Integrado de Longo Prazo

Detalhamento

- Padroniza e harmoniza o planejamento setorial de infraestrutura com racionalidade econômica e transparência propiciando a disseminação de informação qualificada pelo uso da metodologia ACB o que aumenta o potencial de seleção de melhores projetos; A utilização das informações do plano assegura uma priorização de projetos que aumentem o bem-estar da sociedade e que maximizem retorno socioeconômico; Esta seleção de projetos com maior retorno, por sua vez, condiciona uma maior participação do setor privado.

Evidências

- Relatório PIMA (FMI, 2018) e Back to Planning (World Bank, 2017) - diagnóstico: falta de planejamento e critério para seleção de investimentos
- 1/3 das obras do PAC paralisadas por deficiências em projetos
- 2/3 das obras do PAC com atrasos e/ou aumento de custos que poderiam ser evitados caso estivessem ancorados em estudos mais robustos
- Projetos públicos iniciados sem prévia avaliação de viabilidade socioeconômica, produzindo “elefantes brancos”
- Tentativas anteriores de colocar racionalidade econômica falharam por falta de capacitação em elaboração e avaliação de projetos
- Planos públicos, quando existem, têm premissas, horizontes de planejamento diferentes e falta de integração.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura → **Atividade 2** → **Atividade 3**

6.6.1 Detalhamento: Planejamento Integrado de Longo Prazo

Justificativa	► É necessário melhorar a qualidade dos projetos a fim de evitar situações como aquelas observadas no decorrer da execução do Programa de Aceleração do Crescimento no qual 1/3 das obras foram paralisadas por deficiências em projetos. Questões que poderiam ser evitadas caso os projetos estivessem ancorados em estudos realizados com maior robustez.
Objetivo	► Regulamentar o processo de elaboração do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura Econômica, no âmbito do Governo Federal como instrumento de governança do investimento em infraestrutura, e implementar a primeira rodada do plano, em articulação com os ministérios setoriais.
Responsável	► Fabiano Pompermeyer e Sidney Caetano
Resultados Esperados	► Preparação para os ativos de infraestrutura que serão construídos no horizonte de curto, médio e longo prazos; ► Avanço de dez posições no pilar de infraestrutura do Global Competitiveness Report, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, passando da classificação (81ª) para a 71ª posição ao final de 2022, construindo as fundações necessárias para que, até 2040, o Brasil possa figurar entre as 20 primeiras colocações; ► Contribuição com o crescimento sustentável, chegando a um estoque de infraestrutura de aproximadamente R$ 8,4 trilhões (61% do PIB) em 2040.
Principais Entregas	► Guia ACB de Projetos de Investimento com diretrizes gerais, Manuais Setoriais de ACB (transportes, geração de eletricidade e recursos hídricos) e Catálogo de Parâmetros publicado e em uso ► Plano Integrado de Longo Prazo, com máximo impacto na produtividade, consolidando e indicando a priorização dos projetos utilizando a metodologia ACB ► Governança com análise custo/benefício implementada para grandes projetos

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.6.2 Detalhamento: Planejamento Integrado de Longo Prazo

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Aprovação de ato normativo criando o PILPI										✓														
• Projeções de variáveis econômicas necessárias aos planos setoriais														📄										
• Divulgação do 1º plano integrado de infraestrutura																								📄

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.7 Detalhamento: Choque de Investimento Privado em Infraestrutura

Detalhamento

- Aprovação de Projeto de Lei com o objetivo de aprimorar o marco legal para a realização de parcerias de investimentos com o setor privado, com ênfase em regras que aumentem a segurança jurídica dos contratos, garantam a livre concorrência e o desenvolvimento do mercado de capitais, de forma a incentivar a aquisição de ativos de infraestrutura por investidores financeiros estrangeiros.

Evidências

- O país possui um estoque de infraestrutura de cerca de 36% do PIB, enquanto países desenvolvidos possuem, em média, mais que o dobro desse percentual.
- Nos anos 2017-18, os investimentos em infraestrutura foram de 1,77% do PIB, segunda menor taxa da série. Chegamos a investir 6,3% nas décadas de 70 e 80.
- Os investimentos públicos diminuíram drasticamente em razão da crise fiscal que enfrentamos desde 2014.
- Em 2019, ocupamos a 78ª posição no ranking de Competitividade Global no pilar de infraestrutura.
- Além de ter uma infraestrutura precária, escassa e cara, o Brasil investe menos que os países desenvolvidos.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.7.1 Detalhamento: Choque de Investimento Privado em Infraestrutura

Justificativa	► O baixo estoque de infraestrutura e baixos percentuais de investimento justificam a implementação deste projeto.
Objetivo	► Promover reformas legais para atrair investidor financeiro não-especulativo, endereçando o risco moral e a seleção adversa, e fomentar o crowding-in do mercado financeiro, pela redução do papel do Estado.
Responsável	► Pedro Capeluppi
Resultados Esperados	► Aprimoramento do marco legal para a realização de parcerias de investimentos com o setor privado, com ênfase em regras que aumentem a segurança jurídica dos contratos, garantam a livre concorrência e o desenvolvimento do mercado de capitais, de forma a incentivar a aquisição de ativos de infraestrutura por investidores financeiros estrangeiros.
Principais Entregas	► Lei de Concessões aprovada pelo Congresso Nacional

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.7.2 Detalhamento: Choque de Investimento Privado em Infraestrutura

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Votação do projeto pela Câmara dos Deputados																								
• Votação do projeto aprovado pelo Senado Federal																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.8 Detalhamento: Esteira de Projetos

Detalhamento

- Iniciativa baseada em dois pilares para fomentar a originação de oportunidades de investimento privado em serviços públicos regulados. (i) regulamentação, por decreto, do recebimento de projetos do setor privado não-solicitadas pelo governo, com propostas de exploração econômica de bens ou serviços públicos e (ii) ampliação da capacidade de estruturação de oportunidades de concessões ou parcerias por meio da contratação de gestor privado, com o correto alinhamento de incentivos, isolamento de conflitos e otimização do tempo e da qualidade dos projetos.

Evidências

- Necessidade de aprimoramento dos instrumentos de elaboração de estudos e estruturação de projetos de infraestrutura utilizados pela União para incorporar incentivo econômico e participação de gestor especializados externos para utilização de recursos Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos (FEP) para modelagem de projetos de infraestrutura, em âmbito da Lei 3.529 de 2017;

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.8.1 Detalhamento: Esteira de Projetos

Justificativa	▶ A implementação desse projeto justifica-se pela necessidade de aprimoramento dos instrumentos de elaboração de estudos e estruturação de projetos de infraestrutura utilizados pela União para incorporar incentivo econômico e participação de gestor especializados externos para utilização de recursos Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos (FEP) para modelagem de projetos de infraestrutura, em âmbito da Lei 3.529 de 2017;
Objetivo	▶ Fomentar oportunidades de investimento privado em serviços públicos regulados por decreto, do recebimento de projetos do setor privado não-solicitadas pelo governo, com propostas de exploração econômica de bens ou serviços públicos e ampliar a capacidade de estruturação de oportunidades de concessões ou parcerias por meio da contratação de gestor privado, com o correto alinhamento de incentivos, isolamento de conflitos e otimização do tempo e da qualidade dos projetos.
Responsável	▶ Pedro Capeluppi
Resultados Esperados	▶ Desenvolvimento de contratação de gestores especializados externos para utilização de recursos Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos (FEP) para modelagem de projetos de infraestrutura, em âmbito da Lei 3.529 de 2017.
Principais Entregas	▶ Alteração do Estatuto do FEP-CAIXA (Lei 3.529 de 2017) para que seja possível a contratação e remuneração do gestor privado pelo modelo de remuneração por sucesso; ▶ Aporte de recursos adicionais pelo OGU no FEP; ▶ Elaboração de proposta para contratação de gestor privado pelo FEP-CAIXA; ▶ Publicação de edital para contratação de gestor privado para estruturação de carteira de projetos.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.8.2 Detalhamento: Esteira de Projetos

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Elaboração de proposta para contratação de gestor privado pelo FEP-CAIXA*																								
• Alteração do Estatuto do FEP-CAIXA*																									
• Aporte de recursos adicionais pelo OGU no FEP*																									
• Publicação de edital para contratação de gestor privado para estruturação de carteira de projetos																									

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

6.9 Detalhamento: Observatório da Infraestrutura

Detalhamento

- O objetivo do Observatório da Infraestrutura é ser um hub de informações sobre a infraestrutura, trazendo de forma didática e objetiva conteúdo relevante para o planejamento da infraestrutura nacional. A ferramenta será importante para fornecer as informações pertinentes à infraestrutura para a sociedade civil, governo e investidores que tenham interesse no tema.

Evidências

- Indisponibilidade de informações integradas sobre infraestrutura do país.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.9.1 Detalhamento: Observatório da Infraestrutura

Justificativa	► A implementação do projeto se justifica pela não existência de plataforma que traga visibilidade da informação de estoque de capital e investimento em infraestrutura de forma agregada.
Objetivo	► Desenvolver ferramenta de informações sobre a infraestrutura, trazendo de forma didática e objetiva as informações relevantes para o planejamento da infraestrutura nacional. A ferramenta será importante para fornecer as informações pertinentes à infraestrutura para a sociedade civil, governo e investidores que tenham interesse no tema.
Responsável	► Bruno Sad e Felipe Tavares
Resultados Esperados	► Disponibilização do Hub de informações sobre a infraestrutura de forma didática e objetiva com conteúdo relevante para o planejamento da infraestrutura nacional.
Principais Entregas	► Plataforma do Observatório As partes principais que compõem a entrega principal são: - Observatório Beta - Painéis: Macro, Setorial, Projetos e Radar. - Manuais e vídeo explicativo de como operar a ferramenta

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.9.2 Detalhamento: Observatório da Infraestrutura

Cronograma de Etapas	2020											2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Observatório Beta												✓												
• Apresentação do Observatório aos Stakeholders*												✓												
• Execução dos painéis do Observatório*																								
• Aperfeiçoamento, capacitação e ajustes nos indicadores*																								

Decisões de Terceiros


Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

6.10 Detalhamento: Programa de Capacitação

Detalhamento

- O programa de capacitação está sendo desenvolvido em uma parceria SDI/ENAP e é baseado em uma trilha de aprendizagem que consiste inicialmente em dois módulos:
- Módulo Básico: Apresentar o diagnóstico da infraestrutura brasileira e difundir melhores práticas na avaliação de projetos de infraestrutura com base na metodologia Five Case Model em parceria com o Tesouro Britânico.
- Módulo Intermediário: Aprofundar conhecimentos técnicos necessários para elaboração de análises de viabilidade socioeconômica de custo-benefício de projetos de investimento em infraestrutura em parceria com o Governo Chileno.

Evidências

- Relatórios de análise da conjuntura do Brasil de diversas instituições renomadas, como FMI, Banco Mundial, OCDE, TCU e SAE da Casa Civil, respaldaram a necessidade de criação de critérios uniformes para a avaliação e seleção de projetos de investimento em infraestrutura.
- Especificamente, a OCDE (2018) destacou que a fraca estruturação de projetos tem impedido a participação privada no financiamento de Infraestrutura, sendo necessário fornecer treinamento de qualidade aos funcionários envolvidos na estruturação de projetos.
- Para estabelecimento de um modelo de gestão do investimento em Infraestrutura eficaz é fundamental a implementação de um programa de capacitação capaz de difundir e aprofundar o conhecimento e as diretrizes gerais aos agentes públicos envolvidos no processo de prospecção, elaboração e avaliação de projetos de investimento em Infraestrutura.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.10.1 Detalhamento: Programa de Capacitação

Justificativa	► Possibilitar uma gestão eficaz dos projetos de investimento em infraestrutura, capacitando stakeholders envolvidos nas etapas de prospecção, elaborarão e aprovação de estudos de projetos de investimento em infraestrutura.
Objetivo	► Fortalecimento da capacidade institucional do governo na área de seleção e priorização de projetos de investimento em infraestrutura, incluindo a formação na elaboração de estudos e relatórios (business cases, análises de custo-benefício), revisão de documentos preparados por consultores e avaliação de relatórios para fundamentar decisões.
Responsável	► Rodolfo
Resultados Esperados	► Capital humano devidamente qualificado necessário a elaboração do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura.
Principais Entregas	► 3 turmas do curso de Five Case Model (+ de 130 servidores capacitados) ► Implementação do curso básico via ENAP ► Implementação do curso intermediário via ENAP ► Treinamento ACB - MDR Recursos Hídricos ► Treinamento ACB - MME/EPE Geração de Energia

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.10.2 Detalhamento: Programa de Capacitação

Cronograma de Etapas	2020											2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Realização 2ª turma 5CM*						✓																		
• Realização 3ª turma 5CM *											✓													
• Treinamento ACB - MDR Recursos Hídricos																								
• Treinamento ACB - MME/EPE Geração de Energia																								
• Implementação do curso básico via ENAP*																								
• Implementação do curso intermediário via ENAP*																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

6.11 Detalhamento: Metodologias de Avaliação

Detalhamento

- As elaborações de guias metodológicos sobre avaliação de projetos de investimento em infraestrutura é composta por Guias gerais, Manuais setoriais e estudos de caso relacionados a análise socioeconômica de custo-benefício e ao arcabouço teórico do *Five Case Model*. Abaixo segue o detalhamento das principais publicações já em andamento:
  - Guia Prático de Análise de Custo-Benefício de Projetos de Investimento em Infraestrutura;
  - Catálogo de Parâmetros (IPEA);
  - Manual Setorial ACB Transportes;
  - Manual Setorial ACB Geração de Energia;
  - Manual Setorial ACB Recursos Hídricos.

Evidências

- O "Relatório PIMA" do FMI (2018), apontou a necessidade de priorização de reforma na avaliação e seleção de projetos de investimento no Brasil. Em seus levantamentos, foram apontadas a baixa solidez institucional do Brasil nestas áreas, observando a falta de diretrizes padronizadas para avaliação de projeto, falta de exigência de análise econômico/financeira e falta de critérios padronizados e processo comum para a seleção de projetos.
- O relatório do Banco Mundial, "De Volta ao Planejamento" (2017), endossou a necessidade de resgate da capacidade de planejamento, orçamentação e gestão dos ativos.
- A OCDE (2018) destacou que a fraca estruturação de projetos tem impedido a participação privada no financiamento de Infraestrutura, sendo necessário fornecer treinamento de qualidade aos funcionários envolvidos na estruturação de projetos.
- O próprio Relatório de Conjuntura nº 5 da SAE (2018) destaca a existência de critérios opacos e inadequados para a seleção de projetos privados, assim como deficiências de qualidade na estruturação de parcerias e baixa efetividade do planejamento de longo prazo.
- O Acórdão do TCU nº 1.327/2020 Plenário destacou a necessidade de criação de critérios uniformes para a priorização de investimentos entre os diversos órgãos responsáveis pelo planejamento e execução dos empreendimentos de infraestrutura.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.11.1 Detalhamento: Metodologias de Avaliação

Justificativa	► Possibilitar a elaboração e avaliação de análises de viabilidade socioeconômica de projetos e do arcabouço do Five Case Model, havendo critérios claros e uniformes para a seleção e priorização baseados no retorno socioeconômico do projeto.
Objetivo	► Sintetizar melhores práticas, nacionais e internacionais, em avaliação de projetos de investimento em infraestrutura, fornecendo diretrizes práticas e estudos de caso que possam ilustrar a aplicação da metodologia proposta.
Responsável	► Rodolfo
Resultados Esperados	► Quando da elaboração e implementação do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura, existência de diretrizes e critérios uniformes para a elaboração da ACB, seleção e priorização de projetos.
Principais Entregas	► Publicação Guia Geral de ACB ► Publicação Manual Setorial ACB Transportes ► Publicação da Taxa Social de Desconto ► Publicação do Catálogo de Parâmetros ► Manual Setorial ACB Recursos Hídricos versão CP ► Manual Setorial ACB Energia versão CP ► Estudo de Caso ACB Recursos Hídricos ► Estudo de Caso ACB Energia

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.11.2 Detalhamento: Metodologias de Avaliação

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Publicação da Taxa Social de Desconto*					✓																			
• Publicação Guia Geral de ACB																								
• Publicação Manual Setorial ACB Transportes																								
• Manual Setorial ACB Recursos Hídricos versão CP																								
• Manual Setorial ACB Energia versão CP																								
• Estudo de Caso ACB Recursos Hídricos*																								
• Estudo de Caso ACB Energia*																								
• Publicação do Catálogo de Parâmetros*																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.12 Detalhamento: Resíduos Sólidos

Detalhamento

- O marco do saneamento cria a obrigatoriedade de licitações para concessões e contratações de serviços de resíduos sólidos, impedindo contratos sem concorrência pública feitos por prefeituras. Há algumas barreiras econômicas aos desenvolvimento do setor de resíduos sólidos, tais como os mecanismos de cobrança (sobretudo por meio de tarifas), modelos financeiros adequados às condições e as tecnologias de tratamento e destinação adequado.
- O projeto trará estudos que apresentarão soluções ótimas, do ponto de vista de eficiência econômica e modelagem financeira, para a prestação de serviços de manejo de resíduos sólidos. Adicionalmente, resultará em um guia para estruturação de projetos de concessão seguindo a melhor prática internacional (5-Case Model).
- Além dos investimentos no setor, eliminar os lixões e dar uma melhor destinação e aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos trará impactos positivos em diversas dimensões, podendo contribuir para múltiplos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Evidências

- Segundo o Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil–2017, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), 40,9% dos resíduos coletados foram despejados em locais inadequados por 3.352 municípios brasileiros em 2017, totalizando mais de 29 milhões de toneladas de resíduos em lixões.
- O Novo Marco do Saneamento (Lei 14.026/2020), que traz dispositivos para modernizar e desenvolver o setor, em termos de eficiência e efetividade dos resultados. O texto aprovado traz uma proposta de uniformização regulatória, retira barreiras à entrada para participação do setor privado e incentiva à regionalização com ganhos de escala para contribuir para a universalização do serviço.
- A obrigatoriedade atribuída aos municípios de instituir mecanismos de cobrança de resíduos sólidos, que garantam a sustentabilidade econômico-financeira, pode ser considerada um dos maiores ganhos para o setor. O pagamento pelo serviço trará viabilidade e impulsionará os investimentos, garantindo a disposição final ambientalmente adequada.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.12.1 Detalhamento: Resíduos Sólidos

Justificativa	▸ Para que o setor de resíduos sólidos se desenvolva de forma adequada, há necessidade de se desenhar um conjunto de soluções mais abrangentes, que garantam sua sustentabilidade, com uma adequada modelagem financeira via mercado, aprimorando-se a discussão de análise de custo-benefício e a própria definição de clusters/consórcios de municípios.
Objetivo	▸ Investigar as dimensões relevantes para o sucesso de projetos de manejo de resíduos sólidos, desenvolvendo um arcabouço regulatório que apresente alternativas de modelos de negócio que tenham sustentabilidade para o setor e sirvam de orientação para a estruturação dos projetos pelos entes subnacionais
Responsável	▸ Fabio Ono e Gabriel Fiuza
Resultados Esperados	▸ Estruturação de bons projetos de concessão de resíduos sólidos urbanos, estimulando preferencialmente os arranjos intermunicipais consorciados
Principais Entregas	▸ Desenho de regionalização para resíduos sólidos ▸ Mecanismos ótimos de contratação e cobrança dos serviços (arcabouço regulatório) ▸ Guia “5 Case Model” para Projetos de Resíduos Sólidos

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.12.2 Detalhamento: Resíduos Sólidos

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Estudo para estruturação do Arcabouço Regulatório de Resíduos*																								
• Estudo de Regionalização para Resíduos Sólidos*																								
• Guia 5 Case Model para Projetos de Resíduos Sólidos																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.13 Detalhamento: Planejamento Subnacional de Longo Prazo

Detalhamento

- O Planejamento de Longo Prazo (PLP) é fundamental para obter maior eficiência e efetividade dos investimentos públicos e privados, considerando a cada vez maior escassez dos recursos disponíveis. É o PLP que estabelece os eixos estratégicos que indicarão os projetos prioritários e os investimentos necessários para o alcance dos objetivos de desenvolvimento, vinculados a uma visão de futuro construída a partir das expectativas da sociedade.
- Como forma de aprendizado, em experiências concretas de planejamento subnacional de longo prazo, e por meio de acordo de Cooperação Técnica com o Sebrae, apoiamos lideranças locais mobilizadas pelos projetos Lider em diversas partes do país.
- Em parceria com PNUD e EY, iniciou-se também projeto que terá como produto final um guia metodológico, voltado aos entes subnacionais, visando a institucionalização de um planejamento de longo prazo com abordagem estratégica, que considere em sua formulação os contextos local, regional, nacional e as tendências de mudanças no cenário internacional que poderão afetar o desenvolvimento local.

Evidências

- Estudo da SAE-PR de 2018 (entrevista com 50 especialistas e investidores do setor de infraestrutura) indica que “aumentar a efetividade do planejamento de longo prazo” é a 2ª principal causa de impedimento ao maior investimento privado.
- Atores relevantes de mercado de infraestrutura indicam a importância de se “preparar e divulgar um plano estratégico de longo prazo que contenha os projeto prioritários para o país, inspirando-se em exemplos de outros países”
- Ao longo de 2020 foram realizadas reuniões com atores relevantes (líderes locais, prefeitos, acadêmicos e gestores públicos) e foi possível constatar que a continuidade é um dos grandes desafios a um bom processo de planejamento de longo prazo. Ou seja, o planejamento elaborado muitas vezes não resiste à troca de governantes em função de sua baixa institucionalização.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | **Atividade 2** | **Atividade 3**

6.13.1 Detalhamento: Planejamento Subnacional de Longo Prazo

Justificativa	► Necessidade de estimular um planejamento de longo prazo institucionalizado, padronizado e intersetorial, que siga as boas práticas nacionais e internacionais para desenvolver a infraestrutura no país. Em nível subnacional, constata-se uma carência de modelos e metodologias replicáveis que tenham como resultado projetos robustos, selecionados a partir de critérios bem definidos.
Objetivo	► Elaborar e difundir uma metodologia para o Planejamento de Longo Prazo (PLP) capaz de definir prioridades de projetos estruturadores para a promoção do desenvolvimento, sobretudo projetos de infraestrutura, e de ser um mecanismo para que as instituições sejam preparadas para a negociação e capazes de tomar decisões, orientar iniciativas, gerar convergências e articular as formas de intervenção na realidade.
Responsável	► Fabio Ono e Marden Barboza
Resultados Esperados	► Aplicação da "Metodologia de Planejamento de Longo Prazo para Investimentos em Infraestrutura" por entes subnacionais ► Organização e priorização de projetos subnacionais estratégicos e conexão com instituições relevantes no apoio a execução dos projetos
Principais Entregas	► Divulgação do Guia Metodológico para Planejamento a Longo Prazo ► Relatório com principais resultados das iniciativas do Programa LÍDER do SEBRAE

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Investimento em Infraestrutura | Atividade 2 | Atividade 3

6.13.2 Detalhamento: Planejamento Subnacional de Longo Prazo

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Relatório com principais resultados das iniciativas do Programa LÍDER do SEBRAE*																								
• Divulgação do Guia Metodológico para Planejamento a Longo Prazo																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

ATIVIDADE 1

BRASIL 4.0



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7. Brasil 4.0

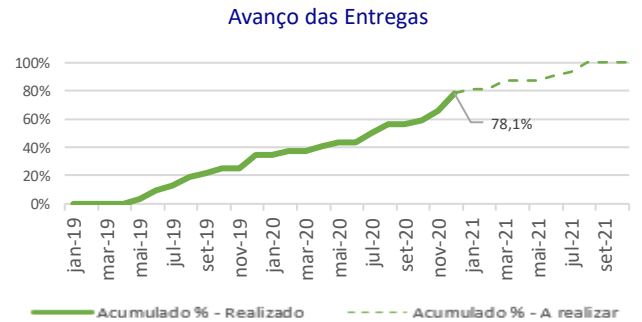
Detalhamento

- **Justificativa do Programa:** há consenso na comunidade empresarial brasileira de que a inovação no país está abaixo de sua capacidade, o que limita o seu potencial de aumento da produtividade e competitividade.
- **Evidência:** posição no Ranking Global de Competividade Digital = 57° de 63 países no ano de 2019; posição do Brasil no ranking Doing Business = 124° de 190 países;
- **Objetivos do Programa:** modernizar a economia, aumentar a produtividade e competitividade das micro, pequenas e médias empresas, aperfeiçoar e facilitar o ambiente normativo para alavancar o ecossistema de startups e, alcançar um sistema de propriedade intelectual mais efetivo.
- **Indicador Estratégico:** posição no ranking Doing Business - Classificação Geral
- **Eixo Estratégico:** Futuro Produtivo e Digital

- **Projetos:**
  - Brasil Mais
  - Marco Legal das Startups
  - Inovativa 15K
  - Economia 4.0
  - PI Classe Mundial

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - + 20% de maturidade digital do setor produtivo
  - Ser Top 3 no ecossistema de startups mundial
  - Qualificar 10 mi de pessoas em TI
- **Meta Estratégica:**
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

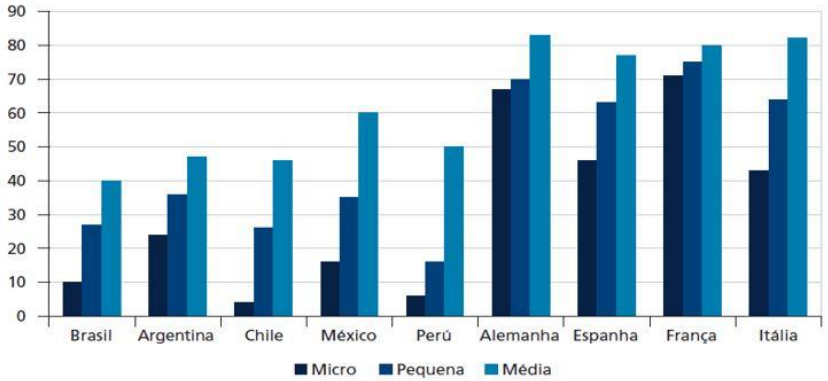
7.1 Detalhamento: Brasil Mais

Detalhamento

- Projeto focado no aumento da produtividade das empresas brasileiras de todos setores da economia oferece conteúdo online, capacitação, apoio técnico e consultoria a empresas para o aprimoramento de competências como Gestão do Desempenho, Gestão por indicadores, Operação e Vendas, Capital Humano, Gestão Financeira e Gestão da Produção, além de suporte para transformação digital e adoção de tecnologias da Economia 4.0.

Evidências

Produtividade Relativa em países Selecionados da América Latina e OCDE
(Em % Produtividade de grandes empresas = 100%)



Fonte: https://www.imd.org/wcc/world-competitiveness-center-rankings/world-digital-competitiveness-rankings-2019

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | **Atividade 2** | **Atividade 3**

7.1.1 Detalhamento: Brasil Mais

Justificativa	► De modo geral, entre 1990 e 2015, a produtividade na América Latina e Caribe esteve ancorada numa faixa de 20% e 25% da produtividade nos EUA. O Brasil não se diferencia desse quadro. Micro e pequenas empresas brasileiras têm baixa produtividade relativa quando comparadas às congêneres dos países desenvolvidos. São nesses portes que o governo precisar concentrar seus esforços.
Objetivo	► Aumentar a produtividade e competitividade das micro, pequenas e médias empresas brasileiras, por meio do desenvolvimento das capacidades gerenciais e adoção de tecnologias digitais na gestão e na produção.
Responsável	► Igor Nazareth
Resultados Esperados	► Aumento da produtividade das empresas brasileiras de todos setores da economia oferecendo conteúdo online, capacitação, apoio técnico e consultoria a empresas para o aprimoramento de competências como Gestão do Desempenho, Gestão por indicadores, Operação e Vendas, Capital Humano, Gestão Financeira e Gestão da Produção, além de suporte para transformação digital e adoção de tecnologias da Economia 4.0.
Principais Entregas	► Redesenho radical do Programa e metodologias realizado. ► Aprovação dos ACTs com Sebrae e Senai para execução dos atendimentos pelas entidades ► Lançamento do programa (fevereiro/2020). ► Desenvolver novos eixos de atuação (Agro, Logística e Economia 4.0). ► Adequação das metodologias de atendimento ao contexto de pandemia da COVID-19 para retomada segura das atividades e recuperação das empresas.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 → **Atividade 2** → **Atividade 3**

7.1.2 Detalhamento: Brasil Mais

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Lançamento do Programa Reformulado – Brasil Mais		✓																						
• Proposta e piloto de metodologia do SENAI adaptada ao contexto da COVID-19							✓																	
• Retomada dos atendimentos por SEBRAE e SENAI											✓													
• Repactuação das metas SENAI para o pós-pandemia*																📄								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | **Atividade 2** | **Atividade 3**

7.2 Detalhamento: Marco Legal das Startups

Detalhamento

- O Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador é um anteprojeto de Lei que visa melhorar o ambiente de negócios, facilitar o investimento nessas empresas, atrair talentos e alavancar o ecossistema de empreendedorismo inovador no Brasil. As medidas estão organizadas em quatro eixos temáticos: ambiente de negócios, facilitação de investimentos, trabalho e colaboração e atuação do Estado.

Evidências

Global Competitive Index 2019 (Pilar 11 – Business dynamism)

Brazil **72nd**/140

Index Component	Value	Score *	Rank/140	Best Performer
Pillar 9: Financial system 0-100 (best)	-	63.2 ↓	57	United States
9.01 Domestic credit to private sector % GDP	65.0	68.4 ↓	49	Multiple (29)
9.02 Financing of SMEs 1-7 (best)	3.3	38.4 ↓	110	United States
9.03 Venture capital availability 1-7 (best)	2.5	24.3 ↓	103	United States
Pillar 11: Business dynamism 0-100 (best)	-	52.4 ↓	108	United States
11.01 Cost of starting a business % GNI per capita	5.0	97.5 ↑	58	Multiple (2)
11.02 Time to start a business days	79.5	20.6 =	137	New Zealand
11.03 Insolvency recovery rate cents/$	12.7	13.7 ↓	126	Norway
11.04 Insolvency regulatory framework 0-16 (best)	13.0	81.3 =	17	Multiple (5)
11.05 Attitudes toward entrepreneurial risk 1-7 (best)	4.1	51.6 ↑	56	Israel
11.06 Willingness to delegate authority 1-7 (best)	4.4	56.6 ↓	61	Denmark
11.07 Growth of innovative companies 1-7 (best)	4.1	51.5 ↑	60	Israel
11.08 Companies embracing disruptive ideas 1-7 (best)	3.8	46.8 ↑	44	United States

Fonte: Global Competitiveness Index 2019

Fonte: https://www.imd.org/wcc/world-competitiveness-center-rankings/world-digital-competitiveness-rankings-2019

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7.2.1 Detalhamento: Marco Legal das Startups

Justificativa	▶ A baixa posição do país no no pilar 11, Dinamismo de Negócios do Ranking Mundial do WEF, que dentre outros itens avalia o crescimento de novas empresas e a adoção de ideias disruptivas justifica a implementação desse projeto.
Objetivo	▶ Melhorar o ambiente de negócios, facilitar o investimento nessas empresas, atrair talentos e alavancar o ecossistema de empreendedorismo inovador no país.
Responsável	▶ Igor Nazareth
Resultados Esperados	▶ Aperfeiçoamento e facilitação do ambiente normativo para alavancar o ecossistema de startups e de empreendedorismo inovador no Brasil.
Principais Entregas	▶ PLP do Marco legal das Startups aprovado no Congresso Nacional

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 → **Atividade 2** → **Atividade 3**

7.2.2 Detalhamento: Marco Legal das Startups

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Aprovado no ME os ajustes demandados pela Casa Civil*							✓																	
• PLP do Marco legal das Startups - enviado, pela Casa Civil, ao Congresso Nacional										✓														
• Aprovação do PLP pelo Congresso Nacional															📝									

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📝 Proposta de Entrega

*Atividade categorizada como tarefa, no entanto, por possuir importante impacto no projeto está representada nesse relatório.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

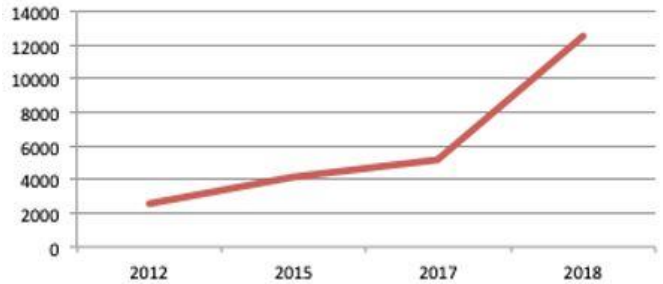
7.3 Detalhamento: Inovativa 15K

Detalhamento

- Reestruturação do maior programa de aceleração de startups da América Latina. Passará a ter três eixos principais de atuação: (i) InovAtiva Aceleração, c/ os dois ciclos de aceleração, mentoria e conexão de startups com investidores; (ii) InovAtiva Ecossistema, que fará a conexão c/ grandes empresas e também apoiará eventos e iniciativas de aceleração nos estados; e (iii) InovAtiva Academy, que centralizará o conteúdo de capacitação dos empreendedores e startups. Serão realizados 15 mil atendimentos a startups até 2022.

Evidências

Número de Startups presentes no StartupBase



Fonte: https://www.imd.org/wcc/world-competitiveness-center-rankings/world-digital-competitiveness-rankings-2019

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | **Atividade 2** | **Atividade 3**

7.3.1 Detalhamento: Inovativa 15K

Justificativa	► Necessidade de reestruturação do programa para ampliar número de atendimentos a startups no Brasil
Objetivo	► Reestruturar o maior programa de aceleração de startups da América Latina, InovAtiva Brasil e ampliar de maneira disruptiva o número de atendimentos a startups no Brasil.
Responsável	► Igor Nazareth
Resultados Esperados	► Ampliação de maneira disruptiva o número de atendimentos a startups no Brasil.
Principais Entregas	► Redesenho do Programa: Inovativa Aceleração; Ecossistema e Academy. ► O programa atendeu mais de 2 mil startups e acelerou 1064 empresas – Tornou-se o Maior Programa de Startups da AL. ► Lançamento do InovAtiva Conecta nos maiores eventos de startups do Brasil ► Realizar 15 mil atendimentos à startups.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | **Atividade 2** | **Atividade 3**

7.3.2 Detalhamento: Inovativa 15K

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• InovAtiva Conecta: Covid-19					✓																			
• InovAtiva Brasil - Ciclo 2020.1							✓																	
• Evento InovAtiva Experience Concluído - Julho/2020							✓																	
• Evento InovAtiva Experience Concluído - Dezembro/2020												✓												
• InovAtiva 2021-2024 - Termo de Colaboração Assinado												✓												
• InovAtiva Brasil - Ciclo 2020.2												✓												
• InovAtiva SocioAmbiental - Ciclo 2020												✓												

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | **Atividade 2** | **Atividade 3**

7.4 Detalhamento: Economia 4.0

Detalhamento

- Elaboração de um plano de Transformação Digital para aumento de produtividade das empresas brasileiras. Propiciar uma maior adoção de tecnologias digitais e de Indústria 4.0, principalmente nas pequenas e médias empresas. Promover a modernização da economia mediante um programa de transformação digital e coordenar a política de Industria 4.0 no Brasil (Câmara Brasileira de Indústria 4.0).

Evidências

Ranking Global de Competitividade Digital 2019 (IMD)

2019	País	2018	Mudança
1	EUA	1	-
2	Singapura	2	-
3	Suécia	3	-
4	Dinamarca	4	-
5	Suíça	5	-
6	Holanda	9	+3
7	Finlândia	7	-
8	Hong Kong	11	+3
9	Noruega	6	-3
10	Coréia do Sul	14	+4
11	Canadá	8	-3
12	Emirados Árabes	17	+5
13	Taiwan	16	+3
14	Austrália	13	-1
15	Reino Unido	10	-5
16	Israel	12	-4
17	Alemanha	18	+1
18	Nova Zelândia	19	+1
19	Irlanda	20	+1
20	Áustria	15	-5
21	Luxemburgo	24	+3
22	China	30	+8
23	Japão	22	-1
24	França	26	+2
25	Bélgica	23	-2
26	Malásia	27	+1
27	Islândia	21	-6
28	Espanha	31	+3
29	Estônia	25	-4
30	Lituânia	29	-1
31	Catar	28	-3
32	Eslovênia	34	+2
33	Polônia	36	+3
34	Portugal	32	-2
35	Cazaquistão	38	+3
36	Letônia	35	-1
37	Rep. Tcheca	33	-4
38	Rússia	40	+2
39	Arábia Saudita	42	+3
40	Tailândia	39	-1
41	Itália	41	-
42	Chile	37	-5
43	Hungria	46	+3
44	Índia	48	+4
45	Bulgária	43	-2
46	Romênia	47	+1
47	Eslováquia	50	+3
48	África do Sul	49	+1
49	México	51	+2
50	Jordânia	45	-5
51	Croácia	44	-7
52	Turquia	52	-
53	Grécia	53	-
54	Chipre	54	-
55	Filipinas	56	+1
56	Indonésia	62	+6
57	Brasil	57	-
58	Colômbia	59	+1
59	Argentina	55	-4
60	Ucrânia	58	-2
61	Peru	60	-1
62	Mongólia	61	-1
63	Venezuela	63	-

Fonte: https://www.imd.org/wcc/world-competitiveness-center-rankings/world-digital-competitiveness-rankings-2019/

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7.4.1 Detalhamento: Economia 4.0

Justificativa	► A baixa colocação do país no Ranking Global de Competitividade Digital 2019 (57° de 63 países avaliados) enseja a implementação desse projeto.
Objetivo	► Propiciar uma maior adoção de tecnologias digitais e de Indústria 4.0, principalmente nas pequenas e médias empresas.
Responsável	► Igor Nazareth
Resultados Esperados	► Modernização da economia mediante um programa de transformação digital e coordenar a política de Industria 4.0 no Brasil (Câmara Brasileira de Indústria 4.0)
Principais Entregas	► Formalização da Câmara Brasileira da Indústria 4.0 ► Elaboração Plano de Ação da Câmara ► Elaboração do Marco Referencial - Digitalização da Economia Brasileira ► Programa prioritário de Indústria 4.0 ► Criação do C4IR Brasil (WEF) ► Estabelecer o Plano de Transformação Digital para aumento de produtividade das empresas ► Revisar marcos regulatórios para a economia 4.0

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | **Atividade 2** | **Atividade 3**

7.4.2 Detalhamento: Economia 4.0

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Inaugurar o C4IR								✓																
• Elaborar Site da Câmara 4.0																								
• Proposta de Regulamentação 5G uso privado																								
• Estratégia Nacional da Indústria 4.0																								
• Plano de Transformação Digital para aumento da produtividade																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7.5 Detalhamento: PI Classe Mundial

Detalhamento

- Consiste em ações de curto prazo para a governança de temas de propriedade intelectual, inserção em políticas prioritárias de governo, redução de custo e tempo para os registros de propriedade industrial e na elaboração de uma Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual que orientará medidas estruturantes de longo prazo, visando alcançar um sistema de propriedade intelectual mais efetivo.

Evidências

Ranking Global de Competitividade - GCI

12th pillar: Innovation capability 0–100	-	48.9 ↑	40	Germany
Interaction and diversity 0–100	-	39.4 ↓	76	Singapore
12.01 Diversity of workforce 1–7 (best)	4.4	56.2 ↓	77	Singapore
12.02 State of cluster development 1–7 (best)	3.9	48.7 ↓	58	Italy
12.03 International co-inventions per million pop.	0.31	8.2 ↑	67	Multiple (5)
12.04 Multi-stakeholder collaboration 1–7 (best)	3.7	44.3 ↑	74	Israel
Research and development 0–100	-	54.3 ↑	29	Japan
12.05 Scientific publications score	493.3	91.9 ↑	24	Multiple (9)
12.06 Patent applications per million pop.	1.93	19.8 ↓	58	Multiple (8)
12.07 R&D expenditures % GDP	1.3	42.2 ↑	27	Multiple (7)
12.08 Research institutions prominence 0–100 (best)	0.25	63.4 ↑	14	Multiple (7)
Commercialization 0–100	-	57.2 ↑	63	Luxembourg
12.09 Buyer sophistication 1–7 (best)	3.6	43.1 ↑	73	Korea, Rep.
12.10 Trademark applications per million pop.	749.74	71.2 ↑	58	Multiple (7)

Fonte: https://www.weforum.org/reports/how-to-end-a-decade-of-lost-productivity-growth

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | Atividade 2 | Atividade 3

7.5.1 Detalhamento: PI Classe Mundial

Justificativa	► O projeto se justifica pela necessidade de uma Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual que incentive a economia da criatividade e investimentos em inovação.
Objetivo	► Alcançar um sistema de propriedade intelectual efetivo, que seja amplamente utilizado e que incentive a economia da criatividade e investimentos em inovação, visando ao aumento da competitividade econômica do Brasil.
Responsável	► Igor Nazareth
Resultados Esperados	► Inserção em políticas prioritárias de governo, redução de custo e tempo para os registros de propriedade industrial e na elaboração de uma Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual que orientará medidas estruturantes de longo prazo, visando alcançar um sistema de propriedade intelectual mais efetivo.
Principais Entregas	► Recriação do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual ► Plano de Combate ao Backlog de Patentes ► Adesão ao Protocolo de Madri para o registro internacional de marcas ► Ampliação do PPH (Patent Prosecution Highway) ► Adesão ao Tratado de Budapeste para o depósito internacional de microrganismos relacionados a patentes ► Reestruturação do INPI com a parceria do Prosperity Fund do Reino Unido ► Elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Brasil 4.0 | **Atividade 2** | **Atividade 3**

7.5.2 Detalhamento: PI Classe Mundial

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Diagnóstico geral do sistema de PI do Brasil concluído				✓																				
• Adesão ao Tratado de Budapeste concluída								✓																
• Proposta final da Estratégia de PI divulgada											✓													
• Publicação do Novo Decreto do GIPI															✓									
• Estudo sobre Proteção de Dados de Teste de produtos farmacêuticos (execução)																				✓				

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

ATIVIDADE 1

PROSPERA MPEs



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8. Prospera MPEs

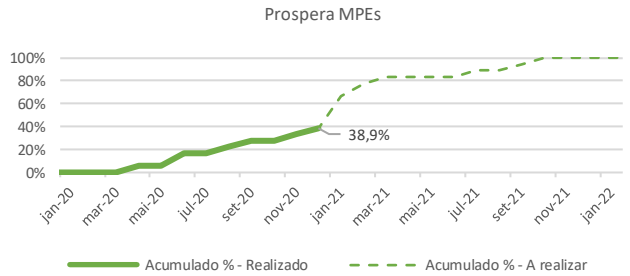
Detalhamento

- **Justificativa do Programa:** o ponto de partida para a construção do Programa é o diagnóstico de que do ponto de vista estrutural o problema de baixa produtividade da economia brasileira está fortemente relacionado à baixa produtividade observada nos pequenos negócios.
- **Evidência:** no Ranking Doing Business (2019), o Brasil se encontra em 77° em Resolução de Insolvência e 58° em Execução de Contratos na classificação entre 213 Economias. Razões de produtividade Microempresa/Grande empresa de cerca de 7 vezes entre brasil e países avançados.
- **Objetivos do Programa:** aumentar a produtividade das MPEs brasileiras por meio da promoção do tratamento diferenciado a ser dispensado às microempresas, da instituição de um Marco Legal do Reempreendedorismo, da democratização de acesso ao crédito e a correção de falhas no mercado de soluções de capacitação, associadas à existência de custos de transação, assimetrias de informação e mercado imperfeitos.
- **Indicador Estratégico:** posição no ranking Doing Business - Classificação Geral
- **Eixo Estratégico:** Ambiente de Negócios e Futuro Produtivo e Digital

- **Projetos:**
  - Sistema de Defesa do Empreendedor
  - Marco Legal do Reempreendedorismo
  - Sistema Nacional de Garantias
  - Novas Funcionalidades no Portal do Empreendedor

Meta e Avanço das Entregas

- **Legado:**
  - Reduzir o custo Brasil em R$ 1 trilhão
  - + 30% de produtividade das MPEs
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022
  - + 20% de maturidade digital do setor produtivo
- **Meta Estratégica:**
  - Atingir o Top 50 do Doing Business até 2022



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.1 Detalhamento: Sistema de Defesa do Empreendedor

Detalhamento

- Formalização do Sistema Nacional de Defesa do Empreendedor - SNDE por meio de Decreto Presidencial. Será criado, então, instrumento oficial de fiscalização do cumprimento dos comandos constitucional e legal de tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPEs.
- Por meio dele, a SEMPE criará rotina de monitoramento de atos (Microlegis) normativos publicados nos 3 níveis de governo voltados para PJ e conferirá a aplicação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPE.
- Adicionalmente, a população empreendedora, por meio de canal de atendimento, poderá comunicar eventuais possíveis violações ao direito. A SEMPE, então, tomará as providencias constitucionais e legais possíveis para a adequação ou correção dos atos eventualmente violadores.

Evidências

- O Brasil atingiu 52.132 atos relativos as MPEs.
- Microempreendedor Individual e o Artesanato atingiu os 93.671 Atos
- Outros Atos de interesse das MPEs, do MEI e do Artesanato atingiu a marca de 41.539 Atos
- Microlegis - Monitoramento de editais de compras que eventualmente estão sem o tratamento diferenciado (licitação que deveria ser exclusiva para MPEs – contratação até R$ 80.000) análise e verificação de justificativas. Até o momento identificados 183 editais totalizando R$ 14.640.000,00 sem tratamento diferenciado.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.1.1 Detalhamento: Sistema de Defesa do Empreendedor

Justificativa	▶ Diante das evidências levantadas percebeu-se a necessidade de criação instrumento oficial de fiscalização do cumprimento dos comandos constitucional e legal de tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPE.
Objetivo	▶ Instituir o Sistema Nacional de Defesa do Empreendedor - SNDE por meio de Decreto Presidencial ▶ Criar rotina de monitoramento de atos (Microlegis) normativos publicados nos 3 níveis de governo voltados para PJ para conferir a aplicação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPE..
Responsável	▶ Antônia Tallarida
Resultados Esperados	▶ Criação de instrumento oficial de fiscalização do cumprimento dos comandos constitucional e legal de tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPE.
Principais Entregas	▶ Projeto Pedagógico e ACT para a utilização da Escola Virtual de Governo; ▶ Concluir Piloto do Curso; ▶ Microlegis: ferramenta de monitoramento de atos públicos em todas as esferas de governo; ▶ Cooperação com Ministério Público Estadual; ▶ Divulgação nos estados e municípios; ▶ Disseminação do Curso para servidores públicos estaduais e municipais.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.1.2 Detalhamento: Sistema de Defesa do Empreendedor

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Apresentar pleito da LGPD para ANPD																								
• Piloto da ferramenta																								
• Assinatura para publicação do Decreto do Sistema de Defesa do Empreendedor																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | Atividade 2 | Atividade 3

8.2 Detalhamento: Marco Legal do Reempreendedorismo

Detalhamento

- O Projeto tem como objetivo definir instrumento legal que mitigue os gargalos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências - LRJEF), possibilitando a instituição de um Marco Legal do Reempreendedorismo.

Evidências

- **Relatório Doing Business 2019:** O Brasil se encontra em 77° lugar em Resolução de Insolvência e 58° lugar em Execução de Contratos na classificação entre 213 Economias.



Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | Atividade 2 | Atividade 3

8.2.1 Detalhamento: Marco Legal do Reempreendedorismo

Justificativa	▶ No Relatório Doing Business (2019), o Brasil se encontra em 77 em Resolução de Insolvência e 58 em Execução de Contratos na classificação entre 213 Economias. O sistema atual de recuperação judicial e falências para as microempresas não é eficiente. ▶ Segundo dados do SEBRAE, mais de 99% das empresas brasileiras são MPEs, entretanto, outro estudo realizado pelo Núcleo de Estudos de Processos de Insolvência da PUCSP, no Estado de São Paulo (Estado que concentra 2/3 de todas as Recuperações Judiciais do Brasil), apenas 10% das Recuperações Judiciais foram ajuizadas por Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
Objetivo	▶ Definir instrumento legal que mitigue os gargalos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências - LRJEF), possibilitando a instituição de um Marco Legal do Reempreendedorismo facilitando a recuperação judicial de micro e pequenas empresas.
Responsável	▶ Antônia Tallarida
Resultados Esperados	▶ Melhorias ao PLP 33/2020, com proposta de criação de um capítulo específico na LC 123. ▶ Facilitação da recuperação judicial de micro e pequenas empresas.
Principais Entregas	▶ Proposta de substitutivo, com proposta de criação de um capítulo específico na LC 123/2003; ▶ Aprovação do Substitutivo ao PLP 33 de 2020.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.2.2 Detalhamento: Marco Legal do Reempreendedorismo

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Pautar projeto no Senado									✓															
• Aprovação no Senado Federal - Marco Legal do Reempreendedorismo												✓												
• Seminário do Marco Legal																								
• Aprovação no CN Marco Legal do Reempreendedorismo																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

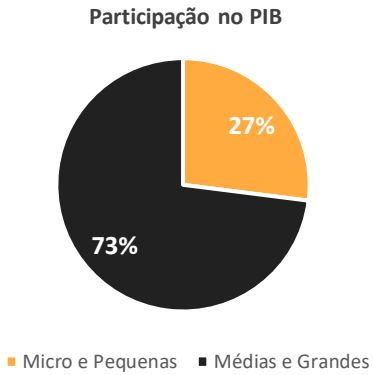
Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

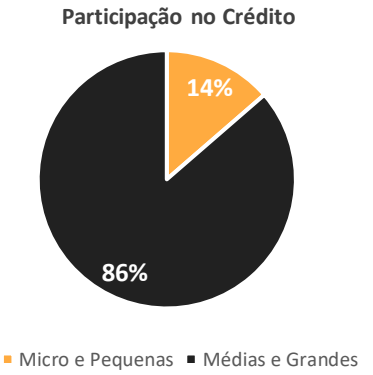
8.3 Detalhamento: Sistema Nacional de Garantias

Detalhamento

- Visa democratizar o acesso ao crédito de qualidade para alavancar a produtividade dos Microempreendedores Individuais, Micro e Pequenas Empresas. Para cada dificuldade apontada pelos respondentes, foram traçadas ações no sentido de superá-las ou, minimizar seus impactos. Incluem-se a qualificação gerencial e administrativa, qualificação produtiva, revisão de normas, disponibilização de soluções web e construção de um sistema de garantias de crédito.

Evidências





Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.3.1 Detalhamento: Sistema Nacional de Garantias

Justificativa	▶ O ponto de partida para a construção do Programa é o diagnóstico de que do ponto de vista estrutural o problema de baixa produtividade da economia brasileira está fortemente relacionado à baixa produtividade observada nos pequenos negócios, a qual é constatada pela baixa capacidade de produção (produtividade) das pequenas empresas brasileiras comparativamente a (i) grandes empresas nacionais ou a (ii) pequenas empresas de outros países. Medidas de acesso ao crédito de qualidade irão alavancar a produtividade das MPEs.
Objetivo	▶ Democratizar o acesso ao crédito de qualidade para alavancar a produtividade dos Microempreendedores Individuais, Micro e Pequenas Empresas.
Responsável	▶ Antônia Tallarida
Resultados Esperados	▶ Democratização do acesso ao crédito de qualidade e ações de qualificação gerencial e administrativa, qualificação produtiva, revisão de normas, disponibilização de soluções web e construção de um sistema de garantias de crédito.
Principais Entregas	▶ Sensibilização de parceiros: SEBRAE, CNI, Bacen e Bancos ▶ Aprovação PLC 113/2015 – Garantias Solidárias ▶ Veto PL 113/2015/SNGC ▶ Convênio CAF ▶ Piloto do CERTSimples no PRONAMPE ▶ Instituição do PRONAMPE ▶ Acesso das MPEs a Solução de Crédito no Portal do Empreendedor ▶ Piloto CREDMEI finalizado ▶ Decreto que Institui o SNG

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.3.2 Detalhamento: Sistema Nacional de Garantias

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Cooperação CAF Assinado								✓																
• Publicação da Portaria GT Sistema Nacional de Garantias																								
• Publicação do decreto SNGC																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

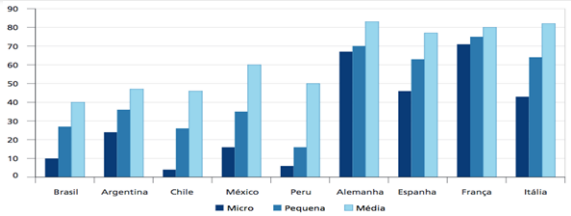
Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.4 Detalhamento: Novas Funcionalidades no Portal do Empreendedor

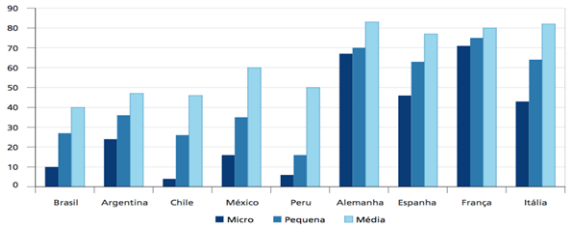
Detalhamento

- Ferramenta digital para desenvolvimento de Plano de Negócios e autoatendimento que permitirá ao MEI: Avaliar seu perfil empreendedor, capacidades técnicas e gerenciais; conhecer o grau de maturidade de seu negócio em termos tecnológicos, técnicos e gerenciais.

Evidências



Há um hiato de produtividade do trabalho entre microempresas e grandes empresas brasileiras de cerca de 10 vezes, ou seja, as grandes empresas brasileiras produzem por trabalhador 10 vezes mais valor que as microempresas



Há um hiato entre as razões de produtividade Microempresa/Grande empresa de cerca de 7 vezes entre brasil e países avançados.

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.4.1 Detalhamento: Novas Funcionalidades no Portal do Empreendedor

Justificativa	► O ponto de partida para a construção do Projeto é o diagnóstico de que do ponto de vista estrutural o problema de baixa de produtividade da economia brasileira está fortemente relacionado à baixa produtividade observada nos pequenos negócios, a qual é constatada pela baixa capacidade de produção (produtividade) das pequenas empresas brasileiras comparativamente a (i) grandes empresas nacionais ou a (ii) pequenas empresas de outros países.
Objetivo	► Elevar a capacidade produtiva das empresas de pequeno porte, especialmente a de microempreendedores individuais.
Responsável	► Antônia Tallarida
Resultados Esperados	► Uniformização e desburocratização e simplificação do acesso a soluções de capacitação oferecidas por Sistema S, Redetec e outros operadores, através de ferramenta de matching a ser disponibilizada no Portal do Empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br).
Principais Entregas	► Desenvolver buscador de crédito com cotação de linhas de crédito de capital de giro e investimento ► Desenvolver buscador de crédito com cotação de meio de pagamento ► Possibilitar o acesso a solução para Micro e Pequenas Empresas ► Possibilitar o retorno da solicitação de produtos e serviços financeiros pela da entidade credenciada para o empreendedor dentro da solução ► Desenvolvimento do Emprestômetro

Atividade 1 – Programas Estratégicos: Prospera MPEs | **Atividade 2** | **Atividade 3**

8.4.2 Detalhamento: Novas Funcionalidades no Portal do Empreendedor

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Possibilitar o acesso a solução para Micro e Pequenas Empresas				✓																				
• Possibilitar o retorno da solicitação de produtos e serviços financeiros pela da entidade credenciada para o empreendedor dentro da solução						✓																		
• Desenvolvimento do Emprestômetro						✓																		
• Desenvolver buscador de crédito com cotação de meio de pagamento											✓													
• Integração portal do empreendedor com e-CAC para envio das informações de faturamento dos MEI/MPE via CREDMEI														👤										
• Desenvolver buscador de crédito com cotação de linhas de crédito de capital de giro e investimento																						👤		

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 👤 Proposta de Entrega

CAPÍTULO 7

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS VINCULADAS

ATIVIDADE 2

SECRETARIA ESPECIAL DE
PRODUTIVIDADE, EMPREGO E
COMPETITIVIDADE

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ATIVIDADE 2

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL



Combate ao Backlog de Patentes

Modernização do Sistema Brasileiro de PI – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI) | Atividade 3

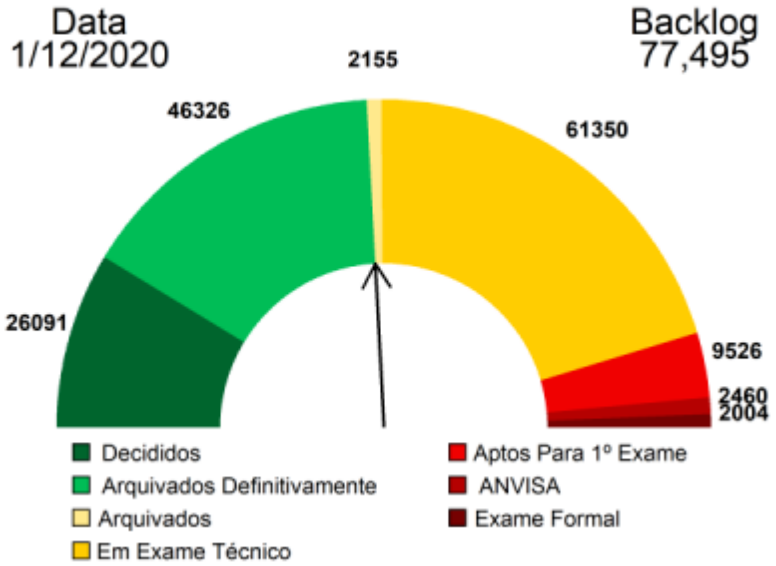
1.1.1 Detalhamento: Combate ao Backlog de Patentes e Reestruturação do exame de Patentes

Detalhamento

- O acúmulo de pedidos de patentes no INPI chegou a uma proporção insustentável frente à capacidade de exame e resposta da autarquia. Esse acúmulo, conhecido como backlog, encontrava-se em torno de 160.000 pedidos de patente com requerimento de exame e pendentes de decisão no início 2019, para um total de 336 pesquisadores em PI dedicados à atividade de exame de pedidos. O maior impacto deste backlog é o tempo decorrido desde o depósito do pedido de patente até a concessão, que implica na extensão do prazo de vigência das patentes concedidas quando este tempo é superior a 10 anos, conforme previsto no Parágrafo Único do Art.40 da Lei de Propriedade Industrial (LPI).
- O Programa objetiva a simplificação do esforço dedicado ao exame técnico de pedidos de patentes de invenção, e o incentivo à melhoria do desempenho individual, de forma a possibilitar a decisão, em dois anos após o seu início, de pelo menos 80% dos pedidos de patentes no backlog.

Evidências

Evolução do combate ao Backlog de patentes



Fonte: Site do INPI (https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/plano-de-combate-ao-backlog)

Combate ao Backlog de Patentes

Modernização do Sistema Brasileiro de PI – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI) | Atividade 3

1.1.2 Detalhamento: Combate ao Backlog de Patentes e Reestruturação do exame de Patentes

Objetivo	➢ Reduzir em 80% o número de pedidos de patentes depositados até 2016 com pedido de exame e pendente de decisão de exame técnico no prazo de dois anos (2019-2021) ➢ Melhorar a etapa de busca de patentes, a distribuição da carga de trabalho e as diretrizes para exame de patentes, buscando maior agilidade do processo
Responsável	➢ Liane Lage– INPI/DIRPA
Descrição	➢ Para o alcance desta meta, foram instituídas as exigências preliminares, conforme as Resoluções nº 240/19 e 241/19, que serão publicadas na RPI sob os códigos de despacho 6.22 e 6.21, respectivamente. ➢ No caso da reestruturação do exame de patentes, várias medidas estão sendo implementadas, tais como a expansão do acesso ao PPH, os projetos piloto de terceirização e uso de inteligência artificial da busca de patentes, a harmonização da distribuição da produção de patentes por área tecnológica, elaboração e revisão de diretrizes para exame de patentes, aperfeiçoamento dos programas de exame prioritário de patentes
Principais Entregas	➢ Concluídos: Plano de Combate ao Backlog implementado, redução do backlog em 18,5% em 2019, expansão do acesso ao PPH para todas as áreas tecnológicas e aumento na capacidade de admissão de requerimentos ➢ Redução em 50% do número de pedidos do Programa de Combate ao Backlog de Patentes, em 16 meses ➢ Projeto piloto de terceirização da Busca de Patentes iniciado ➢ Revisão das diretrizes de exame de patentes iniciada ➢ 400 requerimentos de priorização de exames de pedidos de patente na modalidade PPH recebidos

Combate ao Backlog de Patentes

Modernização do Sistema Brasileiro de PI – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI)** | **Atividade 3**

1.1.3 Detalhamento: Combate ao Backlog de Patentes e Reestruturação do exame de Patentes

Cronograma de Etapas	2019												2020											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Implantação do Plano de Combate ao Backlog de Patentes: resoluções INPI/PR n 240 e 241/2019 e Normas de execução SEI n 1 e 7/2019/DIRPA/PR							✓																	
• Expansão do acesso ao PPH para todas as áreas tecnológicas e aumento na capacidade de admissão de requerimentos, de 300 (2018) para 400 por ciclo										✓														
• Publicação de Diretriz de exame de pedidos de patentes na área de biotecnologia																								✓
• Definição de metodologias para harmonização da distribuição de pedidos de patentes por área tecnológica																								
• Atualização de normativas do INPI relativas a programas de exame prioritário de patentes																					✓			
• Execução e avaliação de projeto piloto de terceirização da Busca de Patentes																								✓
• Elaboração de plano de terceirização de buscas de patentes para iniciativa privada																								
• Diretriz de exame de Invenções implementada por computador, revisão de diretrizes gerais de exame de pedidos de patentes																								✓

Decisões de Terceiros | ✓ Entrega | Proposta de Entrega

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI) | Atividade 3

1.2.1 Detalhamento: Escritório de PI para o século XXI

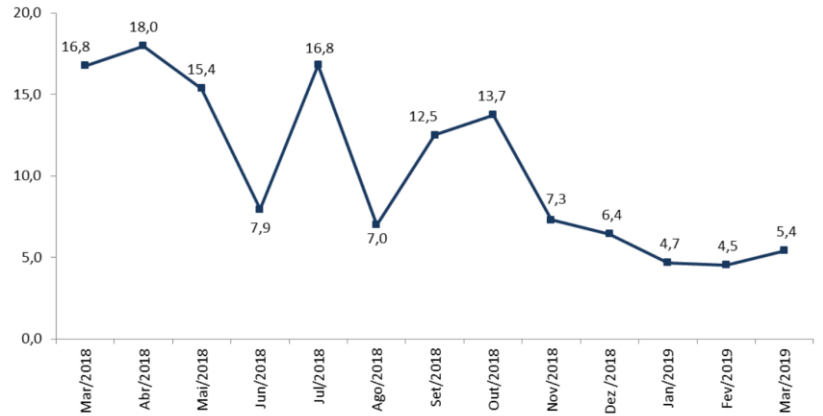
Detalhamento

- No Brasil, o registro de patentes pode levar mais tempo do que a média internacional, sendo que a análise e decisão sobre o registro podia levar mais de 10 anos em 2018.
- Um Sistema de PI mais lento que a média internacional cria uma barreira não-tarifária para o comércio no país, o que também dificulta que o país alcance seu pleno potencial em comércio.
- Esse programa visa apoiar o país na melhoria da gestão dos direitos de propriedade intellectual, por meio da implementação de intervenções que aproximarão o país dos padrões e práticas internacionais no setor.

Evidências

Prazo de análise e decisão médio sobre o registro de patentes

Figura 6: Tempo médio de decisões de exame técnico, em meses



Fonte: Boletim mensal – Indicadores institucionais do INPI – abril 2019

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI) | Atividade 3

1.2.2 Detalhamento: Escritório de PI para o século XXI

Objetivo	► Transformação organizacional estratégica do INPI orientada pelas melhores práticas internacionais de PI, adaptadas ao contexto local.
Responsável	► Alessandro Bergamaschi/CQUAL e Leopoldo Coutinho/COINT do INPI
Descrição	► Iniciativa conduzida pela consultoria Palladium, em parceria e financiada pelo Prosperity Fund/UK; Composto por 5 eixos, visa apoiar a implementação de sistemas de gestão da qualidade, gestão de processos, a elaboração da política de precificação de serviços, a modernização dos serviços de TI e de RH.
Principais Entregas	► Plano de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade ► Mapeamento do "AS IS" e redesenho "To be" de macroprocessos do INPI ► Plano de implementação do Sistema de Gestão de Processos ► Nova estrutura de política de precificação de serviços ► Proposição de estrutura de custos e fórmula para a revisão das contribuições ► Plano de implementação da modernização dos serviços de TI e de RH

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI)** | **Atividade 3**

1.2.3 Detalhamento: Escritório de PI para o século XXI

Cronograma de Etapas	2019											2020											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Seleção e contratação da empresa para implementação da Fase III do Projeto do Prosperity Fund – Global												✓												
• Preliminary Diagnostic Report (PDR): Diagnóstico preliminar do estado atual do INPI em cada um dos eixos de trabalho																						✓		
• Mapeamento do "AS IS" e redesenho "To be" de 2 Macroprocessos do INPI (Desenho Industrial e Gestão de Pessoas)*																								📄
• Relatório de Benchmarking Internacional																								📄

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

* Cronograma já ajustado conforme indicação de medida corretiva face ao fechamento do INPI (cronograma postergado em 3 meses)

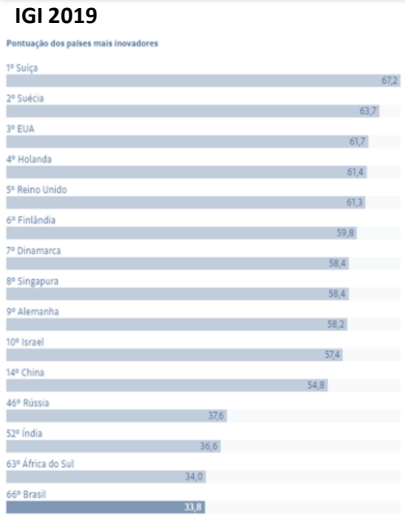
Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI) | Atividade 3

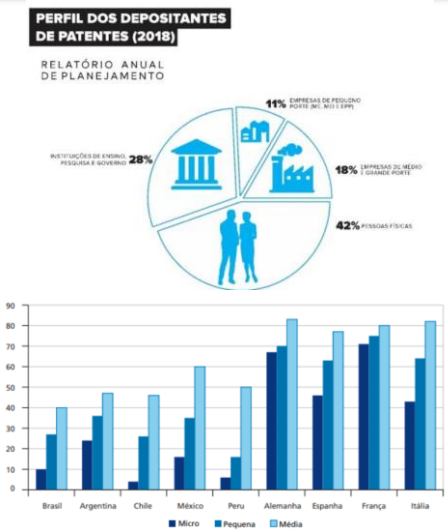
1.3.1 Detalhamento: INPI Negócios

Detalhamento

- Trata-se de uma nova estratégia comercial e de atuação nos ecossistemas de inovação para impulsionar a captura de depósitos e o fomento à criação de ativos de PI
- Brasil está apenas na 66ª posição como país mais inovador segundo o IGI (2019), e o perfil dos depositantes de patentes no país demonstra que 42% dos depósitos são realizados por pessoas físicas, não empresas, instituições de ensino, pesquisa e governo
- Destaca-se também que as micro, pequenas e médias empresas possuem baixa participação no depósito de patentes, em relação a outros países.

Evidências





Fonte: IGI 2019 e outros dados apresentados pelo INPI em apresentação sobre o tema

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI) | Atividade 3

1.3.2 Detalhamento: INPI Negócios

Objetivo	► Estimular a geração, proteção e gestão de novos ativos de PI, especialmente por empresas nacionais, universidades e centros de inovação. O objetivo é ter um crescimento de 20% no número de depósitos de patentes, que por conta do Covid-19 está hoje na ordem de 14%.
Responsável	► Felipe Augusto (CGDI) e Leopoldo Coutinho (COINT)/INPI
Descrição	► O instituto passa a atuar como facilitador de negócios com os principais ecossistemas de inovação brasileiros. O intuito é ampliar a interlocução entre empresas (nacionais e estrangeiras), universidades, startups e institutos de pesquisa para gerar novos ativos de PI, como marcas e patentes, especialmente em parceria com empresas afins. O "INPI Negócios" atuará junto aos residentes - startups, centros tecnológicos de empresas e núcleos de pesquisa das universidades - em três vetores: primeiramente na "criação" da Propriedade Intelectual, seguida pela "proteção" propriamente dita e, por fim, no "alinhamento" com o processo de monetização e comercialização do ativo de PI.
Principais Entregas	► Inserção do INPI junto a fóruns de IG e marcas coletivas, em eventos tecnológicos, e em programas regionais de fomento ► Elaboração de radares tecnológicos e estudos setoriais ► Contratação de solução (software + serviço) de inteligência comercial ► Desenvolvimento de Plataforma Digital de Inovação, Programa de Mentoria em PI, Portal INPI Negócios ► Desenvolvimento de novos cursos e programas de formação para pequenas e médias empresas ► Celebração de MoU de Inovação com Dinamarca, EUA, Japão, China, EU, Singapura, Coreia do Sul e Israel, e inserção no “WIPO Match” e “WIPO Green”

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Modernização do Sistema Brasileiro de PI)** | **Atividade 3**

1.3.3 Detalhamento: INPI Negócios

Cronograma de Etapas	2019												2020											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Assinatura de acordo com a Dinamarca para permitir a interlocução entre instituições dos dois países em atividades na área de inovação										✓														
• Realização de parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII)											✓													
• Elaboração de radares tecnológicos e estudos setoriais																						✓		
• Desenvolvimento do Programa de Mentoria em PI e do Portal INPI Negócios																						✓		
• Inserção do INPI junto a fóruns de IG e marcas coletivas, em eventos tecnológicos, e em programas regionais de fomento																							✓	
• Contratação de solução (software + serviço) de inteligência comercial																								
• Desenvolvimento de Plataforma Digital de Inovação																					✓			
• Desenvolvimento de novos cursos e programas de formação com ênfase em pequenas e médias empresas																								
• Celebração de MoU de Inovação com Dinamarca, EUA, Japão, China, EU, Singapura, Coreia do Sul e Israel, e inserção no “WIPO Match” e “WIPO Green”																								

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

ATIVIDADE 2

FORTALECIMENTO DO MODELO DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Fortalecimento do Modelo da ZFM) | Atividade 3

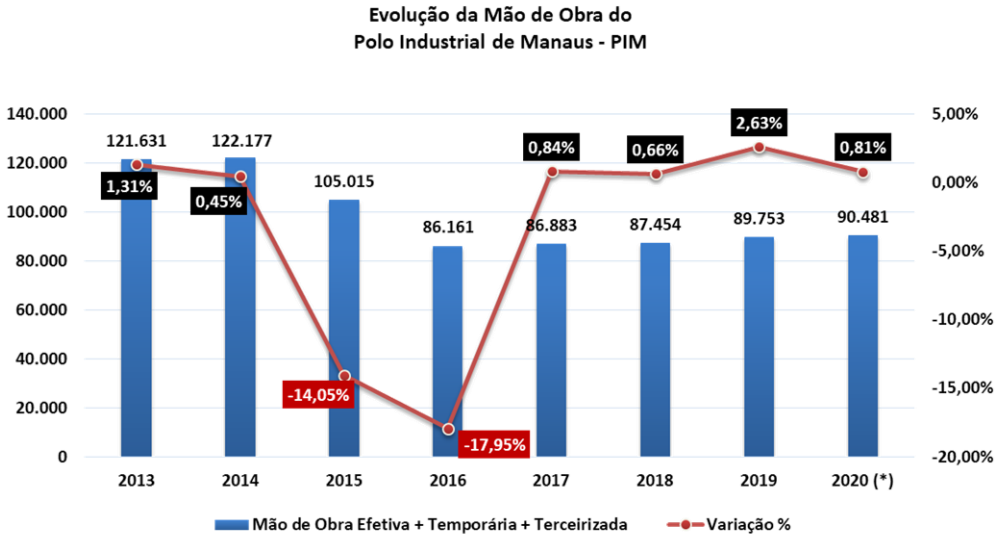
2.1.1 Detalhamento: Atração de novos investimentos e postos de trabalho

Detalhamento

- O modelo da Zona Franca de Manaus surgiu na década de 60 como política desenvolvimento social, defesa de fronteiras e preservação ambiental para a região Norte do país. Em que pese ter seus resultados diretos preponderantemente na região do Amazonas (cerca de 90 mil empregos diretos e mais de 500 mil indiretos gerados por cerca de 450 empresas), engloba, também, os demais Estados da Amazônia Ocidental e o Amapá.

- Ao longo dos anos, em decorrência dos impactos gerados a partir da redução da atividade econômica, do novo cenário de ajuste fiscal das contas públicas, do aumento da competitividade das empresas sediadas em outras regiões do país e, até mesmo, do avanço da inovação, o modelo perdeu força atingindo níveis baixos de investimentos e de geração de novos postos de trabalho.

Evidências



(*) Mão-de-obra Efetiva + Temporária + Terceirizada
(**) Corresponde a média mensal de Empresas informantes do Sistema de Indicadores Industriais, com Projetos Plenos aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA
(***) Dados parciais.
FONTE: SUFRAMA/CGPRO/SAP

Atração de novos investimentos e postos de trabalho

Fortalecimento do modelo Zona Franca de Manaus – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Fortalecimento do Modelo da ZFM) | Atividade 3

2.1.2 Detalhamento: Atração de novos investimentos e postos de trabalho

Objetivo	► Garantir o atingimento dos resultados da política da Zona Franca de Manaus por meio da aprovação de investimentos com foco no aumento da geração de emprego e renda na região.
Responsável	► Dower Jerônimo Morini Borges (Superintendente Adjunto de Projetos)
Descrição	► Manutenção da periodicidade das reuniões do Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS), lócus estratégico para qualificação de investimentos na região
Principais Entregas	► Simplificação de normativos ligados à proposição e análise de projetos e disposição de terrenos (*); ► Agilidade na aprovação de novos PPBs; ► Novos projetos aprovados; ► Novos postos de trabalho criados; ► Projeto de consenso para modernização do modelo da ZFM.

(*) A proposição de alterações pontuais na norma que dispõe sobre a caracterização, destinação e a utilização dos lotes de propriedade da SUFRAMA, localizados no Distrito Industrial, Resolução nº 101/2019, de modo a possibilitar a regularização fundiária de ocupações rurais em áreas do Distrito Industrial de Manaus, com o emprego das disposições da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e possibilitar melhor aplicabilidade de dispositivos do referido normativo, foi aprovada na 295ª Reunião Ordinária do CAS, realizada em 3/12/2020.

Atração de novos investimentos e postos de trabalho

Fortalecimento do modelo Zona Franca de Manaus – Programas Estratégicos - Vinculada

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Fortalecimento do Modelo da ZFM)** → **Atividade 3**

2.1.3 Detalhamento: Atração de novos investimentos e postos de trabalho

Cronograma de Etapas	2019												2020												2021					
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6
• Retomada da periodicidade das reuniões após inicio de novo ciclo de gestão governamental						✓																								
• Simplificação de normativos ligados à proposição e análise de projetos e disposição de terrenos;																								✓		📄				
• Agilidade na aprovação de novos PPBs						✓																								
• Novos projetos aprovados						✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		📄		📄		📄
• Novos postos de trabalho criados						✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		✓		📄		📄		📄
• Projeto de consenso para modernização do modelo da ZFM																														📄

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

Obs.:
Em novembro/2020 a SUFRAMA realizou as discussões internas para a reformulação da Resolução CAS nº 204/2019, visando à modernização e desburocratização do marco regulatório que dispõe sobre a apresentação, análise, aprovação e acompanhamento de projetos industriais. Após essas tratativas internas, a SUFRAMA iniciou as discussões com os Conselheiros do Governo Federal, tendo sido realizadas até o momento duas reuniões. Está prevista ainda mais uma reunião, agendada para 21/12/2020. Concluída a fase de discussões, a proposta deverá ser encaminhada para Consulta Pública no dia 23/12/2020, por 15 dias. Findo o prazo da Consulta Pública, em 15/01/2021 está prevista uma apresentação aos Conselheiros das contribuições oferecidas, os quais poderão aceitá-las ou rejeitá-las. Em 18/01/2021 o processo, com minuta de resolução ajustada, será encaminhado à PF-SUFRAMA para consulta. A previsão é de que na primeira reunião do CAS de 2021, agendada para 25/2/2021, a reformulação do marco regulatório seja deliberada.

Novo Centro de Biotecnologia da Amazônia

Fortalecimento do modelo Zona Franca de Manaus – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Fortalecimento do Modelo da ZFM)** | **Atividade 3**

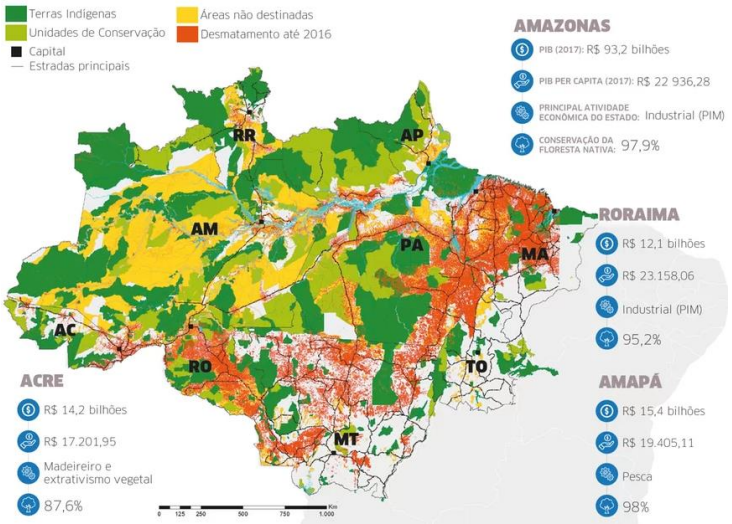
2.2.1 Detalhamento: Novo Centro de Biotecnologia da Amazônia

Detalhamento

- Em linha com as atuais discussões sobre mudanças nos vetores econômicos globais, bem como a identificada necessidade de se buscar uma modernização do atual modelo de desenvolvimento aliado à proteção ambiental até então apresentado pela política da Zona Franca de Manaus, a biotecnologia (bioeconomia) surge como importante propulsor de um possível novo ciclo de prosperidade para a região.

- Nesse sentido, o Centro de Biotecnologia da Amazônia, nascido dentro do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Amazônia (Probem) – estrutura que nunca gerou os resultados esperados frente aos investimentos realizados -, coloca-se agora como alternativa viável e avançada para instrumentalização de um novo caminho para exploração sustentável da biodiversidade da Amazônia voltada à negócios.

Evidências



FONTES: IBGE, IPEADATA, EMBRAPA, PIATAM, IPAM E INPE | INFOGRAFIA: JONATHAS COSTA

Novo Centro de Biotecnologia da Amazônia

Fortalecimento do modelo Zona Franca de Manaus – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Fortalecimento do Modelo da ZFM) | Atividade 3

2.2.2 Detalhamento: Novo Centro de Biotecnologia da Amazônia

Objetivo	► Transformar o CBA em relevante centro de inteligência e apoio às iniciativas promotoras do aproveitamento econômico, racional e sustentável da biodiversidade Amazônica com foco em negócios.
Responsável	► Fábio Calderaro (Gestor do CBA – SUFRAMA)
Descrição	► Iniciativa para reestruturação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que se constitui atualmente como um Projeto dentro da SUFRAMA sem resultados concretos ao longo dos anos. Estima-se que a atribuição de nova personalidade jurídica ao Centro promova o seu fortalecimento institucional, criando os meios para efetivo funcionamento e geração de valor para a economia da região.
Principais Entregas	► Definição conjunta de diretrizes SUFRAMA-SEPEC para reestruturação do CBA; ► Parcerias para desenvolvimento do ecossistema de bioeconomia da região da Amazônia ► Definição conjunta SUFRAMA-SEPEC de modelo jurídico-institucional viável para autonomia na condução das atividades do CBA ► Criação legal do Novo CBA

Novo Centro de Biotecnologia da Amazônia

Fortalecimento do modelo Zona Franca de Manaus – Programas Estratégicos - Vinculada

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Fortalecimento do Modelo da ZFM)** → **Atividade 3**

2.2.3 Detalhamento: Novo Centro de Biotecnologia da Amazônia

Cronograma de Etapas	2019												2020												2021					
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6
• Definição conjunta de diretrizes SUFRAMA-SEPEC para reestruturação do CBA								✓																						
• Parcerias para desenvolvimento do ecossistema de bioeconomia da região da Amazônia																				✓		✓								
• Definição conjunta SUFRAMA-SEPEC de modelo jurídico-institucional viável para autonomia na condução das atividades do CBA																✓														
• Proposta legal para criação do Novo CBA																	✓													
• Finalização do processo de instituição da personalidade jurídica do CBA, que ora tramita no ME																														✓

Decisões de Terceiros ✓ Entrega Proposta de Entrega

Principais Entregas 2021, a partir da **Finalização do processo de instituição da personalidade jurídica do CBA, que ora tramita no ME**:
As ações seguintes estão condicionadas à anterior:

a) Criação do Núcleo de Inovação Tecnológica do Centro de Bionegócios Amazônia, também com papel de Fundação de Apoio;
b) Parcerias para desenvolvimento do ecossistema de bioeconomia e para o desenvolvimento de cadeias produtivas da região Amazônica;
c) Criar programas de incubação e aceleração de empresas;
d) Iniciar trabalho de prospecção e análise de demandas e tendências de público e mercado;
e) Buscar linhas de financiamento alternativas junto a entidades e empresas privadas do Brasil e do exterior;
f) Realizar atividades com ICT´s e com empresas do PIM que resultem na formação de negócios e geração de receitas.

ATIVIDADE 2

MELHORIA DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS



Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.1.1 Detalhamento: Modernização do modelo de governança e gestão do Inmetro

Detalhamento

- Conforme diretrizes atuais da Presidência da República, o Inmetro deve buscar atender de forma acertada a população do País.
- Aspecto esse que pode ser evidenciado em algumas pesquisas de percepção institucional e de satisfação do cliente que constam no relatório do Contrato de Gestão 2019, com resultados não muito satisfatórios.
- Neste sentido, a liderança do INMETRO, em todos os níveis, tem empreendido inúmeros esforços para modernizar o modelo de governança e gestão do instituição, visando garantir a entrega produtos e serviços mais adequados as necessidades das organizações brasileiras.

Evidências



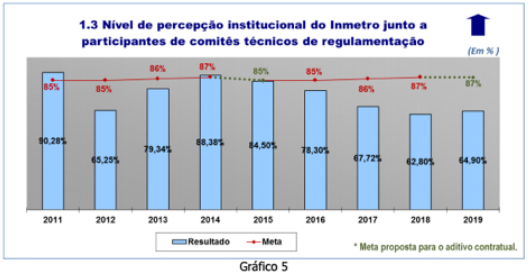


Gráfico 5

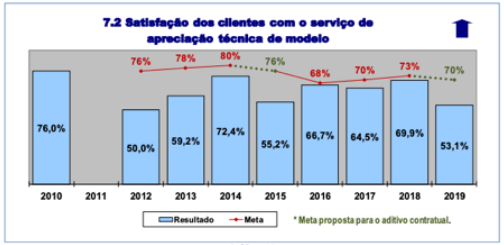


Gráfico 19



Gráfico 1

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.1.2 Detalhamento: Modernização do modelo de governança e gestão do Inmetro

Objetivo	► Assegurar uma melhor interlocução do Inmetro com as partes interessadas visando conceber soluções apropriadas, no âmbito da infraestrutura da qualidade, para as demandas da sociedade.
Responsável	► Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, Inmetro
Descrição	► O último Planejamento Estratégico da instituição foi realizado em 2010 com horizonte de 2014, isto posto, se torna inadiável a elaboração de um novo planejamento para o Inmetro; ► Modernização do Modelo Regulatório visa reduzir a carga administrativa, estimular a inovação e a competitividade do setor produtivo, modificando a forma como o Instituto formula regras, exerce o monitoramento dos produtos e serviços regulamentados. ► O Conmetro é um colegiado interministerial, sendo o Inmetro sua secretaria executiva, e tem como principais competências : Formular, coordenar e supervisionar a política nacional de metrologia, normalização industrial e certificação da qualidade de produtos, serviços e pessoal, prevendo mecanismos de consulta que harmonizem os interesses públicos, das empresas industriais e dos consumidores.
Principais Entregas	Ao longo de 2020 serão elaborados: ► Planejamento Estratégico da instituição com objetivos, metas e indicadores; ► Proposta para a Modernização do Modelo Regulatório; e ► A reestruturação do CONMETRO.

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.1.3 Detalhamento: Modernização do modelo de governança e gestão do Inmetro

Cronograma de Etapas	2019												2020											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Definição da missão institucional																	✓							
• Estrutura de macroprocessos do Inmetro																					✓			
• Análise estratégica																							✓	
• Formulação do Plano Estratégico do Inmetro																								
• Proposta de indicadores (quantitativos e qualitativos) associados aos macroprocessos																								
• Plano de metas para os indicadores de resultados do Contrato de Gestão																								
• Elaboração de Proposta de Restruturação do Conmetro																	✓							
• Implantação da nova estrutura do Conmetro																								
• Elaboração de Proposta de Modernização do Modelo Regulatório do Inmetro																								

Decisões de Terceiros | ✓ Entrega | Proposta de Entrega

Soluções de Infraestrutura da Qualidade que Adicionem Confiança, Qualidade e Competitividade aos Produtos e Serviços

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

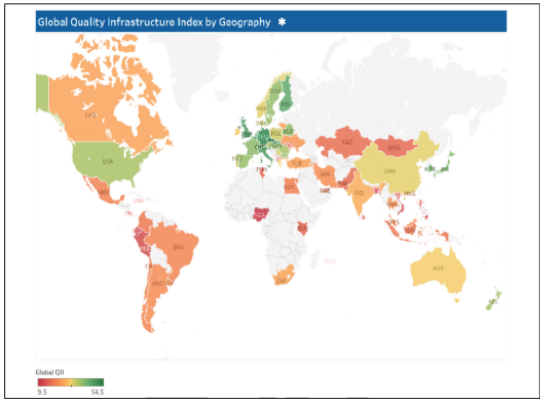
Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.2.1 Detalhamento: Soluções de infraestrutura da qualidade que adicionem confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços

Detalhamento

- A infraestrutura da qualidade - IQ é necessária para o funcionamento efetivo dos mercados nacionais, e seu reconhecimento internacional é importante para permitir o acesso aos mercados estrangeiros. A IQ é um elemento crítico na promoção do desenvolvimento econômico, sendo que pesquisas recentes demonstram também que existe uma relação específica entre IQ e competitividade.
- Um estudo, de 2019, sobre o Índice de Infraestrutura da Qualidade - IIQ aponta o Brasil na 46º posição em uma tabela com mais de 70 países, algo que não condiz com a 8º maior economia em termos de PIB. Independente de outras discrepâncias se comparados o PIB do Brasil e diferentes índices, essa constatação da posição do País na tabela de IIQ pode significar que o Inmetro não está atuando de forma aqueda para adicionar confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços disponibilizados pelas organizações brasileiras.
- Neste sentido, o Inmetro por meio dos seus serviços, e como instituição central da infraestrutura da qualidade do País, deve buscar soluções, em especial agora, para que as organizações brasileiras possam enfrentar o período de restrição econômica e consigam se reposicionar no período pós pandemia.

Evidências



Índice de Infraestrutura em Qualidade - IIQ

Países	IIQ 2019*	15 Maiores Economias do Mundo (PIB em trilhões de US$) 2019 **
Alemanha	2º	4º
China	29º	2º
Índia	33º	6º
África do Sul	34º	--
Argentina	43º	--
Brasil	46º	8º

* https://www.researchgate.net/publication/337840061

Title: Measurement and Performance of Quality Infrastructure - A proposal for a Global Quality Infrastructure Index
Author: Ulrich Harmes-Liedtke and Juan José Oteiza Di Matteo
Version: Buenos Aires and Duisburg, Version 1, 5 December 2019

** http://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-pesquisa/tabelas/top15pib.pdf

Soluções de Infraestrutura da Qualidade que Adicionem Confiança, Qualidade e Competitividade aos Produtos e Serviços

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.2.2 Detalhamento: Soluções de infraestrutura da qualidade que adicionem confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços

Objetivo	▶ Assegurar a adequação dos serviços infraestrutura da qualidade do Inmetro a realidade imposta, buscando propor soluções para adicionar confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços disponibilizados pelas organizações brasileiras.
Responsável	▶ Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, Inmetro
Descrição	▶ No atual contexto de restrição econômica os serviços infraestrutura da qualidade do Inmetro estão sendo ajustados para atender as organizações brasileiras. Neste sentido as seguintes ações estão em curso: desregulamentação, estudos para redução da carga administrativa (desburocratização), apoio ao setor produtivo e sociedade após COVID – 19, criação de grupo de trabalho (OS 1/2020/Gabin-Inmetro) para formular uma metodologia para classificação de risco de medidas regulatórias já publicadas.
Principais Entregas	▶ Revisão da carteira de regulamentos visando atender Lei de liberdade econômica (exemplo de ação em curso: consulta pública a Portaria Inmetro n.º 09 / 2020) ▶ Elaboração de Metodologia de Classificação de Risco para Atividades Econômicas (grupo de trabalho (OS 1/2020/Gabin-Inmetro) ▶ Readequação de regulamentos visando reduzir a carga administrativa (desburocratização). → ação já realizada Portaria nº 508, de 10 de dezembro de 2019 revogando os 15 Programas de Avaliação da Conformidade. ▶ Plano de ações para apoiar, por meio de serviços de infraestrutura da qualidade, o setor produtivo e sociedade após COVID – 19

Soluções de Infraestrutura da Qualidade que Adicionem Confiança, Qualidade e Competitividade aos Produtos e Serviços

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.2.3 Detalhamento: Soluções de infraestrutura da qualidade que adicionem confiança, qualidade e competitividade aos produtos e serviços

Cronograma de Etapas	2019											2020											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Readequação de regulamentos visando reduzir a carga administrativa (desburocratização).												✓												
• Nova readequação de regulamentos visando reduzir a carga administrativa (desburocratização).																							✓	
• Elaboração de Metodologia de Classificação de Risco para Atividades Econômicas																				✓				
• Revisão da carteira de regulamentos visando atender Lei de liberdade econômica (Regulamentos para revogação)																							✓	
• Plano de ações para apoiar, por meio de serviços de infraestrutura da qualidade, o setor produtivo e sociedade após COVID – 19																								

Decisões de Terceiros | ✓ Entrega | Proposta de Entrega

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

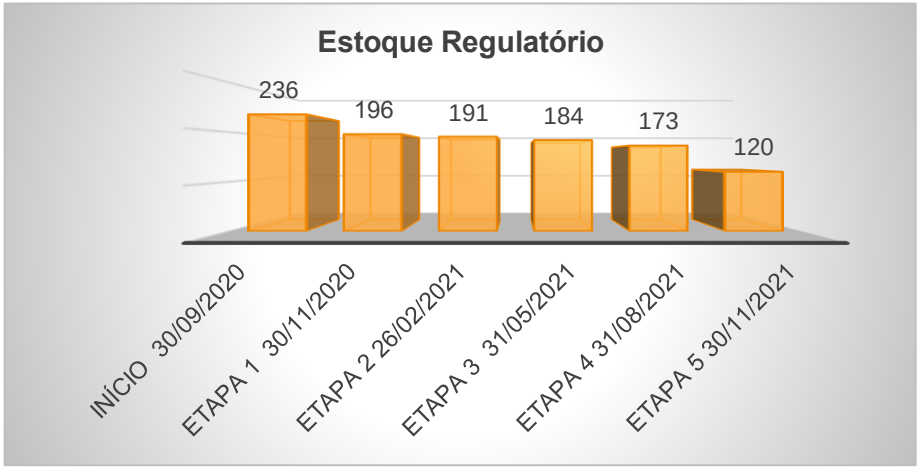
Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.3.1 Detalhamento: Consolidação do Estoque Regulatório

Detalhamento

- Ao longo do tempo é comum que os requisitos estabelecidos nos regulamentos técnicos metrológicos sofram revisões e ajustes pontuais. Estas revisões são editadas por portarias que se somam ao regulamento original elevando o somatório de regras a serem observadas pelo setor produtivo e usuários dos instrumentos regulamentados. O Decreto nº 10.139/2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, estabeleceu as fases de triagem, exame e consolidação (ou revogação) do estoque regulatório.
- Os regulamentos em vigor foram classificados em grupos temáticos conforme sua complexidade.
- Após a fase de triagem e revogação dos regulamentos técnicos metrológicos, os regulamentos vigentes passarão pela fase de consolidação de todos os requisitos para determinado assunto em um único regulamento.

Evidências



Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.3.2 Detalhamento: Consolidação do Estoque Regulatório

Objetivo	► Simplificar e atualizar o estoque de regulamentos técnicos metrológicos conforme estabelecido no Decreto nº 10.139/219
Responsável	► Periceles José Vieira Vianna, Inmetro/Dimel
Descrição	► Revisão e consolidação dos regulamentos técnicos metrológicos que estejam em desacordo com o disposto no inciso I do art. 3º da Lei 13.874/2019. (dispensa de ato de liberação - Tabela 1 da Portaria 265/2020). ► Consolidação dos regulamentos técnicos metrológicos de forma que todas os requisitos que tratam de um determinado instrumento de medição estejam agrupados no mesmo documento.
Principais Entregas	► Regulamentos atualizados e consolidados até 30/11/2021, com redução de 49% estoque de regulamentos técnicos metrológicos. Saindo de 236 regulamentos, em 2020, para 120 regulamentos, até novembro 2021.

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.3.3 Detalhamento: Consolidação do Estoque Regulatório

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Consolidação regulatória – regulamentos atualizados e consolidados																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

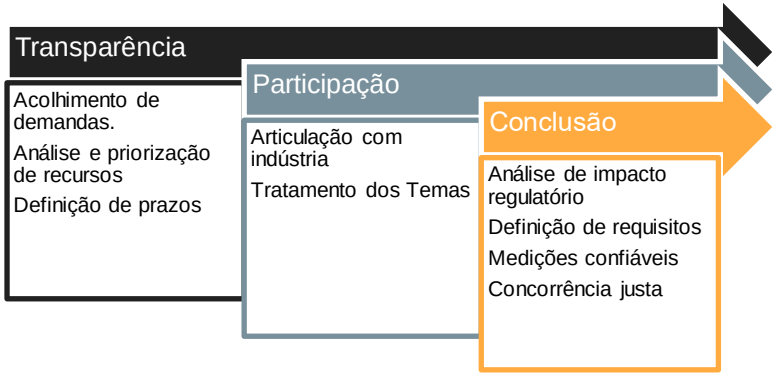
Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.4.1Detalhamento: Atualização da Agenda Regulatória para Metrologia Legal

Detalhamento

- O Inmetro tem autoridade competente para estabelecer regulamentos técnicos na área da metrologia legal, o que engloba o desempenho de instrumentos de medição utilizados em transações comerciais, na área da saúde de pessoas e animais ou em atividades de fiscalização pelas autoridades públicas, assim com do conteúdo nominal das mercadorias pré-embaladas. O processo de elaboração de um regulamento técnico metrológico é extremamente complexo pois deve ser conduzido em ambiente participativo e prever impactos e benefícios dos requisitos propostos. A elaboração de uma agenda regulatória fornece previsibilidade para os diversos setores impactados e permite a alocação responsável dos recursos necessários. A participação do setor produtivo no processo de elaboração desta agenda permite também o alinhamento de necessidades facilitando o cumprimento da missão do Inmetro. Na visão do setor produtivo, a sistematização deste processo é peça chave para a evolução regulatória. A entrega de projetos de regulamentação relevantes também é de suma importância.

Evidências



Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.4.2 Detalhamento: Atualização da Agenda Regulatória para Metrologia Legal

Objetivo	► Disponibilizar uma agenda regulatória transparente e factível, alinhada `s demandas da sociedade e aos objetivos estratégicos do Inmetro. Ao mesmo tempo, ter condições de responder a inovações tecnológicas em tempos alinhados às melhores práticas internacionais.
Responsável	► Periceles José Vieira Vianna, Inmetro/Dimel
Descrição	► Avaliação do grau de cumprimento da agenda regulatória atual. ► Análise e articulação com setor produtivo para identificação dos temas prioritários que se enquadram nas competências da Diretoria de Meteorologia Legal do Inmetro. ► Conclusão dos principais projetos em andamento. ► Estabelecimento metas e prioridades para 2021 em consonância com as demandas da sociedade e os recursos disponíveis.
Principais Entregas	► Divulgação da agenda regulatória atualizada para 2021 e 2022 (fevereiro/2021). ► Retirada da obrigatoriedade de recuperadores de vapor para bombas medidoras de combustíveis (março/2021). ► Revisão da Portaria Inmetro nº 338/2019 sobre instalação de taxímetros (abril/2021). ► Emitir regulamento para designação de laboratórios (junho/2021).

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.4.3 Detalhamento: Atualização da Agenda Regulatória para Metrologia Legal

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Divulgação da agenda regulatória atualizada para 2021 e 2022																								
• Retirada da obrigatoriedade de recuperadores de vapor para bombas medidoras de combustíveis.																								
• Revisão da Portaria Inmetro nº 338/2019 sobre instalação de taxímetros.																								
• Emitir regulamento para designação de laboratórios																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.5.1 Detalhamento: Aprimorar combate a fraudes digitais em instrumentos de medição regulamentados

Detalhamento

- Nos últimos anos tem se observado grande aumento da incidência de fraudes em instrumentos de medição, especialmente em bombas medidoras de combustíveis. Estas fraudes ocorrem, em sua grande maioria, na alteração dos componentes eletrônicos internos, que numa ação de fiscalização, torna-se difícil identificar se os elementos fraudulentos fazem parte efetivamente do instrumento. Além disso, já foi identificado que em muitos casos, o software embarcado no instrumento é alterado, para que o valor final apresentado seja diferente do real.
- Neste sentido, faz-se necessário métodos de identificação de fraudes digitais, visando minimizar o tempo gasto numa fiscalização, que pode levar semanas de investigação do equipamento em laboratório.
- Para dirimir estas questões, propõe-se o Inmetro se tornar autoridade certificadora normativa de primeiro nível, dentro da infraestrutura de chaves públicas (ICP-Brasil), para prover a possibilidade das informações das medições serem digitalmente assinadas pelo próprio instrumento de medição, provendo assim, uma forma rápida e segura de identificar, em campo, se a medição realizada pelo instrumento foi adulterada.

Evidências

- As fraudes digitais acontecem principalmente em bombas medidoras de combustíveis;
- A capacidade para fiscalizar bombas em campo é de aproximadamente 20 mil bombas medidoras/ano. (verificação metrológica);
- O índice de reprovação destas fiscalizações em campo está em torno de 9%;
- Atualmente, para identificar a existência de fraudes digitais é necessário periciar o instrumento em laboratório;
- A perícia em laboratório é extremamente delicada e exige alta qualificação dos técnicos envolvidos e ainda requer todo um apoio logístico para transportar as partes da bomba medidora a serem periciadas para o laboratório;
- Não é possível realizar mais do que 100 perícias/ano por conta de falta de pessoal qualificado, logística e tempo atrelado ao processo;
- Com o aprimoramento do combate à fraudes digitais qualquer pessoa poderá realizar a conferência da assinatura digital realizada no interior da bomba, consequentemente, identificando se houve fraude

Tempo médio de perícia para identificação de fraude eletrônica	Tempo máximo para identificação de fraude eletrônica através da assinatura digital
40 horas	10 minutos

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.5.2 Detalhamento: Aprimorar combate a fraudes digitais em instrumentos de medição regulamentados

Objetivo	▶ Aumentar a eficiência na identificação de fraudes digitais em instrumentos de medição.
Responsável	▶ Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, Inmetro
Descrição	▶ Mesmo com a doação dos equipamentos, por parte do ITI, o Inmetro não detém sala cofre, outras infraestruturas e mão de obra exclusiva para a operacionalização, desta forma, há necessidade de contratação de entidade para operacionalizar o fornecimento de certificados digitais da Autoridade Certificadora Inmetro de primeiro nível normativa. ▶ Além disso, os Regulamentos Técnicos Metrológicos vigentes e suas respectivas normas e procedimentos precisam ser revisados para contemplarem a possibilidade das informações das medições serem assinadas digitalmente por emissores vinculados à AC Inmetro.
Principais Entregas	▶ Publicação de termo de referência para contratação de entidade para operacionalizar a AC Inmetro mar/2021.

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.5.3 Detalhamento: Aprimorar combate a fraudes digitais em instrumentos de medição regulamentados

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• **Fraudes digitais** - Publicação de termo de referência para contratação de entidade para operacionalizar a AC Inmetro																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 → **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** → **Atividade 3**

3.6.1 Detalhamento: Ampliação da capacidade de fiscalização do Inmetro e dos órgãos da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade

Detalhamento

- A regulamentação vigente demanda controle contínuo do Estado nos instrumentos de medição utilizados em transações comerciais, saúde, segurança e meio ambiente, tais como balanças, bombas medidoras de combustíveis, taxímetros, medidores de velocidade, etilômetros, esfignomanômetros, etc.
- O encurtamento das fronteiras proporcionado pelo comércio global de instrumentos de medição, apesar de extremamente positivo, atrai a oferta de instrumentos (principalmente balanças) que não são projetados para atender a requisitos técnicos e metrológicos, mesmo sendo estes requisitos alinhados com as práticas internacionais.
- No caso de balanças, o setor estima a existência de um mercado próximo a 50 % de instrumentos irregulares. Para combater o uso de instrumentos irregulares e a comercialização de produtos pré-embalados irregulares, seja pelo projeto/produção, seja pela interferência fraudulenta, torna-se essencial que o Inmetro atue de forma mais racional com respostas rápidas, e se possível antecipadas, à situações de irregularidade.

Evidências

- No caso de balanças, o Sibapem, Sindicato de Balanças Pesos e Medidas de São Paulo, que representa a indústria de balanças, estima a existência de um mercado próximo a 50 % de instrumentos irregulares;
- Para combater o uso de instrumentos irregulares e a comercialização de produtos pré-embalados irregulares, seja pelo projeto/produção, seja pela interferência fraudulenta, torna-se essencial que o Inmetro atue de forma mais racional com respostas rápidas, e se possível antecipadas, à situações de irregularidade;
- O Inmetro realiza campanhas publicitárias para informar a sociedade da existência deste mercado irregular, porém há necessidade de utilizar ferramentas de tecnologia da informação para otimizar sua ação.

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.6.2 Ampliação a capacidade de fiscalização do Inmetro e dos órgãos da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade

Objetivo	▶ Iniciar projeto piloto de implantação de plataforma para identificação balanças comerciais que permitirá o monitoramento do mercado e a interação com cidadão através de informações armazenadas na nuvem e acessíveis por QR-Code. ▶ Coibir o comércio de instrumentos irregulares (pirataria) que lesam o consumidor, a indústria e o erário público.
Responsável	▶ Periceles José Vieira Vianna, Inmetro/Dimel
Descrição	▶ Implantação de QR-Code destinado a fornecer de forma segura informações sobre as balanças comerciais utilizadas no comércio. Estas informações permitirão ao cidadão verificar se o instrumento utilizado é aprovado pelo Inmetro e está em dia com todas as etapas do controle metrológico legal.
Principais Entregas	▶ Trata-se de um projeto de grandes proporções a ser realizado em parceria com a USP e a GIZ (Agência alemã de cooperação). Até junho de 2021 será concluído o detalhamento do projeto e em conjunto com os parceiros.

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.6.3 Detalhamento: Ampliação a capacidade de fiscalização do Inmetro e dos órgãos da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade

Cronograma de Etapas	2020												2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Fiscalização – detalhamento do projeto em conjunto com USP e GIZ																								

Decisões de Terceiros | Entrega | Proposta de Entrega

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.7.1 Detalhamento: Preparação para interface com a inovação de base bio

Detalhamento

- O Brasil através do Inmetro se mantém a par das questões relacionadas com a competência em medições de importância para a indústria de base bio (terapias avançadas, diagnóstico, toxicologia in vitro, agroindústria, etc.), aos moldes do que já realiza nas áreas de física e química (indústria metal-mecânica, telecomunicações, etc.). As biotecnologias são vistas como o futuro da atividade industrial, mas o ramo "bio" é especialmente complexo e regulado, gerando grande custo de operação. As cerca de 500 pequenas empresas/ startups de base bio são sua maioria pequenas, dispersas e com baixo potencial de investimento. A concepção, operação e manutenção no Inmetro de ambiente de laboratório compartilhado aderente às múltiplas regulações, somado ao esforço de comunicação e reposicionamento com o setor industrial na área bio para processos piloto e prova de conceito, tem o potencial de melhor capitalizar a competência do Inmetro e promover a indústria nacional de base bio, em todos os níveis de TRL.

Evidências

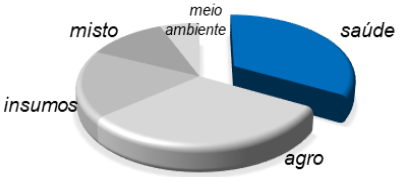
Bio - Prevalência nas 4 maiores áreas de produção científica nacional (125k publicações)



Saúde – representatividade IVD no fornecimento para o SUS, geral (~R$ 3bi/ ano)

Produtor nacional

Saúde - prevalência nas ~300 empresas nacionais em biotecnologia



Saúde – representatividade IVD no fornecimento para o SUS, produtos de tecnologia alta (~R$ 1,3 bi/ ano)

Produtor nacional

Legenda: IVD – diagnósticos in vitro

Modernização do Modelo de Governança e Gestão do INMETRO

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços) | Atividade 3

3.7.2 Detalhamento: Preparação para interface com a inovação de base bio

Objetivo	▶ Assegurar infraestrutura da qualidade com a oferta de serviços de medição e de estrutura compartilhada para a inserção do Inmetro como protagonista no ecossistema da bioindústria nacional.
Responsável	▶ Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, Inmetro
Descrição	▶ Os próximos grandes desafios da humanidade incluem segurança alimentar, sustentabilidade e qualidade de vida com o aumento da longevidade, todos atrelados à biotecnologia (produtividade no campo, manejo da biodiversidade, biofármacos) com isso está em formação todo um complexo industrial bilionário em torno do melhoramento genético, biossensores, bioinsumos, terapias avançadas; esse desenvolvimento dependente de sistemas de medição mais finos. ▶ O capital humano nacional em biociências é importante cientificamente mas o *Technological Readiness Level* na P&D em biotecnologia segue baixo, em parte por carência de infraestrutura da qualidade e física para o desenvolvimento; ▶ A busca internacional por cadeias de suprimento mais diversas, o tamanho de sua economia e poder de compra em produtos para saúde, sua já grande competitividade no agronegócio e o movimento crescente de desburocratização/ simplificação e internacionalização da atividade industrial nacional criam um ecossistema favorável para reunião dos atores da indústria de base bio.
Principais Entregas	▶ Definição de objetivos táticos alinhados ao Planejamento Estratégico da instituição; ▶ Proposta para a concepção da estrutura base para as entregas relevantes; ▶ Construção de interfaces com as partes interessadas.

Soluções de Infraestrutura da Qualidade que Adicionem Confiança, Qualidade e Competitividade aos Produtos e Serviços

Melhoria da qualidade de produtos e serviços – Programas Estratégicos - Vinculadas

Atividade 1 | **Atividade 2 – Programas Estratégicos Vinculadas (Melhoria da Qualidade de Produtos e Serviços)** | **Atividade 3**

3.7.3 Detalhamento: Preparação para interface com a inovação de base bio

Cronograma de Etapas	2020											2021											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
• Rediscussão alinhamento interno do negócio infraestrutura da qualidade para a indústria de base bio e de ações estratégicas											✓													
• Parcerias estabelecidas com startups/ pequenas empresas na indústria de base bio																		📄						
• Identificação de potenciais gargalos tecnológicos e tendências de desenvolvimento em medição																📄								
• Busca de financiamento para modernização de infraestrutura do Inmetro																		📄						
• Aproximação preliminar com setor do diagnóstico in vitro, incluindo COVID-19									✓															
• Projeto contratado com setor do diagnóstico in vitro, incluindo COVID-19																📄								
• Projeto contratado de interface com bioinsumos agrícolas																								📄
• Projeto contratado de interface com insumos estratégicos em saúde de interesse do Ministério da Saúde																								📄
• Aproximação preliminar com setor de dispositivos médicos implantáveis																		📄						

Decisões de Terceiros ✓ Entrega 📄 Proposta de Entrega

CAPÍTULO 8

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO TASK FORCES – COVID – 19

ATIVIDADE 3



Gestão das Contribuições do Setor Produtivo
Atividade 3- Descrição das Task Forces Covid-19

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.1 Detalhamento: Gestão das Contribuições do Setor Produtivo

Objetivo	► Monitorar as Contribuições do Setor Produtivo; ► Monitorar as Ações Propostas pelo Governo Federal; ► Cruzamento das Contribuições Recebidas pelo Setor Produtivo com as Ações Propostas pelo Governo Federal.
Responsável	► Jorge Lima – SDIC/SEPEC
Descrição	► Reúne as propostas e demandas para o enfrentamento da crise econômica, enviadas por entidades representativas do Setor Produtivo Brasileiro. As ações dessa força-tarefa dão prioridade às políticas públicas destinadas a preservar empregos e garantir renda para os trabalhadores e suas famílias. As contribuições chegam à SEPEC por canais oficiais ou meios eletrônicos.
Principais Entregas	► Das 3.005 contribuições recebidas pelo Setor Produtivo Brasileiro, 1.479 foram implementadas totalmente ou parcialmente em um período de aproximadamente 158 dias pelo Governo Federal; ► A Indústria encaminhou 1.154 contribuições, desse total, 516 foram atendidas; A Agropecuária encaminhou 147 contribuições, desse total 75 foram atendidas; O Comércio encaminhou 340 contribuições, desse total 202 foram atendidos; O Setor de Serviços encaminhou 662 contribuições, desse total 338 foram atendidas; O Setor de Infraestrutura encaminhou 330 contribuições, desse total 168 foram atendidas; o Setor público encaminhou 372 contribuições, desse total 180 foram atendidas.

Nota: As ações detalhadas desenvolvidas pelo do Governo Federal ao setor produtivo encontramse no **Anexo 2**

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.2 Detalhamento: Vamos Vencer

Objetivo	► Plataforma online de apresentação de todas as ações implementadas pelo Governo Brasileiro no enfrentamento aos impactos econômicos da COVID-19.
Responsável	► Leonardo Durans– SDIC/SEPEC
Descrição	► Facilita o entendimento do setor produtivo sobre as dezenas de ações apresentadas pelo governo federal, praticamente todos os dias, para reduzir os impactos negativos da Covid-19. Numa plataforma na internet, com atualização permanente, as medidas oficiais estão classificadas pelo setor a que se destinam, com resumo do seu conteúdo e indicações de como acessar os benefícios.
Principais Entregas	► Desenvolvimento de uma plataforma online, com atualização diária. ► O Portal segmenta as ações por Setor e Perfil do empreendedor. ► Site: (https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/covid-19)

Oferta de Produtos Críticos
Atividade 3- Descrição das Task Forces Covid-19

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.3 Detalhamento: Oferta de Produtos Críticos

Objetivo	▶ Maximizar a produção local de produtos críticos no enfrentamento dos impacos da COVID-19 na saúde pública. Incluindo: Ventiladores Pulmonares, EPIs, Alcool Gel e Testes Rápidos.
Responsável	▶ Gustavo Ene – SDIC/SEPEC
Descrição	▶ Promove a articulação de diversos órgãos do governo federal e agências reguladoras com o setor privado, a fim de garantir o abastecimento de produtos essenciais para o combate aos efeitos do Coronavírus na saúde pública, como ventiladores pulmonares, álcool em gel e máscaras de proteção. Desempenha papel fundamental na elevação imediata da produção nacional desses itens e sua distribuição, para atender às necessidades em todas as regiões do país.
Principais Entregas	▶ Viabilização da Produção de mais de 19.000 ventiladores pulmonares, por meio de Contratos com o SUS, Doações e Manutenção de equipamentos danificados*; ▶ Viabilização da produção de 8.610.000 máscaras hospitalares por mês; 1.460.000 aventais hospitalares por mês; 27.750 ton/mês de álcool gel.

* Dados Referentes a 30/11/2020,.

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.4 Detalhamento: Portal de Qualificação

Objetivo	▸ Disponibilização de uma Plataforma online e gratuita, que disponibilize cursos de qualificação profissional aos trabalhadores brasileiros, objetivando maximizar a utilização do tempo na busca do aperfeiçoamento técnico e profissional.
Responsável	▸ Fernando Holanda – SPPE/SEPEC
Descrição	▸ Plataforma de capacitação a distância, com objetivo de direcionar trabalhadores e empreendedores que estão em casa para cerca de 700 cursos de qualificação, gratuitos e on-line. A escolha pode ser feita por área temática ou por instituição de ensino. ▸ Os cursos estão a cargo de instituições como Microsoft, EF, Google, Fundação Bradesco, Senai, Sebrae, Senac e Sesc, entre muitas outras. Entre as áreas disponíveis, estão tecnologia da informação, administração, inglês e empreendedorismo.
Principais Entregas	▸ Disponibilização de 700 cursos distribuídos em 11 áreas temáticas, que incluem: Competências Gerais/Básicas; Competências Socioeconômicas; Serviços; Comércio; Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC); Indústria; Agropecuária e Afins; Transporte e Armazenamento; Empreendedorismo; Administração; Administração Pública.

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.5 Detalhamento: Soluções de Inovações de Startups

Objetivo	▸ Identificar Startups que tenham soluções para enfrentamento do impacto da COVID-19, seja na área de saúde ou da economia, conectando-as com órgãos do governo, investidores, potenciais clientes (entre eles os micro e pequenos empresários) ▸ Disseminar oportunidades oferecidas para startups de soluções inovadoras relacionadas aos desafios trazidos pela COVID-19.
Responsável	▸ Igor Nazareth – SDIC/SEPEC
Descrição	▸ Identifica startups que podem oferecer soluções para mitigar os efeitos da COVID-19, promove a conexão delas com Ministérios e ajuda na busca de recursos. Atua em favor de iniciativas em áreas como inovação para respiradores, inteligência artificial para diagnóstico, testes rápidos e aperfeiçoamento de instrumentos para enfrentar o Coronavírus, bem como na Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Enimpacto). Reúne, em plataforma online, informações sobre iniciativas de apoio a startups no combate à COVID-19.
Principais Entregas	▸ Apoio ao mapeamento de mais de 900 soluções de startups (parceria com GoNew.co e ABStartups); ▸ Apresentação online de 66 startups com soluções para os desafios trazidos pela COVID-19 (junto com a ABStartups e SEBRAE); ▸ 56% das startups foram contactadas por potenciais investidores e clientes após a realização das apresentações online; ▸ Criação de plataforma online para divulgação das iniciativas de apoio a startups no combate à COVID-19 (https://www.inovativabrasil.com.br/coronavirus/). Mais de 7.200 acessos foram realizados; ▸ Parcerias com Startups para a produção mensal dos seguintes testes: (i) PCR (1.770.000 testes);(ii) Elisa (1.498.000 testes); (iii) Rápido (7.600.000 testes)

Garantia de Crédito ao Setor Produtivo
Atividade 3- Descrição das Task Forces Covid-19

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.6 Detalhamento: Garantia de Crédito ao Setor Produtivo

Objetivo	➢ Atuar para eliminar as barreiras que dificultam o acesso a crédito, especialmente no contexto da crise ocasionada pela pandemia da Covid-19. Garantindo fôlego no capital de giro das Empresas
Responsável	► Antônia Martins – SDIC/SEPEC
Descrição	► Busca aumentar a oferta de linhas de crédito de instituições financeiras públicas e privadas para o setor produtivo, a fim de que as empresas consigam manter suas atividades e os empregos. Trabalha para o aumento de concessões de garantias para empréstimos, por meio de mecanismos como o BNDES FGI e o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), entre outros.
Principais Entregas	► Novo FAMPE implementado em parcerias com CEF. O SEBRAE foi poupado do corte no Sistema S, com a contrapartida de investir os recursos integralmente no Fundo de Aval das MPEs. Além disso, o SEBRAE fechou uma parceria com a CEF para a criação de uma linha especial, garantida com os recursos do FAMPE. ► Publicação da Lei 13.999/2020, que institui o PRONAMPE. Coordenação do ME com o Congresso Nacional para instituir linha de crédito com foco nas MPEs, com garantia do Tesouro Nacional até 85% das primeiras perdas da Carteira de cada instituição financeira. ► Publicação da Lei 14.042/2020, que instituiu o PEAC/FGI e o PEAC/Maquininhas; ► Mais de R$ 134 Bilhões de recursos que atenderam 798 mil empresas.

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.7 Detalhamento: Elaboração e Articulação de Instrumentos Legais

Objetivo	► Elaborar e articular a viabilização de instrumentos legais, visando dar subsídio e respaldo jurídico às medidas de apoio econômico, objeto da crise da Covid-19
Responsável	► Assessoria – SEPEC
Descrição	► Elabora de minutas de instrumentos legais necessários para viabilizar as ações desenvolvidas pelas forças-tarefa, como medidas provisórias, decretos, portarias e leis. Faz a articulação com outros órgãos de governo no caso de normas que dizem respeito a diferentes áreas da administração pública. Apoia a elaboração de acordos de parceria com a iniciativa privada, visando à cooperação diante dos impactos provocados pela Covid-19. Acompanha a evolução de mais de cem medidas econômicas já anunciadas pelo governo federal.
Principais Entregas	► Decreto N 10.280/2010 - Decreto nº 10.280/2020. Altera o Decreto nº 9.976, de 19 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e em Operações de Crédito Educativo. ► Decreto nº 10.302 - 1º/04/2020 Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados ; ► Medida Provisória 927, 22/03/2020_Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública; ► Medida Provisória nº 948/2020. Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública. ► Portaria n° 20.809 de 14/09/2020 que lista os setores da economia mais impactados pela pandemia.

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.8 Detalhamento: Barômetro Setorial

Objetivo	► Plataforma de monitoramento mensal dos impactos economicos da crise ocasionada pela pandemia da Covid-19 na Economia Brasileira. Tem por objetivo oferecer uma avaliação atualizada para servir de base para o desenvolvimento de políticas emergencias.
Responsável	► Jorge Lima – SDIC/SEPEC
Descrição	► Monitora os impactos da pandemia nos setores produtivos, em todo o país, por meio de pesquisa direta e outras fontes de informações. Identifica a dinâmica setorial em outros países e estabelece projeções para o Brasil, avaliando as melhores práticas adotadas no mundo. Utiliza fontes primárias, como por exemplo o consumo de energia elétrica no sistema interligado por ramo de atividade ou a evolução do consumo por cartão de crédito.
Principais Entregas	► Um banco de dados atualizados para ser fornecido ao BNDES, que utiliza como insumo para diagnósticos e desenvolvimento de plano a setores afetados pela crise, bem como orientar as instituições financeiras em ceder linhas de crédito emergencial aos setores mais impactados.

Planos Setoriais Críticos
Atividade 3- Descrição das Task Forces Covid-19

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.9 Detalhamento: Planos Setoriais Críticos

Objetivo	➢ Formular políticas de apoio emergências ao setores mais afetados pela crise econômica ocasionada pelo Covid-19
Responsável	► Geanluca Lorenzon – SEAE/SEPEC
Descrição	► Com base no barômetro Setorial, define os setores críticos como sendo aqueles que mais enfrentam diminuição de faturamento e capital de giro neste momento. Além disso, planeja e articula ações focadas na preservação de empregos e na concessão de créditos, a fim de que não haja um dano descontrolado em cadeia.
Principais Entregas	► Suporte Financeiro ao Pagamento de Trabalhadores ► Desenvolvimento do Plano de Empréstimo aos Setores mais críticos ► Desenho do uso de FGTS como estímulo para a crise ► Modificações regulatórias de médio prazo e setoriais

Mapeamento das Cadeias Produtivas
Atividade 3- Descrição das Task Forces Covid-19

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.10 Detalhamento: Mapeamento das Cadeias Produtivas

Objetivo	➢ Monitorar e acompanhar a situação nas cadeias de produção e abastecimento do setor produtivo nacional, visando minimizar os impactos decorrentes da crise da Covid-19
Responsável	➢ Jorge Lima – SDIC/SEPEC
Descrição	➢ Faz o levantamento da situação do ambiente industrial, em contato permanente com entidades empresariais, para entender os problemas que estão afetando o setor, como dificuldades no transporte de cargas, ameaças ao abastecimento, necessidade de crédito ou obstáculos na importação, por exemplo. De maneira semelhante, realiza o micro monitoramento das cadeias produtivas locais, a fim de verificar como os entraves se dão no plano das empresas.
Principais Entregas	➢ Ampliação do rol de atividades econômicas essenciais destravando uma série de interrupções na produção de diversos setores, entre eles: Químico, Metalúrgico, Saúde, Construção Civil, Comércio eletrônico, alimentos, entre outros; ➢ Normalização do abastecimento de Gás GLP em todas as regiões do país; ➢ No setor de medicamentos, houve articulação com o MRE visando liberação de insumos dos países de origem (China e índia) ao Brasil; ➢ No setor de alimentos, houve articulação com empresas para assegurar abastecimento de alguns produtos básicos, como por exemplo: leite, carne, ovos, etc. ➢ Atuação técnica para a redução das tarifas de importação junto à Camex.

Atividade 1 | Atividade 2 | Atividade 3 – Task Forces - Covid-19

1.11 Detalhamento: Ações Coordenadas para a Retomada da Rotina de Trabalho com Zelo a Saúde

Objetivo	➢ Monitorar frente as associações e Federações representativas do Setor Produtivo Brasileiro, o desenvolvimento de guias e políticas empresariais para a retomada das atividades com o Zelo a saúde.
Responsável	➢ Marilia Garcez – ABDI
Descrição	➢ Estimular as associações e entidades representativas do setor produtivo a desenvolver e implantar melhores práticas de trabalho, mediante informações e esclarecimentos sobre os cuidados necessários para a preservação da saúde dos empregados. Incentivar o planejamento da retomada das atividades das empresas. Este trabalho envolve um processo constante e rigoroso de planejamento, acompanhando os desdobramentos no dia a dia da crise para modular a retomada dentro da realidade.
Principais Entregas	➢ Identificação e construção de base de dados com todos os protocolos de retomada empresarial, disponibilizado pelas associações representativas do Setor Produtivo Brasileiro. ➢ 91% das entidades responsáveis pela geração total de emprego formais no país, já divulgaram guias de melhores práticas de segurança para a retomada das atividades. Desses: 100% Agropecuária; 100% Comércio; 100% Indústria; 93,1% Infraestrutura e Construção; 80,2% Serviços.

Atividade 1 | Atividade 2 | **Atividade 3 – Task Forces - Covid-19**

1.12 Detalhamento: Plano de Retomada as Atividades

Objetivo	➢ Formular os eixos de retomada econômica no contexto da crise da covid-19
Responsável	▶ Geanluca Lorezzon – SEAE/SEPEC
Descrição	▶ Desenvolve um projeto de recuperação econômica baseado na redução do custo Brasil, na desregulação da economia e no aumento de exportações e competitividade. O projeto está sendo desenhado com base na atualização diária e no monitoramento permanente da situação em todo o país.
Principais Entregas	▶ Desenvolvimento de políticas e ações econômicas para a retomada das atividades;

ANEXO 1

REFORMULAÇÃO ORGANIZACIONAL



Memória de cálculo – Cargos em Comissão*

Unidade	Quantidade de cargos 2018	Estrutura 2020	Quantidade de cargos 2020
CZPE/MDIC	8		
SDCI/MDIC	33		
SCS/MDIC	12	SDIC	65
SINN/MDIC	13		
SEMPE/MDIC (-DREI e Junta)	14		
SEPPRAC/MF	31	SEAE	29
DEMIR/SP AE/MP	7		
SPPE/TEM (-FAT)	55	SPPE	43
SDI/MP	29	SDI	20
Gabiene de Ministros (harmonização)	26	GAB SEPEC	26
SIGE/MDIC	11	SUPE	9
Total	239	Total	192

Não houveram alterações no quantitativo de cargos em relação ao início de 2020*

Memória de cálculo – Orçamento resumido*

Unidade	2018		Unidade	2020	
Total SDCI+SEMPE+SINN+SCS/MDIC	R$	85.480.979,00	**Total SDIC**	R$	38.828.166
TotalSPPE/MT	R$	72.185.011,00	**Total SPPE**	R$	46.511.205
Total SDI/MP	R$	20.000.000,00	**Total SDI**	R$	12.543.552
Total SEAE/MF	-		**Total SEAE**	R$	179.504
Total	R$	177.655.990,00	**Total SEPEC**	R$	98.062.427

*Memória de cálculo de orçamento reduzido demonstrada com dados de valores totais *empenhados* 2020*

ANEXO 2

GESTÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO SETOR PRODUTIVO



TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS E ADMINISTRADAS

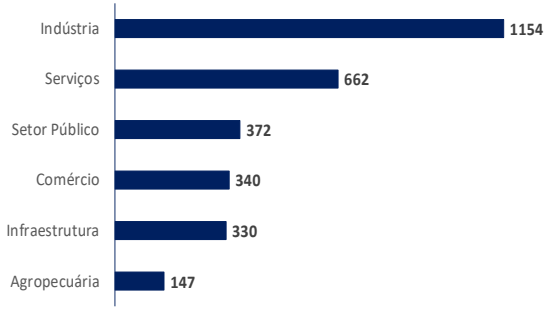
1 O Ministério da Economia recebeu **3.005** contribuições do setor produtivo.

+ de 670 Entidades enviaram contribuições até a presente data.

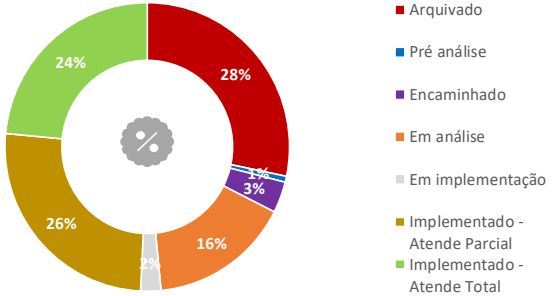
2 Das 3.005 contribuições, **1.479** foram implementadas totalmente ou parcialmente em um período de 158 dias pelo Governo Federal.

3 As 3.005 contribuições foram organizadas em **2.176** contribuições homogeneizadas* por Natureza.

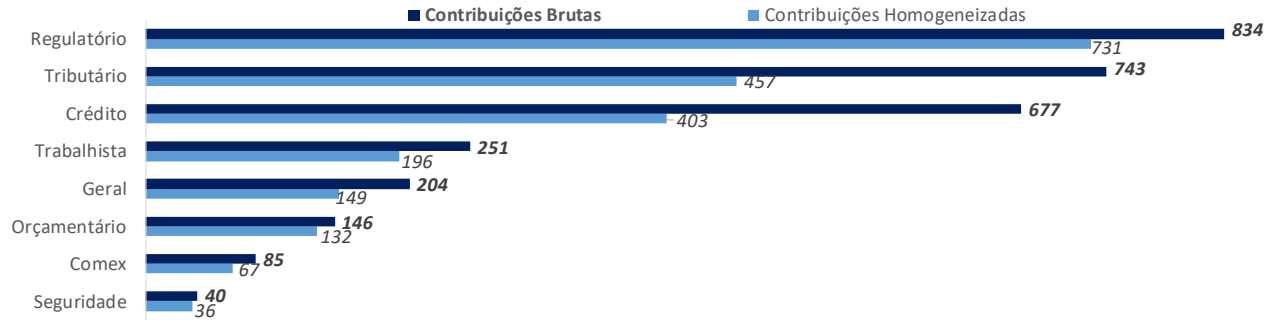
1 Contribuições do Setor Produtivo



2 Nível de Implementação das contribuições



3 Contribuições Homogeneizadas por Natureza



Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo. Nota: dados referentes até o dia 10.08.2020

*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

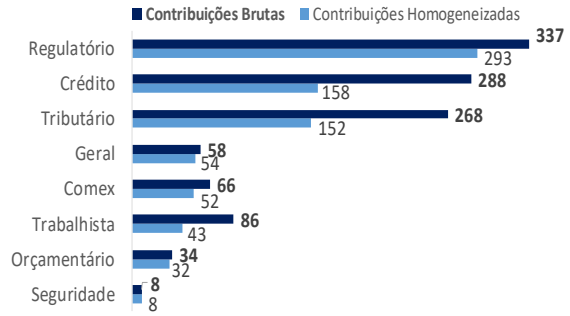
INDÚSTRIA

1 O setor da Indústria encaminhou **1.154** contribuições. Deste total, **516** já foram atendidas totalmente ou parcialmente.

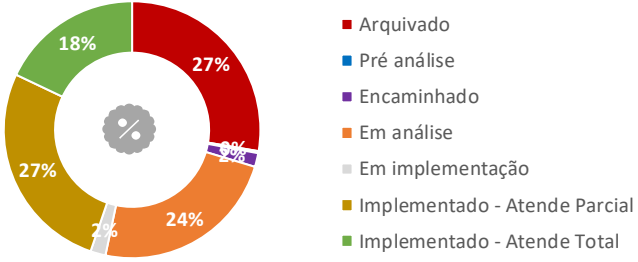
2 Entre as principais contribuições recebidas do setor destacam-se:

- Disponibilização de crédito;
- Diferimento de impostos federais;
- Desoneração da folha.

Contribuições Homogeneizadas* por Natureza



Nível de Implementação das Contribuições



Top 10 Contribuições para o setor da Indústria

Contribuição Homogeneizada	Quantidade de Associações	Nível de Atendimento
Disponibilização de crédito emergencial	25	Implementado parcialmente
Diferimento de impostos - federais	19	Implementado totalmente
Desoneração da folha	16	Implementado parcialmente
Redução da Jornada e salários	14	Implementado totalmente
Disponibilização de crédito emergencial - MPE e/ou MPME	11	Implementado parcialmente
Readequação de prazos de financiamentos	11	Implementado parcialmente
Suspensão de prazos - cumprimento de obrigações acessórias, inclusive multas	10	Implementado parcialmente
Diferimento de impostos - sem especificação	10	Implementado totalmente
Simplificação de exigências - CND	9	Implementado parcialmente
Parcelamento de dívidas tributárias	8	Implementado totalmente

Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo. Nota: dados referentes até o dia 10.08.2020

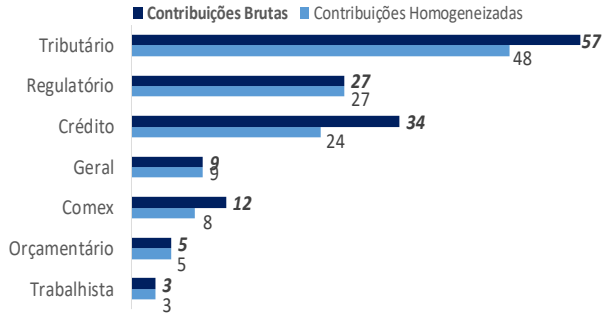
*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

AGROPECUÁRIA

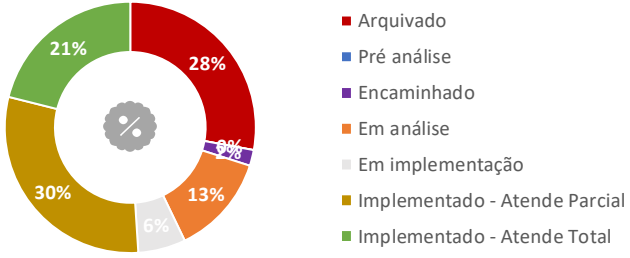
1. O setor da Agropecuária encaminhou **147** contribuições. Deste total, **75** já foram atendidas totalmente ou parcialmente.

2. Entre as principais contribuições recebidas do setor destacam-se:
   - Disponibilização de crédito rural;
   - Readequação de prazos de financiamentos;
   - Diferimento de impostos federais.

Contribuições Homogeneizadas* por Natureza



Nível de Implementação das Contribuições



Top 10 Contribuições para o setor da Agropecuária

Contribuição Homogeneizada	Quantidade de Associações	Nível de Atendimento
Disponibilização de crédito emergencial - Crédito Rural	5	Implementado totalmente
Readequação de prazos de financiamentos	4	Implementado parcialmente
Diferimento de impostos - federais	4	Implementado totalmente
Desoneração da folha	3	Implementado parcialmente
Suspensão de prazos - ACE e ACC	3	Implementado totalmente
Parcelamento de dívidas tributárias	3	Implementado totalmente
Disponibilização de crédito emergencial	3	Implementado parcialmente
Suspensão de prazos - cumprimento de obrigações acessórias. inclusive multas	2	Implementado parcialmente
Aproveitamento de créditos tributários - ICMS	2	Arquivado
Suspensão de prazos - Draw Back	2	Implementado parcialmente

Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo. Nota: dados referentes até o dia 10.08.2020

*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

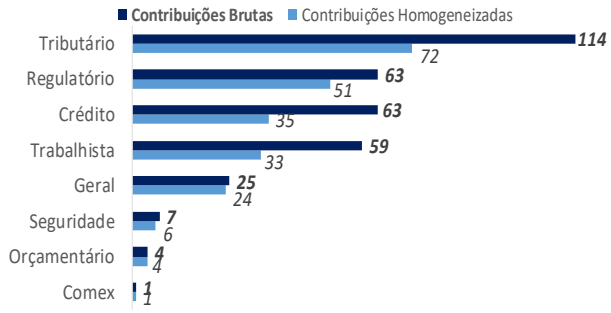
COMÉRCIO

1 O setor de Comércio encaminhou **340** contribuições. Deste total, **202** já foram atendidas totalmente ou parcialmente.

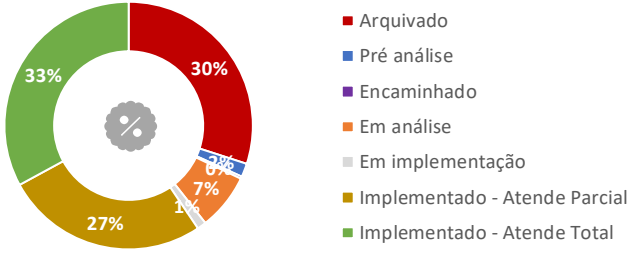
2 Entre as principais contribuições recebidas do setor destacam-se:

- Disponibilização de crédito;
- Antecipação de férias;
- Parcelamento de dívidas tributárias.

Contribuições Homogeneizadas* por Natureza



Nível de Implementação das Contribuições



Top 10 Contribuições para o setor de Comércio

Contribuição Homogeneizada	Quantidade de Associações	Nível de Atendimento
Disponibilização de crédito emergencial	15	Implementado parcialmente
Antecipação de férias	7	Implementado totalmente
Parcelamento de dívidas tributárias	7	Implementado totalmente
Diferimento de impostos - sem especificação	7	Implementado totalmente
Redução da Jornada e salários	6	Implementado totalmente
Suspensão do contrato de trabalho	6	Implementado totalmente
Simplificação de exigências - CND	5	Implementado parcialmente
Suspensão de prazos - cumprimento de obrigações acessórias, inclusive multas	5	Implementado parcialmente
Desoneração da folha	5	Implementado parcialmente
Diferimento de impostos - federais	5	Implementado totalmente

Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo. Nota: dados referentes até o dia 10.08.2020

*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

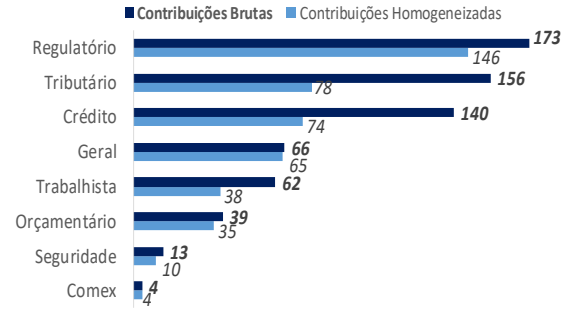
SERVIÇOS

1 O setor de Serviços encaminhou **662** contribuições. Deste total, **338** já foram atendidas totalmente ou parcialmente.

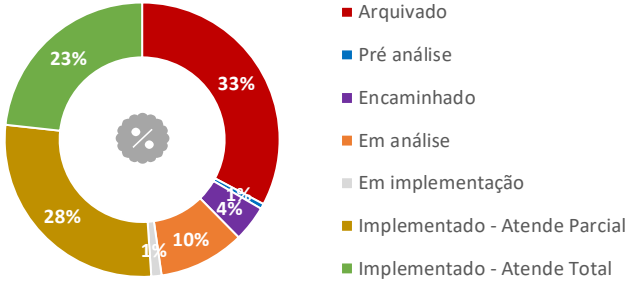
2 Entre as principais contribuições recebidas do setor destacam-se:

- Disponibilização de crédito;
- Desoneração da folha;
- Parcelamento de dívidas tributárias.

Contribuições Homogeneizadas* por Natureza



Nível de Implementação das Contribuições



Top 10 Contribuições para o setor de Serviços

Contribuição Homogeneizada	Quantidade de Associações	Nível de Atendimento
Disponibilização de crédito emergencial	25	Implementado parcialmente
Desoneração da folha	20	Implementado parcialmente
Parcelamento de dívidas tributárias	11	Implementado totalmente
Disponibilização de crédito emergencial - Linha de financiamento para capital de giro	9	Implementado parcialmente
Redução da Jornada e salários	9	Implementado totalmente
Diferimento de impostos - federais	9	Implementado totalmente
Diferimento de impostos - sem especificação	9	Implementado totalmente
Cancelamento de serviços e/ou reservas e/ou eventos	7	Implementado parcialmente
Cobrança pela energia efetivamente consumida	7	Implementado totalmente
Suspensão de prazos - cumprimento de obrigações acessórias, inclusive multas	6	Implementado parcialmente

Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo. Nota: dados referentes até o dia 10.08.2020

*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

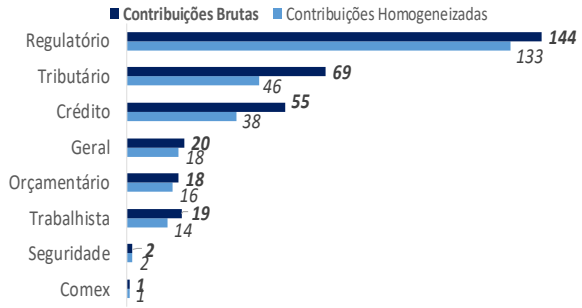
INFRAESTRUTURA

1 O setor de Infraestrutura encaminhou **330** contribuições. Deste total, **168** já foram atendidas totalmente ou parcialmente.

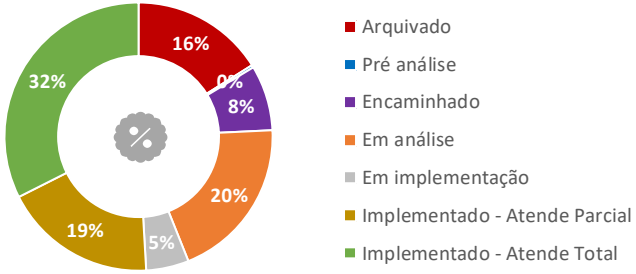
2 Entre as principais contribuições recebidas do setor destacam-se:

- Disponibilização de crédito;
- Diferimento de impostos federais;
- Parcelamento de dívidas tributárias.

Contribuições Homogeneizadas* por Natureza



Nível de Implementação das Contribuições



Top 10 Contribuições para o setor de Infraestrutura

Contribuição Homogeneizada	Quantidade de Associações	Nível de Atendimento
Disponibilização de crédito emergencial	10	Implementado parcialmente
Diferimento de impostos - federais	9	Implementado totalmente
Parcelamento de dívidas tributárias	5	Implementado totalmente
Suspensão de prazos - cumprimento de obrigações acessórias, inclusive multas	4	Implementado parcialmente
Suspensão do contrato de trabalho	4	Implementado totalmente
Desoneração da folha	4	Implementado parcialmente
Readequação de prazos de financiamentos	3	Implementado parcialmente
Criação de canal de comunicação do governo com a sociedade - gestão de crise	3	Implementado totalmente
Disponibilização de crédito emergencial - médias e/ou grandes empresas	3	Implementado parcialmente
Aprovação do PL 3975/2019	2	Em análise

Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo. Nota: dados referentes até o dia 10.08.2020

*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

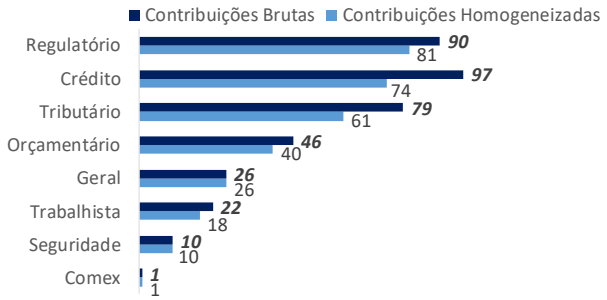
SETOR PÚBLICO

1 O Setor Público encaminhou **372** contribuições. Deste total, **180** já foram atendidas totalmente ou parcialmente.

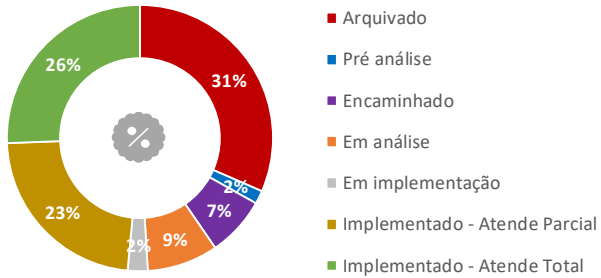
2 Entre as principais contribuições recebidas do setor destacam-se:

- Disponibilização de crédito;
- Parcelamento de dívidas tributárias;
- Readequação de prazos de financiamentos.

Contribuições Homogeneizadas* por Natureza



Nível de Implementação das Contribuições



Top 10 Contribuições para o Setor Público

Contribuição Homogeneizada	Quantidade de Associações	Nível de Atendimento
Disponibilização de crédito emergencial	10	Implementado parcialmente
Parcelamento de dívidas tributárias	8	Implementado totalmente
Readequação de prazos de financiamentos	5	Implementado parcialmente
Inclusão dos pescadores para receber auxílio emergencial	4	Implementado totalmente
Desoneração da folha	4	Implementado parcialmente
Diferimento de impostos - federais	3	Implementado totalmente
Suspensão de prazos - cumprimento de obrigações acessórias. inclusive multas	3	Implementado parcialmente
Suspensão do contrato de trabalho	3	Implementado totalmente
Transferência de renda - ampliação do PBF	3	Implementado totalmente
Disponibilização de crédito emergencial - Pessoa Física	3	Implementado totalmente

Pleitos inconclusivos foram excluídos da análise

Pleitos cedidos pelas instituições representativas do setor produtivo. Nota: dados referentes até o dia 10.08.2020

*Definição de contribuição homogeneizada: exposição abreviada de um pleito bruto, de forma a atender as diferentes entidades.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade

Paulo Roberto Nunes Guedes
Ministro da Economia

Carlos Alexandre Da Costa
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade

Bruno Monteiro Portela
Secretario Especial Adjunto de Produtividade, Emprego e Competitividade

Leonardo Batista Paiva
Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Produtividade Emprego e Competitividade

Luiza de Amorim Motta Deusdará
Subsecretaria de Supervisão e Estratégia da Secretaria Especial de Produtividade Emprego e Competitividade

Fernando Freire Dutra
Diretor de Apoio a Gestão da Secretaria Especial de Produtividade Emprego e Competitividade

Fernando Holanda
Secretário de Políticas Públicas para o Emprego

Geanluca Lorenzon
Secretário da Advocacia da Concorrência e Competitividade

Gustavo Leipnitz Ene
Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação

Pedro Capeluppi
Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura Substituto

Equipe Técnica:

Adriana Nogueira
Alexandre Messa Peixoto da Silva
Amélia Regina Mussi Gabriel
Antônia Tallarida Serra Martins
César Costa Alves de Mattos
Claudio Evangelista de Carvalho
Daniel de Souza Galvão
Daniel Mejdalani Follain
Diogo Faria
Fabiano Mezadre Pompermayer
Fábio Augusto Luiz Pina
Fábio Hideki Ono
Felipe de Sá Tavares
Frederico de Morais Andrade Coutinho
Gabriel Godofredo Fiuza de Bragança
Graziele Cristina Silveira Zerbini Costal
Igor Manhães Nazareth
Isabella Avila
José Ricardo de Freitas Martins da Veiga
Luca Seeder Iacona
Lucas Henrique de Alcantara Viana
Marcelo de Matos Ramos
Marcelo Leandro Ferreira
Mariana Heimy Kano
Marília Garcez
Mayna Ruggiero
Myrian Mara Kosloski Prado
Rodrigo Zerbone Loureiro
Sergio Fadul
Sidney Martins Caetano
Thaise Pereira Pessoa Dutra
Thalia Lacerda de A. G. de Montezuma
Tólio Edeo Ribeiro

SECRETARIA ESPECIAL DE
PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
MINISTÉRIO DA
ECONOMIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL